

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Candeias, Marisa de Jesus Jacinto, 1982-

Serviço social rural : desafios em territórios de baixa densidade demográfica

<http://hdl.handle.net/11067/7700>

<https://doi.org/10.34628/S9KA-FR17>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Tipo	book
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ILID-CLISSIS] Livros

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-18T08:09:57Z com informação proveniente do Repositório

SERVIÇO SOCIAL RURAL
DESAFIOS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Marisa de Jesus Candeias

Aos meus filhos.

Índice

Prefácio	6
Introdução.....	10
1. Desenvolvimento do pensamento científico social sobre a ruralidade	16
1.1 AS PERSPETIVAS TEÓRICAS ORIENTADORAS DO EXERCÍCIO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL	17
1.1.1 A PERSPETIVA DA PESSOA-EM-AMBIENTE (PIE)	18
1.1.2 A PERSPETIVA DAS FORÇAS	19
1.2 SERVIÇO SOCIAL RURAL: DEFINIÇÕES E DISCUSSÕES	22
1.3 A GÉNESE DO SERVIÇO SOCIAL RURAL EM PORTUGAL	31
1.4 CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL	35
1.4.1 O CRESCIMENTO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL E A GRANDE DEPRESSÃO	38
1.4.2 DO RECUO DA ASSISTÊNCIA RURAL AO RENASCIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL 39	
1.4.3 SERVIÇO SOCIAL RURAL NO SÉCULO XXI	43
1.5 ESTUDOS INTERNACIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL RURAL	44
1.6 O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL RURAL	50
1.6.1 CARACTERÍSTICAS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO ASSISTENTE SOCIAL RURAL 55	
2. Classificações, problemas e políticas rurais.....	58
2.1 A (IN)DEFINIÇÃO DO TERMO RURAL	58
2.2 PROBLEMAS RURAIS	61
2.3 JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA PARA AS COMUNIDADES RURAIS	68
2.4 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE EM PORTUGAL – ANÁLISE 2011/2021	71
2.5 POBREZA RURAL EM PORTUGAL	77
2.6 INQUIETAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS OPÇÕES POLÍTICAS	83
2.7 PROGRAMAS EUROPEUS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	85
2.8 O PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL	91
2.9 PROGRAMAS MUNICIPAIS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	94
3. Metodologias e Práticas rurais	99
3.1 A PRÁTICA GENERALISTA	99
3.1.1 O MODELO DE INTEGRAÇÃO GENERALISTA (GIM)	102
3.2 POLICY PRACTICE E SOCIAL ADVOCACY COMO PRÁTICA RURAL	105
3.3 O ASSISTENTE SOCIAL RURAL COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS	109
3.4 MODELOS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL RURAL	111
3.4.1 MODELOS PARA A PRÁTICA RURAL	111
3.4.2 DOWN-HOME MODEL OF SOCIAL WORK, DE DALEY E AVANT	113

3.4.3 O MODELO DE MARGARET ALSTON	117
3.4.4 O MODELO DE CARTER VANCE	120
3.5 OPORTUNIDADES E VANTAGENS DO SERVIÇO SOCIAL RURAL	121
3.6 DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL RURAL	124
4. Ética e formação profissional em serviço social rural	130
4.1 ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL	130
4.1.1 O 'AQUÁRIO RURAL' COMO CONTEXTO PARA UMA PRÁTICA ÉTICA	132
4.1.2 TOMADA DE DECISÃO ÉTICA	132
4.1.3 RELAÇÕES SOBREPOSTAS/MÚLTIPLAS	133
4.1.4 CONFIDENCIALIDADE	135
4.1.5 COMPETÊNCIA E ADEQUAÇÃO DA PRÁTICA	135
4.1.6 PRÁTICA RURAL ÉTICA	136
• Identificar possíveis problemas éticos e conflitos.....	137
• Procurar a consulta de colegas ou supervisores.....	137
• Utilizar o consentimento informado.....	137
• Documentação.....	138
4.1.7 DILEMAS ÉTICOS EM CONTEXTO RURAL PORTUGUÊS	138
4.2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL RURAL	142
4.2.1 A FORMAÇÃO RURAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM CONTEXTO PORTUGUÊS	147
Conclusão.....	153
bibliografia.....	160

PREFÁCIO

A ideia central de que, nos territórios profundamente rurais, envelhecidos e isolados, se colocam desafios específicos aos assistentes sociais que aí intervêm, exigindo-lhes a mobilização de conhecimentos e competências ajustadas a essa realidade, foi o mote para a pesquisa desenvolvida por Marisa Candeias, no âmbito da sua tese de doutoramento em Serviço Social. Este livro, que tenho a honra e o prazer de apresentar, é produto dessa pesquisa e reflexão.

Investigar exige, antes de mais, a habilidade de formular perguntas capazes de desencadear um processo que leve ao achamento de respostas que, por sua vez, permitam a construção de um enquadramento da discussão, uma interlocução de argumentos e a identificação de novas perguntas para investigações futuras. Como questão instigadora desta pesquisa, a autora pergunta:

Quais os principais desafios dos Assistentes Sociais rurais em territórios de baixa densidade demográfica?

Trata-se de um debate pertinente, desde logo, tendo em conta, quer a definição global de Serviço Social aprovada na Reunião Geral da IFSW e pela Assembleia Geral da IASSW em julho de 2014, em que este se assume como “uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa”, quer os princípios em que se baseia, nomeadamente, a justiça social, os direitos humanos, a responsabilidade coletiva e o respeito pela diversidade. Igualmente relevante, o direito ao desenvolvimento, reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução n.º 41/128, de 4 de dezembro de 1986, declarando, no seu artigo 1.º, que “o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual todos os seres humanos e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de gozar o desenvolvimento económico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais se possam plenamente realizar”.

A autora convida-nos a um périplo pelo desenvolvimento do pensamento sobre a ruralidade, para depois abordar perspetivas teóricas orientadoras do exercício do Serviço Social rural, centrando-se na perspetiva da pessoa-em-ambiente (PIE)¹ e na perspetiva das forças. A opção de abordar a perspetiva da pessoa-em-ambiente torna-se bastante profícua, na medida em que, embora profundamente incorporada nos conceitos mais amplos da teoria dos sistemas, esta abordagem torna-se mais profunda, ao explorar os detalhes sobre o modo como a pessoa vive, interage e reage dentro e

¹ PIE: *People-in-Environment*.

entre cada sistema e as relações dinâmicas entre os sistemas. Também a opção pela abordagem das forças se revelou notavelmente pertinente, dando relevo aos atributos positivos das comunidades rurais, como a resiliência, a disponibilidade para ajudar os outros, a capacidade de rentabilizar os recursos – formais e informais –, a capacidade inventiva na busca de soluções para os problemas detetados.

Embora com uma tradição consolidada nos Estados Unidos da América e amplamente reconhecido em países como a Austrália e o Canadá, não há consenso quanto ao reconhecimento do Serviço Social rural como um campo da prática distinto. Essa conclusão, resultante da revisão de literatura, foi também confirmada pela pesquisa empírica levada a cabo pela autora, embora a maioria dos entrevistados tenha reconhecido o Serviço Social rural como um campo específico do Serviço Social.

As questões éticas que se colocam no exercício profissional dos assistentes sociais a intervir em contexto rural mereceram, também, importante reflexão. Nas comunidades rurais, as pessoas tendem a saber muito umas sobre as outras, estando sujeitas a forte observação, o que levou alguns autores a referir-se a este tipo de ambiente como o ‘aquário rural’. Esta proximidade, provocada pelo estilo de vida rural, pode apresentar alguns desafios éticos, nomeadamente no que diz respeito à manutenção da confidencialidade e no âmbito dos relacionamentos sobrepostos/múltiplos. Trata-se de uma matéria insuficientemente debatida, nomeadamente em Portugal, alertando a autora para o facto de, no Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (APSS, 2018), não existirem referências explícitas ao exercício profissional em meio rural. Por outro lado, a forte exposição a que se encontram sujeitos, e que envolve também dimensões da vida pessoal, pode condicionar a avaliação da comunidade relativamente às suas competências profissionais.

Outra questão ética que mereceu a reflexão da autora e que importa salientar, diz respeito à denominada ‘prática pobre’. Sendo certo que nenhum Assistente Social é igualmente competente em todas as áreas da prática, no contexto rural é comum não haver o ‘colega certo’ a quem passar o caso. Os Assistentes Sociais rurais estão, assim, mais sujeitos a deparar-se com situações que convocam a sua intervenção, exigindo competências avançadas/especializadas, para as quais podem não estar adequadamente preparados, as mais das vezes, sem colegas próximos com quem possam dialogar, e sem acesso a supervisão. Trata-se, nas palavras da autora, de um dos dilemas éticos mais desconcertantes com que os Assistentes Sociais rurais se confrontam. O que fazer? Ignorar o pedido de ajuda? Ajudar da melhor maneira possível? O conflito ético reside, então, na dicotomia ‘competência profissional *versus* necessidade de responder às necessidades do cliente’. Conclui que, entre os

Assistentes Sociais rurais, existe consenso quanto ao ambiente rural apresentar os seus próprios riscos éticos para os profissionais, riscos esses que importa gerir. Nesse sentido, apresenta um conjunto de sugestões que se reputam interessantes, e da maior pertinência, na abordagem desta matéria.

Sendo as raízes do Serviço Social de base urbana, não há consenso quanto ao reconhecimento do Serviço Social rural como um campo da prática distinto, como já aqui afirmado, acabando este por se constituir como um campo da prática profissional que responde a uma significativa e, por vezes, esquecida minoria. O mesmo se pode dizer relativamente à academia, estando as questões rurais pouco presentes, ou mesmo ausentes, na formação dos futuros assistentes sociais, quer a nível internacional, quer nacional. Esta lacuna acaba por ter consequências, não só no âmbito da intervenção em meio rural, como também junto de populações rurais deslocadas que conservam, ou podem conservar, os seus traços culturais específicos. Assume, assim, particular relevância, para os Assistentes Sociais que trabalham em ambientes rurais ou com pessoas com estilo de vida rural, entender como aplicar conhecimentos e competências que se adequem a estes contextos, minimizando os riscos de ler esta realidade específica com a lente deturpada de preconceitos urbanos.

Ao eleger como objeto de estudo o conhecimento das práticas profissionais dos Assistentes Sociais em territórios de baixa densidade demográfica, a autora propõe-se contribuir para aprofundar a reflexão e dar visibilidade ao Serviço Social rural que, embora represente, desde os primórdios da profissão, um dos seus múltiplos campos de atuação, é ainda desconhecido de muitos profissionais, sendo escassa a literatura sobre o tema, num país em que os 208 municípios menos povoados ocupam 65,8% do território. E leva mais longe o desafio, desafiando: na conclusão desta obra, apresenta um conjunto de recomendações, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com as quais pretende “contribuir para o reforço de um exercício do Serviço Social rural norteado pelos princípios e valores do Projeto Ético-Político da profissão e orientado para o futuro”.

O *Serviço Social Rural: Desafios em Territórios de Baixa Densidade Demográfica*, de Marisa de Jesus Candeias, é uma obra que encerra também uma dimensão autobiográfica, quer do ponto de vista pessoal – apresentando-se a autora como uma cidadã natural e residente num meio rural –, quer do ponto de vista profissional – relevando a sua atividade profissional, enquanto Assistente Social, em organizações da economia social em meios rurais.

O que a autora nos oferece é uma reflexão sustentada, baseada numa meticulosa articulação entre teoria e reflexão sobre a(s) prática(s). Estamos, pois, perante uma obra extremamente útil, que se propõe ajudar a abrir caminhos com vista

à reflexão e construção de conhecimento em Serviço Social, em particular, no negligenciado Serviço Social rural.

Lisboa, Novembro 2024

Isabel de Sousa

INTRODUÇÃO

O mundo rural português está longe de ser homogéneo manifestando distintos efeitos de abandono rural, de despovoamento e perda de competitividade económica. Nestes territórios de baixa densidade, vários Assistentes Sociais rurais empenham-se diariamente na prestação de serviços de ajuda às comunidades rurais – muitas em situação de isolamento social e geográfico e em situação de pobreza extrema – enquanto agentes de mudança com conhecimento em primeira-mão das situações, desafios e problemas que as pessoas e territórios rurais enfrentam. Porém, o conceito e definição de espaço rural não é consensual, sendo frequente o recurso a diferentes critérios para a sua classificação. Esta dificuldade na definição resulta, portanto, em diferentes classificações do mundo rural. Não obstante, os territórios rurais caracterizam-se pela baixa densidade populacional, económica, habitacional e institucional; o perfil de povoamento é de baixa densidade, podendo ser concentrado, disperso ou linear; predominam as atividades ligadas aos recursos naturais (agricultura, silvicultura, pecuária ou pesca) e prevalece uma forte matriz natural e de autenticidade paisagística registando, nos últimos anos, tendências de desertificação e despovoamento e, conseqüentemente, evoluções demográficas desfavoráveis (SCAMA, 2017).

O êxodo rural, o envelhecimento populacional e a pobreza emergente das limitações dos territórios permanecem como temas prementes na atualidade, atendendo às assimetrias regionais do território português, provavelmente agravadas na sequência da aprovação do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica – lei n.º 22/2012, de 30 de maio –, face ao ‘imperativo económico’ na sequência da crise económica de 2008. Pretendeu-se, com esta reorganização administrativa, alcançar determinados parâmetros de agregação, que incluíram a extinção de freguesias rurais em lugares de difícil acesso físico, onde residem pessoas idosas para as quais a junta de freguesia representava a janela para o mundo, onde poderiam receber os seus vales postais com as pensões, o correio, chamar um táxi ou agendar uma consulta. Neste processo, após as juntas de freguesia, os caminhos de ferro, as extensões de saúde e os balcões dos correios, seguiu-se o encerramento das escolas de pré-escolar e do primeiro ciclo, concretamente daquelas mais distantes, onde residem crianças com fracos recursos e menores oportunidades, mesmo após um significativo programa de revitalização do parque escolar que reabilitou todas as escolas de primeiro ciclo gerando-se, no seu conjunto, um quadro refletor do retrocesso nos direitos sociais, o agravamento das assimetrias e desigualdades, o agravamento do isolamento

geográfico e social destas regiões, o aumento da vulnerabilidade das populações rurais, o aumento do fosso da desigualdade social, da injustiça social e consequente negação a algumas populações dos meios rurais do exercício de alguns dos seus direitos fundamentais.

O desenvolvimento, enquanto processo de aumento das possibilidades de escolha das pessoas e, principalmente, de melhores condições de vida (Marques, 2009), implica a adoção de medidas efetivas que permitam aos cidadãos e cidadãs o alcance pleno das suas potencialidades humanas, mediante condições de igualdade. Adotada pela Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento reconhece o desenvolvimento como um processo económico, social, cultural e político abrangente, que visa a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base na sua participação ativa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios dele derivados. Esta visão do direito ao desenvolvimento destaca a importância de se assegurar, de entre outros direitos, aqueles referentes à igualdade de oportunidades no acesso aos recursos básicos, como educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa de rendimentos (Marques, 2009). Com o objetivo de reduzir as assimetrias do território português, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 72/2016 de 24 de novembro, criou o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que teve como primordial objetivo a afirmação do interior como um aspeto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial, promovendo uma abordagem de valorização dos recursos e das condições endógenas dos territórios e regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento e competitividade. Não obstante, apesar dos esforços políticos empreendidos, como o PNCT (2016), posteriormente convertido no Programa de Valorização do Interior pela RCM n.º 116/2018 e posterior revisão pela RCM n.º 18/2020, parece verificar-se um fracasso generalizado das políticas públicas para o desenvolvimento do interior e redução das assimetrias territoriais, como evidencia o estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos “Territórios de bem-estar – Assimetrias nos Municípios Portugueses” (2022), ao concluir que nos municípios mais envelhecidos os rendimentos são mais reduzidos e estão mais ausentes as classes sociais com elevados recursos (FFMS, 2022).

Face ao contexto apresentado, compete ao Serviço Social a função preventiva no sentido de mobilizar as capacidades latentes dos indivíduos para agir; reorganizar os recursos sociais existentes, maximizando-os para que sirvam como infraestruturas ao serviço da comunidade, e implicar recursos na promoção do desenvolvimento (Kisnerman, 1978). O Assistente Social deverá ser um planificador, ativando as relações

inter-humanas e despertando e incorporando os cidadãos e cidadãs no processo de desenvolvimento (Kisnerman, 1978). Os Assistentes Sociais têm de fazer a diferença, atuando de forma crítica, pelo reconhecimento da dimensão política do Serviço Social, sendo desafiados a ter uma atitude crítica e reflexiva - política (Carvalho, 2016). Assim, o/a Assistente Social deve privilegiar a construção de propostas de trabalho que permitam a preservação e efetivação dos direitos, e não a mera execução de políticas. Considera-se, aliás, que o Serviço Social deve assumir posições éticas que numa macro perspectiva influenciem as políticas públicas e assumam ações no âmbito do desenvolvimento comunitário, que verdadeiramente empoderem as populações rurais ao exercício de uma posição de reivindicação pelos seus direitos sociais, incluindo o seu direito ao desenvolvimento, o acesso aos recursos e oportunidades.

Na sua essência, esta obra resultou da trajetória da autora, decorrente da sua atividade profissional enquanto Assistente Social, exercida ao longo de quinze anos em organizações da economia social em meios rurais – especificamente no Alto Alentejo. Assim, o ímpeto inerente à opção do tema desta investigação desenvolvida no âmbito da elaboração da tese de doutoramento em Serviço Social, configurou uma escolha que reflete as experiências e os desafios profissionais mais marcantes da autora, bem como a sua experiência pessoal enquanto cidadã natural e residente num meio rural, caracterizado por questões como a distância geográfica dos grandes centros e a escassa rede de transportes públicos.

Do contato profissional da autora com os meios rurais de maior isolamento, algumas experiências marcantes permanecerão na sua memória, como a interrupção matinal da viagem de carro para o local de trabalho por um amplo rebanho de ovelhas que diariamente atravessava a estrada, as condições insalubres em que algumas pessoas viviam, semelhantes às instalações para animais de grande porte, e a necessidade de passar, a pé, uma ribeira que no inverno isolava a habitação de um casal de pessoas idosas, não existindo qualquer alternativa no acesso à mesma. Estas experiências, a par do reconhecimento de problemas de nível macro como o desemprego, o êxodo da população ativa para os grandes centros urbanos e consequente envelhecimento populacional e despovoamento, despertaram na autora ao longo do seu exercício profissional na intervenção direta, o interesse pelo desenvolvimento de projetos que se traduziram na criação de postos de trabalho contribuindo para a fixação de população nos territórios de baixa densidade onde desenvolveu a sua atividade profissional, enquanto Assistente Social.

Esta publicação visa dar a conhecer este contexto particular de intervenção dos Assistentes Sociais – o meio rural – assumindo-se como objeto de estudo as práticas profissionais do/a Assistente Social rural em territórios de baixa densidade demográfica,

procurando-se: a) refletir sobre o perfil do Assistente Social rural; b) compreender o papel dos Assistentes Sociais rurais para o desenvolvimento dos recursos das comunidades rurais; c) identificar modelos específicos de intervenção em contexto rural; d) promover a reflexão sobre os constrangimentos, desafios e oportunidades para o Serviço Social rural; e) incentivar a prática política (*policy practice*) dos Assistentes Sociais rurais; f) retratar experiências profissionais dos Assistentes Sociais rurais; g) Evidenciar os principais desafios éticos do Serviço Social rural; h) Indicar pistas para a formação académica dos Assistentes Sociais rurais.

No decorrer da investigação privilegiou-se a abordagem qualitativa como estratégia metodológica de investigação. Esta abordagem compreende processos e procedimentos que, a partir da reunião de um conjunto de dados qualitativos, permitem a explanação, compreensão ou interpretação de situações ou contextos em investigação (Bernard & Ryan, 2010). Deste modo, o objeto de estudo foi entendido a partir do seu interior, ou seja, como uma construção elaborada a partir da interpretação dos atores, na ótica de Lessard-Herbert, Goyette et al. (2008), procurando-se através das narrativas compreender as lógicas, ideias e experiências dos atores – os Assistentes Sociais rurais.

A abordagem empírica incidiu na opção pela NUTSII do Alto Alentejo e da Beira Baixa. A delimitação da área geográfica e campo de estudo em questão deve-se a fatores de proximidade com ambas pois, na altura da investigação, constituíam a área de residência e de trabalho da autora. De acordo com Glaser e Strauss (2006), não existe uma dimensão ideal para amostras de estudos qualitativos não devendo, porém, ser esta amostra demasiado pequena, ou demasiado grande que impossibilite uma análise aprofundada dos contextos. Além disso, foi importante definir limites de estudo adequados aos recursos existentes e prazos estabelecidos para o desenvolvimento da investigação.

No contexto desta investigação, não ocorre a probabilidade de o universo ser igual à amostra, sendo assim não representativa. A investigação não é passível de utilização com finalidades de extrapolação de resultados e de generalização ao universo nacional e, menos ainda, ao universo internacional. Assim, os critérios definidos para a constituição da amostra foram: formação de base em Serviço Social, experiência profissional em contexto rural e disponibilidade para a participação voluntária. Na escolha dos participantes – Assistentes Sociais rurais / informantes privilegiados – não foi considerada a preocupação com generalizações estatísticas, mas sim, de abstração analítica, ou seja, a representatividade social em detrimento da representatividade estatística, na senda do pensamento de Guerra (2006), que considera que a amostra pode constituir-se de acordo com as características que se pretende investigar e não

imperiosamente por questões de ordem probabilística. Recorremos, assim, a uma amostragem teórica, de modo a selecionar os atores que se enquadravam nos critérios que se pretendiam investigar (Flick, 2005).

Integraram o estudo 20 participantes, todos Assistentes Sociais rurais/em exercício em meio rural, concretamente nas NUTS II do Alto Alentejo e da Beira Baixa. A amostra é maioritariamente feminina, com apenas 3 participantes do sexo masculino. O intervalo de idades dos participantes encontra-se compreendido entre os 27 e os 52 anos, com uma média de 43 anos de idade. O número médio de anos de experiência profissional em meio rural é de 12 anos.

Para a recolha de dados empíricos optou-se pelo recurso a entrevistas semiestruturadas e aos grupos focais, para os quais foram desenvolvidos guiões de entrevistas. Foram realizadas 13 entrevistas em profundidade, entre os meses de março a maio de 2021, com a duração média de 1 hora, duração mínima de 30 minutos e máxima de 1:30h e também um grupo focal com a participação de 7 Assistentes Sociais rurais. Neste grupo focal participaram Assistentes Sociais rurais de ambas as NUTSII consideradas e de vários setores de atividade. Ambas as metodologias foram desenvolvidas com recurso à plataforma zoom, devido à COVID-19. Apesar dos constrangimentos que esta pandemia trouxe, que impossibilitaram a aplicação de outras metodologias complementares e a possibilidade de triangulação de métodos, as entrevistas zoom possibilitaram a obtenção dos dados de forma mais célere e também a eliminação de custos com deslocações, o que naturalmente temos de apontar como vantagem no desenvolvimento de estudos sem qualquer apoio/financiamento além do investimento pessoal. A referir, no entanto, alguns aspetos negativos desta estratégia, mais especificamente as falhas de rede que, por vezes, dificultaram a comunicação.

Do grupo de participantes, 10 Assistentes Sociais exercem atualmente a profissão no Alto Alentejo e também 10 exercem na Beira Baixa. O tratamento dos dados qualitativos foi desenvolvido por via da metodologia de análise de conteúdo. Com base nos objetivos do estudo e no quadro de referência teórico procedeu-se à seleção dos constructos analíticos relativamente às práticas profissionais dos Assistentes Sociais rurais, percorrendo-se as etapas inerentes à análise de conteúdo: constituição do corpus documental resultante da informação recolhida, definição de categorias e das unidades de análise, promovendo-se o processo reflexivo e interpretativo adequado a análises qualitativas, procedendo-se à criação do ficheiro de projeto de análise de dados qualitativos e à importação das entrevistas, à seleção dos excertos da informação, respetiva codificação, análise e obtenção da matriz de análise. Nesta investigação a aplicação do conhecimento está limitada a um determinado meio geográfico. Deste modo, é possível existir uma generalização do conhecimento, não na perspetiva

positivista de criação de leis gerais, mas no sentido da transferência e apropriação dos resultados por outros atores e contextos que o encarem como hipóteses de trabalho para estudos da realidade. Acrescenta-se que, na grande maioria, as fontes bibliográficas utilizadas ao longo da investigação estão disponíveis apenas em inglês, o que conduziu à necessidade do desenvolvimento de traduções, que são livres e da inteira responsabilidade da autora. Espera-se que este livro, que se destina a estudantes e profissionais de Serviço Social, bem como a todos os interessados pelos meios rurais e problemáticas identificadas, se consiga afirmar como leitura instigante e apaixonante pelos territórios e populações rurais.

A obra destina-se a estudantes e profissionais de Serviço Social, bem como a todos os interessados pelos meios rurais e problemáticas identificadas, apresentando uma estrutura constituída pela presente introdução, 4 capítulos que abrangem o corpo central da investigação e a conclusão. Alguns dos pontos são de natureza essencialmente teórica, enquanto outros exibem abordagens empíricas. Nesta introdução apresentou-se genericamente o tema a investigar, justificando a pertinência, os motivos da autora pela opção tomada e primordiais objetivos. O Capítulo 1 procede ao enquadramento do conceito de Serviço Social rural, analisando a sua evolução histórica e principais teorias subjacentes. No capítulo 2 discute-se o conceito de ruralidade e apresentam-se os principais problemas que mais afetam os meios rurais, a nível nacional e internacional, bem como a análise demográfica assente nos resultados dos Censos de 2021. O Capítulo 3 apresenta modelos de intervenção que atribuem especial atenção ao contexto rural, bem como as oportunidades e os desafios do Serviço Social rural. Por fim, o capítulo 4, que se destina à apresentação dos principais desafios éticos verificados no exercício profissional em meio rural e à importância do desenvolvimento de formação em Serviço Social rural.

1. DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO SOCIAL SOBRE A RURALIDADE

O legado intelectual dos estudos rurais começou há mais de cem anos com as profundas transformações sociais que deram origem à sociologia e a outras ciências sociais. O interesse nos efeitos sociais da transformação da sociedade rural para a urbana remonta aos primórdios da ciência social. A preocupação com os resultados negativos percebidos da modernização, em particular da industrialização e da urbanização, representou uma das questões centrais que impulsionaram a nova disciplina da sociologia durante a última parte do século XIX (Brown & Schafft, 2011).

Dois teóricos influentes da sociologia europeia clássica – Ferdinand Tönnies e Emile Durkheim –, compartilhavam a preocupação com os resultados sociais da transformação da sociedade rural agrária para a sociedade industrial urbana. Ambos observaram que a natureza das relações sociais é fundamentalmente alterada em lugares urbanos de maior dimensão, mais densos e mais diversos, em comparação com os rurais. Tönnies escreveu sobre a transformação de *Gemeinschaft* (comunidade) em *Gesellschaft* (sociedade), enquanto Durkheim usou os termos solidariedade mecânica e orgânica para descrever as relações sociais que caracterizam as comunidades urbanas e rurais: "O que une os homens são as causas mecânicas e as forças impulsivas, como afinidade de sangue, ligação à mesma terra, adoração ancestral, comunidade de hábitos, etc." (Durkheim 1964 [1933] cit. por Brown & Schafft, 2011, p. 3), pelo que a industrialização e as mudanças na organização da agricultura resultaram em comunidades em que relações mais distantes substituíram os laços sociais primários, característicos das aldeias e do campo. Durkheim, em particular, temia que essa alteração da natureza fundamental das relações sociais separasse as pessoas das instituições e influências interpessoais que regulam o comportamento social e produzem solidariedade social (Brown & Schafft, 2011).

Nos Estados Unidos da América, essa preocupação foi mais claramente articulada por Louis Wirth (1938 cit. por Brown & Schafft, 2011), que sentiu que a vida urbana libertava as pessoas dos controlos sociais e as alienava dos seus vizinhos. O autor entendia as áreas urbanas como 'comunidades de responsabilidade limitada', onde o aumento do tamanho e da densidade populacional reduzia o apego à comunidade e a família e a comunidade deixavam de ser os pilares de construção da sociedade. Assim, se verifica, portanto, que o interesse por lugares e populações rurais (e urbanas) tem um rico legado na história do pensamento social.

1.1 AS PERSPETIVAS TEÓRICAS ORIENTADORAS DO EXERCÍCIO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Nesta obra consideram-se adequadas à compreensão dos desafios associados à prestação de serviços em áreas rurais, a perspetiva da pessoa-em-ambiente (PIE)² e a perspetiva das forças (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). Ver os desafios únicos associados a viver e trabalhar em áreas rurais e entender como as pessoas agem e interagem no seu ambiente, é fundamental para compreender o relacionamento que mantém entre elas. A perspetiva das forças é determinante para o Assistente Social rural, em grande parte devido à necessidade de identificar os pontos fortes de indivíduos, famílias e comunidades. Embora seja verdade que as pessoas que vivem nas áreas urbanas dependem umas das outras, as que vivem nas áreas rurais dependem e tornam-se ainda mais dependentes, à medida que as populações ficam mais isoladas e, por isso, dependentes das forças, talentos e serviços de outras pessoas (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Assim, a perspetiva geral de olhar o ambiente social rural deve ser de uma perspetiva baseada nos recursos e nas forças e não centrada na resposta aos *deficits* da comunidade (Daley, 2015). O Assistente Social rural identifica e potencializa os pontos fortes, enquanto atua nas estruturas que perpetuam as fragilidades. Estes profissionais encaram, com frequência, a realidade de que são uma voz para os lugares rurais, devendo trabalhar para abordar e corrigir representações falsas, estereótipos e retratos imprecisos da vida rural (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

As experiências práticas podem ser variadas e estimulantes, exigindo frequentemente a aplicação hábil de serviços diretos e também de competências de nível macro para abordar adequadamente os problemas e preocupações que surgem e determinar como o Assistente Social avalia, colabora e encontra soluções para as necessidades da vida real das pessoas e comunidades, o que certamente implica, no exercício rural, capacidades de *multitasking* (Hickman, 2014).

O contexto rural requer adaptação das competências práticas e abordagens para as circunstâncias de uma pequena comunidade. De facto, há muito a aprender sobre o trabalho com comunidades e populações rurais, uma vez que essas adaptações requerem alguma flexibilidade (Daley, 2015). Para aqueles que de alguma forma já estão familiarizados com a vida rural, a aplicação desta informação efetivamente pode ter começado a tomar forma, mas, para os que são novos no meio e na vida rural, podem ainda existir várias questões (Daley, 2015) e desafios inerentes.

² PIE: *People-in-Environment*.

1.1.1 A PERSPETIVA DA PESSOA-EM-AMBIENTE (PIE)

O conceito de pessoa-em-ambiente é essencial para o Serviço Social moderno (Gambrill, 1997 cit. por Daley, 2015). Daley (2015) refere que o princípio é o de que os Assistentes Sociais vêm as pessoas em constante interação com o seu ambiente, que inclui tanto as condições físicas como os sistemas sociais em torno da pessoa, de forma dinâmica. A perspetiva da pessoa-em-ambiente é baseada na ideia de que as questões pessoais e as necessidades não surgem unicamente ou do indivíduo ou do ambiente, mas da interação entre ambos, e os problemas que surgem representam uma incompatibilidade entre as pessoas e o seu ambiente mais amplo (Daley, 2015).

Trata-se de uma componente fundamental do modelo generalista do Serviço Social. No modelo generalista, a pessoa é vista como em interação contínua com cinco sistemas sociais: o individual, a família, o grupo, a organização e a comunidade e o comportamento da pessoa é entendido como o resultado das interações com esses sistemas e não inteiramente como um produto da livre vontade ou motivações e impulsos internos (Daley, 2015).

Os sistemas sociais influenciam o comportamento das pessoas e nas comunidades rurais as pessoas tendem a interagir de forma pessoal. Por exemplo, numa organização no âmbito da saúde mental, é provável que se conheça o cliente, sua família e a maioria dos serviços ou organizações com que o cliente interagiu. Os problemas do passado e mesmo os problemas da família não são desconhecidos, podendo esse conhecimento prévio influenciar o modo como o cliente vai ser tratado (Daley, 2015).

Numa comunidade rural toda a gente e tudo tende a estar ligado de alguma forma. Mas, as interações sociais são dinâmicas e os relacionamentos entre as pessoas podem mudar ao longo do tempo. Muitos clientes têm problemas porque não se adaptam às expectativas da comunidade (Daley, 2015).

Para os Assistentes Sociais rurais, é vital compreender as relações sociais do cliente, para efetivamente avaliar os problemas e implementar mudanças de estratégias. Como em muitos relacionamentos rurais, os Assistentes Sociais necessitam de lidar com eles de forma sensível. A perspetiva da pessoa-em-ambiente fornece aos Assistentes Sociais uma matriz para avaliar os relacionamentos rurais (Daley, 2015).

A PIE também possibilita a classificação dos problemas. Esta abordagem para compreender as conexões e sistemas humanos foi inicialmente desenvolvida como uma alternativa ao *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) (American Psychiatric Association, 2013): “*Understanding human actions through the use of the DSM is to do so by using the disease model. PIE is different in that it is at its foundation*

client centered rather than agency centered or disease-model based" (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016, p. 25).

Como a teoria dos sistemas, a abordagem PIE orienta a compreensão e interpretação dos comportamentos e interações humanas na esfera social. Porém, ao contrário daquela teoria, a abordagem PIE concentra-se no modo como as pessoas interagem dentro e entre os sistemas (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). Do ponto de vista teórico, esta abordagem considera as relações dinâmicas entre indivíduos, famílias, grupos e comunidades e o ambiente em que funcionam. Como uma abordagem prescritiva, a PIE fornece um sistema de classificação, onde o profissional pode avaliar as relações dos clientes usando uma abordagem de codificação e matriz de pontuação, o que permite definir áreas onde as necessidades são especificamente identificadas e tratadas (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Segundo Weiss-Gal (2008 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016), a abordagem pessoa-em-ambiente vê o indivíduo e os seus múltiplos ambientes como um sistema dinâmico e interativo, no qual cada componente simultaneamente afeta e é afetado por outro. Considera a pessoa como parte do seu ambiente, ou sistema, que consiste no indivíduo, em cada um dos sistemas a que o indivíduo pertence e nas relações e inter-relações contidas em cada sistema. A abordagem PIE está profundamente incorporada nos conceitos mais amplos da teoria dos sistemas, porém, é mais profunda porque são explorados todos os detalhes sobre o modo como a pessoa vive, interage e reage dentro e entre cada sistema e as relações dinâmicas entre os sistemas (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

1.1.2 A PERSPETIVA DAS FORÇAS

Os Assistentes Sociais, pela natureza da sua profissão, trabalham com vários problemas, procurando melhorar as condições sociais dos clientes, abordar barreiras e melhorar o funcionamento psicossocial do cliente. As forças do cliente e os recursos da comunidade constituem uma parte importante no seu *empowerment* (Daley, 2015). As comunidades rurais possuem muitos atributos positivos ou recursos que fazem com que a vida valha a pena para os seus residentes. No entanto, muitos retratos do bem-estar social das pequenas cidades revelam principalmente problemas e a ausência de serviços, mas, o foco na carência de serviços não é apelativo para os Assistentes Sociais nas comunidades rurais.

O enfoque exclusivo nos problemas e escassez de serviços e a omissão no destaque dos recursos rurais como as redes naturais de ajuda, a religião e o espírito comunitário de ajudar os outros, é injusto e impreciso. Em vez do enfoque nos serviços

e recursos que uma pequena comunidade não tem, é mais produtivo explorar as formas como a comunidade lida com os problemas sociais (Daley, 2015). A perspectiva das forças é parte integrante do método generalista (*Association of Baccalaureate Social Work Program Directors*, n. d.; Saleebey, 2006 cit. por Daley, 2015).

Como Rapp refere (1998 cit. por Daley, 2015), o enfoque exclusivo em determinar a fonte de um problema tende a distorcer a percepção dos Assistentes Sociais, levando unicamente à análise de problemas. O resultado é com frequência o enfoque nas patologias individuais e a exclusão dos fatores ambientais. O uso das forças na prática rural é particularmente apropriado pela importância da comunidade e dos fatores ambientais no desenvolvimento dos problemas. As forças e os recursos são também importantes fatores para conceber estratégias para o *empowerment* nas respostas às suas necessidades (Daley, 2015). A abordagem das forças possibilita aos Assistentes Sociais olhar além da patologia do problema, para utilizar o que está disponível para ajudar a resolver o problema, o que evita a estreita visão apenas no que está errado e lembra-nos de olhar para o que está correto.

Numa comunidade rural existem muitas forças e recursos. Por exemplo, com as populações rurais as forças individuais das pessoas podem incluir os relacionamentos com os outros, otimismo e uma incrível resiliência. Os recursos das comunidades rurais incluem as redes informais de ajuda, a disposição para ajudar os outros, a igreja, as organizações locais e a família (Daley, 2015). A ideia é que todos os indivíduos, as famílias e comunidades têm elementos positivos, independentemente do tipo de problemas que experienciem (Daley, 2015). O Serviço Social rural beneficia muito na utilização da perspectiva das forças. O facto de muitas áreas não serem ricas em serviços formais pode distrair os Assistentes Sociais para olhar para aquilo que existe (Daley, 2015). Existem muitos recursos disponíveis nas áreas rurais, embora possam não ser formais – os preconceitos urbanos pressupõem que devemos olhar para eles dessa forma. Mas os recursos informais podem resultar tão bem, se não até melhor, do que os serviços formais. No entanto, os serviços informais não serão descobertos se os Assistentes Sociais não os procurarem (Daley, 2015).

O Serviço Social rural surgiu de preocupações básicas para a vida das pessoas que residiam em pequenas cidades e no campo. As comunidades rurais eram comparadas às cidades em relação ao que faltava e ao que as comunidades mais pequenas necessitavam, a fim de recuperar o atraso, o que não era uma avaliação irracional dadas as circunstâncias da altura: muitas comunidades não tinham eletricidade ou água potável e tratamento de esgotos, a educação era escassa e os cuidados de saúde não estavam amplamente disponíveis (Daley, 2015). Inicialmente, os Assistentes Sociais rurais e os autores escreviam sobre Serviço Social rural com

tendência no enfoque sobre o que era necessário e estava em falta na comunidade rural. Esta tradição continua até hoje, e muita literatura rural contém uma perspectiva de *deficits*, de forma implícita ou explícita (Daley, 2015).

No entanto, algumas pessoas que trabalhavam com populações rurais cedo viram mais do que apenas as necessidades nas comunidades rurais; elas olharam para as forças dessas comunidades. Daley (2015) cita Bailey (1908), que refere o grande número de organizações que existiam para melhorar a vida das pessoas e cita também Brown (1933), que aponta a importância da utilização das forças dos clientes no trabalho com as populações rurais e as suas famílias (Daley, 2015). Mas, foi a emergência da perspectiva das forças no Serviço Social moderno, facilitado pelo trabalho de Dennis Saleebey³, em 1992, e de outros autores, que ajudou os Assistentes Sociais a focar-se mais claramente na importância desta visão da prática (Daley, 2015).

The person or family in front of you and the community around you possess assets, resources, wisdom, and knowledge that, at the outset you probably know nothing about. First and foremost, the strengths perspective is about discerning those resources, and respecting them and the potential they may have for reversing misfortune, countering illness, easing pain, and reaching goals (Saleebey, 2006 cit. por Daley, pp. 196-197).

Enquanto a perspectiva das forças tem sido conhecida no Serviço Social desde há vários anos, o trabalho de Scales e Streeter (2004) sugeriu o amplo uso desta perspectiva particularmente no Serviço Social rural (Daley, 2015). A utilização da abordagem das forças na prática rural continua a emergir como um aspeto importante da prática, pois embora as comunidades possam não ser ricas em recursos formais, os maiores recursos que as áreas rurais possuem são as suas populações, que não devem ser esquecidas, que tendem a ser resilientes e autossuficientes (Daley, 2015).

A aplicação da perspectiva das forças na prática do Serviço Social rural é tanto uma filosofia quanto um modelo de prática. Este modelo parte da visão de que os clientes contêm recursos que podem ajudá-los a melhorar as suas condições de vida (Saleebey, 1997 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). De uma perspectiva rural, pode ser muito fácil cair na armadilha de ver as preocupações sociais pelas lentes dos *déficits*. Se partirmos da posição de que as pessoas que vivem em áreas rurais não têm acesso a serviços e recursos, estamos a fazê-lo de uma posição deficitária. Concentramo-nos na falta de recursos como escolas, empregos, hospitais, serviços sociais e assim por

³ Dennis Saleebey publica em 1992, a 1.ª edição da sua obra: '*The Strengths Perspective in Social Work Practice*'.

diante. No entanto, da perspectiva das forças, podemos olhar para os mesmos problemas e procurar elementos positivos do indivíduo ou da comunidade. A perspectiva dos pontos fortes incentiva-nos a olhar além do que pensamos ver e a encontrar oportunidades de crescimento e desenvolvimento que já existem, observando o meio ambiente como repleto de recursos que podem ser utilizados para beneficiar aqueles que nele vivem (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

1.2 SERVIÇO SOCIAL RURAL: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E DISCUSSÕES

Serviço Social Rural? Esta é a primeira questão de entre tantas outras relacionadas com as populações rurais, a teoria e a prática do Serviço Social rural, com os territórios de baixa densidade demográfica. A nível internacional, vários autores têm dedicado o seu trabalho a este campo da prática do Serviço Social e a NASW – Associação Nacional de Assistentes Sociais dos EUA – aprovou, em 2011, a sua ‘*Policy Statement*’ sobre o Serviço Social rural, com posterior revisão na 12.^a edição da publicação “*Social Work Speaks – National Association of Social Workers Policy Statements*” (2021-2023).

O Serviço Social rural tem uma tradição consolidada nos Estados Unidos da América. O termo é amplamente reconhecido também na Austrália e Canadá, mas no Reino Unido e no continente Europeu – incluindo em Portugal – é utilizado com menor frequência. Historicamente, não é preciso procurar muito para encontrar evidências de discussões na literatura, que vão desde a pergunta aparentemente simples do que ‘rural’ é ou não é, até questionar se a prática de Serviço Social rural difere de maneira significativa da prática com populações urbanas (Pugh & Cheers⁴, 2010).

Reconhece-se que a prática do Serviço Social em regiões geográficas rurais e isoladas difere da prática em áreas mais populosas, o que justifica os nossos esforços no desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e sofisticada do conceito, mas devemos questionar: Porque é diferente? O que torna a ‘prática rural’ tão diferente da ‘prática urbana’? Será a falta de recursos num lugar *versus* o acesso a serviços noutra lugar (Mackie, Zammit e Alvarez, 2016)? Será o Serviço Social rural um campo da prática distinto? Daley (2010) reconhece que apesar da significativa literatura que tem sido produzida nos últimos anos, ainda não existe consenso na resposta a tal questão,

⁴ Richard Pugh é professor emérito em Serviço Social e Assistente Social com experiência profissional no Reino Unido e nos EUA. Foi professor e investigador na *University of South Australia*, nas Universidades de Toronto e York no Canadá, na *University of Kuopio*, na Finlândia e na *University of Arizona*, em Phoenix. Membro do Comité Consultivo Editorial da revista internacional *Rural Social Work and Community Practice* e também revisor e consultor de várias editoras britânicas. Brian Cheers é professor associado e diretor do Centro de Desenvolvimento Comunitário e Regional do Campus Whyalla da *University of South Australia*. É Assistente Social e sociólogo rural e comunitário.

o que igualmente se refletiu na opinião dos Assistentes Sociais rurais que participaram nesta investigação: ou seja, não foi do mesmo modo obtido consenso junto dos Assistentes Sociais rurais entrevistados. Não obstante, sem consenso obtido e com algumas resistências, a maioria dos entrevistados reconheceu durante a reflexão sobre a questão colocada, que tanto o rural tem especificidades, como o urbano; especificidades estas que são diferentes, sendo por isso o Serviço Social rural um campo específico do Serviço Social:

“(...) na área rural realmente as pessoas têm estas especificidades e as suas formas de estar que são diferentes do urbano, fazendo assim esta distinção rural do urbano, por isso eu acho que sim, que pode ser um campo específico e uma prática específica, sim” - AS1.

“Sim. Eu penso que sim (...) eu penso que fazia todo o sentido em que, para além dos outros campos que nos são apresentados ao nível da formação, que se pudesse também tocar, porque há especificidades ao trabalhar no meio rural” - AS3.

“Sim. Não propriamente pelas pessoas, por serem pessoas... quer dizer, não têm problemas diferentes do que as pessoas em meio urbano, não é? São todas pessoas. Mas, efetivamente, existem características mais comuns no público-alvo em meio rural e no público-alvo em meio urbano. Há problemáticas comuns e típicas do meio rural” - AS4.

“Eu julgo que sim e que faz todo o sentido e que carece de um espaço específico de partilha de conhecimento, de informação, de experiências (...) porque associam muito a dimensão rural à dimensão... a características territoriais, onde as diferentes abordagens e modelos de intervenção podem ser facilmente adequados e adaptados” - AS5.

“Julgo que sim. Tanto pelo tipo de abordagem que temos que realizar nestes meios, como também pelo tipo de ação em si” - AS17.

“Sim, eu vejo o Serviço Social como um todo (...) obviamente poderá haver aqui a especialização, por assim dizer, ao nível da intervenção em vários contextos (...) conhecer as especificidades do meio rural para adequar a intervenção do Serviço Social e ir ao encontro dessas mesmas especificidades” - AS8.

Destacamos, de seguida, alguns trechos das entrevistas dos Assistentes Sociais, em minoria, que consideram que o Serviço Social rural não constitui um campo específico do Serviço Social, ou que demonstraram dúvidas na resposta.

“Confesso que tenho aqui alguma dificuldade porque embora possa existir aqui algumas características de utentes destes ambientes mais rurais (...) tenho aqui alguma dificuldade em fazer esta diferença” - AS6.

“Não sei até que ponto, porque em termos de intervenção, a intervenção apesar de ser em meio rural, é muito semelhante à intervenção noutros contextos (...) eu penso que haver um campo específico... por acaso não tinha ainda pensado sobre isso” - AS7.

“É assim, um campo específico eu não diria. Penso que não será propriamente. A diferença reside na proximidade e no aprofundamento da questão para responder mais eficazmente à problemática verificada, pronto. É o atuar na prevenção, na sensibilização. É sair do gabinete e apoiar na resolução das temáticas mesmo antes de os problemas surgirem, pronto” - AS18.

Autores como Pugh e Cheers (2010) argumentam que o Serviço Social rural não é universalmente reconhecido porque as exigências e os problemas da prática rural permanecem sub-reconhecidos, também como consequência de outros fatores como, por exemplo, os níveis de urbanização e densidade populacional que são muito maiores em vários países europeus, pelo que as necessidades das populações rurais podem ser social e politicamente marginalizadas. Porém, enquanto as mais distantes e remotas áreas rurais poderão ter sofrido um declínio populacional, em muitos países, números substanciais de pessoas continuam a residir em áreas rurais como também se verifica em Portugal.

Parece consensual que o termo Serviço Social rural não significa que todos os problemas e situações em áreas rurais, são idênticos. Assim, não se supõe que os problemas rurais podem ser respondidos com um conjunto de métodos e abordagens, nem com uma teoria geral sobre prática do Serviço Social rural. Aliás, reconhece-se, inclusivamente, que as comunidades rurais são diversificadas, que as formas como os problemas sociais e pessoais são experienciados pelas populações rurais podem variar de sítio para sítio e, conseqüentemente, podem requerer diferentes respostas, de acordo com o contexto particular em que surgem. Segundo Pugh e Cheers (2010) existem duas abordagens que explicam o que se quer dizer com Serviço Social rural: a primeira abordagem consiste na tentativa de definir o que é a ruralidade, ou seja, definir o espaço rural ou o cenário; a segunda abordagem consiste na tentativa de definir o campo da prática, isto é, estabelecer o que é distintivo sobre o Serviço Social rural. O Serviço Social rural é, assim, um termo que, de forma útil, identifica um conjunto de questões e preocupações em torno da prática do Serviço Social em áreas não-urbanas (Pugh & Cheers, 2010).

Relativamente ao entendimento do conceito, os entrevistados na nossa investigação remetem para o claro acompanhamento a nível social, mas num contexto específico; numa perspetiva menor no que respeita ao número de habitantes; de pequenos aglomerados populacionais; mais rural, no interior, no campo, na agricultura; com uma população mais envelhecida, pobre, isolada e solitária; com um maior distanciamento para os serviços, porém marcado por um serviço de proximidade e de trabalho em rede:

“Eu interpreto que seja um acompanhamento a nível social, não é? Da nossa profissão mais a nível das freguesias e das populações mais (...) é com populações mais reduzidas, não é? Em termos rurais e mais no interior (...)” - AS1.

“Entendo o Serviço Social rural por um campo de atuação profissional em equipamentos da rede de serviços sociais em meios rurais, ou seja, em locais como menos de 2.000 habitantes” - AS2.

“O Serviço Social rural está muito relacionado com as questões sociais que emanam do chamado mundo rural, não é? Portanto da particularidade do campo, da particularidade dos pequenos aglomerados populacionais (...)” - AS3.

“Talvez um Serviço Social que desenvolve um conjunto de abordagens em contextos territoriais específicos (...) associados a características naturais e que estão associadas ao mundo natural e à produção agrícola e contextos que pelas suas características podem também estar associados a características específicas da população, nomeadamente ser uma população maioritariamente idosa, com um distanciamento face a um conjunto de serviços localizados em contexto urbano, ou seja, uma abordagem que consiga trazer a dimensão territorial e características que são específicas de determinados locais para a intervenção do Assistente Social” - AS5.

“(...) eu associo sempre ao campo, agricultura, não é? Ao distanciamento geográfico, ao interior (...)” - AS6.

“(...) a única coisa que me oferece dizer é que é um Serviço Social se calhar de maior proximidade, não é? (...) e, portanto, esta proximidade que caracteriza o meio rural, poderá ser por aí” - E3.

“Serviço Social rural é o Serviço Social mais de apoio a uma população em meio rural (...) por situações de pobreza, por situações de isolamento, solidão, enfim, que existem em menor percentagem ou em taxas mais baixas em meio urbano (...) situações de isolamento, situações de pobreza serão situações mais problemáticas” - AS19.

“Serviço Social rural (...) nem nunca articulei com os colegas como artigo aqui, nunca, nunca, nunca fiz este tipo de trabalho em parceria [como se faz no meio rural onde exerce]⁵, nunca trabalhei assim” - AS20.

O conceito de Serviço Social rural não identifica um conjunto exclusivo de características que apenas podem ser encontradas em áreas rurais, apesar de se considerar que algumas características são mais frequentes nessas áreas. Verifica-se, na literatura, algumas generalizações sobre a ruralidade, sem porém se assumir a sua universalidade, nomeadamente: a) as necessidades de algumas populações rurais, que tendem a não ser reconhecidas ou são menosprezadas; b) as populações rurais são tipicamente pouco providas de serviços sociais; c) as infraestruturas rurais são mais fracas, isto é, a disponibilidade ou existência de outros serviços como habitação social, redes de transportes e outros, são reduzidos; d) as oportunidades de emprego são

⁵ Esclarecimento da autora.

restritas, ou devido à localização ou face às mudanças do mercado de trabalho rural; e) os serviços rurais geralmente têm maiores custos de prestação; e f) na maioria das áreas rurais são mais comuns as situações de pobreza e as oportunidades de vida são reduzidas (Pugh & Cheers, 2010). A pobreza rural é um tema que merece a nossa atenção, pelo que dedicaremos um ponto exclusivamente à pobreza rural em Portugal. De acordo com Carlton-Laney e Burwell (2011), o conceito de pobreza baseada nas pessoas (*People based poverty*) diz respeito à iniciativa pessoal, à inadequada gestão financeira e inadequada tomada de decisões como explicações para as baixas qualificações, o fraco desempenho profissional e, inclusivamente, inexistência de planeamento familiar. As autoras distinguem o conceito anterior do conceito de pobreza baseada no local (*Place based poverty*), que aborda a ausência de emprego, o envelhecimento das infraestruturas como sistemas de água⁶ e esgotos, escolas precárias, habitação inadequada e a limitação de serviços de ajuda para responder às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os contextos rurais não são estáticos, estando sujeitos a mudanças de dentro e de fora das suas fronteiras, devendo ser entendidos como locais dinâmicos. O Serviço Social rural tem um papel importante, pois lembra a prática convencional de algo que é muitas vezes esquecido, mas que sempre permaneceu evidente para aqueles que trabalham em áreas rurais: mais especificamente, que o contexto social e as dinâmicas das comunidades são importantes (Pugh & Cheers, 2010).

Outra das discussões mais elementares no campo do Serviço Social rural é a que contrasta o Serviço Social rural como Serviço Social numa comunidade rural, com a que define o Serviço Social rural como Serviço Social com populações rurais (Carlton-Laney, Edwards & Reid, 1999; Ginsberg, 2005; Scales & Streeter, 2004 cit. por Daley, 2010). Uma escola de pensamento é que o Serviço Social rural é geralmente confinado às pequenas comunidades ou comunidades rurais. Muitas das mais recentes publicações em Serviço Social rural contêm este conceito nos seus títulos. Para os autores, esta perspetiva leva os Assistentes Sociais ao foco em aspetos de desenvolvimento de recursos, construção de forças e de recursos comunitários e ao '*community building*'.

Numa perspetiva mais inclusiva, Daley e Avant⁷ (2004 cit. por Daley, 2010) entendem o Serviço Social rural como o trabalho com populações rurais, onde quer que estas se encontrem! Esta abordagem sugere que as populações rurais podem ser

⁶ Refira-se, no contexto português, o boicote eleitoral de Dona Maria, aldeia no concelho de Sintra, às eleições para a Assembleia da República, em 1991, pela inexistência de abastecimento público de água. O boicote manteve em suspenso os resultados eleitorais, estando em causa a eleição de Francisco Louçã (PSR) ou de 1 deputado do PSD, que veio a ganhar.

⁷ Freddie Avant é professor da *Stephen F. Austin State University*.

encontradas em comunidades que não se enquadram nas definições gerais de pequenas cidades ou comunidades rurais (Daley, 2010). Além disso, populações que se identificam como rurais e evidenciam cultura, normas e comportamentos rurais, podem ser encontradas em aglomerados em comunidades urbanas, em áreas rurais que foram absorvidas pela invasão urbana, ou em comunidades rurais que apresentaram recente crescimento (Daley, 2010). Não obstante, apesar de as pessoas alterarem a sua localização ou de o ambiente ter mudado, essas populações ainda se aproximam da vida rural e ainda procuram ajuda de uma perspectiva rural (Daley, 2010). Assim, a população que potencialmente necessita do Serviço Social rural é realmente superior aos números oficiais dos censos demográficos, uma vez que as populações rurais se mudam para as áreas urbanas e, quando o fazem, não abandonam as suas necessidades e tradições. Neste sentido, as comunidades rurais podem não ser inteiramente geográficas, mas sim baseadas em interesses comuns, interações sociais, padrões de comportamento, trocas ou comércio (Meenaghan, Gibbons & MacNutt, 2005 cit. por Daley, 2015). Assim, podemos encontrar comunidades fora de áreas geográficas que são tipicamente classificadas como rurais. Aliás, reconhece-se que as comunidades raramente são inteiramente homogêneas e que características das comunidades rurais se verificam, com frequência, em áreas urbanas e vice-versa Daley (2010).

Não é necessário muito tempo ou muita experiência numa comunidade rural para os Assistentes Sociais aprenderem que existem algumas diferenças entre o trabalho profissional naquele ambiente e o trabalho que é normalmente experienciado numa comunidade mais ampla ou numa cidade, e que a adequação de competências num ambiente de trabalho rural requer enculturação (aprender e utilizar outra cultura), adaptabilidade e criatividade, o que os Assistentes Sociais, com frequência, têm de aprender (Daley, 2015).

Leon Ginsberg, autor da obra "*Social Work in Rural Communities*", defendeu que uma boa base em Serviço Social é suficiente para a prática rural e que os Assistentes Sociais apenas necessitam de ajustar os modelos profissionais e métodos do Serviço Social ao contexto (Ginsberg⁸, 2011). De facto, este foi o entendimento durante algum tempo, como Josephine Brown (1933) escreveu:

The social case worker in the rural community will find that, while the fundamental principles of case work are the same whether she works in city, town, village, or

⁸ Leon Ginsberg, autor norte americano, é doutorado pela Universidade de Oklahoma. Foi professor na Universidade de West Virginia, South Carolina e na *Appalachian State University*. Autor de várias obras de Serviço Social. Editor da revista *Administração em Serviço Social*. Premiada, em 2011, com o prémio do *Council on Social Work Education: Significant Lifetime Achievement in Social Work*.

open country, there are certain modifications in method which may be advisable in making an adjustment to rural conditions (Brown, 1933 cit. por Daley, 2015, p. 192).

Daley refere que, por outras palavras, o Serviço Social rural é Serviço Social adaptado aos contextos das comunidades mais pequenas, mas, apesar da prática do Serviço Social rural ser em muitos aspetos semelhante à prática do Serviço Social em contextos amplos, pode ser considerada um campo distinto da prática (2015). Também vários outros autores argumentam que o trabalho profissional com pessoas que vivem em áreas rurais apresenta um número significativo de características únicas que justificam a sua identificação como um campo distinto da prática (Carlton-LaNey, Edwards & Reid, 1999; Daley & Avant, 2004; Daley & Pierce, 2011; Ginsberg, 2005, 2011; Johnson, 1980; Lohmann & Lohmann, 2005; NASW, 2009, 2012 cit. por Daley, 2015).

Efetivamente, as comunidades rurais são comunidades de pessoas. Conforme se referiu, essas comunidades podem ser geográficas ou associativas. Assim, independentemente de as populações rurais viverem numa área rural ou de formarem subgrupos numa cidade ou subúrbio, podem constituir comunidades coesas, pois os problemas dos diferentes tipos de comunidades rurais podem variar, mas é comum a todas o comportamento rural (Daley, 2015). Embora estas comunidades rurais difiram em termos de normas e culturas, verificam-se alguns elementos comuns. Por isso, compreender o comportamento rural e as expectativas específicas de cada comunidade são componentes fundamentais na avaliação em Serviço Social e no *empowerment* das populações rurais (Daley, 2015).

Assim, e segundo a declaração de política do Serviço Social rural da NASW (2012 cit. por Daley, 2015, p. 6), “Social Workers practicing in rural areas have historically sought to resolve issues of equity, service availability, and isolation that adversely affect residents. They also work to support and advocate for vulnerable and at-risk people living in rural communities”. Porém, em alguns contextos, não existem Assistentes Sociais suficientes para responder às necessidades das comunidades e com frequência estes profissionais encontram-se isolados ou trabalham em pequenos grupos. Mesmo quando existem Assistentes Sociais na comunidade, muitas vezes não têm formação para responder à abrangência dos problemas da comunidade e enfrentam desafios no acesso a supervisão profissional (Daley & Avant, 2004; Ginsberg, 2005, 2011; NASW, 2012 cit. por Daley, 2015). O mesmo argumento foi referido por Ginsberg (2011), ao afirmar que uma das principais questões que tornam o Serviço Social rural uma matéria de especial interesse para a profissão é que os profissionais tendem a

trabalhar sozinhos ou em grupos muito reduzidos, resultando na ausência de supervisão e em isolamento profissional. No entanto, estas questões têm sido mitigadas pelas novas tecnologias face aos recentes desenvolvimentos na ampla utilização dos meios digitais a que a pandemia da COVID-19 conduziu, inclusive em Portugal, impondo a aprendizagem generalizada de plataformas de comunicação por vídeo, cuja utilização intensiva cremos a manter-se mesmo após o contexto pandémico, traduzindo-se numa economia de deslocações, de tempo e de recursos diversos e no aumento de possibilidades de supervisão profissional.

As situações descritas refletem problemas desta força de trabalho: são necessários mais Assistentes Sociais rurais e mais programas de formação para preparar os Assistentes Sociais para o trabalho com populações rurais, existindo ainda uma maior necessidade de preparar os Assistentes Sociais para a prática rural avançada (Daley & Avant, 1999; Daley & Pierce, 2011; Lohmann & Lohmann, 2005; NASW, 2009 cit. por Daley, 2015).

Como referido anteriormente, um dos aspetos singulares do Serviço Social com populações rurais é o contexto e a cultura rural, que tendem a moldar muito o comportamento individual e coletivo. Num sentido mais amplo, as pessoas são pessoas e os princípios básicos da prática do Serviço Social não mudam fundamentalmente nas áreas rurais (Daley, 2015). Mas as ideias, perceções, sistema de crenças e o comportamento são inquestionavelmente moldadas pela experiência rural (Daley, 2015). Para efetivamente nos envolvermos e trabalharmos com populações rurais, é essencial compreender a sua visão do mundo. Os Assistentes Sociais rurais devem aprender a adaptar os seus métodos de prática à informalidade do contexto rural, pelo encontro de maneiras mais pessoais de conexão com os clientes mantendo, porém, os limites profissionais apropriados (Daley, 2015). Estes profissionais podem sentir necessidade de passar mais tempo na comunidade, sendo fundamental desenvolver ou reunir os serviços de que o cliente necessita, se algum serviço específico não existir na comunidade. Os Assistentes Sociais rurais são também mais observados na comunidade pelo que, conseqüentemente, se aconselha alguma prudência na forma como agem, pois, alguns comportamentos serão mais notados numa pequena cidade (Daley, 2015).

A literatura mais recente em Serviço Social rural tem destacado a importância em compreender a cultura rural como distinta e representativa de uma forma de diversidade que devia ser reconhecida (Daley & Avant, 2004; Ginsberg, 2005; NASW, 2009 cit. por Daley & Pierce, 2011). Portanto, os Assistentes Sociais podem encontrar pessoas e até comunidades que se identificam elas próprias como rurais e exibam cultura, normas e comportamentos rurais, em muitos sítios. Um dos aspetos

fundamentais para a formação em Serviço Social é que os estudantes necessitam de desenvolver competências culturais na sua formação para reconhecer e responder apropriadamente às necessidades dos clientes e das comunidades. O desenvolvimento dessas competências deve ser uma prioridade, especialmente em programas de formação académica que têm comunidades rurais significativas na sua área geográfica (Daley & Pierce, 2011). Na nossa investigação alguns dos Assistentes Sociais auscultados claramente reconheceram a cultura rural como uma cultura distinta:

“(...) em termos de cultura, a cultura é completamente diferente, não é, a cultura do meio rural? No meio urbano também existe outro tipo de... há mais pessoas com outras nacionalidades, há uma maior multiculturalidade, em termos de hábitos, em termos até do nível de escolaridade (...)” - AS7.

“Portanto, aqui são problemas muito específicos. Mas também são problemas culturais (...) os problemas que nós temos no Alentejo são diferentes dos problemas... certamente, há problemas que se tocam, mas são específicos. São culturais. Estão enraizados, enraizados nestas pessoas, na vida destas pessoas e que depois é muito difícil contrariar. É difícil de contrariar. Nós vamos tentando” - AS3.

“(...) mas, lá está, a questão cultural é diferente e a forma de estar das pessoas é diferente. E se o Assistente Social (...) teria que se fazer realmente este diagnóstico aos diferentes mundos rurais que nós temos, apesar de não sermos um país muito grande. Aos diferentes mundos rurais que nós temos no nosso país” - AS3.

“(...) Teria que ser um grupo para o Norte, um grupo para o Centro e um grupo para o Sul, porque, depois, os hábitos são totalmente diferentes, e as características das pessoas idem aspas” - AS4.

“Por exemplo, em termos de cultura, a cultura é completamente diferente, não é, a cultura do meio rural (...) por isso é que nós, culturalmente somos todos... somos um país pequenino, mas culturalmente muito vasto e muito rico.” - AS7.

Os Assistentes Sociais nas comunidades rurais devem envolver-se com as pessoas da comunidade, os seus líderes, com a igreja local e os representantes políticos locais no processo de trabalho para a mudança na comunidade ou mesmo para iniciar serviços diretos às pessoas. Nestes territórios, os forasteiros nem sempre são recebidos entusiasticamente. Os resultados de falhar na construção de relacionamentos com colegas e com a comunidade, são com frequência mais dramáticos nas comunidades rurais do que noutros contextos do Serviço Social (Ginsberg, 2011). Uma característica dos Assistentes Sociais em áreas rurais é a necessidade de desempenhar vários papéis. Por vezes, o Assistente Social tem necessidade de desenvolver programas e, apesar de muitos Assistentes Sociais terem reduzida formação em desenvolvimento de programas, este tipo de macro prática pode constituir a abordagem mais lógica na resposta às necessidades dos seus clientes, podendo ser necessária alguma orientação

com especialistas no desenvolvimento de programas e na aquisição de competências nessas matérias, para integração nas competências dos Assistentes Sociais em áreas rurais (Ginsberg, 2011).

1.3 A GÉNESE DO SERVIÇO SOCIAL RURAL EM PORTUGAL

Na sua tese 'A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)', Teresa Silva (2016) refere-se ao trabalho de Filomena Mónica (1978), que se reporta ao Portugal dos anos 30 do século XX como o país com a economia mais atrasada de toda a Europa, distante geograficamente do centro de desenvolvimento e de lento processo de industrialização. Na época, mais de metade da população dedicava-se ao cultivo da terra, "recordando a inexistência de uma reforma agrária que estaria na origem dos entraves ao aumento da produção, mas indispensável para a acumulação do capital" (Silva, 2016, p. 131).

Mónica (1978) descreve um país com uma sociedade paternalista e polarizada em termos de classe: uma burguesia poderosa detentora de terras, um pequeno grupo de grandes indústrias, uma classe média fraca, mas uma massa imensa de camponeses e trabalhadores rurais "ignorantes e miseráveis" e, por último, um número considerável de operários urbanos, uma sociedade isolada e pobre, em que a doença e a fome originavam um dos mais elevados índices de mortalidade da Europa (Silva, 2016).

Também Mónica (1978), citada por Silva (2016), menciona o primeiro 'Congresso da União Nacional', em 1934, que determinou que o ensino devia enraizar o homem à terra, valorizando-a, dando-lhe elementos para nela subsistir, o que só poderia ocorrer como resultado de uma preparação adequada, ou seja, de uma doutrinação. De acordo com a mesma autora, António Carneiro Pacheco (1887-1957), responsável pela Lei de Bases da Educação do Estado Novo, insistia que a escola deveria contribuir para abrandar o afluxo às cidades, pregando insistentemente as maravilhas da vida rural e glorificando a vida rural que se torna um ponto central do salazarismo, pois, António de Oliveira Salazar (1889-1970) era também um 'filho do campo' (Silva, 2016).

Com o intuito de iniciar a fundação da primeira escola de Serviço Social em Portugal, foi criada em Lisboa, inicialmente, a Associação de Serviço Social – Associação de Beneficência, mais tarde designada 'Associação de Cultura e Formação Profissional'. "O facto de ser uma Associação de Serviço Social a base de sustentação do futuro Instituto de Serviço Social, resultou de uma combinação com o patriarcado, por se considerar que esta seria a forma que asseguraria a autoridade da Igreja (...), já que se vivia numa época de pouca liberdade religiosa" (Silva, 2016, p. 292). É, assim,

no contexto de ditadura nacional que emerge em Portugal o Serviço Social, numa forte aliança entre o Estado Novo e a Igreja surgindo, em 1935, a primeira escola de Serviço Social em Lisboa e, em 1937, a Escola Normal Social, em Coimbra.

Silva (2016) procede a uma análise histórica sobre as representações desenvolvidas pelo projeto educativo relativamente às áreas e campos de atuação do Serviço Social ou âmbitos de intervenção próprios da atuação profissional. A autora cita Vieira (1980), que divide o Serviço Social por campos de aplicação: família, menores, escolas, saúde, empresas, delinquência, meio rural, etc. e acrescenta que dentro de cada campo, os congressos nacionais e internacionais procurariam estudar o Serviço Social relativamente aos problemas, clientela, recursos, etc., sendo comum que os programas das escolas apresentassem a mesma divisão, seja das cadeiras teóricas como no campo dos estágios (Silva, 2016), o que poderá fazer crer que o Serviço Social rural existe em Portugal desde os primórdios da institucionalização da profissão no país, como se demonstra mais adiante. Também Carvalho (2020) refere que nos anos 40 do século passado surge o Serviço Social rural, para apoio de populações ligadas ao setor primário que não se encontravam abrangidas por outras áreas de proteção social.

Em 1946, numa comunicação apresentada em Bruxelas, Custódia do Vale refere o Serviço Social na indústria, o Serviço Social rural, o Serviço Social e a família e o Serviço Social penitenciário e, em 1952, Maria Carlota Lobato Guerra vai ao encontro desta mesma ideia referindo que certos setores, como seja o Serviço Social do Trabalho, Serviço Social rural e sobretudo Residências Sociais, pareciam ser os únicos a manter-se fiéis ao conceito do Serviço Social tradicional (Instituto de Serviço Social, 1947 cit. por Silva, 2016).

De acordo com a mesma autora, a atuação do Serviço Social na área rural foi, desde muito cedo, apropriada pelas alunas como área de atuação profissional. No ano de 1949, o professor Sousa da Câmara, em reunião da Associação de Serviço Social, salientou:

(...) a necessidade de se trabalhar na formação das populações rurais, e esclareceu o que desejaria ver fazer em Portugal com o exemplo do que se passa em Inglaterra, onde o '*Country agent*', verdadeiro João Semana agrícola, de colaboração com a '*Home demonstrator*', assistente social rural, se ocupam das populações rurais, e com outro exemplo americano, o dos '*4 H*' (*head, heart, hand, health*), uma organização educativa de rapazes e de raparigas. Finalmente lamentou o grande abandono em que vive o nosso meio rural, pois que, embora já haja entre nós Centros de estudo a aplicação prática agrícola, não existem os serviços de extensão agrária (o que vulgarmente se designa por

assistencia técnica) cuja função é levar o influxo a toda a parte (Transcrição da Ata n.º 12 da reunião ordinária anual da Assembleia Geral da Associação de Serviço Social, 1949 - Fonte: Silva, 2016 (Vol. 2)).

Assim, de acordo com Silva (2016), resulta fundamental para a Associação de Serviço Social a necessidade de trabalhar com as populações rurais e iniciar a definição de um novo perfil de assistentes sociais – a Assistente Social rural (Silva, 2016).

Maria Carlota Lobato Guerra, em 1951, indica no relatório de atividade do Instituto do ano de 1950 que

(...) é-me particularmente grato referir uma nova actividade do Instituto de Serviço Social – a sua actuação em meios rurais. Iniciada em Março de 1950 pela assistente social Maria Helena Costa Trigo que em Mora e em algumas localidades vizinhas se dedicou ao estudo e actuação directa, procurando penetrar no meio e analisar certos problemas sociais, incidiu ultimamente também sobre Vila Cova, terra da Beira para onde foi insistentemente solicitada a acção do Instituto de Serviço Social (Instituto de Serviço Social, 1951 cit. por Silva, 2016, p. 271).

A autora refere que também no relatório de atividade de 1952, os progressos de Maria Helena Costa Trigo são acentuados, dando-se evidência aos conseguidos no Vimeiro, Monte Trigo e Santa Sofia do distrito de Évora, em Vila Cova, perto de Ceia e em Pias, do Distrito de Beja.

Trata-se de um meio nitidamente alentejano quanto à mentalidade, regime de cultura e problemas de trabalho – numa população de 7.000 habitantes há poucas semanas estavam 400 homens atingidos pela crise de desemprego – a propaganda comunista é intensa e há a par disto no próprio meio várias boas vontades a congregar (Instituto de Serviço Social, 1953 cit. por Silva, 2016, p. 272).

Segundo Silva foi constituído, em 1952, um grupo de trabalho para o bem-estar rural, da Comissão Nacional da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (F.A.O) “uma vez que do Instituto têm partido pedidos de colaboração de várias entidades oficiais e particulares interessadas, na sua sede têm sido realizadas as respetivas reuniões e são várias as assistentes sociais do Instituto a trabalhar nesta área” (Silva, 2016, p. 272).

A autora refere que no decurso da atividade do Instituto, de 1953, apresenta-se a decisão da Direção de “considerar daqui por diante o trabalho em meio rural como uma das suas formas de actuação directa, a par dos Centros Sociais que possui” (Instituto de Serviço Social, 1954 cit. por Silva, 2016, p. 272). Não obstante, Maria Carlota Lobato Guerra expressa que “as vocações rurais não abundam mesmo entre as alunas vindas da província”:

Em muitos serviços, a assistente social desempenha funções de administradora social, para as quais a escola não a preparou, mas para as quais, ela muitas vezes, satisfaz mercê da grande facilidade de adaptação dada pelo curso mas os lugares de contacto directo estão confinados a visitadoras e auxiliares sociais (Associação de Serviço Social, 1951 cit. por Silva, 2016, p. 273).

Relativamente à área de atuação rural, Silva (2016) conclui concordar-se que se trata de uma área de atuação que oferece muitas possibilidades de trabalho, mas onde poucos desejam trabalhar, afirmando que as alunas pareciam preferir o trabalho das zonas urbanas, sobretudo, nas cidades.

Também na obra de Alcina Martins “Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português (2.ª ed., 2010, p. 242), relativamente aos locais de trabalho onde as primeiras Assistentes Sociais formadas pela Escola Normal Social, em Coimbra, até 1945, se inserem, pode ler-se:

As condições em que algumas assistentes sociais exercem a profissão e a forma como se situam perante elas levam-nos a citar as palavras de uma assistente social que trabalhava numa organização pública numa zona rural e interior do País: «A Assistente Social tem más condições para trabalhar [...] e pior que as distâncias, há os maus caminhos, isolados entre pinhais, que por vezes não são mais do que carreiros de cabras, bastante íngremes. Não está bem que a Assistente faça estes percursos sozinha, que são extenuantes pela sua extensão [...] pondo em perigo a sua vida moral. É um erro supor-se que pode fazer-se ali uma vida económica. A minha alimentação ficava-me tão dispendiosa, como numa cidade. E não admira porque lá há a mesma dificuldade em comprar os géneros. Eu pagava 400\$00 de pensão, não incluindo o aluguer do quarto [...], ganhava 600\$, dificilmente cobria as outras despesas (viagens, calçado, vestuário, etc.).

(...)

Do ponto de vista da distribuição geográfica, dois terços destas quinze assistentes sociais trabalhavam em instituições situadas em zonas urbanas e litorais, como Coimbra (6), Lisboa (3), Porto (2) e Espinho (1), as restantes exerciam a profissão em zonas rurais e no interior do País, em Trás-os-Montes (2) e na Beira Alta (1) (Martins, 2010, p. 243).

Assim, facilmente se constata que o Serviço Social rural e o perfil da Assistente Social rural existem, em Portugal, desde os primórdios da institucionalização da profissão no país, embora pareça terem sido esquecidos ao longo das últimas décadas no que respeita à investigação, com consequentes repercussões na formação académica destes profissionais.

1.4 CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Urge contextualizar o leitor no que respeita à recorrente utilização de fontes bibliográficas internacionais, com destaque para a opção tomada pelas fontes norte americanas. A procura por fontes nacionais sobre Serviço Social rural, revelou-se desde o início uma tarefa deveras complexa, pela manifesta ausência de produção sobre o tema, no domínio científico do Serviço Social. Se efetivamente existem fontes nacionais sobre os territórios rurais em Portugal, traduzem principalmente a perspetiva da agricultura, do turismo e ordenamento do território, com enfoque nas características geográficas dos territórios e não nas suas gentes e seus desafios. Assim, iniciámos uma complexa pesquisa internacional, com particular incidência na produção científica norte americana, australiana, canadense e britânica.

Deste modo, ao longo desta obra é perceptível o amplo recurso na utilização de fontes bibliográficas norte americanas, o que se deve a diversos fatores, como a influência do Serviço Social norte americano na génese do Serviço Social profissional português, com os contributos das pioneiras Mary Richmond e Jane Addams e de organizações como a COS e também pela dinâmica da CAUCUS – a *National Rural Social Work Caucus*, uma organização norte americana que adiante aprofundaremos, atualmente com ampla atividade na produção e disseminação do conhecimento científico em Serviço Social rural. Assim, face à escassez de fontes bibliográficas sobre o contexto português, optámos pela ancoragem bibliográfica à literatura internacional, com especial incidência pela norte americana, pelos motivos sucintamente expostos. Discutido o conceito e as questões mais prementes do Serviço Social rural, apresentamos de seguida alguns contributos para a sua história, com especial foco no caso do Serviço Social rural norte americano.

Com o aumento da industrialização em grande escala, as condições de vida e de trabalho nas cidades de rápido crescimento tornaram-se tão assustadoras que os reformadores sociais começaram a responder às necessidades das pessoas pobres no final do século XIX e início do século XX. Os fundadores da *Charity Organization Society* (COS) e mais tarde dos *Settlements*, surgiram nas grandes cidades como significativos reformadores sociais e filantrópicos para responder às necessidades dos indigentes. É a partir da COS e dos *Settlements* que podemos traçar as origens do Serviço Social (Daley, 2015).

Assim, como é que o Serviço Social, cujas raízes resultam da urbanização, da perda do sentido de comunidade e ajuda mútua nas áreas rurais, foi para o campo? O Serviço Social rural tem estado presente desde os primeiros anos da década de 1900s e permanece como uma parte significativa e vital de ajuda a indivíduos e famílias e de resposta a problemas da comunidade (Daley, 2015). Embora se reconheça que o Serviço Social como disciplina e profissão tenha crescido a partir das raízes urbanas, não demorou muito para que o termo Serviço Social rural começasse a surgir na literatura e, nas décadas de 1920 a 1940, transformou-se num corpo distinto de trabalho.

Por exemplo, Steiner (1921), discutiu a necessidade de formação específica em Serviço Social rural para preparar melhor aqueles que acabariam por exercer a profissão em áreas rurais e, Sandersen (1923), desenvolveu uma discussão em torno da necessidade de organização comunitária como atividade do Serviço Social rural (cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). O Serviço Social profissional nos EUA rurais começou no século XIX, como uma resposta a preocupações sociais e económicas, principalmente nas comunidades agrícolas. Os Assistentes Sociais inicialmente concentraram-se em melhorias na gestão agrícola, saúde rural, bem-estar social, melhoria da educação e liderança (Swanson, 1972, *idem, ibidem*). Um líder social da época declarou que os mesmos problemas de Serviço Social existentes nas áreas urbanas também eram visíveis nas áreas rurais, mas as necessidades rurais foram negligenciadas devido ao foco excessivamente urbano do Serviço Social (Bailey, 1908; Swanson, 1972 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Neste período, segundo Swanson, verificou-se o pico do debate entre 'Serviço Social em áreas rurais' *versus* 'Serviço Social rural' (cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). O autor argumentou que num sentido histórico o Serviço Social profissional vacilou entre ser simplesmente Serviço Social em áreas rurais ou entre uma forma profissional definida como 'prática de Serviço Social rural'. O Serviço Social nas áreas rurais foi definido como a aplicação da filosofia da disciplina e por intervenções utilizando técnicas alicerçadas nas práticas de Serviço Social urbano. Por outro lado, o Serviço Social rural tornou-se conhecido como uma matéria dentro do campo que possui

qualidades únicas com foco específico nos problemas rurais (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Nos Estados Unidos da América a industrialização surge no início do século XIX, mas foi a Guerra Civil, em 1860, que muito acelerou a capacidade industrial. A procura de material de guerra era insaciável: uniformes, armas, sapatos e alimentação tiveram de ser produzidas em grandes quantidades (Daley, 2015). A imigração proveniente da Europa forneceu uma fonte de trabalho barato e substituível. Os imigrantes mal pagos eram 'embalados' em bairros perto das fábricas. Não existia planeamento para lidar com este crescimento e as condições de vida tornaram-se superlotadas, repletas de doenças e crime, de maus cheiros e maldade. Perante estas condições, as populações urbanas acreditavam que o campo fornecia um ambiente saudável mais benéfico. Muitos imigrantes mudaram-se para oeste, para escapar às miseráveis condições de vida da cidade (Daley, 2015).

Uma série de eventos ocorreram no final do século XIX para dissipar alguns dos mitos sobre as áreas rurais, destacando as necessidades das populações rurais e gerando interesse no Serviço Social rural (Daley, 2015). A agricultura, o meio de sustento da vida rural estava em declínio; por volta de 1890 a agricultura contribuía com apenas 40% para a economia. Apesar de mais de metade da população dos Estados Unidos da América ainda residirem em áreas rurais, existiam claras indicações de que as populações rurais seriam uma minoria dentro de poucos anos (Daley, 2015).

No início do século XX o movimento pela vida no campo surgiu em resposta a preocupações sobre as necessidades das comunidades rurais (Martinez-Brawley, 1980 cit. por Daley, 2015). Este movimento era essencialmente um movimento social preocupado com a melhoria da qualidade de vida rural e as origens do Serviço Social rural são atribuídas aos primeiros '*country lifers*' (Swanson, 1980 cit. por Daley, 2015). O Presidente Theodore Roosevelt criou a *Country Life Commission*, levando as questões rurais à escala nacional. O relatório da Comissão de 1909 recomendava serviços de extensão agrícola, economias agrícolas mais fortes, melhores rodovias e a melhoria da educação rural e dos cuidados de saúde. A existência de igrejas rurais, escolas, grupos cívicos e serviços comunitários deveriam ser utilizados como veículos para melhorar a vida nas pequenas cidades e no campo (Swanson, 1980 cit. por Daley, 2015). O movimento da vida rural criou o foco nas questões rurais, que eventualmente ajudou a estimular o crescimento do Serviço Social rural (Daley, 2015).

O aumento do interesse no bem-estar das populações e comunidades rurais no início do século XX conduziu ao desenvolvimento de organizações e serviços que levaram ao crescimento do Serviço Social rural (Daley, 2015). Por exemplo, os *Settlements* rurais foram os primeiros movimentos para expandir os tradicionais serviços

sociais para as pequenas cidades e áreas rurais. Os *Settlements* foram movimentos de reforma social que se iniciaram em áreas urbanas e prestaram serviços locais de apoio social em áreas empobrecidas (Galen & Alexander, 2011 cit. por Daley, 2015).

O *Hindaman Settlement*, fundado em 1902 e as *Pine Mountain Settlement Schools*, estabelecidas no Kentucky, em 1913, são exemplos da atividade inicial dos *Settlements* que adaptaram os seus conceitos à comunidade rural. Ainda que os *Settlements* rurais e urbanos muitas vezes se tenham focado em questões semelhantes, como as oportunidades recreativas, o trabalho infantil, disponibilização de serviços de saúde e a frequência escolar, os *Settlements* rurais receberam pouca atenção na literatura desse período e, hoje, são pouco comuns e os seus contributos passados permanecem desconhecidos (Galen & Alexander, 2011 cit. por Daley, 2015).

1.4.1 O CRESCIMENTO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL E A GRANDE DEPRESSÃO

O Serviço Social rural parece ter sido desenvolvido pelo empenho da Cruz Vermelha Americana durante e após a I Guerra Mundial e dos serviços que foram regionalizados ao nível de condados nas áreas rurais (Daley, 2015). A Cruz Vermelha prestou assistência a muitas famílias rurais que desconheciam como se candidatar aos benefícios dos seguros de risco de guerra (King, 1980; Persons, 1980 cit. por Daley, 2015). Os programas da Cruz Vermelha foram uma experiência valiosa para os Assistentes Sociais que mais tarde ocupariam posições de liderança no Serviço Social rural e na profissão (Locke & Winship, 2005 cit. por Daley, 2015). Os trabalhadores da Cruz Vermelha intervieram como gestores de casos, articularam com organizações locais e organizaram o trabalho de voluntários na ajuda das famílias dos militares e a organização continuou o seu trabalho em áreas rurais após a guerra, na reintegração de veteranos (Daley, 2015).

Os anos 20 também assistiram ao desenvolvimento de serviços sociais a nível regional para as comunidades rurais (Martinez-Brawley, 1980 cit. por Daley, 2015). Os declínios dos preços dos produtos agrícolas atingiram com dureza as comunidades rurais e os agricultores, resultando numa necessidade de serviços (e novamente quando o mesmo ocorre mesmo antes da Grande Depressão dos anos 30) (Daley, 2015).

Na década de 1920, os primeiros Assistentes Sociais rurais estavam interessados em definir princípios para a aplicação do Serviço Social de casos nas comunidades rurais. Apenas dez anos depois de Mary Richmond (1917) escrever o seu livro de referência – *Social Diagnosis*, Mathews ([1927] 1980), escreve *Social Forces*, sugerindo que os Assistentes Sociais rurais usassem o trabalho de Richmond e o da

revista *Family and Survey*, como guias de adaptação às condições da prática rural (Daley, 2015).

Durante a década de 30, mais de 50 artigos sobre temas rurais foram publicados em revistas e jornais de Serviço Social (Davenport & Davenport, 1984 cit. por Daley, 2015). Mas foi o inovador livro de Josephine Brown, em 1933, *The Rural Community and Social Casework*, a primeira abordagem ao Serviço Social com comunidades rurais, que estabeleceu firmemente a fundação da prática do Serviço Social rural (Locke & Winship, 2005 cit. por Daley, 2015). A obra de Brown definiu muitos conceitos e princípios de prática que ainda hoje guiam o trabalho rural, incluindo o método generalista (Serviço Social de casos combinado com organização comunitária), a utilização das forças dos clientes e a necessidade de desenvolver recursos na comunidade (Daley, 2015).

1.4.2 DO RECUO DA ASSISTÊNCIA RURAL AO RENASCIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Em 1930, o conceito de Serviço Social rural estava consolidado. Escolas de Serviço Social publicaram artigos e livros destinados a preparar os alunos especificamente para a prática rural (Swanson, 1972 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). Porém, por volta de 1940, o conceito de Serviço Social rural entra em declínio. Em breve seria substituído por conceitos urbanos de tratamento e intervenção e a expressão 'Serviço Social rural' foi alterada para 'Serviço Social em áreas rurais'. Swanson (1972) concluiu que o Serviço Social rural desapareceu porque a profissão deixou de identificar distinções significativas no trabalho rural. Consequentemente, a crença numa dicotomia rural-urbana fundamental, praticamente desapareceu do campo do Serviço Social (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Assim, na década de 40 e 50, o interesse no Serviço Social rural diminuiu consideravelmente, enquanto diminuía as preocupações com a Grande Depressão e os Estados Unidos da América entravam na II Guerra Mundial (Locke & Winship, 2005 cit. por Daley, 2015). Também Martinez-Brawley (1981), refere que pelo final da década de 40 o interesse no Serviço Social rural diminuiu existindo poucas referências ao tema na literatura. O aumento da urbanização após a IIGM e o crescimento da indústria de transformação também focaram a atenção pública na gestão dessas novas questões. O Serviço Social e as necessidades das comunidades rurais assumiram decididamente menos recursos e a literatura profissional sobre o bem-estar social rural e Serviço Social quase desapareceram (Daley, 2015).

Também durante a maioria da década de 60, o interesse no Serviço Social rural definiu enquanto a profissão continuou a sua orientação urbana para a prática. No final da década, o Serviço Social rural parecia quase esquecido, pois pouco foi escrito em décadas. Buxton (1976) escreveu: “*Social work in rural areas has been given little attention in past years. The national emphasis has been on urban problems, and skills have been developed essentially to deal with these*” (cit. por Daley, 2015, p. 174).

Enquanto continuava a crescer a percentagem da população do campo que vivia nas cidades, a ênfase no trabalho urbano parecia justificável. Os Assistentes Sociais ainda faziam trabalho rural, mas parecia à maioria das pessoas que o crescimento real e as necessidades prementes estavam no trabalho urbano, particularmente com as populações urbanas em situação de pobreza. As necessidades das populações pobres rurais pareciam ter sido esquecidas. Enquanto as escolas de Serviço Social formavam a próxima vaga de Assistentes Sociais, os modelos urbanos do Serviço Social, não os rurais, foram o *core* da prática (Daley, 2015).

O renascimento do Serviço Social rural teve início no final dos anos 60 e continuou durante os anos 70 (Davenport & Davenport, 1984 cit. por Daley, 2015). Vários fatores contribuíram para este renascimento, incluindo o aumento do reconhecimento federal de que a dimensão da população rural estava a aumentar. O Serviço Social rural foi visto com renovado interesse pela profissão e formação (Daley, 2015). Este renascimento dos anos 70 do moderno Serviço Social rural é atribuído ao *workshop* apresentado na reunião anual do programa do Conselho de Educação de Serviço Social em 1969, em Cleveland, Ohio (Ginsberg, 2011; Locke, 2009; National Rural Social Work Caucus; s. d. cit. por Daley, 2015). Com o título, ‘A educação para o Serviço Social em contextos rurais’, o *workshop* foi descrito como uma “*examination of education for practice in small, economically viable communities as well as socio-economically depressed areas in order to identify the implications for social work education*” (CSWE, 1969 cit. por Daley, 2015). A reunião e *workshop* estimularam o renovado interesse no Serviço Social rural levando, mais tarde, a reuniões de docentes de Serviço Social e da NASW sobre as questões rurais e a prática rural (Ginsberg, 1993; 2011, *idem*).

Cientes do crescimento do Serviço Social rural, um grupo de trabalho da *Southern Regional Education Board* (1976) publicou um conjunto de premissas educacionais para o Serviço Social rural, que especificava conteúdo necessário para a prática (Daley, 2015). Os subsequentes eventos, em 1976, levaram ao desenvolvimento continuado do Serviço Social rural como existe ainda hoje. Um dos eventos desse ano foi a publicação da obra de Ginsberg ‘*Social Work in Rural Communities: A book of Readings*’. Esta coleção de leituras foi a primeira publicação no campo em muitos anos.

Antes deste livro a informação sobre Serviço Social rural encontrava-se dispersa, difícil de encontrar e por vezes datada. Embora muito tempo sem publicação, esta obra foi republicada várias vezes em novas edições.

Um outro evento foi a criação da *National Rural Social Work Caucus*, fundada em 1976, num instituto para os profissionais do Serviço Social e para os docentes, organizado pela Universidade do Tennessee (Ginsberg, 2011; Hickman, 2014; Locke, 2009 cit. por Daley, 2015). A Caucus [convenção] foi, e continua a ser, um grupo de profissionais dos Estados Unidos da América e de outros países que se focam no Serviço Social rural e nos serviços humanos. A Caucus discute problemas atuais, ideias e inovações nos seus encontros. Atualmente, a *National Rural Social Work Caucus* permanece como o principal grupo de especialidade para o Serviço Social rural, produzindo muita literatura em Serviço Social rural (Daley, 2015).

Os membros da Caucus cunharam a frase '*Rural is Real*' para sensibilizar os seus colegas de Serviço Social nos EUA, relativamente à vida rural e ao crescimento da prática do Serviço Social rural nas vastas áreas localizadas além dos centros urbanos e suburbanos, e para conscientizar para a expansão urbana e suas influências que podem ameaçar ou homogeneizar os aspetos da cultura rural (Hickman⁹, 2014). A Caucus foi formada para focar a atenção e incentivar o estudo académico de questões sociais e profissionais exclusivas da prática do Serviço Social rural, das pessoas e comunidades rurais. Embora relativamente poucos em número, os membros comprometidos da Caucus tiveram um impacto significativo na formação e prática profissional do Serviço Social, no desenvolvimento de políticas sociais e nas atividades de associações profissionais (Hickman, 2014).

O principal veículo para incentivar a colaboração entre Assistentes Sociais rurais é o *National Institute on Social Work and Human Services in Rural Areas*. Todos os anos, desde 1976, os Assistentes Sociais rurais reúnem-se em vários locais nos Estados Unidos para desenvolver uma conferência profissional única de três dias (*National Rural Social Work Caucus*, 2012 cit. por Hickman, 2014). Profissionais da área rural e docentes apresentam trabalhos, compartilham experiências, descrevem inovações e estabelecem redes. Os participantes discutem tópicos de interesse local, regional, nacional e internacional (Hickman, 2014). Os membros da Caucus compartilham um profundo interesse pelas populações rurais e pelo Serviço Social rural, bem como pela preservação dos pontos fortes e recursos das pessoas e comunidades rurais, num mundo em constante mudança. No evento partilham as suas experiências,

⁹ Samuel Hickman foi Diretor Executivo da NASW.

conhecimentos e recursos para identificar as melhores maneiras de obter impacto positivo nas comunidades rurais e na prática do Serviço Social rural (Hickman, 2014).

As atividades da *National Rural Social Work Caucus* deram origem a uma revista profissional de especialidade em Serviço Social rural (Hickman, 2014; Locke, 2009 cit. por Daley, 2015). A *Human Service in the Rural Environment* começou inicialmente como uma *newsletter* no final dos anos 70, tendo evoluído para uma revista profissional nos anos 80 (Daley, 2015).

A Caucus também se envolveu em ações de *advocacy* para se realizarem apresentações sobre Serviço Social rural no encontro anual da CSWE e para a declaração de política rural aprovada pela NASW (*National Rural Social Work Caucus*, s. d. cit. por Daley, 2015). A CSWE efetivamente começou a incluir sessões rurais nos seus programas e, em 1977, a Assembleia da NASW adotou uma declaração de política sobre o Serviço Social rural (Davenport & Davenport, 1984; *idem, ibidem*), que se constitui como uma peça informativa para o Serviço Social e incentiva a *advocacy* em questões políticas que afetam as pessoas e as comunidades rurais. Atualmente, a Caucus possui uma revista profissional online – *Contemporary Rural Social Work*¹⁰, de acesso aberto.

A revitalização da prática rural que se iniciou em 1970 continuou o seu crescimento nos anos 80 e 90. Várias obras e artigos em revistas de especialidade forneceram novas fontes de informação para os Assistentes Sociais rurais (Ginsberg, 1993 cit. por Daley, 2015). A edição de uma obra de Johnson (1980), apresentou informação sobre a história do Serviço Social rural, a prática, a formação, problemas e serviços específicos. Farley, Griffiths, Skidmore e Thackery (1982) foram os autores de uma obra sobre a prática do Serviço Social rural, a primeira publicação abrangente do tema em quase 50 anos. Martinez-Brawley (1980, 1981), publicou duas obras sobre a história do Serviço Social rural e suas origens. A revista *Rural Human Services in the Rural Environment* continuou a publicar artigos sobre a prática rural, contribuindo para a expansão da literatura e informação sobre as questões rurais (Daley, 2015).

A Caucus propôs mudanças no Código de Ética da NASW no início dos anos 90. Os elementos da Caucus argumentaram que a linguagem proposta proibitiva de relacionamentos sobrepostos/múltiplos¹¹ entre o Assistente Social e o cliente seria difícil de seguir para muitos Assistentes Sociais (Miller, 1998 cit. por Daley, 2015). Os relacionamentos sobrepostos/múltiplos referem-se aos relacionamentos de natureza não afetiva ou sexual entre o Assistente Social e o cliente, que resultam da pequena

¹⁰ Website da Caucus: www.ruralsocialwork.org.

¹¹ O termo utilizado pelo autor no texto original é '*dual (or multiple) relationships*'.

dimensão das comunidades rurais e da escassez de serviços e equipamentos como escolas, supermercados ou espaços de lazer, que dificulta o impedimento de relacionamentos não profissionais com os clientes e suas famílias, obriga à gestão do cruzamento dos múltiplos papéis do Assistente Social e suscita dilemas éticos, como veremos mais adiante.

Através de extensas discussões, a *Caucus* conseguiu influenciar a linguagem do Código de Ética de 1996 para uma redação mais ampla que também se poderia aplicar aos Assistentes Sociais rurais, permitindo, mas não encorajando, os relacionamentos sobrepostos/múltiplos, enquanto se mantêm limites apropriados com os clientes, se as relações múltiplas forem inevitáveis (Daley, 2015). Os anos 90 trouxeram várias publicações importantes em Serviço Social rural, como a obra de Martinez-Brawley's (1990) '*Perspectives on the Small Community: Humanistic Views for Practitioners*'; a segunda e terceira edição da obra de Ginsberg (1993, 1998) '*Social Work in Rural Communities*' e de Carlton-LaNey e Reid's (1999) '*Preserving and Strengthening Small Towns and Rural Communities*' (Daley, 2015).

1.4.3 SERVIÇO SOCIAL RURAL NO SÉCULO XXI

Já no século XXI, a *National Rural Social Work Caucus* permaneceu um grupo ativo de *advocacy* e assumiu a responsabilidade de monitorizar e atualizar a declaração de política rural da NASW (Daley, 2015).

A atual revista '*Contemporary Rural Social Work*' emergiu em 2009 dedicada ao Serviço Social rural, à política social e à formação profissional, ajudando a preencher o vazio pela cessação da publicação da revista '*Human Services in the Rural Environment*' (Daley, 2015). Novas obras direcionadas ao Serviço Social rural publicadas nos anos 2000 incluíram a obra de Martinez-Brawley (2000) sobre pequenas comunidades; a obra de Scales e Streeter (2004), sobre recursos e forças da comunidade rural, as reedições da obra de Ginsberg (2005, 2011) e a obra de Lohmann e Lohmann (2005) sobre prática rural (Daley, 2015).

A *National Rural Social Work Caucus* permanece ativa na promoção do Serviço Social rural e da política rural. Todos os anos a *Caucus* desenvolve ações sobre o desenvolvimento rural em diferentes lugares nos Estados Unidos para destacar a diversidade da vida rural.

Apesar de todos estes progressos, ainda se verifica a necessidade de preparar os Assistentes Sociais rurais, expressa na declaração atual de política da NASW sobre Serviço Social rural, que reconhece que a profissão necessita de prestar mais atenção

à formação dos Assistentes Sociais rurais (Daley, 2015). A atual *policy statement* sobre Serviço Social rural da NASW (2021), defende:

- O reconhecimento da importância das populações rurais para a economia e identidade cultural da nação e para a sociedade como um todo;
- Legislação e iniciativas políticas que melhorem as infraestruturas, o desenvolvimento económico, os transportes, a educação, os comprehensive strengths-based social services, o acesso à *internet* de banda larga e a promoção de práticas ambientalmente sustentáveis;
- *Advocacy* pelas necessidades específicas das populações rurais, especialmente aquelas que estão em risco, vulneráveis ou oprimidas;
- Prática, pesquisa, *advocacy* e formação/educação para a competência cultural baseada nas forças específicas para a diversidade rural, em todos os níveis de formação;
- Desenvolvimento e aplicação de princípios éticos na prática do Serviço Social com populações rurais;
- Promoção do desenvolvimento e retenção dos profissionais (Assistentes Sociais rurais) através de incentivos, oportunidades de formação, mentoria e supervisão;
- Oportunidades de formação contínua sobre vários temas, incluindo prática clínica e saúde, *advocacy* e organização, administração e gestão, políticas públicas, ética e serviços comunitários para populações e comunidades rurais (*National Association of Social Workers Policy Statements, 2021-2023*).

1.5 ESTUDOS INTERNACIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL RURAL

Dedicamos este ponto à apresentação de alguns estudos internacionais desenvolvidos sobre o tema. Ressalvamos que, apesar dos vários estudos que seguidamente enunciamos, o tema não se encontra esgotado.

Iniciamos com a apresentação do estudo desenvolvido há mais tempo, da autoria de Matthews (1927 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016), que observou e discutiu diferenças gerais entre Assistentes Sociais rurais e urbanos e a prática de ambos, concluindo que onde o trabalhador urbano normalmente tem um considerável número de recursos para utilizar, os seus homólogos rurais raramente têm tal luxo.

Seguidamente apresenta-se a análise comparativa de três estudos distintos, desenvolvida por Pugh e Cheers (2010), que englobou um estudo sobre Assistentes Sociais rurais na Austrália e nos EUA (Saltman *et al.*, 2004), três estudos australianos

(Lonne & Cheers, 1999, 2000; Munn, 2002) e uma comparação de *burnout* e satisfação no trabalho entre trabalhadores rurais e urbanos (Dollard *et al.*, 1999).

Relativamente ao perfil demográfico, cerca de 75%-80% dos entrevistados nesses estudos eram mulheres e cada amostra tinha uma média de idades entre 35 e 40 anos (Pugh & Cheers, 2010). Na amostra de Lonne (2002 cit. por Pugh & Cheers, 2010), cerca de 37% dos entrevistados tinham entre 21 e 29 anos, 35% dos entrevistados tinham entre 30 e 39 anos e 24% estavam entre os 40 e 49 anos.

No que respeita à experiência profissional, os estudos relatam uma força de trabalho experiente, com 75% nos EUA, 47% da amostra australiana do estudo de Saltman *et al.* (2004) e 41% da amostra de Munn (2002 cit. por Pugh & Cheers, 2010) com 10 ou mais anos de experiência profissional. Os entrevistados de Lonne tinham menos experiência, apenas 17% tinham 10 anos ou mais anos de experiência, 69% tinham menos de cinco anos de experiência e cerca de 20% tinham menos de três meses de experiência profissional.

Muitos dos Assistentes Sociais desses estudos estavam bem-adaptados à vida rural, tendo 63% dos EUA e 49% da amostra australiana no estudo de Saltman *et al.* (2004) crescido em ambientes rurais. Também muitos eram naturais da sua comunidade atual, respetivamente 28% e 25% das amostras dos EUA e da Austrália (Lonne, 2002; Saltman *et al.*, 2004). No estudo de Lonne, embora 18% da amostra resida em áreas rurais há menos de um ano, cerca de 69% moram nessas áreas há cinco ou mais anos. Além disso, a maioria não tinha vindo dos seus trabalhos das cidades, pois cerca de 62% haviam mudado de posição no mesmo local ou haviam mudado desde outras áreas rurais (Pugh & Cheers, 2010).

Nesses estudos, portanto, o perfil geral é de um conjunto considerável de Assistentes Sociais que estão bem-adaptados à vida rural e comprometidos com a vida e a prática profissional em locais rurais. No entanto, as diferenças marcantes entre os perfis dos EUA e da Austrália, indicam que devemos ser cautelosos com generalizações internacionais (Pugh & Cheers, 2010).

Outra questão que se afigura pertinente explorar diz respeito aos estudantes de Serviço Social e do seu desejo, ou não, de viver e trabalhar em áreas rurais após a faculdade. Mackie e Simpson (2007 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016) estudaram questões que envolvem estudantes de Serviço Social e o seu desejo de viver e trabalhar em áreas rurais após a faculdade. Os autores apuraram que os alunos de áreas rurais viam o estilo de vida rural como mais atraente e mais apelativo e expressaram maior interesse em viver num ambiente rural, em comparação com os alunos de ambientes mais urbanos (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Além disso, numa pesquisa com Assistentes Sociais que atualmente vivem e exercem em áreas rurais, Mackie (2007) apurou que os profissionais que eram originários de áreas rurais haviam concluído um estágio rural enquanto estudantes de Serviço Social e que os profissionais que foram expostos a conteúdos específicos rurais enquanto estudantes, eram mais propensos a procurar oportunidades de emprego no Serviço Social rural, do que aqueles que não possuíam essas características. Face aos resultados, parece que a familiaridade é um conceito importante a ser considerado – pessoas naturais de áreas rurais e aqueles que foram, em certo sentido, aculturados aos modos de vida rural, consideram-se mais propensos a manter-se em locais rurais (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

No que concerne a estudos especificamente focados na identificação de diferenças entre as práticas de Serviço Social urbanas ou rurais, Saltman, Gumbert, Allen-Kelly e Zubrzycki (2004, cit. por Rambaree, 2011) encontraram poucas variações e Croxton, Jayaratne e Mattison (2002) investigaram uma amostra aleatória de membros da NASW, concluindo que Assistentes Sociais rurais e urbanos relataram muitos comportamentos e crenças similares, exceto em aspetos relacionados com trocas e com relações sobrepostas/múltiplas (2002 cit. por Riebschleger, 2007).

Riebschleger (2007) menciona Fiske (2003), que descreveu os desafios e as recompensas da prática de Serviço Social nas áreas rurais, como: as várias necessidades dos clientes, ser 'o único Assistente Social', trabalho colaborativo, prática autónoma e ajuda à população rural na melhoria da sua qualidade de vida. Refere ainda Fitchen (1998), que usou dados dos censos nacionais e um estudo de caso do Estado de *New York*, para ilustrar que as áreas rurais tendem a ter mais pobreza dispersa e generalizada do que as áreas urbanas (Riebschleger, 2007).

Relativamente à escassez de recursos e serviços, alguns estudos sugeriram que os Assistentes Sociais e outros profissionais que trabalham em áreas rurais aprenderam a lidar com a escassez consistente de recursos formais (Jacobson, 2002; Newfield, Pratt & Locke, 2003 cit. por Riebschleger, 2007).

Riebschleger refere também algumas pesquisas sobre a prática rural, que avaliaram as necessidades da população rural e recomendaram intervenções práticas. Calloway, Fried, Johnsen e Morrissey (1999 cit. por Riebschleger, 2007) apuraram que os residentes rurais da Carolina do Norte recebiam menos cuidados de saúde mental do que os residentes urbanos. Miller e Conway (2002), concluíram que uma amostra de Assistentes Sociais ocidentais descreveu a pobreza rural como 'comum e extrema'. Templeton e Mitchell (2004) concluíram que 50 participantes de grupos focais de Serviço Social numa conferência da NASW do Texas relataram que, embora as necessidades básicas da família sejam semelhantes independentemente da localidade, as

necessidades são ampliadas pelo contexto rural. Os participantes naquele estudo recomendaram estratégias práticas de construção de relacionamentos, promoção de colaboração, celebração de forças, aumento da conscientização sobre os serviços, financiamento assegurado, utilização da tecnologia e capacitação das populações rurais por meio de advocacia política (Templeton & Mitchell, 2004 cit. por Riebschleger, 2007).

Por fim, refere-se a pesquisa de Gumpert e Saltman (1998), com profissionais da área rural, que identificou desafios únicos para agrupar intervenções de trabalho em áreas rurais, por exemplo: desconfiança de pessoas estranhas, menos confidencialidade, distâncias mais longas, número insuficiente de pessoas com problemas comuns e falta de transportes (Riebschleger, 2007).

Destacamos, de seguida, os resultados do estudo desenvolvido por Riebschleger (2007), que envolveu a participação de onze Assistentes Sociais em dois grupos focais, realizados durante a conferência de 2003 da *National Rural Social Work Caucus*, nos EUA. A questão principal da pesquisa foi: 'Quais as suas sugestões para o envolvimento em práticas efetivas de Serviço Social em áreas rurais?' (Riebschleger, 2007). Neste estudo exploratório e qualitativo, a autora incentivou os participantes a conceder conselhos sobre práticas para Assistentes Sociais que trabalham com diversas populações, ou seja, 'culturas rurais'. Os participantes dos grupos focais de Riebschleger (2007) recomendaram/referiram:

- Que os Assistentes Sociais nas áreas rurais se envolvam em avaliação e intervenção em práticas comunitárias contínuas, que saibam lidar com altas taxas de pobreza e recursos escassos, usem abundantemente os recursos informais da comunidade e se ajustem a um ritmo mais lento da comunidade e da mudança. Ao mesmo tempo, relataram que as comunidades rurais são fortemente afetadas pela globalização económica, pela redução de serviços, a regionalização e a tendência de afastamento dos serviços;
- Que a globalização contribuiu para as preocupações da comunidade rural em relação à 'fuga de jovens', isto é, os jovens da comunidade que partiram para obter empregos nas áreas urbanas e que a perda de jovens da comunidade 'corroía' ainda mais o estatuto económico da comunidade, os sistemas tradicionais de famílias extensas e a capacidade de recrutar / reter profissionais para os serviços;
- Que frequentemente os serviços sociais e de saúde eram insuficientes nas áreas rurais e os serviços especializados eram particularmente difíceis de aceder;
- Que os Assistentes Sociais estivessem preparados para trabalhar com pessoas que vivem em situação de pobreza e em redes formais de apoio social insuficientes;

- As conexões ubíquas entre residentes rurais, famílias, grupos, organizações e comunidades. Os Assistentes Sociais alegaram que essas inúmeras conexões ofereciam quer dificuldades, quer vantagens, sugerindo que os Assistentes Sociais precisam entender que quase tudo está conectado, precisam aprender a gerir papéis que se cruzam, utilizar conexões de relacionamentos para alcançar a mudança e abranger as desconexões inerentes às distâncias geográficas e isolamento profissional;
- A falta de anonimato e os papéis cruzados nas comunidades rurais. Alguns chamaram-lhe ‘efeito peixinho dourado’; isto é, as populações rurais observam as ações pessoais e profissionais dos Assistentes Sociais e de outros. Um dos participantes referiu: “*Os meus clientes conheciam o meu carro. Eles sabiam onde eu morava. Eles conheciam a minha família*”. Outro acrescentou: “*Estamos na fila do supermercado [com os clientes] e os nossos filhos estão a jogar baseball com os filhos do cliente... Às vezes, os nossos múltiplos papéis cruzam-se. É impossível que isso não aconteça*”;
- Que novos Assistentes Sociais deixaram a prática rural alegadamente porque “numa comunidade rural, nada é verdadeiramente privado...” Os novos Assistentes Sociais ficaram incomodados. Para eles, foi intrusivo”. Um entrevistado acrescentou: “*Os Assistentes Sociais rurais foram desafiados a tentar manter a vida pessoal e profissional o mais separada possível, além de fazer o possível para preservar a confidencialidade do cliente*”;
- Que os Assistentes Sociais nas áreas rurais são generalistas: por exemplo, ‘devem ser ecléticos’ e ‘generalistas avançados’. Argumentaram que o modelo generalista de Serviço Social foi desenvolvido nas áreas rurais e que ‘foi adotado e acomodado nas áreas urbanas’. As sugestões do tema da prática generalista dos participantes incluíram: utilização de competências de prática generalista; identificação das recompensas e dos desafios da prática rural; consulta/parceria com outros profissionais; e flexibilidade, criatividade e inovação;
- Um participante descreveu a prática social do trabalho rural: “É realmente básica e maravilhosa prática generalista. O Assistente Social trabalha com indivíduos... trabalha com famílias extensas... trabalha com sistemas... trabalha no nível da comunidade... e faz mudanças organizacionais... o Assistente Social defende mudanças de política ... o Assistente Social faz tudo de uma vez” (Riebschleger, 2007).

Relativamente à identificação de vantagens e desafios da prática rural, os participantes dos grupos focais identificaram vários benefícios no estilo de vida das áreas rurais, desde as ‘refeições caseiras’, ‘menos trânsito’, a ‘habitação razoável’ e

'*qualidade de vida*'. Mais da metade afirmou que a prática do Serviço Social rural proporcionou vantagens como '*mais independência*', '*mais autonomia*' e de '*observar o progresso dos clientes*' (Riebschleger, 2007).

No que concerne ao aumento do conteúdo sobre a prática rural na formação em Serviço Social, enquanto vários profissionais descreveram o conteúdo da prática rural disponível nas suas universidades, todos afirmaram que se verificava uma necessidade de maior conteúdo curricular na formação em Serviço Social em geral (Riebschleger, 2007). Os participantes dos grupos focais sugeriram conteúdo curricular específico para a prática de Serviço Social; por exemplo: '*Precisamos ensinar aos estudantes de Serviço Social como exercer em equipas multidisciplinares*'. Os Assistentes Sociais recomendaram que os Assistentes Sociais rurais defendessem mais conteúdo sobre a prática rural na formação em Serviço Social. Sugeriram ainda que os docentes de Serviço Social: 1) aumentassem o conteúdo do currículo nas práticas de Serviço Social rural; 2) incluíssem o contexto rural / urbano nas atividades de autoconsciência do aluno e de avaliação da pessoa-em-ambiente; 3) definissem as populações rurais como grupos diversificados; 4) incluíssem conteúdo sobre os impactos das políticas de bem-estar social nas áreas rurais; e 5) fornecessem estágios nas áreas rurais (Riebschleger, 2007).

Os participantes ainda referiram que a população rural deve ser considerada um grupo de risco ou diversificado, com base nas suas altas taxas de pobreza, nas menores oportunidades de vida e *status* social estigmatizado. Também afirmaram que as características das populações rurais incluem diversidade dentro e entre os grupos, costumes e valores locais, desconfiança de 'forasteiros', diferenças de idioma, papéis mais tradicionais de género, sistemas de parentesco estendido para a família e uma experiência compartilhada de estigma social ou estereótipos rurais. Dentro do tema da diversidade, os entrevistados recomendaram que os Assistentes Sociais possuam competência cultural e defendam a justiça social nas áreas rurais (Riebschleger, 2007).

Para tal, incentivaram a *advocacy* anti-estigma para reduzir estereótipos negativos sobre as populações rurais, que alegaram terem sido oprimidas e marginalizadas pelo grande mundo social. Os Assistentes Sociais também referiram que vínculos informais e relacionamentos mais próximos podem ser úteis para fortalecer a advocacia política e legislativa, com o objetivo de obter acesso mais equitativo aos recursos para os residentes rurais. Os participantes no estudo mencionaram que as áreas rurais às vezes demonstram discriminação dentro do grupo, inclusive rotular as pessoas que vivem em situação de pobreza, situações de racismo, sexismo e homofobia (Riebschleger, 2007).

O ativismo político foi apontado como um componente crítico da prática generalista do Serviço Social. Ao discutir a necessidade de os Assistentes Sociais aperfeiçoarem as suas competências políticas, vários referiram: *'Abandonámos os nossos papéis (...) somos tão atraídos pelas necessidades individuais... eu luto com isso em mim mesmo o tempo todo... é sedutor, sabe'*. Os participantes apresentaram ainda exemplos de políticas sociais que colocavam dificuldades particulares para as populações rurais. Um Assistente Social resumiu: *'É preciso chegar lá e lutar pela comunidade'* (Riebschleger, 2007).

1.6 O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL RURAL

O que é necessário para ser um bom Assistente Social rural? A literatura sugere que a prática rural requer criatividade, flexibilidade, adaptabilidade e capacidade para trabalhar autonomamente (Daley, 2015). Acima de tudo, para fazer trabalho rural, os Assistentes Sociais devem apreciar viver e trabalhar em comunidades rurais e a interação com populações rurais. Os Assistentes Sociais rurais devem ser flexíveis, criativos e engenhosos no seu trabalho devido à estrutura das comunidades rurais e do seu sistema de proteção social (Daley & Pierce, 2011; Johnson, 1980; Riebschleger, 2007 cit. por Daley, 2015). Enquanto os Assistentes Sociais urbanos procuram frequentemente pelos recursos disponíveis, os Assistentes Sociais rurais poderão ter poucos recursos e devem procurar alternativas (Daley, 2015). A dispersão dos clientes por uma ampla área geográfica pode criar problemas no acesso, mesmo quando os serviços estão disponíveis. Além disso, os transportes, ou a falta deles, são um problema rural significativo (Daley, 2015). O Serviço Social rural implica frequentemente desenvolver e criar serviços, tanto quanto encontrar recursos (Daley, 2015), o que requer algum nível de flexibilidade e criatividade, implicando identificar os problemas, identificar os potenciais recursos disponíveis e conceber formas de ajuda (Daley, 2015). O pensamento crítico, a imaginação na identificação de possibilidades de ajuda, a criatividade e flexibilidade no desenvolvimento de recursos, são requisitos para a prática rural. Se um serviço específico que possa ser necessário não está disponível, então os Assistentes Sociais devem pensar em criá-lo. Isto é ser criativo, engenhoso e versátil. Os Assistentes Sociais rurais devem ter todas estas características (Daley, 2015).

Na mesma linha de pensamento, Mackie, Zammit e Alvarez (2016) afirmam que dependendo da distância da sua localização, os Assistentes Sociais rurais podem ter acesso limitado aos serviços. Portanto, a necessidade de ser criativo é ainda mais premente, dentro do escopo e dos parâmetros das competências do profissional. Nesse

ponto, o Assistente Social rural deve ter competências de pensamento crítico, criatividade e capacidade de priorizar o que é mais importante para atender e procurar maneiras inovadoras de responder às necessidades do cliente (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Os Assistentes Sociais rurais tipicamente exercem Serviço Social de uma perspectiva generalista devido à ampla variedade de problemas do cliente. Os clientes exigem personalidades que tenham força, criatividade, flexibilidade, paciência e a confiança para tomar decisões de forma rápida e independente (Snyder *et al.*, 1985; Neale, 1982; Whittington, 1985; Johnson, 1980; Lohmann & Lohmann, 2005 cit. por Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017).

Estes profissionais rurais possuem forças únicas e competências especiais enquanto Assistentes Sociais. Riebschleger (2007) concluiu no seu estudo que os Assistentes Sociais rurais eram inovadores, flexíveis e criativos no encontro de soluções para responder às necessidades dos seus clientes e que possuíam como força a utilização de relacionamentos e redes de suporte informais para ajudar os clientes no acesso aos serviços.

Um dos objetivos científicos traçados para esta investigação prende-se com o conhecimento do perfil do Assistente Social rural em territórios de baixa densidade demográfica. Embora se considere que tal objetivo implicaria o desenvolvimento de um estudo mais amplo, de natureza qualitativa e quantitativa, que permitisse tecer distinções de perfis por setor de atividade (segurança social, emprego, justiça, trabalho, saúde, educação, habitação, ação social e desenvolvimento social e sustentável), é, no entanto, possível traçar um perfil genérico do Assistente Social rural, a partir de várias variáveis analisadas.

Refira-se a especial atenção que mereceu esta caracterização e o cuidado particular na omissão de alguns elementos considerados nas entrevistas, cuja divulgação conduziria a uma fácil identificação dos profissionais, pois, como veremos adiante, alguns destes Assistentes Sociais são os únicos profissionais na intervenção nas suas localidades. Primamos, assim, pelo princípio ético do anonimato e confidencialidade na pesquisa, renunciando-se para tal a apresentação de alguns dados pertinentes.

Assim, começamos por referir a dimensão da amostra participante neste estudo, constituída por 20 participantes, todos Assistentes Sociais rurais/em exercício em meio rural, concretamente nas NUTS II do Alto Alentejo e da Beira Baixa. A amostra é maioritariamente feminina, com apenas 3 participantes do sexo masculino. O intervalo de idades dos participantes encontra-se compreendido entre os 27 e os 52 anos, com uma média de 43 anos de idade. O número médio de anos de experiência profissional

em meio rural é de 12 anos. O número mínimo de anos de experiência profissional é de 1 ano e o número máximo é de 25 anos de exercício rural.

Do grupo de participantes, 10 Assistentes Sociais exercem atualmente a profissão no Alto Alentejo e também 10 exercem na Beira Baixa. Dos Assistentes Sociais participantes, 19 são licenciados em Serviço Social, oriundos de várias escolas de formação como o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Instituto Politécnico de Portalegre, o Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra e o Instituto Bissaya Barreto de Coimbra. Apenas um participante é licenciado em Trabalho Social, pela UTAD. Refira-se, assim, que a formação dos Assistentes Sociais rurais é obtida tanto em meio rural, como em meio urbano.

Relativamente aos setores de atividade, sintetizamos seguidamente em tabelas a respetiva caracterização.

Setores de intervenção dos Participantes na investigação	Número de participantes
Segurança Social	2
Saúde	3
Educação	2
Ação social	12
Desenvolvimento social e sustentável	1

Tabela 1 - Setores de intervenção dos participantes na investigação

Como se pode aferir, a maioria dos participantes exerce a sua atividade profissional no setor de intervenção da Ação Social. Não foi possível obter a colaboração de Assistentes Sociais dos setores do trabalho, habitação e justiça. No que respeita à natureza jurídica das entidades empregadoras dos participantes na investigação, como se pode constatar na tabela n.º 2, os participantes encontram-se distribuídos de forma equilibrada entre o setor público e o setor privado não lucrativo.

Natureza jurídica das entidades empregadoras dos AS participantes na investigação	
Público	10
Privado não lucrativo	10

Tabela 2 - Natureza jurídica das entidades empregadoras dos Assistentes Sociais participantes na investigação

No que concerne ao local de residência e de trabalho, dez participantes trabalham e residem no mesmo local e também dez participantes residem, atualmente,

em locais distintos do seu local de trabalho. Cinco participantes são o único Assistente Social na localidade onde exercem. Embora não apresentemos, deliberadamente, a naturalidade dos entrevistados pelas questões atrás enunciadas, podemos, no entanto, apontar que a maioria dos Assistentes Sociais rurais tem origens rurais, isto é, nasceu ou cresceu em meios rurais.

Como já referimos, a presente caracterização não apresenta todos os dados reunidos, omitindo-se alguma informação que poderia, direta ou indiretamente, conduzir à identificação dos participantes, zelando-se pela sua proteção e compromisso ético assumido enquanto investigadores sociais. Não obstante, quisemos saber quais os motivos que levaram os Assistentes Sociais ao exercício profissional em meio rural. Assim, as razões que levaram à opção pelo exercício em meio rural são variadas, desde a condição do próprio serviço; o impacto que a ação social pode ter no meio rural; as questões familiares ou emocionais; as oportunidades que o mercado oferece ou que permite; o sentimento de comunidade e o desejo de fuga das grandes cidades e das suas desvantagens, como a confusão, o trânsito, entre outras. A maioria dos entrevistados encontra-se satisfeito com a sua situação profissional atual e não pretende mudar para um meio urbano.

“o exercício profissional em meio rural (...) reduz o isolamento e a solidão; permite que os utentes recebam os cuidados de que necessitam; proporciona aos utentes momentos de convívio social; e disponibiliza aos familiares dos utentes uma resposta social para os seus idosos por quem são responsáveis. E, por estas razões todas, sinto-me muito grata por trabalhar aqui” - AS2.

“(...) foi vir para apoiar um pouco a minha mãe (...) sempre tive este gosto pela minha terra e por poder contribuir para a minha terra (...)” - AS3.

“Infelizmente, a atual conjuntura não nos permite escolher. Portanto, neste momento, onde surge emprego é onde nós vamos (...)” - AS4.

“Sempre considerei que viver numa aldeia era onde se vivia o sentimento de comunidade e queria viver numa aldeia (...) dentro da loucura de viver numa cidade, em que desperdiçava 2 horas do meu tempo no trânsito e contabilizando essas 2 horas ao longo da minha vida, se me mantivesse numa aldeia, ia ter uma clara perceção que estava a desperdiçar uma boa parte do tempo da minha vida” - AS5.

“(...) E a verdade é que acabei o curso, voltei (...) para descansar um bocadinho e no meio deste descanso surgiu uma possibilidade e fui ficando. Fui ficando” - AS6.

“Porque eu nunca gostei de viver em grandes cidades. Nunca tive esse objetivo. Eu cresci no meio rural e acho que nós em meio rural somos necessários porque somos cada vez menos pessoas e eu gosto da vida que tenho aqui. Nós temos qualidade de vida, nós conseguimos fazer o nosso trabalho de uma forma acessível, conseguimos chegar facilmente às pessoas, principalmente isso” - AS7.

“Eu queria ficar nas minhas raízes (...) E não quis ir para outro meio e de alguma forma, pronto, quis ficar cá” - AS8.

“Eu, enquanto [naturalidade intencionalmente omitida, porém referindo-se a um grande centro urbano]¹², tinha mesmo como propósito deixar a confusão da cidade e vir para o campo, porque acho que ninguém tem como propósito viver naquela loucura e passar 2 horas enfiada no carro com os filhos e, portanto, é mesmo esta paixão por uma vida mais tranquila (...)” - E2.

“Inicialmente não foi uma opção. Não foi uma opção própria, foi ocasional” - AS17.

“Eu vou confessar, não optei porque, realmente, já vivia aqui e acabei por ficar aqui, pronto. Tive a sorte de conseguir entrar aqui como Assistente Social” - AS18.

“Não, a opção de mudança teve a ver com a situação familiar. Foi porque eu já nasci em [naturalidade intencionalmente omitida, porém referindo-se a um grande centro urbano]¹³, mas os meus pais eram aqui de um concelho vizinho (...) Mas nunca pensei verdadeiramente vir viver para cá. Depois casei-me com um homem de cá” - AS20.

“Eu estou muito satisfeita. Gosto desta família grande” - AS8.

Face aos resultados apurados podemos identificar semelhanças entre o perfil do Assistente Social rural português e o perfil dos Assistentes Sociais rurais internacionais, nomeadamente no género. Dos três estudos analisados por Pugh e Cheers (2010), relativamente ao perfil demográfico, cerca de 75-80% dos entrevistados nesses estudos eram mulheres; na idade, dos três estudos analisados pelos mesmos autores a amostra apresentava uma média de idades entre 35 e 40 anos, sendo que a média de idades do Assistente Social rural da presente investigação é de 43 anos, ligeiramente acima da média de idades dos estudos internacionais referidos. Relativamente ao número de anos de experiência profissional como Assistente Social rural, os estudos internacionais relatam uma força de trabalho experiente com 10 ou mais anos de experiência profissional, à semelhança do número médio de anos de experiência profissional do Assistente Social rural português.

Também à semelhança dos resultados obtidos nesta investigação, muitos dos Assistentes Sociais dos estudos destacados na literatura internacional estavam bem-adaptados à vida rural e também a maioria desses profissionais cresceu em ambientes rurais. Como se referiu na literatura internacional, parece que também em Portugal a familiaridade é um conceito importante a ser considerado, pois, como Mackie, Zammit e Alvarez (2016) afirmam, pessoas naturais de áreas rurais e aqueles que foram, em certo sentido, aculturados aos modos de vida rurais, consideram-se mais propensos a ambientar-se e manter-se em locais rurais. Assim, também à semelhança

¹² Omissão e esclarecimento da autora.

¹³ Idem.

dos resultados dos estudos internacionais consultados, o perfil geral é de um conjunto considerável de Assistentes Sociais que se encontram bem-adaptados à vida rural e comprometidos com a vida e a prática profissional em locais rurais. Porém, tal como Pugh e Cheers (2010) reiteram, devemos ser cautelosos com generalizações, quer nacionais, mas principalmente internacionais.

1.6.1 CARACTERÍSTICAS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO ASSISTENTE SOCIAL RURAL

Os Assistentes Sociais rurais entrevistados não distinguem características e competências específicas do Assistente Social rural, pois consideram que as características e competências específicas do Assistente Social não estão relacionadas com o meio ou contexto profissional, como se verifica nos trechos que seguidamente apresentamos.

“(...) o Assistente Social precisa de (...) conhecer o espaço envolvente e encontrar as possibilidades de contribuir para o desenvolvimento social desse espaço, mas isso tanto ocorre no exercício rural como no exercício urbano” - AS2.

“Não acho, porque um Assistente Social tem que ser sempre Assistente Social, esteja no campo, esteja na cidade...” - AS4.

“(...) eu tenho muita esta lógica de primeiro perceber o perfil das pessoas e a forma como elas... e não consigo encontrar aqui alguma competência específica para trabalhar... não” - AS6.

“(...) não tenho conhecimento em nada específico sobre a intervenção do Serviço Social em meio rural” - AS8.

“Se calhar... não, não. Não, eu acho que não. É assim, a abordagem, por vezes, tem que ser diferente porque, lá está, porque a população é diferente e os problemas são diferentes. E temos que trabalhar com as pessoas conforme elas são” - AS20.

Assim, embora não tenham sido identificadas pelos Assistentes Sociais entrevistados características ou competências específicas para o exercício em meio rural, pelo contrário, na literatura internacional consultada, é claramente sugerido por Daley (2015; 2021) que para o exercício em meio rural são necessárias competências específicas, mais concretamente que o Assistente Social rural seja criativo, flexível, adaptável e que possua capacidade para trabalhar autonomamente, capacidade para desenvolver e criar serviços inexistentes e encontrar recursos, capacidade de pensar criticamente e imaginação na identificação de possibilidades de ajuda. Segundo Snyder *et al.* (1985), Neale (1982), Whittington (1985), Johnson (1980), Lohmann e Lohmann (2005) e Talabreza-May *et al.* (2017), os Assistentes Sociais rurais devem ter ainda

personalidades fortes, paciência e confiança para tomar decisões de forma rápida e independente. No estudo desenvolvido por Riebschleger (2007), conclui-se que os Assistentes Sociais rurais também devem reunir competências de utilização de relacionamentos e redes de suporte informais, para ajudar os clientes no acesso aos serviços.

Ainda assim, foram apontadas pelos inquiridos como competências e características genéricas do Assistente Social, a flexibilidade e adaptação ao contexto em que se está; empatia; resistência; escuta ativa; sensibilidade; atitude de identificar as necessidades e expectativas do público-alvo; traçar um plano de intervenção individual holístico que integre as várias dimensões; possuir abrangência de assuntos; capacidade de mediação, diálogo e negociação; humildade, introspeção contínua e capacidade de olhar para o outro de forma igual, nunca considerando que somos superiores. Os extratos abaixo elucidam o ponto de vista dos entrevistados:

“(...) eu acho que qualquer Assistente Social deve ser flexível e moldar-se com o público com que está (...) nós temos que nos aproximar e criar esta empatia e esta ligação com as pessoas” – AS1.

“(...) considero que o Assistente Social deve ter as mesmas características profissionais quer no exercício rural, quer no urbano, quais são essas características? Uma atitude de escuta ativa, a atitude de identificar as necessidades e expectativas do público-alvo, traçar um plano de intervenção individual holístico que integre as várias dimensões da pessoa: saúde, sócio familiar, lazer, desporto, espiritualidade, etc.” - AS2.

“Um Assistente Social que venha trabalhar para um meio rural, sendo muitas vezes a única pessoa licenciada (...), tem de ter uma abrangência de assuntos (...) e sendo ele realmente, digamos que um elo de ligação na superação de algumas dificuldades da própria população, não vai conseguir dar resposta. Se não tiver uma formação abrangente e consiga tocar diversas áreas (...)” - AS3.

“(...) a capacidade de mediação ou de diálogo ou de negociação; a relação de empatia com as pessoas a diferentes níveis o que nos coloca nunca num sentido superior aos outros (...) eu acho que tem que haver muita humildade associada, muita introspeção contínua, muita capacidade de olhar para o outro e para os outros e para as outras de forma igual, nunca nos considerando que somos superiores e que... e isso parece-me que é algo que, muitas vezes, é comum” - AS5.

“(...) as outras competências que são necessárias para o exercício da profissão, mas mais em específico, eu acho que nós temos que ter uma grande empatia, uma grande capacidade para ouvir (...)” - AS7.

“(...) um bocadinho de encontro às nossas características individuais de cada um (...) da nossa capacidade de adaptação e de flexibilidade e de identificar (..) alguém com alguma resistência” - AS8.

“Sim, de certa forma (...) para se ganhar alguma empatia com as pessoas, temos que falar na mesma língua, talvez. Isto é, se nós também não nos adaptarmos e não tentarmos entrar um bocadinho naquilo que são as vivências que se praticam em meio rural, a ligação torna-se um bocadinho mais difícil, ou melhor, e empatia flui com menos facilidade, não é? E por isso importa sim conhecer, importa tratar as pessoas pelo nome, importa muito isso” - AS17.

“Eu acho que sim. Acho que qualquer profissional consegue trabalhar em meio rural (...) Nós temos que ter poder de adaptação, temos que ter sensibilidade para saber com quem é que estamos a lidar (...) acho que qualquer Assistente Social, desde que tenha vocação e perfil para aquilo que está a fazer, consegue adaptar-se tanto ao meio urbano como ao meio rural” - AS18.

“Muito humildes e colocarmo-nos no outro” - AS20.

Relembramos ainda a literatura internacional consultada em que alguns investigadores e académicos descreveram características distintas na prática rural, como a orientação generalista, o enfoque no desenvolvimento comunitário e a sensibilidade para as tradições culturais rurais (Cheers & Pugh, 2010; Ginsberg, 2005; Locke & Winship, 2005 cit. por Rambaree, 2011), e a intervenção generalista e eclética exigida no exercício rural (Riebschleger, 2007).

2. CLASSIFICAÇÕES, PROBLEMAS E POLÍTICAS RURAIS

No presente capítulo discute-se a pluralidade de definições do conceito 'rural', quer no panorama internacional como no contexto nacional e identificam-se alguns dos principais problemas com maior premência nos meios rurais – com destaque para o problema demográfico português e para a pobreza observada nestes territórios, a par das políticas públicas no âmbito europeu, nacional e municipal direcionadas à atenuação dos principais problemas dos territórios de baixa densidade.

2.1 A (IN)DEFINIÇÃO DO TERMO RURAL

Uma das principais questões que devem ser consideradas em qualquer discussão relacionada com o Serviço Social rural é a definição do termo 'rural', que pode ter múltiplas definições. Compreender esta questão é importante, pois, no Serviço Social, a forma como conceptualizamos o termo orienta quem servimos, como abordamos a política e até mesmo como exercemos a profissão. Definir operacionalmente o que é (e não é), 'rural' envolve uma discussão complexa devido às várias definições do termo, apresentando todas os seus benefícios e limitações (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

O termo 'rural', como muitos termos de uso comum, é algo ambíguo. Nas ciências sociais, verifica-se alguma discordância sobre o significado e a definição exata de 'rural', como por exemplo entre os académicos que consideram 'rural' um tipo de localidade sociogeográfica e os que veem o termo como uma construção social (Brown & Schafft, 2011). Cientistas sociais, legisladores e gestores de programas normalmente definem o conceito como um tipo particular de lugar sociogeográfico que se distingue por certos atributos (Brown & Schafft, 2011). Embora académicos, legisladores e entidades de estatísticas oficiais frequentemente se concentrem numa ou noutra característica prevalente, como por exemplo a dimensão da população ou a dependência da agricultura, a maioria reconhece que a ruralidade é um conceito multidimensional que envolve uma combinação de aspetos sociais, demográficos, económicos e / ou culturais (Brown & Schafft, 2011).

Relativamente à abordagem social construtivista para definir o termo 'rural', Keith Halfacree, por exemplo (1993 cit. por Brown & Schafft, 2011), observou que 'o rural como espaço' e o 'rural como representação do espaço' devem ser distinguidos. Assim, deve ser traçado um contraste entre uma compreensão amplamente 'material' do termo 'rural' baseada no espaço físico, características geográficas e densidade populacional e um conceito desmaterializado que coloca o termo no reino da imaginação (Halfacree,

2004). Assim, em vez de tentar identificar fatores sociais, demográficos, ambientais e económicos e os atributos que definem os lugares rurais e os distinguem dos urbanos, a abordagem construtivista enfatiza os símbolos e signos que as pessoas imaginam quando pensam na ruralidade (Brown & Schafft, 2011).

Também numa abordagem social construtivista do termo 'rural', Cloke e Milbourne (1992 cit. por Brown & Schafft, 2011), observaram que a ruralidade é uma questão de determinar como as pessoas 'se constroem como rurais', ou seja, de compreender a ruralidade como um estado de espírito socialmente construído. Por outras palavras, a posição social construtivista afirma que os construtos mentais são um elemento da cultura que ajuda a determinar o que as pessoas consideram 'rural'. Woods (2006), observou que esta perspetiva leva à mudança da atenção das características estatísticas das áreas rurais, para as pessoas que nelas vivem. Deste modo, os residentes locais são rurais não devido às suas características estruturais e / ou ambientais, mas porque os seus residentes se consideram rurais no que diz respeito a um conjunto de valores sociais, morais e culturais, uma paisagem idealizada ou idílica e / ou um estilo de vida mais sintonizado com a vida comunitária orgânica, do que com uma forma mais burocrática e racionalizada de organização social (Short, 1991 cit. por Brown & Schafft, 2011).

Na continuação da discussão da definição do termo 'rural', também para Ginsberg (2011) é claro que não existe uma definição universalmente aceite sobre o seu significado. Atendendo à pluralidade de definições do termo 'rural', Cromartie e Bulchotz (2008 cit. por Ginsberg, 2011) sugerem que diferentes definições são escolhidas para o propósito da pesquisa ou do programa a ser utilizado. Algumas definições compreendem a população rural como as que residem em áreas com 2.500 habitantes ou menos - a definição clássica - outras utilizam uma distinção entre área metropolitana ou não-metropolitana, entendendo a população rural como aquela que vive fora de áreas metropolitanas e, outras ainda, focam-se no tempo de deslocação e distância de vários locais (Ginsberg, 2011).

Na mesma linha, Daley (2011) afirma que uma definição entende as áreas rurais como as que registam populações abaixo dos 2500 habitantes e sem áreas urbanas adjacentes, enquanto outra definição identifica as comunidades com menos de 50.000 habitantes como não metropolitanas (Daley & Pierce, 2011). Deste modo, o autor refere que talvez a definição mais apelativa do termo 'rural' seja a abordagem absoluta baseada na dimensão populacional, uma tipologia de classificação em função de um limiar populacional, distinguindo claramente se a comunidade é rural ou urbana. Não obstante, mesmo assim, como se verificou, somos confrontados com limiares populacionais variáveis (Daley, 2010).

Noutra linha de pensamento, ao tentarmos entender melhor a demografia das regiões que contêm alguns, mas não todos os níveis de serviços, é importante encontrar designações que melhor representem quais os recursos disponíveis de forma a identificar áreas de necessidade para as quais direcionar os serviços (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). Outra discussão a ser realizada sobre a definição de 'rural' envolve o conceito de percepção. O ponto central desta discussão é reconhecer abertamente que, embora o termo 'rural' possua definições específicas e mensuráveis, existem simultaneamente muito mais definições subjetivas que impactam decisões, atitudes e percepções, importando ao Assistente Social rural o desenvolvimento da compreensão clara sobre como a comunidade se vê (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Assim, não existe uma definição de ruralidade amplamente aceite (Ginsberg, 2011 cit. por Daley, 2015). Algumas definições são mais úteis para efeitos de pesquisa e estatística, enquanto outras podem ser mais úteis para os propósitos da Sociologia, Economia ou Serviço Social.

As múltiplas definições de ruralidade podem ser classificadas em três categorias, dependendo dos principais conceitos subjacentes à definição: absoluta, relativa ou sociocultural (Daley, 2015).

O método absoluto de definição de ruralidade baseia-se num arbitrário determinado número de residentes. A vantagem de utilizar um método absoluto é que as comunidades são claramente classificadas como rurais ou como não-rurais. No entanto, podemos perder muita informação importante com esta abordagem, especialmente para os objetivos do Serviço Social, uma vez que as definições absolutas tendem a generalizar ou então a não identificar características únicas e específicas da comunidade (Daley, 2015). Alguma literatura do Serviço Social utiliza uma abordagem absoluta que identifica a comunidade rural de acordo com a geografia, o sítio ou localidade. Estes estereótipos não captam a riqueza da diversidade que existe no meio rural, nem refletem exatamente as dimensões complexas da ruralidade que são importantes para a prática do Serviço Social (Daley, 2015).

Uma segunda abordagem para determinar a ruralidade é a relativa, que se foca na densidade populacional (Daley, 2015). As áreas urbanas apresentam um maior número de pessoas por km², enquanto a densidade diminui consideravelmente nas pequenas cidades e áreas rurais. Porém, as definições de ruralidade com enfoque na população absoluta ou densidade populacional não ajudam muito o/a Assistente Social, exceto num sentido muito geral. A substância do Serviço Social incide na ajuda a pessoas, famílias e comunidades a responder especificamente aos problemas e desafios. Assim, as características sociais, institucionais, económicas e culturais da ruralidade têm maior significado do que as componentes geográficas (Daley, 2015).

A terceira abordagem para definir ruralidade utiliza características socioculturais da comunidade. Daley e Avant (2004) e Daley e Pierce (2011), sugerem a utilização desta abordagem e Ginsberg (2005) defende que se vejam as comunidades e serviços rurais da perspetiva de um estilo de vida rural. A abordagem 'pessoa-em-ambiente' no Serviço Social, anteriormente abordada, tende a suportar esta forma de definir ruralidade. O método sociocultural de definir ruralidade avalia a economia, identidade e as interações sociais no seio da comunidade. O termo ruralidade que designa uma comunidade com características rurais, tem sido utilizado pelos sociólogos rurais pelo menos desde há 50 anos (esta definição sociocultural identifica as comunidades rurais em termos de instituições e estruturas, como ocupações, ecologia e elementos socioculturais) (Daley, 2015). Assim, as definições de ruralidade baseadas na dimensão populacional ou densidade não captam as populações rurais que se mudaram para a cidade e constituíram comunidades, as comunidades rurais que foram absorvidas pelo crescimento urbano ou as populações rurais na periferia das regiões metropolitanas (Daley, 2015). O valor da abordagem sociocultural em definir ruralidade de uma maneira que seja relevante para o Serviço Social é ilustrado pelos exemplos dos valores rurais, comportamentos e instituições (Daley, 2015), pelo que se recomenda a identificação do Serviço Social rural baseado nas características da comunidade e nas normas culturais e comportamentais das populações, como uma abordagem mais prática do que a dimensão populacional, para os fins do Serviço Social (Daley & Pierce, 2011).

Como referido, o Serviço Social rural é trabalho com populações rurais bem como a prática nas comunidades rurais. Essencialmente, o Serviço Social rural desenvolve-se onde se encontre uma comunidade rural, seja numa pequena cidade ou com população rural num ambiente urbano (Daley & Pierce, 2011). Os limiares populacionais produzem um aparente nível de certeza sobre se a comunidade é ou não rural, mas apenas respondem parcialmente às questões que são mais relevantes para a maioria dos Assistentes Sociais rurais, que estão mais preocupados com os efeitos comportamentais nos indivíduos, famílias e grupos, nas estruturas organizacionais e atividade comunitária que resulta da comunidade rural, do que propriamente com a sua dimensão (Daley, 2010). No que respeita à (in)definição do termo 'rural', a questão elementar que os Assistentes Sociais devem colocar é: Os residentes na área pensam em si mesmos como rurais e apresentam particularidades e comportamentos rurais? As comunidades têm características rurais? Se a resposta a estas questões for sim, então o Assistente Social está de facto a trabalhar com populações rurais (Daley, 2015).

2.2 PROBLEMAS RURAIS

As áreas rurais não são homogêneas e os problemas que afetam diferentes localidades e as populações podem ser muito variados. O declínio dos serviços rurais não afetou igualmente todas as pessoas nas localidades rurais, tendo atingido mais as pessoas que mais dependem dos serviços e que não têm acesso fácil a alternativas. Os principais problemas que afetam as populações rurais são a pobreza e privação; desemprego e subemprego; habitação; saúde, incapacidade e desvantagem social (Francis & Henderson, 1992). A pobreza rural é uma questão persistente. Carlton-LaNey, Burwell e White (2013) concluem que a pobreza limita as opções para todos e que os pobres rurais estão entre os mais socialmente isolados.

Considera-se, não obstante, que as pessoas residentes em áreas rurais enfrentam a maior parte dos mesmos problemas sociais que as pessoas residentes em áreas urbanas e metropolitanas, nomeadamente no acesso a cuidados de saúde, a habitação, violência doméstica, transportes e emprego (Ginsberg, 2011). As comunidades rurais podem ter hospitais, mas os tratamentos mais complexos têm de ser desenvolvidos nos hospitais das grandes cidades; a habitação é também um problema tanto para as populações rurais como metropolitanas de baixos rendimentos, embora a habitação inadequada seja mais problemática em áreas rurais; a violência doméstica, incluindo o abuso infantil, pode ser tão grave em áreas rurais como nas cidades. Um dos problemas que se destaca pela maior dificuldade para as populações rurais do que para as urbanas, são os transportes (Ginsberg, 2011), pois, muitas comunidades têm fracas redes de transportes públicos. Também o emprego rural carece da diversidade verificada nas áreas metropolitanas e os salários normalmente não são tão elevados como os salários praticados nas cidades (Ginsberg, 2011).

Talabreza-May, Jensen e Shay (2017) afirmam que as comunidades rurais possuem qualidades únicas quando comparadas com populações urbanas densas. Estes autores citam Campbell *et al.* (2002), que reportam que a densidade populacional, a distância de grupos grandes de pessoas e a inacessibilidade para áreas urbanas devido a considerações geográficas são características que definem as áreas rurais. Segundo os autores, as comunidades rurais podem ser consideradas em risco devido a vários desafios como: abuso de substâncias, *status* social estigmatizado, elevadas taxas de pobreza, desemprego e menores oportunidades educacionais (*Child Welfare Information*, 2012; Riebschleger, 2007 cit. por Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017). Adicionalmente, o isolamento social e geográfico pode constituir uma desvantagem para as pessoas em áreas rurais, também no acesso a serviços sociais.

Apesar das barreiras significativas que as pessoas enfrentam em áreas rurais, as comunidades rurais encontram, adaptam e utilizam recursos de forma criativa para responder às suas necessidades. As forças das comunidades rurais incluem valores

familiares fortes, redes voluntárias de ajuda, organizações de culto ativas, pensamento intergeracional, iniciativa e resiliência (Templeman & Mitchel, 2002 cit. por Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017). Além disso, as comunidades rurais enfrentam desafios únicos e adaptam-se aos mesmos, recorrendo a redes comunitárias informais para responder às suas necessidades (Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017).

A nível internacional, os principais problemas das populações rurais nos Estados Unidos (EUA) são a opressão e vulnerabilidade, pobreza persistente, acesso limitado aos cuidados de saúde; várias disparidades de saúde física e mental; abuso e negligência de crianças e mulheres; e recursos educacionais reduzidos (Showalter, Johnson, Klein, & Hartman, 2017 cit. por Walters *et al.*, 2020). Também na literatura canadense, encontramos referências diversas a barreiras, especificamente barreiras à escolha, sensibilidade contextual e capacidade de serviço nas comunidades rurais e do Norte do Canadá, como: 1) localização - as populações rurais são menos propensas a fazer uso dos serviços quando as instalações se encontram a distância significativa e os profissionais estão menos cientes da cultura e das crenças das populações rurais; 2) serviços centralizados - o trabalho do Assistente Social é frequentemente coordenado centralmente, sendo um grande desafio estar sintonizado ou sensível ao ambiente local; é importante, portanto, que todos os profissionais entendam as pessoas que atendem no contexto do seu próprio ambiente; 3) telecomunicações - como as áreas do Norte rural são pouco povoadas, os clientes têm que se deslocar até ao local onde o equipamento está localizado e o transporte pode ser também um problema; 4) recrutamento e retenção - quando se tenta recrutar e reter profissionais nas comunidades rurais e do Norte do Canadá, muitas vezes surgem vários entraves, nomeadamente a questão do isolamento profissional, pelo que é imprescindível que os profissionais tenham oportunidades de formação contínua; a capacidade de consultar especialistas quando se sentem sobrecarregados e, além disso, sentimentos de incompetência e baixa satisfação no trabalho resultam frequentemente numa maior rotatividade de pessoal (Vis *et al.*, 2009).

No contexto nacional, podemos confirmar que, empiricamente, a grande maioria dos problemas sociais identificados anteriormente no contexto internacional, foram também identificados como problemas dos meios e das populações rurais pelos Assistentes Sociais participantes na investigação.

Questionados sobre os principais problemas e necessidades das populações rurais, foram várias as respostas obtidas, entre as quais destacamos duas, pela amplitude, abrangência e perspetiva macrossocial dos problemas e necessidades identificadas por estes Assistentes Sociais rurais auscultados:

“Falta de população e de serviços (...) população envelhecida (...) falta de acessibilidade (...) os problemas ligados à economia de escala (...) se há pouca população, há tendência a que os próprios serviços de apoio a essa população também possam ser reduzidos (...) a falta de fixação dos mais jovens é um dos problemas e depois a dependência pelos serviços de agricultura e até do turismo (...) outro grande problema tem a ver com o rendimento per capita das famílias (...) muito saliente é a questão da pobreza que leva depois também a estes baixos recursos. Estes baixos rendimentos levam a necessidades de saúde que nem sempre podem ser suprimidas”
- **AS3**.

“Há um envelhecimento da população, há ausência de investimento e de estratégia política para o desenvolvimento das aldeias e a ausência de serviços públicos (...) Há também ausência de emprego e por isso mesmo não se consegue reter pessoas em idade ativa em contexto de aldeia (...) baixa autoestima comunitária pelas pessoas que habitam as aldeias por sentirem que toda a gente se vai embora, ou que ninguém está presente, inclusive os serviços públicos (...) isolamento territorial, ausência de investimento em infraestruturas” - **AS5**.

No geral, os entrevistados identificam nos meios rurais, uma população mais acolhedora e participativa, ainda que distante geograficamente, com menos população e envelhecida; apontam-se a ausência de oportunidades, de apoios e recursos e necessidades e problemas profundos e distintos; reformas baixas; fracas respostas sociais e fraca rede de transportes. Porém, e apesar destas lacunas, os Assistentes Sociais rurais conseguem recorrer a estruturas e entidades de suporte, bem como às redes de suporte familiar e de vizinhança, verificando-se um sentido de união, de proximidade e de solidariedade. Na reflexão desenvolvida, os Assistentes Sociais foram tecendo considerações nas diferenças entre as práticas rural e urbana, assumindo significativas diferenças entre estes contextos de prática.

Dos principais problemas identificados em meios rurais, destacamos de seguida aqueles que foram com maior frequência apontados pelos Assistentes Sociais rurais participantes no estudo. Assim, sem qualquer ordem de apresentação em particular, os principais problemas dos meios e populações rurais identificados foram:

O difícil acesso a serviços, com especial ênfase nos serviços ou cuidados de saúde; a ausência de recursos; as desigualdades sociais ou a falta de acesso a oportunidades;

“(...) é uma coisa que eu também sinto é que as pessoas que estão nas freguesias rurais estão um pouco mais a descoberto (...) nas oportunidades e nos apoios” - **AS1**.

“Certamente, há problemáticas que são comuns. E acredito que sim. Agora, há diferenças de um Serviço Social rural de um Serviço Social urbano. Penso que, em termos das necessidades da população, há diferenças. Nós... e basta olhar, por exemplo, para os serviços de saúde, basta olhar para as instituições que nós temos, para a falta de serviços públicos e, portanto, há uma panóplia de necessidades e de problemas que são... que se podem tocar e alguns são comuns (...) Portanto, há diferenças profundas, não é?” - **AS3**.

“E claramente há uma distinção ao nível do acesso aos serviços – não é? – entre o meio rural e urbano. Sim” - AS8.

“(...) a dificuldade de acesso a outros serviços” - AS17.

“Nesta fase aqui pandémica, senti muito, muito as desigualdades entre as situações dos alunos que vivem em freguesias urbanas e os que vivem nas freguesias rurais, exatamente pela questão de acesso a meios, não propriamente ao computador, mas se calhar a redes telefónicas e de internet e senti uma grande discrepância entre... e desigualdade entre os alunos, os que vivem nas freguesias rurais para as freguesias urbanas” - AS1.

a fraca rede de transportes públicos;

“(...) de haver meios de transporte, tudo isso influencia os hábitos e até mesmo os problemas das pessoas porque num meio rural o transporte é um grande problema (...) enquanto no meio urbano isto não se coloca, porque há transportes públicos de vários tipos (...)” - AS7.

“(...) transporte (...) as pessoas não têm carta de condução, vivem em zonas isoladas, eu acho que isso é uma das coisas que nos limita a inserção (...) a nível do rendimento social, porque as pessoas não têm forma de se deslocar” - E4.

“(...) na questão de se deslocarem à cidade, também há sempre o peso do gastar dinheiro porque não há facilidade de acessos a nível de transportes públicos e, por isso, vir à cidade de táxi é sempre uma coisa considerada cara e que tem que ser ponderada (...)” - AS17.

“(...) acho que a acessibilidade é das piores coisas” - E4.

“(...) o isolamento porque efetivamente não é fácil a deslocação de determinadas aldeias e determinadas zonas geográficas para a cidade (...) provoca desemprego porque as pessoas, por um lado, são pessoas com pouca escolaridade e, por outro lado, porque muitas delas não têm carta, não têm carro e, muitas vezes, não têm forma de se deslocar (...)” - AS20.

os baixos rendimentos salariais, baixas reformas, desemprego e consequente pobreza, com destaque para situações de pobreza envergonhada;

“(...) as baixas reformas que condicionam e acabam por excluir as pessoas do acesso, por exemplo, a cuidados de saúde mais especializados, que não existem aqui no nosso hospital” (...) - AS7.

“(...) baixas reformas, porque são pessoas que estiveram sempre muito associadas ao trabalho agrícola e, por isso, infelizmente, têm reformas muito, muito baixas (...)” - AS6.

“Aqui as reformas, assim na grande maioria, são muito baixinhas...” - AS7.

“A nível de pessoas em idade ativa, as principais problemáticas prendem-se muito (...) com alguma carência socioeconómica, mas que, na perspetiva, nem sequer é um problema” - AS4.

“Problemas sociais é, em primeiro lugar, a pobreza (...)” - E6.

“(...) o problema económico (...) pessoas com alguma carência económica (...) Têm a vantagem de que também colhem muito da terra (...) têm acesso a coisas que nós na cidade não temos, é facto, mas também têm muita carência económica, nomeadamente na aquisição da medicação (...)” - AS17.

“(...) situações de pobreza envergonhada” - AS18.

“Relativamente a pessoas mais novas, estamos a falar do desemprego, de empregos mais precários, mais voláteis, mais sazonais, por exemplo, que faz com que não tenham um rendimento fixo” - E1.

o isolamento geográfico e social que implica custos nas deslocações e menor acesso à informação devido, por exemplo, à fraca rede de *internet* e telecomunicações;

“(...) têm imensos custos na deslocação (...) grande isolamento geográfico – que é o menor acesso à informação, porque efetivamente os serviços estão mais longe, fisicamente mais longe (...) questões de saúde e a dependência (...) menos acesso à informação e dominam muito pouco as tecnologias (...) têm muito menos consciência dos direitos...” - AS6.

“(...) as principais problemáticas são a ausência de rede de suporte familiar... portanto, derivado do isolamento geográfico” - AS4.

“Quer ao nível das características da população, como ao nível das respostas (...) aqui em meio rural – eu pelo menos da experiência que tenho – temos pouco acesso a determinadas coisas, muitas vezes pela distância geográfica, por haver menos população” - AS7.2.

“Mas a nível de isolamento (...) questões de saúde, para resolução de questões de transporte, para apoios sociais” - AS19.

“(...) o acesso aos bens essenciais como a saúde, a questão de ir tratar assuntos com a Segurança Social, com as Finanças, com a Câmara, uma atitude de alguém que, mesmo sendo idoso, estando na cidade, vai com facilidade a esses serviços, mesmo que vá a pé, estando a 20 km, numa aldeia a 20 km de uma cidade, claro que sente também o problema da mobilidade e do acesso a bens essenciais como um supermercado e farmácias que tenham os bens que a pessoa precisa, se calhar esse problema também se sente mais num meio rural do que num meio urbano, não é?” - AS2.

o envelhecimento populacional resultante do êxodo da população ativa para grandes centros;

“(...) a questão de normalmente nos meios rurais, devido à desertificação do interior do país e ao envelhecimento da população no interior do país (...) É o chamado êxodo rural (...) a falta de uma rede de suporte social que se calhar numa área rural sente-se mais porque, havendo menos população nas áreas rurais, há menos rede de suporte social porque numa cidade, havendo mais população, há muito mais hipótese de haver vizinhos (...)” - AS2.

“o grau de dependência das pessoas idosas, a necessidade do cuidador informal prestar cuidados, que muitas vezes também é idoso e também ele já tem várias limitações, a questão das demências (...) - AS7.

“Temos uma população claramente envelhecida (...) há aqui uma escassa resposta a esse nível (...) deve ser assegurado pelo estado e se o estado não consegue assegurar, tem que delegar essas competências e essas necessidades estão mais do que identificadas (...) Têm é que se criar respostas para...” - AS8.

“(...) temos uma população também muito envelhecida e muito isolada e muito sozinha” - AS20.

o estigma e estereótipos sociais;

“É verdade que chegamos mais perto, por exemplo, das redes de suporte ou de vizinhança, questionar o que a família faz, onde está. Mas também há o reverso, porque se a história... se estamos a falar de uma família desestruturada, já há muito tempo que é conhecida naquele meio pequeno, pode dar aso ao estigma” - E1.

“As pessoas, no meio rural, conhecem-se todas umas às outras. Até se denunciam, às vezes, pela negativa! (...) O trabalho de proximidade tem uma coisa negativa, no meu entender, que é: nós acabamos por conhecer tão bem as famílias, que muitas vezes (...) estamos a atender a pessoa e já estamos a saber o que é que ela vai dizer!” - E4.

e os comportamentos aditivos, com grande ênfase no alcoolismo, considerado culturalmente tolerado; machismo, violência e desvalorização da formação formal ou académica;

“(...) a questão do alcoolismo, que nós temos muitos problemas de saúde mental aqui na nossa zona, que também estão muito ligados à falta de respostas especiais, equipamentos e às iniquidades que existem em saúde, porque a acessibilidade à saúde é péssima (...) muita falta de respostas sociais (...) os jovens não têm rigorosamente nada para onde ir! A droga e o álcool encaixam aqui perfeitamente (...) há muito pouca gente interessada em preocupar-se com estes jovens, com a questão do alcoolismo, porque é cultural, é aceite, as pessoas acham que é perfeitamente normal (...)” - E3.

“(...) também há algumas situações de alcoolismo, têm surgido muitas situações de violência contra idosos, violência financeira (...) desemprego (...) isolamento social e geográfico e sem suporte familiar (...) sentimento de insegurança” - AS7.

“Pobreza (...) Alcoolismo. Muito (...) Machismo (...) desvalorização da escola, do ensino” - AS7.2.

“Depois também temos alguns problemas de alcoolismo (...) alguma desestruturação nas famílias, as baixas qualificações escolares (...) E depois não há grande mercado de trabalho” - E4.

“Pobreza, os comportamentos adictos (...) intervenção da violência doméstica existem muitos estereótipos e crenças e formas de estar e de ver (...) a desocultação do fenómeno (...) há uma maior proximidade e uma rede de vizinhança e tudo mais e isso de alguma forma impede que haja a notícia do crime, o que no meio urbano às vezes isso não acontece tanto (...) A informação em meios rurais acho que é mais deficitária, também pelos próprios canais que existem que também são menos” - AS8.

“(...) o alcoolismo, o abandono escolar muito precocemente, não só na população cigana (...)” – **AS20**.

Assim, relativamente aos problemas sociais e necessidades das populações rurais registam-se desigualdades no acesso à saúde; a desvalorização da escola e formação académica; fracas infraestruturas a nível tecnológico e de rede; o despovoamento, o isolamento territorial, o envelhecimento no interior do país e o êxodo rural; falta de uma rede formal de suporte social forte e estruturada; falta de infraestruturas, rede de transportes e serviços de qualidade que facilitem as deslocações e acessibilidade; a dificuldade na fixação de jovens; a dependência dos serviços da agricultura e do turismo; carência socioeconómica, a pobreza e o baixo rendimento *per capita* das famílias; a ausência de uma rede de suporte familiar derivado do isolamento geográfico; falta de investimento nos serviços públicos; desemprego e falta de pessoas em idade ativa; baixa autoestima comunitária; dependência/adição com primordial ênfase no alcoolismo, demências e violência contra idosos - financeira e doméstica; fraco acesso à informação; machismo; e notável desestruturação familiar.

Os Assistentes Sociais auscultados na investigação destacaram, na maioria, como principais problemas nos meios rurais em Portugal: o difícil acesso a serviços, com especial ênfase nos serviços ou cuidados de saúde, a ausência de recursos, as desigualdades sociais e a falta de oportunidades; a fraca rede de transportes públicos; os baixos rendimentos salariais, baixas reformas, desemprego e conseqüente pobreza, com destaque para situações de pobreza envergonhada; o isolamento geográfico e social que implica custos nas deslocações e menor acesso à informação devido, por exemplo, à fraca rede de *internet* e telecomunicações; o envelhecimento populacional resultante do êxodo da população ativa para grandes centros; o estigma e estereótipos sociais; os comportamentos aditivos, com grande ênfase no alcoolismo, considerado culturalmente tolerado; machismo, violência e desvalorização da formação académica.

Verifica-se, portanto, que os problemas identificados pelos Assistentes Sociais rurais em Portugal são semelhantes aos problemas identificados em estudos internacionais desenvolvidos em meios rurais.

2.3 JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA PARA AS COMUNIDADES RURAIS

Importa discutir os problemas rurais anteriormente identificados à luz de alguns valores do Serviço Social, concretamente a dignidade humana e a justiça social e do princípio do primado dos direitos humanos (APSS, 2018). Os territórios rurais enfrentam escassez a nível de cuidados de saúde, de hospitais e de profissionais para a prestação

de serviços. Assim, em algumas pequenas comunidades, pode ser difícil responder a um significativo número de necessidades básicas.

Esta situação, a par do encerramento de organizações tradicionais nas pequenas comunidades como balcões de correios, escolas e negócios locais - devido aos custos de prestação – deve ser discutida (Daley, 2021). Podemos inclusivamente questionar: Como é que tudo isto afeta a atuação dos Assistentes Sociais que trabalham em e com pequenas comunidades? A maioria dos Assistentes Sociais trabalha diretamente na prestação de serviços a indivíduos e famílias, mas muitas das questões sociais, económicas e relacionadas com a ausência de infraestruturas e recursos necessitam de respostas num nível macro, e não ao nível do indivíduo que precisa de ajuda, num nível micro, conforme a maioria dos Assistentes Sociais rurais prontamente reconheceu quando questionados relativamente ao nível de intervenção de atuação profissional:

“Eu considero mais micro porque de uma forma mais... (...) mas sinto que não há tantos encaminhamentos como, por exemplo, em relação ao serviço social urbano” AS1.

“a nossa intervenção é muito micro, no sentido de ser pessoa a pessoa, indivíduo a indivíduo” AS3.

“Infelizmente muito micro (...) eu, trabalhando aqui nos Cuidados de Saúde Primários, deveria trabalhar muito na área da prevenção, deveria trabalhar muito em rede. (...)” AS6.

Ao longo desta obra discutem-se, direta ou indiretamente, múltiplas injustiças de natureza social e económica. Até certo ponto, essas injustiças negam a algumas pessoas residentes nos meios rurais o acesso e exercício de alguns dos seus direitos humanos fundamentais, particularmente no que diz respeito a um padrão de vida digno e acesso ao emprego (Daley, 2021).

Embora raramente pensemos no assunto desta forma, segundo Daley (2021), a população rural é um grupo minoritário, um grupo oprimido e uma população vítima de discriminação. Os atuais problemas sociais que afetam as populações rurais podem ser entendidos como problemas individuais, mas é cada vez mais claro que muitos desses problemas decorrem de causas sistémicas e não de causas individuais (Daley, 2021). As paisagens sociais e políticas mudaram muito e as populações rurais não têm, muitas vezes, a influência social e política que tiveram no passado, tornando muito mais limitada a sua própria capacidade de influenciar a direção dos acontecimentos (Daley, 2021). Quando se considera o *status* da população rural na nossa sociedade, é fácil ver

alguns dos mecanismos clássicos de discriminação em ação, incluindo estereótipos, rótulos depreciativos, exclusão social, isolamento de comunidades, exclusão política e insuficiência de escolas, estabelecimentos de saúde e serviços (Marsiglia & Kullis, 2015 cit. por Daley, 2021).

Para Daley (2021), o estereótipo negativo sobre a população rural não é fundamentalmente diferente do que o praticado contra mulheres, grupos raciais ou pessoas LGBTQ. Considere-se, por exemplo, os termos depreciativos usados para rotular pessoas residentes em comunidades rurais, que transmitem um sentido de falta de sofisticação, falta de inteligência, de bons modos ou educação. Nenhum dos termos é lisonjeador e todos evidenciam estereótipos que depreciam as populações rurais (Daley, 2021). Quando termos depreciativos são usados para descrever outros grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade ou desvantagem, os Assistentes Sociais ficam indignados e agem para corrigir esse tipo de injustiça, porém, tendemos a não ver a questão da mesma forma quando consideramos as populações rurais. Talvez, todos nós estejamos acostumados a falar sobre as pessoas do campo de forma depreciativa (Daley, 2021). Porém, se os Assistentes Sociais veem desigualdade e injustiça nas comunidades rurais, têm a responsabilidade de intervir a esse respeito.

Os Assistentes Sociais devem tentar alcançar condições socialmente justas para as populações rurais, nos vários níveis de intervenção - local, regional ou nacional. Numa escala mais ampla, permanecem visões preconcebidas das pessoas e das comunidades rurais - concretamente que as pequenas comunidades estão a morrer e que as tentativas de interferir no processo natural de declínio não valem o esforço; que os problemas urbanos afetam mais pessoas e são de maior gravidade; e que os custos da prestação de ajuda a pequenas comunidades superam os benefícios (Daley, 2021).

A injustiça social também pode contribuir para outros problemas como violência familiar, abuso infantil, doença mental e destruturação familiar. Segundo Daley (2021), as taxas são mais elevadas ou semelhantes às das áreas urbanas, mas o acesso às respostas adequadas nas áreas rurais é muito inferior. No nível macro, a questão principal parece ser a indiferença geral para com as populações rurais e respectivas comunidades, levando à negligência das comunidades rurais e dos seus residentes (Daley, 2021). O investimento público tende a fluir mais lentamente para as pequenas comunidades e as empresas de telecomunicações ainda não oferecem uma gama completa de serviços conduzindo, conseqüentemente, à divisão digital rural-urbana em que a *internet*, cabo e até mesmo serviços de telemóvel são de fraca qualidade.

Este tipo de desatenção para com as comunidades rurais pode ter um efeito profundo sobre as populações (Daley, 2021). Hospitais, clínicas e escolas encerram porque deixam de ser viáveis. As pessoas mudam-se e as infraestruturas começam a

degradar-se com a perda de serviços e negócios. À medida que os jovens se mudam na procura de melhores oportunidades, a idade média dos que vivem em pequenas comunidades aumenta.

Essas mudanças levaram a NASW a sugerir que os Assistentes Sociais reconheçam a importância da população rural para a sociedade, trabalhem por legislação e políticas para melhorar as comunidades rurais e defendam a prática culturalmente sensível com foco nas necessidades das populações rurais. Porém, também existe o reconhecimento de que o Serviço Social tradicionalmente não preparou a sua força de trabalho para ser qualificada ou culturalmente competente no trabalho com as populações rurais, como fez com muitas outras populações (Daley & Avant, 2014; Daley & Pierce, 2011; Ginsberg, 1998; NASW, 2018 cit. por Daley, 2021).

Dadas as disparidades económicas prevalecentes e persistentes que podem afetar as pequenas comunidades, a aparente desatenção nas respostas e os efeitos sociais negativos que podem produzir, incumbe aos Assistentes Sociais olhar para além dos casos individuais, para causas mais amplas, a fim de prestar ajuda às pessoas a que respondem (Daley, 2021). É importante que os Assistentes Sociais não se concentrem profundamente na ajuda que prestam a clientes individuais e famílias, a ponto de deixarem de perceber como os problemas coletivos têm origem em fontes comuns. E não basta falar em estar comprometido com a justiça social; especialmente em pequenas comunidades, os Assistentes Sociais precisam de se envolver na criação de soluções abrangentes para as pessoas. Para Daley (2021) é ingénuo pensar que responder a problemas generalizados, um de cada vez, sem procurar soluções subjacentes mais amplas, seja eficaz a longo prazo. Não importa a perspetiva que se tem do Serviço Social, o envolvimento em alguma macro prática é inevitável para qualquer profissional que trabalhe com populações rurais. Portanto, é necessário promover a discussão sobre como devem as estratégias profissionais de macro intervenção ser adaptadas nas pequenas comunidades, podendo o Assistente Social, no seu trabalho de agente mediador, constituir-se como catalisador e facilitador para aproximar as pessoas, gerando soluções de base local que podem ser mantidas a longo prazo (Daley, 2021).

2.4 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE EM PORTUGAL – ANÁLISE 2011/2021

Após a discussão do termo 'rural' na perspetiva internacional, dos principais problemas dos meios e das populações rurais e da sua interpretação na ótica da (in)justiça social e acesso a direitos fundamentais, importa proceder à análise de um

dos principais problemas dos meios rurais em Portugal – o declínio populacional –, sendo que, para o efeito, impera a apresentação de alguns conceitos determinantes.

No interior do país, a crise demográfica das últimas décadas é resultante da diminuição da taxa de natalidade, da perda continuada de população e conseqüente envelhecimento populacional, fenómeno muito acentuado nos territórios transfronteiriços. Mas, vejamos antes de mais, alguns conceitos determinantes no território português, iniciando pelo conceito de NUTS – acrónimo de ‘Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos’ –, um sistema hierárquico da divisão do território em regiões. Esta nomenclatura subdivide-se em 3 níveis: NUTS I, NUTS II, NUTS III, definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos (Pordata, 2021).

A atual divisão regional (NUTS-2013) entrou em vigor em 2015 e, relativamente à versão anterior, traduz-se por significativas alterações de número e composição municipal das NUTS III, que passaram de 30 para 25 unidades territoriais, agora designadas por ‘unidades administrativas’. Essas unidades administrativas correspondem às ‘Entidades Intermunicipais’, ‘Região Autónoma dos Açores’ e ‘Região Autónoma da Madeira’. Quanto às NUTS I e II, esta divisão não trouxe alterações (Pordata, 2021).

Existem, portanto, no território português 3 NUTS I, nomeadamente: ‘Continente’, ‘Região Autónoma dos Açores’ e ‘Região Autónoma da Madeira’; 7 NUTS II: ‘Área Metropolitana de Lisboa’, “Norte”, “Centro”, “Alentejo”, “Algarve”, “Região Autónoma dos Açores” e “Região Autónoma da Madeira”, sendo que as 5 primeiras pertencem à NUTS I do Continente. Registam-se também 25 NUTS III repartidas pelas 7 NUTS II indicadas.

Relativamente à definição de territórios de baixa densidade em Portugal, de acordo com a deliberação de 1 de julho de 2015, da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC, 2015), no âmbito do Programa Portugal 2020, foi adotada uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades. Essa abordagem foi igualmente considerada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP, 2014).

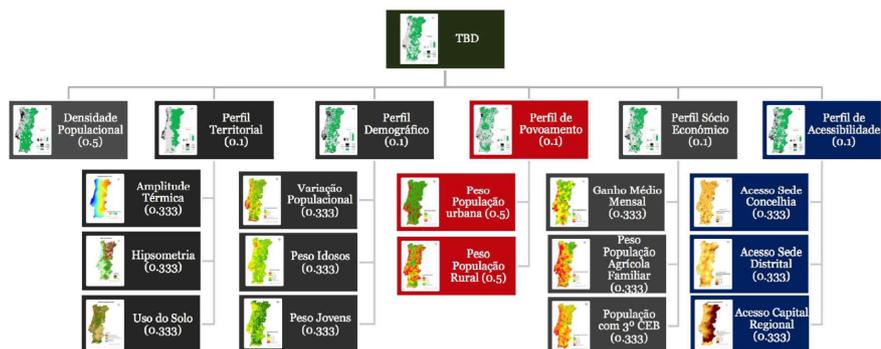


Ilustração 1 – Ponderação de Dimensões e Indicadores para mapeamento da baixa densidade em Portugal (ANMP, 2014).

A ANMP (2014), especifica de forma objetiva e quantificável os diferentes critérios necessários para que um concelho seja classificado de baixa densidade, considerando que todos os concelhos que registem mais de 50% das suas freguesias como de baixa densidade, são considerados também eles concelhos de baixa densidade. Note-se, porém, o fator de correção regional, que especifica que todos os municípios que apresentem uma densidade populacional inferior a 25 hab/km² são classificados como de baixa densidade, desde que da aplicação deste critério resulte a classificação da NUT III como de baixa densidade. Um fator corretivo adicional especifica ainda que sempre que pelo menos 75% dos municípios de uma NUT III sejam de baixa densidade, então todos os municípios dessa NUT III são classificados como sendo de baixa densidade (ANMP, 2014), conforme se pode verificar na ilustração que se segue.

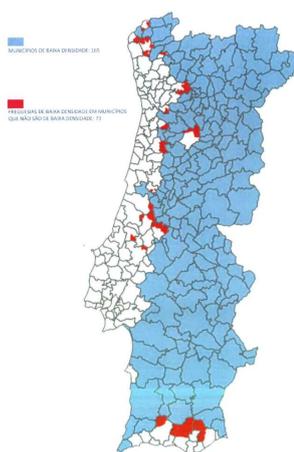


Ilustração 2 - Municípios de baixa densidade em Portugal Continental (CIC, 2015).

A ANMP aborda também o conceito de município rural, definindo os índices de ruralidade para cada concelho, nomeadamente: a) a percentagem de população que reside em lugares com menos de 2 mil habitantes ou isolada; b) a rarefação populacional e c) o tempo de deslocação da residência à sede de concelho. Estes critérios são todos quantificados de forma a possibilitar a classificação rural do município, sendo que todos

os municípios que cumpram os critérios para serem considerados de baixa densidade são igualmente considerados municípios rurais (ANMP, 2014). Além disso, todos os municípios que após aplicação dos critérios de ruralidade tenham uma classificação igual ou acima dos 67% de ruralidade e que sejam territorialmente contíguos aos restantes municípios de baixa densidade, são também considerados municípios de baixa densidade (ANMP, 2014).

Definidos os conceitos fundamentais na investigação, passamos à análise demográfica dos territórios em estudo, concretamente focada nos 21 concelhos pertencentes às duas unidades administrativas da Beira Baixa e do Alto Alentejo, todos classificados como territórios de baixa densidade.

Assim, as unidades administrativas da Beira Baixa e do Alto Alentejo (designações NUTS III) encontram-se inseridas nas regiões Centro e Alentejo (designações NUTS II), respetivamente, e são compostas por 21 concelhos – 6 na Beira Baixa e 15 no Alto Alentejo –, todos considerados como municípios de baixa densidade (CIC, 2015).

Segundo dados dos resultados definitivos dos Censos de Portugal em 2021, Portugal perdeu um total de 219.112 habitantes entre 2011 e 2021, o que corresponde a 2,1% da totalidade da sua população, que em 2021 passou a ser de 10.343.066 habitantes.

Portugal registou um decréscimo populacional de 2,1%, e acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território. Segundo os Resultados Definitivos dos Censos 2021, residiam em Portugal à data do momento censitário, dia 19 de abril de 2021, 10 343 066 pessoas (4 920 220 homens e 5 422 846 mulheres), o que representa um decréscimo de 2,1% face a 2011. Este valor traduz uma inversão na tendência de crescimento da população a que se assistia nas últimas décadas e representa a segunda quebra populacional registada desde 1864, ano em que se realizou o I Recenseamento Geral da População. Em termos de série censitária, Portugal apenas tinha registado uma redução do seu efetivo populacional nos Censos de 1970, como resultado da elevada emigração verificada na década de 60. Na última década, a região do Algarve (3,6%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,7%) registaram um crescimento populacional. Nas restantes regiões decresceu o efetivo populacional, com o Alentejo (-7,0%) e a Região Autónoma da Madeira (-6,4%) a observarem as descidas mais significativas (Pordata, 2023).

O padrão de litoralização do país e de concentração da população junto da capital foram reforçados na última década. Cerca de 20% da população do país concentra-se nos 7 municípios mais populosos que abrangem uma área de apenas 1,1% do território. No outro extremo, representando também cerca de 20% da

população, temos os 208 municípios menos povoados e que ocupam 65,8% da área do país (Pordata, 2023).

A região Centro perdeu, desde 2011, um total de 100.516 habitantes, o que corresponde a uma perda de 4,3% da sua população, passando agora a ter 2.227.239 habitantes, sendo que o peso desta região na população total de Portugal Continental diminuiu 0,6%, tendo passado de 23,2 para 22,6% (INE, IP., 2021). Quanto à região do Alentejo, esta perdeu 52.769 habitantes desde 2011, o que representa uma perda de 7,0% da sua população, que em 2021 se cifra em 704.533 habitantes, sendo também a região que mais população perdeu em termos percentuais. O peso desta região na população total de Portugal Continental diminuiu 0,4%, passando de 7,5 para 7,1% (Pordata, 2023).

A unidade administrativa da Beira Baixa (designação NUTS III), considerada de baixa densidade de acordo com os parâmetros definidos anteriormente, perdeu desde 2011 um total de 8.312 habitantes, valor correspondente a 9,3% da sua população, que em 2011 era de 89.063 habitantes e é atualmente de 80.751 habitantes. O peso desta unidade administrativa na população total da região Centro diminuiu 0,2%, passando de 3,8 para 3,6% (Pordata, 2023).

A unidade administrativa do Alto Alentejo (designação NUTS III), que em 2011 tinha uma população de 118.506 habitantes, perdeu um total de 13.583 pessoas, correspondendo a 11,5% dos seus habitantes, passando a totalizar este ano 104.923 habitantes. O peso desta unidade administrativa na população total da região do Alentejo diminuiu 0,7%, tendo passado de 15,6 para 14,9% (Pordata, 2023).

Numa análise mais pormenorizada da unidade administrativa da Beira Baixa, verifica-se que, sendo esta composta por 6 concelhos, existe uma disparidade elevada em termos de densidade demográfica nesses mesmos concelhos, pois já em 2011 o concelho de Castelo Branco tinha um total de 56.109 habitantes, o que equivalia a 63,0% de toda a população da Beira Baixa, mas, esta disparidade acentuou-se, visto que neste momento apresenta um total de 52.272 habitantes (perdeu 3.837 habitantes), que equivalem a 64,7% da população da Beira Baixa, ou seja, o peso da sua população na unidade administrativa da Beira Baixa aumentou 1,7% nestes últimos 10 anos, sendo que os restantes concelhos registaram uma diminuição do seu peso, porém com exceção do concelho de Vila Velha de Ródão, cujo peso na comunidade intermunicipal subiu muito ligeiramente – de 4,0% para 4,1% –, embora este seja o concelho com menor população da Beira Baixa (INE, IP., 2021). Nos restantes 4 concelhos realça-se o de Penamacor, que registou a maior perda percentual da sua população – 16,1%, devido aos 914 habitantes que perdeu –, sendo que o seu peso na população total da Beira Baixa registou uma queda de 0,5% – de 6,4% em 2011, para 5,9% em 2021

(Pordata, 2023). Os concelhos de Idanha-a-Nova, Oleiros e Proença-a-Nova registaram todos perdas entre 13,8 e 14,3% da sua população, valores significativamente superiores aos 6,8% de perda de população do concelho de Castelo Branco. O concelho de Idanha-a-Nova, o segundo mais populoso da Beira Baixa, foi mesmo o concelho que perdeu maior peso na população total da Beira Baixa, tendo esse peso diminuído 0,6% – de 10,9% que registava em 2011, para 10,3% na data atual –, resultado da redução de 1.361 habitantes (Pordata, 2023).

Quanto à unidade administrativa do Alto Alentejo, onde se localiza a capital de distrito do país que registou a maior queda no número de habitantes nos últimos 10 anos – Portalegre, com uma perda de 10,4% (2.590 habitantes) –, verificou-se que o concelho de Nisa registou uma perda de habitantes de 20,1% (1.498 habitantes), o que o torna no 4.º concelho a nível nacional com maior perda de população. Refira-se ainda que Nisa é o quinto concelho com mais população dos 15 do Alto Alentejo (Pordata, 2023). Os concelhos que mais população perderam no Alto Alentejo, seguidamente a Nisa (por ordem decrescente) foram Gavião (17,9%), Avis (16,6%), Fronteira (16,2%), Alter do Chão (14,5%), Sousel (14,1%), Marvão (14,0%), Crato (13,0%) e Arronches (11,9%), todos com perdas superiores aos 10,4% de Portalegre (INE, IP., 2021). O concelho de Monforte perdeu 10,1% da sua população e Elvas, o 2.º concelho mais populoso do Alto Alentejo, registou uma perda ligeiramente inferior à de Portalegre: 10,2% (2.348 habitantes). Apenas três concelhos do Alto Alentejo registaram perdas de população inferiores a 10% nos últimos 10 anos: Ponte de Sor, que é o 3.º concelho mais populoso, com perda de 8,8%, seguido de Castelo de Vide, com 8,5%. O concelho de Campo Maior foi o que registou uma menor perda de população no Alto Alentejo, tendo perdido 4,9% da sua população (414 habitantes), valor bastante inferior a todos os já referidos. Refira-se ainda que Campo Maior é o quarto concelho do Alto Alentejo com maior número de habitantes (Pordata, 2023). No Alto Alentejo, também se verifica uma disparidade demográfica entre os 15 concelhos, pois já em 2011 registava-se 54,6% da população do Alto Alentejo a residir nos seus 3 concelhos mais populosos: Portalegre (21,0%), Elvas (19,5%) e Ponte de Sor (14,1%). Essa disparidade aumentou nos últimos 10 anos, visto que a população residente nesses 3 concelhos representa agora 55,6% de toda a população do Alto Alentejo, pois esses 3 concelhos sofreram ligeiros aumentos no peso da sua população no total do Alto Alentejo; isso significa que a população residente nos restantes 12 concelhos tem apenas 44,4% da população do Alto Alentejo (Pordata, 2023). O Concelho de Campo Maior foi o que registou o maior aumento no peso da população em toda a unidade administrativa, tendo passado de 7,1% em 2011 para 7,7% à data atual. No extremo oposto, encontra-se o concelho de Nisa, que perdeu o seu peso na população total do Alto Alentejo – de 6,3% em 2011,

para 5,7% em 2021 (Pordata, 2023). Para além dos 3 concelhos mais populosos e de Campo Maior, apenas Castelo de Vide e Monforte aumentaram o peso da sua população no valor total do Alto Alentejo, tendo Castelo de Vide subido de 2,9% em 2011 para 3,0% na data atual, enquanto Monforte subiu de 2,8% para 2,9%. Os concelhos de Arronches e Crato mantiveram o seu peso na população total do Alto Alentejo relativamente aos dados de 2011 (Arronches manteve-se, porém, como o concelho com menor número de habitantes do Alto Alentejo, com 2.789 habitantes), sendo que os restantes 7 concelhos diminuíram todos a percentagem de população relativamente ao total do Alto Alentejo (Pordata, 2023).

Comparando as duas capitais de distrito aqui representadas, realça-se o facto de que o concelho de Castelo Branco tinha, há 10 anos, 2,25 vezes mais população do que o concelho de Portalegre, sendo que em 2021 essa diferença aumentou, pois tem agora 2,34 vezes mais população do que Portalegre: Castelo Branco tem 52.272 habitantes e Portalegre tem 22.340 habitantes. Mesmo se somarmos a população do concelho de Elvas com a de Portalegre, que são os dois concelhos mais populosos do Alto Alentejo, o total (43.070 habitantes) é claramente inferior à população do concelho de Castelo Branco (Pordata, 2023).

2.5 POBREZA RURAL EM PORTUGAL

Sendo a pobreza rural um dos principais problemas identificados na literatura nacional e internacional nos meios rurais, procuramos de seguida proceder à caracterização estatística da pobreza rural em Portugal. Assim, e de acordo com dados do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (ONLCP, 2019), que procedeu à análise dos dados do ICOR¹⁴/ EU SILC - *European Union Statistics on Income and Living Conditions* referentes ao ano civil de 2018, verifica-se uma maior incidência da pobreza ou exclusão social nas zonas menos povoadas, caracterizada por um maior risco de pobreza monetária e uma maior incidência de intensidade laboral muito reduzida¹⁵. Segundo o mesmo relatório, àquela data, mais de 25% da população que vivia em zonas rurais em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, concretamente: a) mais de 20% estava em risco de pobreza monetária; b) cerca de 8% vivia em agregados com intensidade laboral muito reduzida e c) cerca de 5% encontrava-se em privação material severa (ONLCP, 2019).

¹⁴ ICOR: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

¹⁵ Intensidade laboral *per capita* muito reduzida: Proporção de indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial (INE. I.P., 2021).

De acordo com dados do *Eurostat EU-SILC*, pode concluir-se que, apesar da privação material severa ser superior nas áreas densamente povoadas, os demais indicadores de risco de pobreza monetária e da intensidade laboral reduzida, e por consequência o risco de pobreza ou exclusão social, são superiores nas áreas pouco povoadas (ONLCP, 2019). Assim, e apesar de uma parte significativa das pessoas em pobreza ou exclusão social residir nas zonas rurais (32%), é sobretudo em termos de risco de pobreza monetária que sobressai o peso da população rural (ONLCP, 2019).

Segundo Peralta *et al.*, (2021) no relatório “Portugal, Balanço Social 2020 - Um retrato do país e dos efeitos da pandemia”, o risco de pobreza em Portugal não atinge da mesma forma todos os grupos da população, sendo mais elevado para os residentes em regiões rurais (22%, em 2019) (Peralta *et al.*, 2021). Quando analisamos a repartição por setor de atividade, verificamos que é nos trabalhadores do setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que a pobreza mais prevalece, sendo que o risco de pobreza nas áreas intermédias é também superior ao das áreas densamente povoadas (Peralta *et al.*, 2021).

No portal “STATSLab - Estatísticas em Desenvolvimento” do INE, I.P. (2021), é possível aceder às estatísticas do rendimento ao nível local. Os dados referentes a 2019, baseados nos valores do ‘Rendimento bruto declarado’, no ‘IRS liquidado’, bem como da variável derivada ‘Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado’, obtidos através de dados fiscais anonimizados da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) relativos à Nota de liquidação do Imposto sobre as pessoas singulares (IRS – modelo 3), indicavam que o retrato municipal desse valor de rendimento bruto evidenciou 65 municípios com valores acima da referência nacional. Destacam-se 42 municípios com valores acima de 10.000€ anuais por sujeito passivo, mais 10 municípios do que em 2018. Os 4 concelhos com os valores mais altos encontram-se na Área Metropolitana de Lisboa, sendo que todos os 18 municípios desta região apresentam valores medianos superiores a 10.000€. No caso da Área Metropolitana do Porto destacaram-se, pelos elevados valores medianos observados, três municípios contíguos claramente urbanos (Porto, Maia e Matosinhos). Na análise do mapa nacional, verifica-se que os municípios onde as pessoas apresentam valores mais elevados de rendimentos localizam-se na sua maioria nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em muitos municípios do litoral, sobretudo os das cidades de maior dimensão, sendo que no interior existem vários concelhos também com valores de rendimentos elevados, sobretudo aqueles relativos às capitais de distrito (INE, I.P., 2021).

De acordo com a mesma fonte (STATSLab - INE, IP., 2021), na análise comparativa entre as 25 unidades administrativas NUTS III e os valores medianos de

Portugal em termos de rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal, verifica-se que apenas 6 unidades têm valores superiores aos da média nacional, sendo eles as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, mais 4 regiões do litoral (Região de Coimbra, Região de Leiria e Região de Aveiro) e ainda o Alentejo Central, no interior, mas porém nesta posição muito devido ao contributo do concelho de Évora. A Beira Baixa é a 7^a unidade nacional nesta lista, sendo a que tem o valor mais elevado daquelas que estão abaixo da média nacional; o Alto Alentejo é a 16.^a unidade entre as 25. As unidades com os valores de rendimentos mais baixos são as da região Norte, essencialmente no interior (INE, I.P., 2021).

Figura 2: Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal, Portugal e NUTS III, 2019

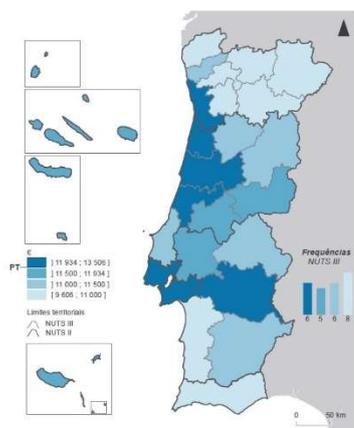


Figura 3: Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal, Portugal e NUTS III 2019

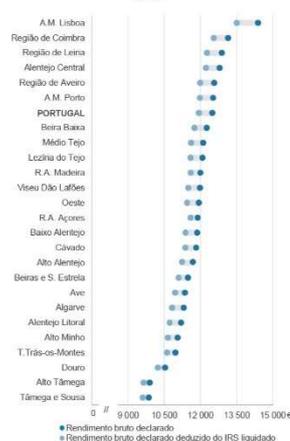


Ilustração 3 - Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal, Portugal e NUTS III, 2019 (INE, I.P., 2021).

Ao analisar os valores medianos dos rendimentos brutos declarados por agregado fiscal, em 2019, na unidade administrativa do Alto Alentejo, os concelhos com valores de rendimentos mais elevados, superiores a 12.000€ por agregado fiscal, são os de Portalegre (capital de distrito) e Campo Maior, sendo que este último foi também o concelho do Alto Alentejo que registou menor perda de população, conforme análise já apresentada; no nível seguinte, entre 11.691€ e 12.000€, estão os concelhos de Alter do Chão, Castelo de Vide e Elvas; com rendimentos por agregado entre 11.000€ e 11.691€ estão os concelhos de Arronches, Crato, Fronteira, Gavião e Nisa. No extremo mais baixo, com rendimentos entre 10.457€ e 11.000€ estão Avis, Marvão, Ponte de Sor e Sousel (o concelho de Monforte não apresenta dados, por ter menos de 2000 sujeitos passivos). Na unidade administrativa da Beira Baixa, os concelhos com os valores mais elevados por agregado fiscal são Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, entre 12.266€ e 13.165€; seguidos de Penamacor e Proença-a-Nova com valores entre 10.750€ e 12.266€, sendo que os valores mais baixos se verificam nos concelhos de Oleiros e Idanha-a-Nova, entre 10.414€ e 10.750€ (STATSLab - INE, IP., 2021). As ilustrações seguintes demonstram os dados referidos:

privação das condições necessárias para o acesso a uma vida digna. Porém, o conceito de pobreza não pode limitar-se a uma dimensão meramente monetária/financeira, transpondo-se para o conceito de exclusão social outras dimensões como o acesso aos direitos e aos serviços, amplamente condicionado nos meios rurais. Assim, importa destacar alguns dos problemas que, a par do identificado na literatura internacional, mais afetam o empobrecido meio rural português, especificamente a rede de transportes e o acesso à saúde.

Relativamente ao sistema de mobilidade (redes rodoviária e ferroviária), este é o meio preferencial e estratégico de acesso e conectividade entre as sedes de concelho e os núcleos urbanos mais relevantes. Dos 18 distritos do país, 9 apresentam densidades da rede rodoviária superiores à média nacional, e os restantes, todos situados no interior de Portugal, apresentam valores inferiores. A rede ferroviária segue o mesmo padrão que a rede rodoviária, com densidades superiores no litoral, de acordo com o PNCT (2016). Segundo dados do INE (2014), os distritos com menor densidade de rede rodoviária são Beja, Castelo Branco e Portalegre (PNCT, 2016).

Também segundo o Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016), os conjuntos de serviços e equipamentos considerados necessários para que exista diversidade funcional numa cidade, em especial de pequena ou média dimensão, são os seguintes: serviços de saúde, serviços de conhecimento (ensino superior), serviços de educação e formação (pré-escolar, básico e secundário) e ainda serviços e equipamentos de cultura. As áreas urbanas com diversidade funcional mais elevada concentram-se no litoral e junto às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Nos territórios do interior localizam-se 80% dos territórios com baixa funcionalidade (151), apenas 7 com diversidade alta e outros 7 com diversidade funcional média, sendo que nestes 2 últimos grupos nenhum concelho é do Alto Alentejo (PNCT, 2016).

No que respeita ao acesso à saúde e ao ensino, considerados pilares de uma sociedade desenvolvida e com níveis elevados de qualidade de vida, assistiu-se, nos últimos anos, a uma perda considerável de equipamentos dedicados a estes serviços fundamentais. Em 5 anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1207 se encontravam no território do interior do país. As maiores perdas verificaram-se nos níveis de ensino pré-escolar e básico. O ensino secundário registou um aumento de 30 estabelecimentos no país, todavia o território do interior perdeu 3. Relativamente às unidades de saúde de proximidade, o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior. O concelho de Nisa está entre os concelhos do interior com maiores perdas efetivas de extensões de saúde (PNCT, 2016).

É assim notório o desequilíbrio na ocupação do território, com a concentração da população residente essencialmente no litoral e em algumas capitais de distrito do

interior, das quais se destaca Castelo Branco, o que se reflete num PIB por habitante inferior à média e em elevados níveis de desemprego (PNCT, 2016).

Sendo a pobreza um dos principais problemas identificados nos meios rurais, quer na literatura internacional quer no apuramento estatístico de vários indicadores nacionais, procurámos obter maior especificação relativamente a situações de pobreza rural que marcaram a vida profissional dos Assistentes Sociais rurais entrevistados:

“(...) a exercer funções na CPCJ, foi uma família com crianças que trabalham também numa freguesia rural e as crianças realmente trabalhavam (...) eu já nem tinha noção de que poderia existir sarna e as pessoas pudessem ainda ter este tipo de doenças, não é?” - AS1.

“(...) realmente situações extremas, desde habitações sem saneamento, pessoas a viverem sem qualquer tipo de rendimento (...) A deitarem-se... nem se podia chamar camas. Telhados a ruir completamente, sem água, sem luz (...) pessoas com casas ainda em terra batida, em cimento (...) eu não identificava que houvesse uma grande percentagem de pessoas a viverem assim ainda” - AS3.

“(...) Situações de famílias totalmente demenciadas, sem algum tipo de acompanhamento psiquiátrico, com situações já mesmo de delírios, sem condições habitacionais, sem condições alimentares; recusa alimentar, e isto era assim a família inteira” - AS4.

“(...) confesso que me faz muita confusão aquelas situações em que nós já temos de deixar o carro... já nem o carro chega à porta, não é? É um isolamento geográfico tão grande, é uma distância tão grande que nem o carro chega à porta, temos que ir a pé para conseguir lá chegar. Eu... em contexto de saúde isso a mim levanta-me sempre aqui muitas dúvidas, porque no caso de uma necessidade de assistência imediata, a assistência médica é muito mais demorada (...) Agora continuamos com situações – e isto sim é muito mais frequente em meio rural do que em meio urbano – de pessoas que vivem sem água, sem luz, sem aquecimento e com reformas muito, muito, muito baixas. Estamos ali a falar nos 200 e qualquer coisa euros” - AS6.

“Há algumas situações que estão também associadas à doença mental. Pessoas que não usufruem, não utilizam os apoios que recebem por doença mental e por não irem levantar, por exemplo, o vale do rendimento social de inserção (...) a doença mental, seja demência ou seja até outro tipo de patologias, esquizofrenia ou outro tipo de patologia, condiciona muito o bem-estar das pessoas. E nós às vezes temos conhecimento de idosos que vivem... idosos e pessoas adultas, pessoas com 50 e poucos anos e até menos, que vivem em condições de insalubridade e condições de desorganização mental, devido a patologia...” - AS7.

“(...) famílias que não aviavam os medicamentos. E com doença crónica! Porque tinham reformas de 270,00€... 240,00€. Tinham o quintalinho, tinham o vizinho que dava isto e aquilo e depois desses 200 e tal ainda tinham de mandar 300... entre as duas, vá, 400 e tal, mandavam 300 para a família que estava a viver em Lisboa e que não conseguia pagar a escola dos filhos e coisas do género. Dos netos (...)” - AS7.2.

“Homens isolados, muitos deles solteiros, ou que se divorciaram, mas maioritariamente solteiros. Muitos deles que viviam com os pais (...) e quando faleceu o último e acabam

por ficar sem nada ... profissionalmente vão fazendo uns trabalhos, uns biscates na agricultura, na construção civil, mas que nunca tiveram, sequer, uma carreira contributiva (...) Muitos destes homens são alcoólicos, existe efetivamente muito alcoolismo nesta camada da população e neste setor, e que vivem em situações deploráveis de barraca, barracos, barracos mesmo onde estão os animais, onde estão as cabras e as ovelhas, sem água, sem luz, pronto (...) completamente isolados em casas sem o mínimo, sem o mínimo mesmo. Às vezes em barracões de vizinhos que os deixam lá ficar e em situações que, realmente, não...” - AS20.

Os exemplos apresentados revelam algumas situações de pobreza extrema, frequentes na prática profissional em contextos rurais, pelo que os Assistentes Sociais rurais lidam diariamente com altas taxas de pobreza e com recursos escassos, procurando a atenuação da severidade das situações de pobreza rural.

2.6 INQUIETAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS OPÇÕES POLÍTICAS

A maior parte do tempo dos Assistentes Sociais é dedicado à intervenção direta com indivíduos e famílias. Para alguns Assistentes Sociais, a política parece muito distante das suas responsabilidades diárias para ser relevante para os serviços que prestam e para o trabalho do dia-a-dia. Este é tipicamente o caso do Serviço Social rural, onde as decisões sobre os programas, serviços, financiamento e procedimentos parecem ser o trabalho de grupos remotos que ou não consideram o impacto da política nas comunidades rurais, ou não compreendem inteiramente qual a melhor forma de atender às necessidades da população rural (Daley, 2015).

A política social é um fator importante que permeia o trabalho no *empowerment* dos clientes, ajuda a moldar o ambiente social e influencia muito o trabalho dos Assistentes Sociais. Para Daley (2015) a política social é uma área que geralmente presta pouca atenção às necessidades das populações rurais. O autor considera que os programas para ajuda às pessoas em situação de pobreza são dispendiosos devido aos números absolutos de pessoas que necessitam de ajuda e a prestação eficiente dos serviços tende a ser dificultada quando os seus destinatários se encontram amplamente dispersos, como se verifica nas comunidades rurais (Daley, 2015). Além disso, na projeção de políticas sociais, os legisladores têm de fazer algumas escolhas. Muitas vezes, para usar recursos prudentemente, os legisladores visam apenas as pessoas considerados mais necessitadas ou merecedoras (Daley, 2015).

Muitas políticas sociais tentam promover a autossuficiência do cliente e reduzir custos, sendo essa autossuficiência entendida como um fim desejável, o que é compatível com os valores prevaletentes na maioria das comunidades rurais, onde a crença na autossuficiência é particularmente forte (Daley, 2015). Na economia de

mercado livre, trocamos trabalho por um salário, usando esse salário para comprar o que necessitamos. Mas, embora a sociedade valorize muito o mercado livre, o trabalho e a autossuficiência, não colocamos todo o ônus pelo autossustento ou no atendimento das necessidades humanas em todos os indivíduos, como por exemplo nas crianças – que não estão autorizadas a trabalhar –, nas pessoas com deficiência que podem não estar aptas ao exercício de uma profissão e nas pessoas idosas que se retiraram do mercado de trabalho (Daley, 2015).

Quando a sociedade decide que algum grupo de pessoas precisa e merece ajuda, geralmente desenvolve políticas sociais, programas e serviços para resolver a situação. Essas necessidades podem ser de recursos físicos básicos que são essenciais para a vida como alimentação, habitação e vestuário, apoio à família, proteção básica ou cuidados de saúde (Daley, 2015).

A intenção da política é criar benefícios para o maior número de pessoas e, de facto, a maioria das pessoas reside em áreas urbanas (Daley, 2015). Na arena política, a voz da população rural diminuiu, uma vez que ao longo dos anos a influência política das áreas rurais também diminuiu, à medida que a população rural mudou para as cidades (Locke & Winship, 2005; Lohmann & Lohmann, 2005 cit. por Daley, 2015).

Como resultado, as políticas sociais que afetam as populações rurais estão cada vez mais a ser legisladas por representantes que vivem nas áreas metropolitanas e que podem ter uma perspectiva urbana dos problemas (Daley, 2015). Ao contrário dos mitos populares da vida idílica no campo, as comunidades rurais e as pessoas que nelas vivem necessitam de serviços de apoio social, às vezes com mais necessidade e com mais frequência do que as pessoas que residem nas cidades (Daley, 2015). Segundo o autor, existe a percepção de que muitas pessoas que definem a política social são habitantes da cidade, que vivem num 'mundo diferente' e não entendem a vida rural (Daley, 2015). Assim, devido às diferenças entre as comunidades rurais e metropolitanas, Daley considera que uma abordagem única para todas as políticas sociais, pode não resultar (2015).

Praticamente qualquer política social tem o potencial de funcionar de forma diferente numa comunidade rural ou numa cidade de maior dimensão. A uniformidade entre os contextos compreendida por uma política facilita a administração dos programas sociais com base nessa política e proporciona, aos utilizadores dos serviços, um grau de tratamento equitativo. No entanto, o tratamento equitativo nem sempre constitui a maneira mais eficaz de ajudar as pessoas. Em locais onde a comunidade e as condições de vida variam muito, como por exemplo entre as cidades e o campo, tratar as pessoas da mesma maneira pode ter efeitos muito diferentes (Daley, 2015).

Também no panorama português, a questão é discutida por Batista e Figueiredo (2010, p. 683), que afirmam:

o problema da intervenção pública posiciona-se perante o dilema da equidade ou legitimidade democrática da maioria (o peso da visão maioritária), levando à confrontação entre os grandes grupos sociais que exercem pressão sob a identidade rural: as diversas populações rurais, a sociedade (no geral) e os grupos de promotores e exploradores dos recursos naturais.

De qualquer forma, as populações rurais tendem a ser relutantes no uso de recursos formais de ação social, mesmo quando disponíveis, exceto como último recurso, devido ao estigma comunitário associado à sua utilização, pois sentem que falharam ou sentem-se culpadas e, não importa quão discreta seja uma pessoa ou organização, pois, numa cidade pequena, toda a gente terá conhecimento (Daley, 2015).

É importante que a profissão de Assistente Social, que é essencialmente urbana, identifique a necessidade de moldar políticas para a prática rural, reconhecendo que a resposta da profissão aos serviços rurais poderia ser fortalecida. Se os elementos da sua política forem realmente implementados, poderão ser obtidas melhorias significativas. Ainda assim, muitas questões são de longa data e é importante que as vozes rurais sejam ouvidas alta e consistentemente, para progredir (Daley, 2015).

Como a política afeta os serviços disponíveis, a quantidade e os tipos de serviços, a elegibilidade e o acesso aos serviços, é muito importante que os trabalhadores rurais se envolvam no lado macro da prática, mesmo quando prestam serviços diretos (Daley, 2015), o que poderá aumentar a possibilidade de contribuírem com os seus *inputs*. Mas, para ajudar a definir políticas que sejam mais eficazes para as áreas rurais e para as pequenas cidades, é necessário que os Assistentes Sociais se envolvam diretamente na elaboração e implementação de políticas (Daley, 2015).

2.7 PROGRAMAS EUROPEUS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

De seguida passamos à identificação de algumas medidas de política pública e política social focadas nos meios rurais e de baixa densidade, iniciando com uma abordagem aos programas europeus de desenvolvimento rural (macro análise), seguidos dos programas nacionais (meso análise) e de alguns programas municipais (micro análise).

No contexto das políticas públicas europeias, impera iniciar pela abordagem LEADER, lançada em 1991, com o objetivo de aumentar o potencial de desenvolvimento das zonas rurais, baseando-se em iniciativas e competências locais, promovendo a aquisição do saber-fazer no domínio do desenvolvimento integrado local e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais (C.E., 2006), uma vez que, segundo a publicação “A abordagem Leader: Um guia básico”, das Comunidades Europeias (2006), mais de metade da população comunitária residia em zonas rurais, que abrangem 90% do território da UE (C.E., 2006).

A abordagem LEADER foi, e continua a ser, inovadora no quadro da política de desenvolvimento rural comunitária. O acrónimo LEADER tem o significado de ‘relações entre ações de desenvolvimento rural’ e consiste num método de mobilização e de incentivo ao desenvolvimento nas comunidades rurais locais (C.E., 2006).

Os objetivos da iniciativa LEADER estão em sintonia com os da política de desenvolvimento rural global da UE. A PAC, em permanente evolução, tem em conta a diversidade das zonas e paisagens rurais, a riqueza das identidades locais e o ambiente natural de elevada qualidade – aspetos considerados como principais vantagens das zonas rurais comunitárias (C.E., 2006). A abordagem LEADER apresenta sete características essenciais: 1) abordagem ascendente no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias; 2) parcerias locais dos setores público e privado – GAL; 3) ações integradas e multissetoriais; 4) inovação; 5) cooperação; 6) ligação em rede e 7) estratégias locais de desenvolvimento por zona (C.E., 2006).

As várias abordagens ao desenvolvimento rural experimentadas antes de 1990, de acordo com a mesma publicação, eram essencialmente dirigidas aos agricultores e incentivavam mudanças estruturais no setor agrícola, isto é, abordagens ‘de cima para baixo’ que comportavam regimes de apoio decididos a nível regional ou nacional e não promoviam o envolvimento dos agentes locais na aquisição de competências para se tornarem os projetistas do futuro das suas próprias zonas (C.E., 2006).

A abordagem LEADER foi introduzida como uma iniciativa comunitária, financiada pelos fundos estruturais comunitários, tendo incluído três gerações: LEADER I (1991-1993), LEADER II (1994-1999) e LEADER + (2000-2006). No âmbito do LEADER I, o financiamento da UE atribuído foi de 442 milhões de euros, no LEADER II o financiamento foi de 1.755 milhões de euros e, no LEADER +, esse financiamento correspondeu a 2.105,1 milhões de euros (CE., 2006).

A partir de 2007, a abordagem LEADER foi integrada na política de desenvolvimento rural global da EU, sendo incluída nos programas de desenvolvimento rural regionais e nacionais apoiados pela UE, em conjunto com outros eixos de desenvolvimento rural (CE., 2006).

De acordo com a Federação Minha Terra (FMT, 2021), no período de programação 2014-2020, sucede um segundo movimento de viragem, com a abordagem LEADER a receber a denominação de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e com a decisão do Governo português de destinar os fundos do FEADER na sua quase totalidade aos setores agrícola, agroalimentar e florestal.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020, segundo a mesma fonte, as principais prioridades para o desenvolvimento rural no quadro das Estratégias de Desenvolvimento Local a apoiar pelo FEADER foram: a) o reforço da viabilidade das explorações agrícolas e da competitividade de todos os tipos de agricultura e o incentivo das tecnologias agrícolas inovadoras e da gestão sustentável das florestas; b) a promoção da organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura; c) a promoção da inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais; d) o apoio a operações com carácter inovador e promotor da mitigação e adaptação às alterações climáticas (FMT, 2021).

Com vista à implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) as principais tipologias de operações a apoiar pelo FEADER no âmbito da abordagem LEADER, foram as seguintes:

a) Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas: apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas, incluindo apoio a equipamentos de prevenção contra roubos;

b) Pequenos investimentos na transformação e comercialização: apoio a pequenos investimentos através da criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas que envolvam investimentos tangíveis e intangíveis de pequena dimensão destinados a melhorar o desempenho competitivo das unidades agroindustriais, garantindo simultaneamente a sustentabilidade ambiental das atividades económicas;

c) Diversificação de atividades na exploração: investimentos na diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas;

d) Cadeias curtas e mercados locais: criação de circuitos curtos/cadeias curtas de distribuição/comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza;

e) Promoção de produtos de qualidade locais: promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza;

f) Renovação de aldeias: preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização) (FMT, 2021).

Não obstante, são tecidas algumas críticas à abordagem LEADER, que consideram que o rural profundo é menos beneficiado pelos apoios estatais nacionais ou comunitários e que os agricultores familiares ficaram maioritariamente à margem do acesso aos apoios do programa LEADER. Segundo Henriques (2010), a necessidade de uma contrapartida financeira para cada projeto a aprovar constitui uma limitação insuperável para os agricultores mais descapitalizados e o envolvimento destes grupos nas tomadas de decisões estratégicas do desenvolvimento local é limitado, sugerindo por isso, a discriminação positiva desses mesmos grupos. As ADL LEADER, acrescenta o autor, apesar dos esforços e experiências, por si só, não conseguiram ampliar a participação e integrar a representação de atores locais que tradicionalmente se encontram alheios a estes processos, como por exemplo as populações rurais mais ligadas à pequena agricultura, com menor capacidade organizativa e negocial, com pior acesso à informação e menor capacidade para a sua utilização (Henriques, 2010).

Também no contexto europeu, referimos ainda o PRODER, um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, aprovado pela Comissão Europeia para o período 2007-2013, pela Decisão C(2007)6159 (PRODER, 2012). Este instrumento foi cofinanciado pelo FEADER em 3.5 mil milhões de euros e envolveu uma despesa pública de cerca de 4.4 mil milhões de euros.

O PRODER teve como objetivos: a) aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; b) promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; c) revitalizar económica e socialmente as zonas rurais (PRODER, 2012). Aos objetivos estratégicos apresentados acresceram objetivos transversais, como o reforço da coesão territorial e social e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão setorial e territorial (PRODER, 2012).

As ações a desenvolver foram agrupadas em subprogramas: o subprograma 1) promoção da competitividade; o subprograma 2) gestão sustentável do espaço rural e o subprograma 3) dinamização das zonas rurais (PRODER, 2012). Em particular, o subprograma 3 privilegiou o modo de atuação LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e de agentes organizados para esse efeito. O incentivo à abordagem ascendente '*bottom-up*'¹⁶ foi patente na estratégia nacional adotada para o desenvolvimento rural, concretamente para a preferência ao modo de atuação LEADER. A referir ainda o subprograma 4) promoção do

¹⁶ De baixo para cima.

conhecimento e desenvolvimento de competências com carácter transversal, que traduziu uma prioridade no conhecimento e competências dos agentes que atuam no território (PRODER, 2012).

Numa fase mais recente, segundo o PDR 2014-2020, o Desenvolvimento Local de Base Comunitária é uma forma de abordagem de desenvolvimento territorial integrado, apoiada por um ou vários instrumentos políticos programados que financiam a execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) selecionadas e financiadas por vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, através dos respetivos Programas Operacionais (PDR, 2021).

As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades locais através dos grupos de ação local (GAL), que constituem parcerias compostas por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados, incidindo em territórios sub-regionais específicos tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, a ligação em rede e a cooperação (PDR, 2021).

De acordo com o PDR (2021), as principais prioridades do desenvolvimento rural alvo de apoio do FEADER às EDL são:

Prioridade 2) Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;

Prioridade 3) Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;

Prioridade 6) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, no seguinte domínio: (a) facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas e da criação de empregos; (b) fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais;

E as principais áreas de apoio são:

- 1) Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas – Apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas até um máximo de 25.000€ de apoio por beneficiário, incluindo apoio a equipamentos de prevenção contra roubos.
- 2) Pequenos investimentos na transformação e comercialização – Apoio a pequenos investimentos através da criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas que envolvam investimentos tangíveis e intangíveis de pequena dimensão até um máximo 200.000€ de investimento destinados a melhorar o desempenho competitivo das

unidades agroindustriais, garantindo simultaneamente a sustentabilidade ambiental das atividades económicas. Por outro lado, uma forma essencial para o aumento do valor acrescentado – Implementação das Estratégias das atividades agrícolas a nível local e valorização dos produtos locais de qualidade, representando os pequenos investimentos na transformação e comercialização desses produtos uma importância decisiva.

- 3) Diversificação de atividades na exploração de investimentos para atividades não agrícolas até um máximo 200.000€ de investimento.
- 4) Cadeias curtas e mercados locais – Criação de circuitos curtos / cadeias curtas de distribuição / comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza.
- 5) Promoção de produtos locais de qualidade – Promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação referentes a áreas de proteção da natureza.
- 6) Renovação de aldeias – Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização), bem como os elementos que constituem o património imaterial de natureza cultural e social dos territórios (PDR, 2021).

Considerando a sua natureza e o financiamento comunitário, considera-se nesta análise às políticas comunitárias também pertinente referir o CLDS 4G, que tem como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social nos territórios, por via da mobilização da ação integrada de diversos agentes e recursos localmente disponíveis (ISS.IP., 2021). O programa constitui-se como um instrumento de combate à exclusão social e pela intervenção de proximidade realizada em parceria, com vista a: 1) aumentar os níveis de coesão social dos concelhos objeto de intervenção dinamizando a alteração da sua situação socio territorial; 2) concentrar a intervenção nos grupos populacionais que em cada território evidenciam fragilidades mais significativas, promovendo a mudança na situação das pessoas tendo em conta os seus fatores de vulnerabilidade; 3) potenciar a congregação de esforços entre o setor público e o privado na promoção e execução dos projetos através da mobilização de atores locais com diferentes proveniências; 4) fortalecer a ligação entre as intervenções a desenvolver e os diferentes instrumentos municipais de planeamento (ISS.IP., 2021).

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, regulamentado pela Portaria n.º 229/2018 de 14 de agosto, foi criado em 2007, registando várias alterações ao modelo inicial, embora mantenha os seus objetivos na promoção da

inclusão social de grupos populacionais que revelem maior fragilidade social num determinado território (ISS.IP., 2021).

Relativamente à sua abrangência territorial, o programa aplica-se ao território de Portugal continental, podendo abranger um território de dimensão concelhia ou infra concelhia. Os territórios abrangidos pelo CLDS-4G assumem os seguintes perfis: a) territórios especialmente afetados por desemprego; b) territórios com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil; c) territórios envelhecidos e d) territórios fortemente atingidos por calamidades (ISS.IP., 2021).

As ações a desenvolver pelos CLDS-4G integram 4 eixos de intervenção: Eixo 1) emprego, formação e qualificação; Eixo 2) intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; Eixo 3) promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa; Eixo 4) auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários. Em função dos perfis de cada território, devem ser desenvolvidas as ações obrigatórias previstas em cada um dos eixos correspondentes a determinado perfil (ISS.IP., 2021).

No que respeita ao financiamento, como já referimos, o Programa CLDS-4G é financiado por fundos estruturais em conformidade com a legislação nacional e europeia aplicável, designadamente pelo Fundo Social Europeu, através do POISE - Portugal 2020 (ISS.IP., 2021). A comparticipação pública da despesa total elegível é repartida pelo FSE (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%). Os apoios a conceder revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos (ISS.IP., 2021).

2.8 O PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL

Após uma breve referência a alguns programas comunitários, importa abordar também o Plano Nacional para a Coesão Territorial. De acordo com a UMVI (2016), assistimos a uma litoralização progressiva do país, acentuando-se a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior, as quais representam cerca de 2/3 do território nacional, impondo-se a procura urgente de soluções – desígnio do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT, 2016).

Assim se reconhecia a urgência na afirmação pela positiva do interior do país, impondo-se políticas públicas e medidas específicas e setoriais propícias ao ambiente e às condições favoráveis à fixação de pessoas, assegurando uma nova vitalidade e prosperidade sustentável nas regiões do interior (PNCT, 2016). O PNCT propôs uma nova abordagem de base local, mais colaborativa e mais próxima, promotora de uma participação ativa e um envolvimento empenhado de autarquias locais, comunidades

intermunicipais, associações, empresas e pessoas na construção de um interior mais coeso, mais competitivo e mais sustentável (PNCT, 2016).

O Programa Nacional para a Coesão Territorial assentou em dois pilares fundamentais, consagrados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 14 de janeiro. Um primeiro pilar relativo à transversalidade da sua ação e que se concretizou na capacidade para propor medidas de desenvolvimento do território de carácter interministerial que resultaram da articulação da ação de vários Ministérios e dos seus serviços desconcentrados e, um segundo pilar, que se traduziu na desejada articulação com os agentes presentes no território (em particular as autarquias locais associadas nas Comunidades Intermunicipais, mas também, as instituições de ensino superior, as associações empresariais, as próprias empresas, as associações de desenvolvimento local e as pessoas) (PNCT, 2016).

Este programa elencava mais de cento e sessenta medidas, maioritariamente de iniciativa governamental e uma Agenda para o Interior com oito Iniciativas de carácter temático (PNCT, 2016). Abrangendo todas as áreas de governação, cuja ação tem reflexos nos territórios do interior, as medidas organizavam-se em torno de cinco Eixos de Intervenção: Eixo 1) Um Território do Interior + Coeso; Eixo 2) Um Território do Interior + Competitivo; Eixo 3) Um Território do Interior + Sustentável; Eixo 4) Um Território do Interior + Conectado; Eixo 5) Um Território do Interior + Colaborativo (PNCT, 2016). As oito Iniciativas interministeriais e interinstitucionais, organizadas em torno de desafios e questões estruturantes que se colocam ao desenvolvimento dos territórios do interior: 1) envelhecimento com qualidade; 2) inovação da base económica; 3) capital territorial; 4) cooperação transfronteiriça; 5) relação rural-urbana; 6) acessibilidade digital; 7) atratividade territorial; 8) abordagens, redes e participação (PNCT, 2016).

Destacamos, de seguida, algumas das medidas do PNCT (2016) que consideramos mais direcionadas aos principais problemas dos territórios e populações rurais anteriormente identificados de acordo com a literatura internacional, como a carência de profissionais qualificados em áreas como a saúde, de telecomunicações e acesso a serviços de *internet* em banda larga, de acessibilidades e transportes públicos e o despovoamento.

- a) Do Ministério da Saúde: Incentivo para colocação em zona carenciada – Incentivo para colocação de trabalhadores médicos, de 40% da remuneração base correspondente à primeira posição remuneratória da categoria de assistente; aumento da duração do período de férias (+ 2 dias), acrescido de um dia de férias por cada 5 anos de serviço; participação em atividades de

- investigação ou desenvolvimento pelo período de 15 dias por ano, com direito a ajudas de custo e de transporte.
- b) Do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Instituto do Emprego e Formação Profissional: Apoio à Mobilidade Geográfica – Apoios financeiros à mobilidade geográfica aos desempregados que celebrem contratos de trabalho ou criem o seu próprio emprego e cujo local de trabalho implique a sua mobilidade geográfica. A medida compreendeu duas modalidades de apoio: 1) Apoio à mobilidade temporária, no caso de celebração de contrato de trabalho com duração superior a um mês e cujo local de trabalho diste, pelo menos, 50 Km da residência do desempregado; 2) Apoio à mobilidade permanente, no caso de mudança de residência e celebração de contrato de trabalho com duração igual ou superior a 12 meses ou criação do próprio emprego, cujo local de trabalho diste, pelo menos, 100 km da anterior residência do desempregado.
 - c) Do Ministério da Administração Interna: Centro de Formação da Escola da Guarda Nacional Republicana de Portalegre – Reforço e requalificação do Centro de Formação de Portalegre, garantindo a manutenção da localização do centro de formação em Portalegre.
 - d) Do Ministério da Economia: Dinamização turística das redes de aldeias portuguesas, nomeadamente as aldeias históricas, as aldeias do xisto e as aldeias vinhateiras.
 - e) Do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas/Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural: Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
 - f) Do Ministério do Planeamento e Infraestruturas: Cobertura de banda larga móvel em mais de 1000 freguesias – Foram determinadas obrigações de cobertura de banda larga móvel no sentido de defender os interesses dos cidadãos e dos consumidores nas diferentes áreas geográficas do país, procurando-se potenciar um acesso mais generalizado e transversal à rede de banda larga móvel, para a difusão dos benefícios inerentes à sociedade de informação e para a diminuição da extensão das zonas infoexcluídas.
 - g) Do Ministério do Ambiente: Serviços de Transporte Públicos Transfronteiriços – Incentivar redes de transportes públicos entre Espanha e Portugal nas áreas com maior intensidade de fluxos regulares transfronteiriços.
 - h) Do Ministérios das Finanças / Ministério do Planeamento e das Infraestruturas: Regime Complementar de redução de taxas de portagens – Redução das taxas de portagens nas autoestradas A4, A22, A23, A24 e A25, do Algarve, Beira Interior, do Interior Norte e das Beiras Litoral e Alta.

- i) Do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas: Plano Estratégico de Acessibilidades de Proximidade – Identificar nos territórios do interior os investimentos rodoviários, pontuais e de proximidade a realizar nestas regiões, que possam contribuir para a melhoria das condições de vida e para a atratividade económica destes territórios.
- j) Do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas: Plano Ferrovia 2020 – Melhorar a ligação ferroviária do norte e centro de Portugal com a Europa, de modo a viabilizar um transporte ferroviário de mercadorias eficiente, promover a interoperabilidade ferroviária com a rede espanhola e europeia, permitir comboios elétricos na totalidade da linha da Beira Baixa, melhorar condições de segurança, etc.
- k) Do Ministério do Ambiente: Fundo de Serviço Público de Transportes – Com vista à concretização da política de descentralização e promoção do funcionamento das autoridades de transporte ao nível local, é criado o fundo do Serviço Público de Transportes que dará especial atenção à política de mobilidade e ao serviço público de transportes no interior.
- l) Do Ministério da Saúde: Redes para a Saúde – Promover a cooperação entre as Comunidades intermunicipais e os estabelecimentos do SNS, por forma a garantir uma maior aproximação às comunidades, intensificando o relacionamento institucional de acordo com a descentralização de competências prevista pelo governo.
- m) Do Ministério do Planeamento e Infraestruturas: Políticas públicas de atração de jovens para os territórios interiores – Efetuar um estudo sistemático e comparado de programas, medidas e iniciativas (nacionais, regionais e locais) destinadas a atrair e reter jovens nos territórios do interior, avaliando os seus resultados numa ótica de custo-eficiência e identificando as condições imateriais que propiciam lideranças protagonizadas por jovens locais.

Reconhecemos, naturalmente, o esforço político empreendido com o PNCT, posteriormente convertido no Programa de Valorização do Interior pela RCM N.º 116/2018 e posterior revisão pela RCM N.º 18/2020.

2.9 PROGRAMAS MUNICIPAIS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Relativamente aos programas municipais, optámos pela identificação de algumas medidas pertinentes e merecedoras de destaque e divulgação. Não se pretende estabelecer qualquer análise exaustiva ou comparativa entre municípios, mas

sim enaltecer medidas de política municipal direcionadas aos problemas mais prementes nos territórios de baixa densidade. Assim, selecionamos de entre as NUTS II do Alto Alentejo e da Beira Baixa, o município de maior densidade populacional (Dados Censos 2021) e o município de menor densidade, correspondentes às unidades administrativas de Portalegre e Arronches, respetivamente, no Alto Alentejo e às unidades administrativas de Castelo Branco e Vila Velha de Rodão, na Beira Baixa.

O município capital de distrito - Portalegre, promove habitação social, regulamentada no Diário da República Apêndice n.º 48, II Série, N.º 287 de 9 de dezembro de 2004, porém sem considerar especificamente a população jovem como potencial destinatário, mas sim agregados com doentes crónicos ou incapacitantes. O programa de habitação social deste município tem por missão o aumento da qualidade de vidas das famílias, fixar e aumentar a população (CMP, 2021).

Este município disponibiliza também o Cartão Municipal do Idoso, que se destina a apoiar idosos residentes no concelho de Portalegre, pelo usufruto de benefícios sociais, culturais e de saúde, de acordo com o escalão atribuído (A, B ou C) em função dos rendimentos dos seus beneficiários (CMP, 2021). De acordo com o art.º 7.º do Regulamento Municipal do Cartão do Idoso do Município de Portalegre, o escalão A proporciona aos seus titulares benefícios de: a) isenção de custos na obtenção do cartão do Idoso; b) cartão passe gratuito nas carreiras dos serviços municipalizados e nos transportes suburbanos entre a sede de concelho e o local de residência; c) desconto de 50% nos consumos de água desde que não ultrapasse 10m³; d) desconto de 50% em todas as tarifas indexadas ao consumo de água; e) isenção de pagamento de taxas e licenças; f) acesso gratuito às piscinas municipais e espetáculos municipais; g) acesso gratuito a iniciativas e programas para a terceira idade promovidos pela autarquia; h) acesso a viagens e passeios promovidos pela autarquia; i) descontos em estabelecimentos comerciais aderentes; j) comparticipação de 75% nas despesas mensais efetuadas com a aquisição de medicamentos indispensáveis; l) apoio na execução de pequenas reparações no domicílio (CMP, 2021).

Relativamente ao Município do Alto Alentejo com menos habitantes – Arronches, este criou um programa de medidas municipais com a designação “Arronches Jovem”, que tem como objetivo contribuir para a diminuição e envelhecimento da população residente no concelho, pelo apoio na fixação de jovens (CMA, 2021). O programa cria vários incentivos de apoio à primeira infância e apoio à habitação. No âmbito do apoio à infância, são destinatários todas as famílias que residam e sejam recenseadas no município de Arronches e, no âmbito do apoio à habitação, podem requerer o apoio todas as famílias em que pelo menos um dos cônjuges tenha até 35 anos de idade (CMA, 2021). O apoio à infância traduz-se na atribuição de um subsídio mensal durante

os três primeiros anos de vida da criança, para todas as crianças cujo agregado familiar se fixe no concelho e o apoio à habitação reflete-se na comparticipação de 2.500€ para criação/aquisição de habitação própria (CMA, 2021). A referir que este município disponibiliza ainda a oferta dos manuais escolares do 1.º ciclo e atribui 10 bolsas para estudantes do Ensino Superior (CMA, 2021).

Na Beira Baixa, o Município de Castelo Branco implementou um programa de comparticipação de medicamentos, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas vulneráveis e promover a inclusão social (CMCB, 2021). O programa prevê a atribuição de uma comparticipação a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, económica e socialmente desfavorecidas, no que respeita às despesas com medicamentos (CMCB, 2021). Os destinatários da medida são cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos, residentes e eleitores no concelho de Castelo Branco há mais de 2 anos, cujo rendimento mensal per capita do agregado familiar seja igual ou inferior ao valor do salário mínimo nacional (CMCB, 2021).

Este município disponibiliza também as Hortas Sociais da Quinta do Chinco, uma antiga exploração agrícola que abarca um projeto no âmbito do desenvolvimento social, da agricultura familiar e da sensibilização ambiental. Nas Hortas Sociais estimula-se a integração e a convivência social entre diferentes gerações, fomentando-se o espírito comunitário e a entreatajuda (CMCB, 2021). O espaço constitui um apoio à subsistência das famílias e um complemento à economia familiar, fundamental para famílias com baixos rendimentos, permitindo o acesso a uma alimentação mais variada e saudável. Nas hortas incentiva-se o trabalho do solo, a partilha sustentável da água e todos os utilizadores frequentam um programa de formação obrigatório, de forma a garantir a aquisição de competências para a prática da agricultura biológica e de cidadania nas Hortas Sociais (CMCB, 2021). No espaço, têm vindo a ser desenvolvidas inúmeras atividades de carácter educativo, pedagógico e associativo, em comunhão com a comunidade envolvente (CMCB, 2021).

O Município de Vila Velha de Rodão, com menor população na Beira Baixa, também implementou um programa de habitação destinado à fixação de novos residentes, de potenciação da qualidade de vida, com o objetivo do aumento da população (CMVVR, 2021). Para o efeito, este município disponibiliza apoios à habitação direcionados às famílias que fixem residência no concelho e recenseadas no concelho, com idade até 60 anos, que não sejam proprietários de outra habitação no concelho. Estes apoios compreendem a isenção das taxas municipais de água, saneamento e lixo durante dois anos e a isenção das taxas de licenciamento das obras (CMVVR, 2021). O município disponibiliza também apoios ao arrendamento jovem dirigido a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 35 anos, que

residam permanentemente na habitação e apoios ao arrendamento para famílias numerosas, isto é, agregados com mais de 2 filhos menores, que fixem residência no concelho. Este apoio traduz-se num subsídio que pode variar entre 50% e 100% do valor da renda, com a duração de um a três anos (CMVVR, 2021). Ainda na área da habitação, o município construiu o Complexo Habitacional da Quinta da Torre Velha, com o objetivo de reforçar a oferta do parque habitacional do concelho, de modo a responder às famílias e jovens que pretendam fixar-se, composto por 18 moradias de tipologias T2 e T3, vendidos pelo preço de construção dos mesmos, entre 66 e 80 mil euros (CMVVR, 2021).

No âmbito da saúde, este município disponibiliza o programa Saúde Mais, complementar ao SNS, que prevê consultas de clínica geral a toda a comunidade de Vila Velha de Rodão, em especial aos beneficiários de cartão de idoso ou do cartão social, possibilitando consultas médicas de proximidade num curto espaço de tempo (CMVVR, 2021). Também no domínio da saúde, o município aderiu ao programa Abem – Rede Solidária do Medicamento, da Associação Dignidade, uma iniciativa apoiada pela Portugal Inovação Social que permite o acesso, de forma digna, aos medicamentos prescritos a quem não possui capacidade para os adquirir, assegurando o valor não participado pelo estado. Após a referenciação, o beneficiário tem acesso ao Cartão Abem, podendo adquirir os medicamentos mediante apresentação nas farmácias aderentes (CMVVR, 2021).

Embora fora dos critérios de análise anteriormente referidos, consideramos pertinente referir ainda na Beira Baixa, o Município de Idanha-a-Nova, que se encontra a elaborar o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, com o objetivo de melhorar as condições de acessibilidade para todos, no espaço concelhio (CMIN, 2021). Trata-se de um documento normativo que visa orientar e garantir a qualidade de futuras intervenções a realizar, com ênfase no espaço público, em edifícios e equipamentos, nos transportes, informação e comunicação e infoacessibilidades (CMIN, 2021). Idanha disponibiliza também o cartão raiano + 65, dirigido à população com mais de 65 anos, reformados por invalidez e ainda para pessoas com deficiência, reunindo vários benefícios como o acesso gratuito a uma rede de transportes a nível concelhio, criada especificamente para este propósito; descontos nos serviços da água e nas lojas aderentes, acesso a atividades de animação e participação nos custos do serviço telealarme (CMIN, 2021).

Após análise das políticas públicas apresentadas, de âmbito europeu, nacional e local, constatamos que os problemas do interior estão, há muito, nas agendas políticas nacionais e internacionais, o que demonstra que estamos perante problemas estruturais – em particular o problema do despovoamento –, que se verificam em vários países,

com origens sócio-históricas relacionadas com vários movimentos migratórios. Não obstante, ao nível local, e embora a análise apresentada não tenha sido exaustiva por não ser essa a questão central da investigação, louvamos as iniciativas municipais que, embora distintas entre unidades administrativas, procuram responder aos problemas dos territórios e das populações rurais, em várias áreas como o acesso à saúde e educação, bem como à atenuação do isolamento geográfico e social das populações mais envelhecidas e vulneráveis do interior.

3. METODOLOGIAS E PRÁTICAS RURAIS

3.1 A PRÁTICA GENERALISTA

Os Assistentes Sociais, no desenvolvimento de modelos generalistas de prática intervêm em cinco sistemas, incluindo indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades, sendo amplamente aceite que o modelo generalista é o que melhor se adequa ao Serviço Social rural (Daley & Avant, 2004; Ginsberg, 2005; NASW, 2006 e Locke & Winship, 2005 cit. por Daley, 2010) ou seja, um modelo de prática que abrange todos os sistemas.

Os Assistentes Sociais rurais necessitam de dominar uma ampla variedade de competências e intervenções de Serviço Social, pois, o seu trabalho pode exigir a combinação de vários aspetos da prática direta, da *advocacy*, de avaliação de necessidades, a compreensão do comportamento humano, dos sistemas sociais e interações sociais (Hickman, 2014).

A declaração de política profissional da NASW sobre Serviço Social rural apresentada à Assembleia da NASW de 2011, argumenta que o generalista rural necessita de competências práticas bem desenvolvidas e de conhecimento profundo do Código de Ética da NASW. Porquê? Porque as comunidades rurais geralmente têm menos recursos e serviços disponíveis, exigindo que o Assistente Social aplique uma variedade de competências práticas para melhor responder à população. Por exemplo, os clientes podem enfrentar condições para as quais não há recursos de referência ou respostas apropriadas disponíveis localmente. Para responder a essas necessidades, o Assistente Social rural pode considerar necessário o desenvolvimento de um novo serviço ou programa (Hickman, 2014).

A prática generalista utiliza uma matriz de sistemas e de resolução de problemas. A abordagem baseada nos sistemas funciona bem nas comunidades rurais porque as pessoas são próximas umas das outras, das suas famílias, organizações e da comunidade (Daley, 2015). Por exemplo, no sistema individual, as populações rurais são próximas de amigos, vizinhos e conhecidos. O sistema da família é particularmente importante desde que as populações rurais tendam a valorizar a família para as interações sociais, suporte e conexões com os outros. O sistema das organizações é significativo na vida rural, como as escolas, organizações cívicas e igrejas, que assumem funções que transcendem o seu propósito e servem de fontes de ajuda, de suporte e de interação social. O sistema da comunidade é um ponto de identificação, de sanções e recompensas (Daley, 2015).

As trocas entre sistemas afetam o comportamento das pessoas de maneiras perceptíveis, mas também subtis, uma vez que as trocas sociais numa comunidade rural são tão pessoais e uma parte tão grande da vida das pessoas, que é fundamental explorar e compreender as conexões e trocas para melhor avaliar porque as pessoas agem da forma como agem, para encontrar formas de ajuda (Daley, 2015). A questão é que numa comunidade rural vários sistemas sociais estão com frequência em jogo na influência dos problemas e desenho de soluções. Uma intervenção bem desenhada para o melhor resultado envolve, portanto, uma abordagem multissistémica (Daley, 2015).

Ginsberg (2005 cit. por Daley & Pierce, 2011) sugere que os Assistentes Sociais são frequentemente solicitados para encontrar recursos e desenvolver e operacionalizar programas e que essas competências são mais adequadas à prática generalista. Daley e Avant (1999), apontam que os Assistentes Sociais não são tão numerosos em áreas rurais e como tal desempenham múltiplos papéis. Todas estas perspetivas suportam a necessidade de preparação e competência generalista para os Assistentes Sociais rurais (Daley & Pierce, 2011).

Noutra linha de pensamento, alguns autores sugeriram que o Serviço Social rural devia ser principalmente focado na abordagem comunitária (Belanger, 2005; Jacobsen, 1980; Martinez-Brawley, 1993 & White & Marks, 1999 cit. por Daley & Pierce, 2011) e, a certa altura, nos EUA, esta era a visão predominante para o Serviço Social rural. Porém, ainda que o foco com base na comunidade seja uma consideração importante no Serviço Social rural, a prática com base na comunidade tem pouca orientação para os Assistentes Sociais envolvidos na prática direta com indivíduos, famílias e grupos (Daley & Pierce, 2011).

Questionados sobre as metodologias do Serviço Social que utilizam na intervenção em contexto rural, os Assistentes Sociais rurais auscultados na investigação respondem de forma ampla, englobando metodologias, modelos de intervenção, técnicas e instrumentos do Serviço Social e inclusivamente aludindo a algumas competências específicas da profissão. As respostas mais apontadas passam pela sinalização; estabelecimento de contactos; acompanhamento de casos; conhecimento das famílias; intervenção em rede; Serviço Social de grupos; diagnóstico social; partilha, responsabilidade, solidariedade horizontal, entre pares; negociação; trabalho sistémico e em parceria, com o envolvimento de todos para a resolução da situação e mediação interinstitucional.

Destacamos, seguidamente, alguns extratos das entrevistas dos Assistentes Sociais rurais, que identificam a intervenção sistémica como a mais utilizada na sua prática profissional:

“Sistémico (...) o meio rural tem de bom – eu acho – é o facto de nós podermos trabalhar (...) de forma sistémica e em parceria (...) temos esta mais-valia de todos trabalharmos de forma articulada, comprometida e em nome de um bem comum. E isso acontece muito em meio rural e tem a ver com a proximidade, o facto de nos conhecermos todos, podemos confiar uns nos outros” - AS7.2

“(...) tentamos sempre envolver os vários sistemas, desde o individual até ao... não digo macro, mas tentamos, na medida do possível, envolver todos para a resolução da situação” - AS8.

“Privilegiamos o atendimento, a visita domiciliária é uma ferramenta incrível que nos permite conhecer sem ser de certa forma tão invasivos (...) Privilegiamos as articulações com as entidades locais, os centros de dia, SAD, Junta de Freguesia (...) eu já recorri também a senhoras de mercearia, vizinhança, cafés, redes informais (...) mais micro e não num sentido tão lato” - E1.

o Serviço Social de casos, também como uma das metodologias mais identificadas pelos Assistentes Sociais inquiridos;

“Essencialmente é acompanhamento de casos (...) nós trabalhamos muito em parceria” - AS20.

“O diagnóstico (...) é o Serviço Social de casos efetivamente que nós utilizamos mais (...)” - AS4.

mas alguns entrevistados referiram-se, principalmente, a diversas técnicas e instrumentos do Serviço Social:

“É o atendimento e é visitas domiciliárias, articulação com os colegas no apoio às famílias (...) apoio à natalidade (...)” - E4.

“(...) há uma situação, uma sinalização em que temos que fazer a avaliação... conhecer realmente a família (...) para depois podermos intervir (...) visitas domiciliárias, acompanhamento (...), contactos telefónicos (...)” - AS1.

“O diagnóstico social é (...) mais utilizado, seja ao nível institucional, da organização onde me encontro (...) perceber a realidade, de modo que nós depois possamos, com base nas políticas públicas e nas políticas sociais existentes, dar resposta às necessidades das pessoas” - AS3.

[no seguimento da referência anterior à intervenção comunitária]¹⁷ “esta é aquela em que eu acredito, ou seja, todas as outras são extremamente interessantes, eu não desvalorizo nenhuma delas, são extremamente úteis, mas para mim o pressuposto é sempre o mesmo (...) eu acredito muito que tudo deve ser construído de baixo para cima (...) e a dimensão da participação e do envolvimento das pessoas (...) isto tem a ver com dimensão de partilha, de responsabilidade, de solidariedade, acima de tudo, horizontal, entre pares” - AS5.

¹⁷ Esclarecimento da autora.

“As fases das metodologias são exatamente as mesmas, desde o pedido, a análise da situação ao diagnóstico que é normalmente elaborado com os próprios até ao contrato e à negociação (...) o Modelo Biopsicossocial (...) eu utilizo muito mais a visita domiciliária em contexto rural do que utilizo na cidade” - AS6.

Porém, verifica-se, na maioria das narrativas dos Assistentes Sociais rurais inquiridos, o recurso à abordagem multissistémica – generalista:

“nós também temos outro tipo de intervenção macro (...) temos o trabalho de intervenção direta (...) que é o atendimento de casos, o atendimento também com grupos (...) questão das visitas domiciliárias (...) há aqui um trabalho de mediação interinstitucional já com uma perspetiva de intervenção mais lata, não é? Mais macro” - E3.

“(...) ou sinalizamos ou alguém nos faz a sinalização da problemática. Nós fazemos recolha de dados. Muitas vezes partimos logo para a entrevista, pronto (...) Utilizamos várias metodologias conforme a necessidade” - AS18.

“(...) eu acho que as principais metodologias que usamos aqui na instituição é a metodologia da intervenção em rede e a metodologia de Serviço Social de grupos” - AS2.

As respostas obtidas, embora sem referência explícita à utilização de múltiplas metodologias e à abordagem multissistémica, vão ao encontro da literatura consultada, que identifica o método generalista como o mais adequado à prática rural e à intervenção multissistémica, incluindo indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades. Como se verificou, é amplamente aceite que o modelo generalista é aquele que melhor se adequa ao Serviço Social rural, por autores como Daley e Avant (2004), Ginsberg (2005), NASW (2006), Locke e Winship (2005) e Daley (2015, 2021), ou seja, um modelo de prática que abrange todos os sistemas, levando a que no Serviço Social o termo generalista seja frequentemente mencionado como a preparação desejada e necessária para a prática em áreas rurais. O uso de uma abordagem generalista para a prática rural é reportado também por estudos internacionais desenvolvidos junto de Assistentes Sociais rurais, a maioria dos quais aponta a utilização de múltiplas metodologias, como indicado por Gumpert e Saltman (1998), Gumpert *et al.* (2000) e Daley (2015, 2021), que afirmam que este é o coração da prática generalista: ver os problemas como surgem, sem perceções ou soluções predeterminadas.

3.1.1 O MODELO DE INTEGRAÇÃO GENERALISTA (GIM)

O Serviço Social é generalista por natureza e prática. Especialmente entre os profissionais rurais, a prática generalista adquire um significado único quando se

considera que os Assistentes Sociais rurais atuam de forma mais autónoma e muitas vezes desempenham e assumem uma ampla gama de funções e serviços. Um profissional generalista é isso – um generalista – o que significa que o Assistente Social deve estar preparado para lidar com várias preocupações entre os sistemas e não como um especialista focado numa área específica de intervenção. Espera-se que o Assistente Social seja capaz de intervir adequadamente numa infinidade de situações. Apoiando esta posição, Davenport e Davenport (1995 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016), acreditam que o modelo generalista de prática é o modelo mais adequado para a prática do Serviço Social em áreas rurais, devido em grande parte ao carácter isolado do espaço geográfico em que atuam os Assistentes Sociais rurais, o que, por sua vez, conduz à falta de recursos disponíveis e estimula a criatividade, a agilidade e o dinamismo (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

Kirst-Ashman e Hull (2001 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016) desenvolveram o modelo de integração generalista (*Generalist Integration Model*) – GIM –, caracterizado por três dimensões principais. A primeira foca a própria definição: Assistentes Sociais generalistas são aqueles que avaliam a situação dos clientes e determinam o curso de ação mais apropriado para facilitar uma estratégia de mudança eficaz (Johnson, 1998), o que envolve a aplicação de uma base eclética de conhecimento, um conjunto de valores e ética profissional e uma ampla gama de competências que podem ser aplicadas em sistemas de qualquer dimensão (Chank & Skovholt, 2006 cit. por Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

A segunda dimensão do GIM foca o uso específico de um método de mudança planeada em sete etapas, flexível o suficiente para atender a uma variedade de necessidades e específico o suficiente, para guiar efetivamente o cliente até um resultado apropriado (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). As sete etapas incluem:

1) Compromisso [*engagement*]: É necessário o compromisso com a situação e identificação das necessidades, bem como a direção da intervenção focada em criar uma mudança positiva;

2) Avaliação: Avaliação das múltiplas variáveis, sistemas, preocupações e questões para entender melhor as necessidades para facilitar a mudança. É fundamental considerar o maior número possível de aspetos do problema ou situação, a fim de avançar efetivamente para a próxima etapa;

3) Planeamento: Desenvolvimento de um plano com base nas informações recolhidas no processo de avaliação;

4) Implementação: A implementação do plano é a componente de ação do processo. É nesta etapa que se põe o plano em movimento e a mudança real começa a ocorrer;

5) Avaliação: Uma vez iniciado o processo de implementação, começa-se a avaliar a eficácia do evento de mudança planeado. Deve ser prestada atenção especial ao ciclo de *feedback*, o que significa que as informações de avaliação recolhidas são utilizadas para melhorar os processos e atividades futuras;

6) Rescisão: No ponto em que o processo de implementação mostra eficácia (através do processo de avaliação), deve-se estar preparado para encerrar a atividade que teve como foco a mudança. Quando a mudança ocorrer, encerra-se a atividade;

7) Acompanhamento: O processo de acompanhamento inclui a revisão dos resultados para determinar se oportunidades adicionais de mudança são necessárias. Se for esse o caso, inicia-se o processo pela primeira etapa novamente, pois este é um novo processo de mudança (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

A terceira dimensão do GIM foca-se na orientação para a resolução de problemas em vários níveis de intervenção, o que significa que esta abordagem considera os sistemas micro, meso e macro, todos como alvos de mudança (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). A definição de prática de Serviço Social no nível micro abrange os serviços prestados aos indivíduos, clientes e família nuclear. De modo geral, a prática do Serviço Social meso concentra-se em melhorar a vida de outras pessoas por meio da mobilização de sistemas familiares alargados, a facilitação de vários tipos de grupos e a conexão com as redes naturais de ajuda existentes (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). O exercício do Serviço Social no contexto macro é algumas vezes entendido como prática indireta, ou seja, não diretamente com os clientes, mas com sistemas que apoiam indivíduos, famílias, grupos, comunidades e sociedades. A macro prática é muitas coisas diferentes para muitas pessoas diferentes: organização comunitária, planeamento regional, *advocacy*, política e trabalho político, liderança, supervisão e administração são exemplos de macro práticas do Serviço Social (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). Num nível macro, o Assistente Social numa área rural pode prestar apoio e informação em torno da compreensão dos processos associados aos direitos humanos, das necessidades da população, financiamento público e da *advocacy* para a mudança. Um Assistente Social deve conhecer formas de financiamento, construir o capital de relacionamento para trabalhar com todas as partes interessadas e partilhar informações valiosas para prestar os melhores serviços disponíveis num local onde os recursos são quase sempre muito limitados (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016). O que se sabe sobre a prática rural é que, apesar do sistema do cliente (micro, meso ou macro), os métodos de responder às questões estão inter-relacionados e sobrepõem-se (Mackie, Zammit & Alvarez, 2016).

3.2 POLICY PRACTICE E SOCIAL ADVOCACY COMO PRÁTICA RURAL

Muitas pessoas encontram-se em desvantagem ou não estão representadas nas estruturas e importantes órgãos de tomada de decisão, geralmente porque estas e os seus possíveis defensores, incluindo os Assistentes Sociais, não estão representados ou, se presentes, são incapazes de ter muito impacto devido à falta de organização e compreensão da melhor forma de promover os seus interesses e influenciar as decisões (Pugh & Cheers, 2010).

Em 1933, Josephine Brown percebeu que os Assistentes Sociais rurais precisavam não apenas de prestar serviços diretos, mas também de desenvolver, criar e modificar serviços. Na sua perspetiva, uma das funções mais importantes do trabalhador rural era convencer as pessoas de uma necessidade, mobilizar apoio, auxiliar no desenvolvimento de serviços e na organização e administração de organizações. Brown (1933) recomendava uma componente de influência, desenvolvimento e implementação de políticas sociais. Os seus argumentos são tão relevantes hoje quanto eram há noventa anos, quando escreveu a sua obra.

A *policy practice* ou o envolvimento de Assistentes Sociais no desenvolvimento de políticas sociais, sua implementação e mudança, é uma área do ativismo do Serviço Social que tem recebido atenção na literatura. *Agency Advocacy* é descrita por Levin, Goor e Tayri (2013), citados por Forde e Lynch (2015), como a prática política de nível meso que engloba políticas de agências, programas locais e práticas diretas. Estas atividades também podem envolver a construção de coligações para aumentar o acesso a recursos de grupos e comunidades marginalizadas.

A prática política baseia-se no trabalho de muitos teóricos que discutem maneiras sobre o modo como os Assistentes Sociais podem influenciar a legislação ou participar em campanhas políticas, desenvolver estratégias para mudar as políticas das agências e competências, estilos e tarefas que são necessários na reforma de políticas (Jansson *et al.*, 2013).

O termo *policy practice* surge em 1984, com Bruce Janson, sendo utilizado em diversas partes do mundo. Segundo Gal e Weiss-Gal (2014), por prática política entende-se as atividades levadas a cabo pelos Assistentes Sociais como parte integrante da sua profissão em diferentes campos e tipos de práticas, que visam a formulação e implementação de novas políticas, bem como sugerir alterações nas existentes, no plano local, nacional ou internacional, de acordo com os valores do Serviço Social. Para os autores, a *policy practice* do Assistente Social procura influenciar as políticas de bem-estar social nos diferentes níveis de decisão política através da *advocacy*, do *lobbying*, da ação social, da análise política e da disseminação da

informação. Os autores afirmam que enquanto o Serviço Social com comunidades persegue o *empowerment*, a organização e emancipação das comunidades, a prática política coloca a tônica na mudança e na formulação das políticas (Gal & Weiss-Gal, 2014).

O *Social Welfare Policy and Policy Practice Group*, formado em 1993 para colocar a prática política em programas de reuniões anuais do Conselho de Educação em Serviço Social (CSWE), desenvolveu a ideia de organizar um fórum acadêmico para a teoria e a pesquisa de prática política. Em 2008, o CSWE estabeleceu padrões de competências que exigem que as escolas e departamentos de Serviço Social implementem currículos que proporcionem aos alunos competências para analisar, formular e defender políticas que promovam o bem-estar social (Jansson *et al.*, 2013).

Jansson delineou tarefas que os *policy practitioners* empreendem, como decidir o que é certo e errado, definir agendas, analisar problemas, escrever propostas, decretar políticas, implementar políticas, avaliar políticas e eleger candidatos para cargos públicos.

Assim, os *policy practitioners* podem envolver-se em projetos de curto prazo, como fazer campanha para promulgar uma lei específica, ou envolver-se em empreendimentos de longo prazo, em questões que afetam uma população nacional inteira, ou em questões particularmente pertinentes para populações de baixos recursos ou oprimidas, por meio do "*policy advocacy*" e podem ainda propor novas políticas ou bloquear propostas de políticas existentes (Jansson *et al.*, 2013).

Os *policy practitioners* necessitam de um conjunto significativo de competências como desenvolver estratégias e administrar conflitos, já que a reforma e implementação de políticas são frequentemente associadas a conflitos entre facções, particularmente quando possuem valores e interesses divergentes; trabalhar com grupos focados em tarefas; analisar problemas e questões; desenvolver propostas; recolher dados; identificar alternativas de políticas e promover a colaboração e o compromisso. A prática política é interdisciplinar, baseando-se em conceitos e competências de organização comunitária, análise política, administração, ciência política ou política aplicada e avaliação e pesquisa de programas (Jansson *et al.*, 2013).

Em matéria de Serviço Social rural, nos EUA, a *Caucus* mantém um memorando de entendimento com a NASW para cooperar em objetivos e projetos compartilhados. Os membros da *Caucus* foram convidados a participar em dois congressos nacionais de Serviço Social, para apoiar políticas sociais sólidas em benefício das pessoas e da prática rural, o que colocou a NASW numa melhor posição para influenciar as decisões dos legisladores (Hickman, 2014).

Jansson *et al.* (2013), identificam e analisam vários modelos de *policy advocacy* que demonstram como os Assistentes Sociais podem participar na prática política em muitos locais: O Modelo de Ética e Direitos Civis; O *Navigational Advocacy Model*; O *Agenda Building* e o *Public Education Advocacy Model*; O *Analytic-Based Advocacy Model*; O *Legislative Advocacy Model*; O *Implementation Advocacy Model*; O *Evidence-Based Development and Dissemination Model*.

Os *policy practitioners* necessitam de competências essenciais para implementar estes modelos. As competências específicas necessárias para a prática efetiva de políticas devem integrar a formação em Serviço Social e a prática política deve ser cada vez mais entendida como uma intervenção que se encontra no centro da missão do Serviço Social.

Na investigação, procurámos conhecer exemplos de recurso dos Assistentes Sociais rurais entrevistados à *social advocacy*, denotando-se a relevância de fazer cumprir e lutar pelos direitos e deveres de cada Pessoa, informando e esclarecendo, procurando sempre a defesa da população. Todos os Assistentes Sociais rurais auscultados apontam exemplos de práticas de *social advocacy*, que consideram fundamental para a literacia, para a inclusão e para a sensibilização relativamente às questões rurais. Para fazer valer a *social advocacy*, alguns entrevistados apontaram a estratégia do questionário individual em jeito de diagnóstico das necessidades, bem como a recolha de opiniões e soluções propostas, primando sempre pela escuta ativa.

Importa distinguir, relativamente à *advocacy*, os conceitos de *case advocacy* e de *cause advocacy*, que McNutt (2011 cit. por Sousa, 2015) distingue, designando de *case advocacy* aquela relativa a indivíduos e famílias, e a *cause advocacy*, relativa a questões sociais e à comunidade em geral. O autor reconhece a importância dos interesses dos indivíduos e famílias, mas argumenta que é a advocacia de causas que é projetada para a mudança estrutural (McNutt, 2011 cit. por Sousa, 2015), pelo que se constitui como estratégia crucial para o Serviço Social.

Destacamos, de seguida, os excertos das entrevistas dos Assistentes Sociais rurais que, na grande maioria, ilustram exemplos de advocacia de casos, relativa aos indivíduos e famílias rurais, sujeitos de intervenção dos Assistentes Sociais:

“Eu, nesse campo, o que eu costumo fazer e faço sempre também com as pessoas com que estou é realmente explicar-lhes tudo aquilo a que têm direito, não é? E os seus deveres, não é? E explicar quais os encaminhamentos, o que é que podem fazer (...)” - AS1.

“(...) se vou intervir especificamente em alguma questão relacionada com os utentes, eu estou a fazer... estou a exercer este meu poder de advocacy (...) o nosso dia a dia, em tantas e tantas, situações se nós não tivermos realmente a questão da advocacy

presente, nós estamos a fazer um mau serviço à profissão. E estamos muitas vezes a denegrir a profissão” - AS3.

“(...) eu acho que nós o fazemos até quase que inconscientemente, não é? Sim, houve algumas situações em que tivemos, digamos, que lutar, por assim dizer, para que aquela pessoa tivesse acesso aos seus direitos (...) que são tudo direitos que as pessoas têm e que não... muitas vezes, também não os requerem, porque não sabem que existem” - AS4.

“E faço muito isto até mesmo na relação com as entidades ou até mesmo com a minha entidade na área da saúde, porque muitas das vezes há aqui questões do acesso que é universal” - AS6.

“Sim. Por exemplo, no acesso a prestações e a apoios sociais (...) muitas vezes este advocacy é também ao nível do preenchimento de papelada porque as pessoas não sabem preencher, há uma grande iliteracia, e as pessoas não percebem e não conseguem preencher” - AS7.

Ainda que em menor número, foram também apontados pelos inquiridos, alguns exemplos de advocacia de causas, relativa às comunidades rurais:

“(...) mas (...) até estamos a conseguir chegar ao macro, porque estamos a fazer muito advocacy – não é? – aqui juntamente com a sede nacional que está agora...” - AS8.

“Eu, na defesa dos interesses dos meus (...), ando sempre à guerra com esta situação toda, publicamente, em termos de mediação, fazer entender que as pessoas podem recuperar, exatamente, e o trabalho é árduo, é difícil, é duro, mas nós temos vindo a conseguir alguma coisa (...) este trabalho de sensibilização, dos centros de emprego, dos parceiros sociais... no fundo é defender esta população” - E3.

“(...) eu acho que é importante referir a questão da advocacia social, sim da população rural porque, acima de tudo, é uma busca da defesa dos interesses dessa população (...) Quando se criou esta associação, procedeu-se ao social advocacy em prol da população rural (...) Através da aplicação de um questionário individual aos habitantes em que foram inquiridos sobre as suas necessidades sociais que eles identificavam na freguesia. É uma forma de defender os seus interesses (...) Praticou-se a advocacia, a social advocacy, através da recolha de opiniões e de soluções propostas pelas pessoas capazes de contribuir para a resolução de problemas locais. Praticou-se social advocacy ao dar voz aos habitantes, porque foi devido ao resultado desses questionários que a instituição decidiu disponibilizar a resposta social (...)” - AS2.

“Eu na minha experiência faço advocacy a vários níveis. Primeiro, enquanto dirigente associativo (...) quando tentamos estar numa organização coletiva, tentamos contribuir para lógicas do interesse coletivo. Essas lógicas devem de responder sempre às necessidades dos seus interessados, dos seus associados, ou dos interessados da comunidade onde pertencem (...) Estou em organizações de base local e de base nacional. Porque, enquanto me relaciono de base local com estruturas de poder local, municípios, freguesia, quando estou numa entidade, essa organização pertence a uma organização de representatividade nacional, consigo também levar as propostas de base local para a possibilidade de se construírem políticas públicas que vão responder a estas necessidades. Por isso, o importante, julgo eu, é a dimensão coletiva, a organização coletiva para defendermos, de forma coletiva, aquilo que consideramos

que é o mais adequado para as populações com que trabalhamos e onde nos encontramos, esta relação do com, não apenas do para” - AS5.

Apesar de, na maioria, terem sido apontados exemplos de *social advocacy* no exercício profissional dos Assistentes Sociais inquiridos, foram poucos os exemplos apresentados de macro-práticas, de advocacia de causas ou prática política. Assim, e como as populações rurais, por vezes em situação de marginalização ou desvantagem, não estão, com frequência, representados em importantes órgãos de tomada de decisão, é importante que os Assistentes Sociais rurais, enquanto defensores e Porta-Vozes das populações rurais, estejam presentes ou representados nas estruturas de tomada de decisão política, para assim promover os interesses destas comunidades e defender os seus direitos.

Em suma, o ativismo político dos Assistentes Sociais rurais deve envolver a construção de coligações para aumentar o acesso a recursos dos grupos e comunidades rurais, sugerindo-se a capacitação destes profissionais no ativismo político, na advocacia de causas e no desenvolvimento de atividades políticas desenvolvidas pelos Assistentes Sociais rurais como parte integrante da profissão, em diferentes campos, desde a apresentação de sugestões de alterações nas políticas existentes, à implementação de novas políticas no plano local, nacional ou internacional, de acordo com os valores do Serviço Social e as necessidades e interesses das populações rurais.

3.3 O ASSISTENTE SOCIAL RURAL COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

Um dos objetivos da investigação visa compreender em que medida os Assistentes Sociais rurais contribuem para o desenvolvimento das comunidades rurais onde exercem e, com frequência, onde simultaneamente residem. Assim, questionámos os participantes sobre o seu contributo para o bem-estar das populações rurais e se efetivamente consideram que conseguem responder às problemáticas e necessidades destas populações.

As respostas foram consensuais, pela positiva, como se verifica nos trechos que se seguem e que ilustram exemplos dos contributos dos Assistentes Sociais para o desenvolvimento da comunidade, apesar da identificação de alguns constrangimentos e limitações:

*“(...) nós temos um papel importante enquanto Assistentes Sociais nestas populações mais desinformadas (...) Mas realmente eu acho que os Assistentes Sociais têm sempre um papel importante até no acompanhamento, na presença, até na parte física”
- AS1.*

“Eu acho que sim (...) eu vejo se não houvesse uma prática profissional neste meio que as comunidades iriam ter muito mais dificuldades na resolução dos seus problemas e ao encontro das suas necessidades. Isso eu tenho a certeza” - AS3.

“Eu acho que o Assistente Social, neste momento, não consegue responder pela carga que tem, quer no meio rural, quer no meio urbano. Contudo, se não fosse isso, sim!” - AS4.

“Os Assistentes Sociais contribuem sempre naquilo que é a missão da sua profissão, contribuem sempre para a melhoria do bem-estar” - AS5.

“Os Assistentes Sociais fazem toda a diferença às populações que cá vivem. Toda! E eu estou a falar toda, porque nós estamos aqui... somos poucos, mas estamos em cima das situações, não abandonamos as situações, estamos até ao fim” - E3.

“Sem dúvida. É ... eu acho que eles nos veem, pronto, como alguém que consegue agilizar” - AS18.

“Vamos contribuindo e vamos respondendo. Não respondemos na íntegra, nem pouco mais ou menos, até porque há outra situação, nós efetivamente damos subsídios e apoios eventuais, mas eu não tenho aqui no serviço, nem aqui em nenhum dos serviços próximos, nós não temos um fundo de maneiço (...)” - AS20.

Na sequência, os Assistentes Sociais auscultados identificam ainda vários projetos de desenvolvimento comunitário em que participaram, como exemplos de contributos para o desenvolvimento dos recursos e das comunidades:

“Sim. As obras do Projeto Formal Ampliação do Lar de Idosos, foi o nome do projeto (...) essas obras foram financiadas com o apoio de um projeto formal de desenvolvimento comunitário que foi o programa de desenvolvimento rural PRODER” - AS2.

“Então, foi esta circunstância que fez com que eu depois abraçasse o projeto dos Montes Solidários, que era direcionado em específico para as pessoas em meio rural, e o projeto da Gulbenkian Cuida, que também era direcionado para as pessoas em meio rural, isoladas sobretudo, no âmbito da pandemia” - AS4.

“(...) para trabalhar em meio rural e urbano (...) uma freguesia, e duas vilas, (...) no desenvolvimento de um conjunto num programa que era o EQUAL (...) E um outro projeto, esse totalmente de cariz rural feito enquanto... foi o “Há Festa no Campo” ... - AS5.

“(...) E, portanto, a nossa ação deveria ser intervenção comunitária. Ponto. Nós somos prevenção. E andamos sempre penso, penso, pensos. Não é? E já estamos a intervir quando o problema já vem instalado na pessoa, ou no seu agregado familiar (...) deveria ser a nossa base, fazer intervenção comunitária com todas as vantagens que tem, mas infelizmente aquilo que eu sinto é que a saúde é muito hospitalocêntrica e, portanto, tudo o que seja área da prevenção... há um baixo investimento na área da prevenção” - AS6.

“Sim. Não só... (...) o eixo chamava-se Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil e também ao nível da comunidade e ao nível dos idosos mais isolados do concelho...” - AS7.

Os Assistentes Sociais rurais inquiridos identificaram, na sua ótica, alguns instrumentos financiadores de projetos de intervenção social, embora se possa considerar que alguns desses instrumentos não são, pela sua natureza, orientados para o desenvolvimento das comunidades rurais.

3.4 MODELOS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL RURAL

Procurámos, na literatura internacional consultada, identificar modelos de intervenção específicos do Serviço Social rural, com especial ênfase no contexto rural da intervenção, bem como na cultura rural, isto é, com consideração aos comportamentos individuais e coletivos das populações rurais. Destacamos, de seguida, dois modelos norte americanos e um modelo australiano, ressaltando que, apesar das evidentes diferenças entre estes contextos e o território português, os modelos apresentados são adaptáveis, pois as principais características dos meios rurais são comuns e idênticas em vários territórios rurais.

3.4.1 MODELOS PARA A PRÁTICA RURAL

Ginsberg (1998), citado por Pugh e Cheers (2010), observou que o Assistente Social na comunidade rural necessita de saber fazer um pouco de tudo, ou pelo menos saber como fazer um pouco de tudo o que esteja disponível para as pessoas nas comunidades mais pequenas. O Assistente Social rural tem de prestar aconselhamento direto ou Serviço Social de casos, ter capacidades de desenvolvimento comunitário, competências administrativas e competências de investigação. O Assistente Social rural tem também de analisar, desenvolver e implementar políticas sociais de todos os setores. Enquanto estas características não determinam necessariamente um modelo particular de organização e prestação de serviço, tem sido amplamente aceite na literatura do Serviço Social rural que Assistente Social rural é um generalista, como referido anteriormente (Brown, 1933; Martinez-Brawley, 1982; Ginsberg, 1998; Lohmann & Lohmann, 2005 cit. por Pugh e Cheers, 2010).

Para que os Assistentes Sociais respondam apropriadamente, os estereótipos de ‘uma vida simples’ devem ser esquecidos. Os problemas sociais nas áreas rurais podem variar amplamente e tendem a ser bastante influenciados pelas características específicas das comunidades em que as pessoas vivem. Os Assistentes Sociais

necessitam de uma abordagem flexível para ir de encontro aos desafios da prática com comunidades rurais (Daley, 2015).

Relativamente aos modelos do Serviço Social rural, constatamos, da pesquisa empírica desenvolvida, que os modelos de intervenção mais utilizados pelos Assistentes Sociais rurais são o modelo sistémico; modelo psicossocial; modelo de intervenção em crise; modelo ecológico; modelo biopsicossocial; modelo centrado nos problemas; modelo da organização comunitária; e o modelo de modificação de comportamentos. De realçar, porém, que, de acordo com a maioria dos Assistentes Sociais rurais auscultados, nenhum dos modelos tem em especial atenção o contexto rural.

“Os modelos de intervenção que mais utilizamos aqui são o modelo sistémico e o modelo psicossocial. Intervimos num modelo sistémico porque os nossos utentes dependem do apoio dos sistemas existentes para superarem os seus problemas e alcançarem os seus objetivos (...) realçar a nossa atuação de acordo com o modelo psicossocial porque existe uma interligação entre o utente e todo o meio que o envolve (...) que tem em conta as várias dimensões da pessoa” - AS2.

“(...) modelo centrado na resolução de problemas; um modelo de intervenção em crise, um modelo sistémico e ecológico... e acho que estes são os três principais modelos que nós acabamos por implementar” - AS4.

“(...) eu construí o meu próprio modelo (...) todos os modelos podem ter, em determinadas alturas da intervenção, ou da nossa ação, podem-se adequar mais do que um outro modelo específico, mas parece-me a mim que esta dimensão, o facto de tentar enquadrar a intervenção no modelo é criar uma barreira. Uma barreira ao pensamento, à ação e à nossa intervenção” - AS5.

“Biopsicossocial que é aquele que nós falamos muito em contexto da área da saúde, não é?” - AS6.

“utiliza-se muito um modelo centrado nos problemas, na resolução dos problemas (...) acabamos por utilizar um pouco todos os modelos, desde o Modelo Ecológico, ao modelo Psicossocial” - AS7.

“O mais frequente é mesmo o modelo psicossocial. Mas também utilizamos o modelo centrado na redução dos problemas, o modelo de modificação de comportamentos. Vamos adaptando conforme a necessidade” - AS18.

Os Assistentes Sociais rurais entrevistados enunciam diversos modelos de intervenção orientadores da sua prática profissional. Porém, todos afirmaram que nenhum dos modelos tem em particular atenção o contexto ou a cultura rural,

“Posso dizer que não, de uma forma especial de atenção ao contexto rural, não” - AS1.

pelo que se apresentam alguns modelos especificamente orientados para o exercício em meio rural, que compreendem a perspetiva das forças, o papel das trocas

sociais e a perspetiva da pessoa-em-ambiente, o abandono da perspetiva dos *deficits* sobre os meios rurais e a adoção de uma ótica mais positiva, conectada à ação política e potenciadora de desenvolvimento de recursos, recomendando-se a divulgação dos mesmos junto dos Assistentes Sociais rurais em exercício profissional e a integração na formação de base dos estudantes de Serviço Social.

3.4.2 DOWN-HOME MODEL OF SOCIAL WORK, DE DALEY E AVANT

Vejamos, de seguida, um modelo de prática rural, da autoria de Daley e Avant (2014). Para estes autores, muitas vezes verifica-se uma suposição implícita de que a ruralidade se encontra na comunidade e não na pessoa, o que levou a abordar a ruralidade pela identificação das suas principais características, como falta de transportes, economias não diversificadas, habitação inadequada, baixo nível de instrução, carência de serviços de saúde, pobreza, escassez de profissionais e falta de serviços (Daley & Avant, 2014).

Nos últimos anos, surgiram preocupações adicionais relativamente às comunidades rurais que incluem infraestruturas decadentes, encerramento de serviços essenciais e fracas infraestruturas de comunicações (rede móvel e *internet*). Embora todos os problemas identificados sejam importantes, todos são igualmente *deficits*. De acordo com os autores, tem sido prestada pouca atenção nos recursos e nas forças da comunidade, que podem ser considerados como recursos na resolução desses problemas e contribuir para a construção de uma perspetiva positiva, a partir da qual os Assistentes Sociais rurais possam atuar (Daley & Avant, 2014).

Como Daley (2010) afirma, não existem comunidades puramente rurais nem puramente urbanas. Deste modo, Daley e Pierce (2011) e Ginsberg (2005 cit. por Daley & Avant, 2014) sugerem que o conhecimento de normas culturais e comportamentais das pessoas, bem como das características da comunidade, são fundamentais para o exercício profissional com populações e comunidades rurais.

A questão-chave, portanto, é que as comunidades rurais não são todas iguais. Assim, os autores questionam: Como podemos ver a ruralidade sob uma luz diferente e mais produtiva na construção de uma matriz para a prática do Serviço Social rural? Para os autores é apropriado considerar um modelo multissistémico, que incorpore perspetivas culturais e estilos de vida para a prática do Serviço Social com as comunidades rurais.

O modelo baseia-se nas definições existentes, ampliando-as e enriquecendo-as e aumentando a sua relevância para o Serviço Social com as populações rurais e considera não apenas as características da comunidade, mas também as interações

entre os sistemas da comunidade, utilizando uma perspectiva baseada nas forças (Daley & Avant, 2014).

Neste modelo de prática, a economia, a densidade populacional e a geografia ainda desempenham um papel, mas não são suficientes. Em vez disso, procede de uma perspectiva multissistémica 'pessoa-em-ambiente'. As interações entre os sistemas são cruciais para refletir a complexidade das populações rurais e das comunidades e para a compreensão da origem dos problemas, para que as estratégias de intervenção possam ser desenvolvidas (Daley & Avant, 2014).

Assim, devemos considerar que as trocas de interações e transações entre os sistemas são baseadas em princípios de trocas sociais que são fundamentais para entender como trabalhar efetivamente com as populações rurais e nas comunidades rurais. Daley e Avant (2014) entendem que, nas comunidades rurais, a natureza das trocas sociais tende a ser informal ou pessoal, em oposição às trocas formais e relacionamentos que existem nas comunidades urbanas. Estas relações informais são, de facto, forças, porque representam '*affirmative coping skills*' nas comunidades rurais onde as organizações formais e os serviços com frequência não existem, ou são de difícil acesso (Daley & Avant, 2014).

O modelo também incorpora a perspectiva das forças para identificar as '*existing coping skills*' e os recursos da comunidade, mantendo uma abordagem de resolução de problemas. Isso também difere dos modelos tradicionais de Serviço Social rural, que tendem a concentrar-se nos *deficits* pessoais existentes ou nos recursos inexistentes na comunidade (Daley & Avant, 2014).

Este modelo baseia-se em três princípios: o primeiro compreende a abordagem multissistémica, ou generalista, para se adaptar efetivamente às necessidades da população rural e da comunidade rural e abordar problemas sociais no contexto ambiental apropriado; o segundo princípio compreende a análise do intercâmbio social entre sistemas, para avaliar e projetar intervenções apropriadas; o terceiro princípio centra-se na perspectiva baseada nos pontos fortes ou recursos (Daley & Avant, 2014). Para os autores, com frequência se identifica o que está em falta nas comunidades rurais e se dedica pouco tempo no reconhecimento das forças dos indivíduos e dos recursos da comunidade, que nos poderiam ajudar na prática (Daley & Avant, 2014). Mas vejamos, seguidamente, os princípios deste modelo em maior detalhe.

A prática generalista é, por definição, uma abordagem multissistémica da prática que utiliza uma ampla gama de intervenções, baseada numa estrutura de sistemas que utiliza sistemas maiores e menores para avaliar problemas e implementar intervenções para as mudanças. Assim, a prática generalista aborda indivíduos, famílias e grupos, bem como organizações e comunidades (Kirst-Ashman & Hull, 2006 cit. por Daley &

Avant, 2014). O sistema da comunidade é importante, mas não necessariamente a primeira preocupação do Assistente Social. Em vez disso, a prática generalista enfatiza a abordagem da pessoa-em-ambiente e presta a devida atenção a todos os fatores relevantes. O método generalista de Serviço Social abrange as singularidades da comunidade rural no que respeita à sua influência no comportamento das pessoas. A abordagem multissistémica da prática generalista permite um forte foco na prática rural direta, mantendo um equilíbrio apropriado com fatores sociais e culturais subjacentes da comunidade que moldam o comportamento em ambientes rurais (Daley & Avant, 2014).

No que respeita ao segundo princípio, um segundo tema-chave na literatura ajuda a explicar os tipos de interações sociais na comunidade rural. Essas trocas sociais são componentes-chave do método generalista na avaliação dos problemas dos clientes e da comunidade e no desenho de intervenções apropriadas. O uso deste conceito de troca social facilita uma análise abrangente das interações entre os membros de uma comunidade rural em todos os sistemas, distinta de abordagens que se concentram primariamente nas características da comunidade, como a densidade populacional, dimensão ou geografia. Para os autores, como os Assistentes Sociais se preocupam principalmente com a natureza das relações sociais, tanto as funcionais como as problemáticas, essas construções teóricas ajudam a identificar fatores importantes a serem considerados no desenvolvimento de uma matriz para o Serviço Social rural (Daley & Avant, 2014).

Assim, as relações com a família, a conexão com a terra ou a localidade e as relações sociais definem quem a pessoa é, sendo importantes para entender o comportamento em pequenas cidades e comunidades rurais. De uma perspectiva do Serviço Social, as trocas sociais nas comunidades rurais podem ser vistas como uma forma positiva de adaptação ao ambiente. Como muitos autores sugeriram, as necessidades de apoio social profissional podem não ser facilmente respondidas nas áreas rurais devido à limitação de recursos, escassez de organizações de apoio social e indisponibilidade dos profissionais que são em número reduzido (Daley & Avant, 1999; Ginsberg, 1998; NASW, 2012 cit. por Daley & Avant, 2014).

Os autores referem, portanto, que nem sempre as populações rurais demonstram confiança no sistema formal de proteção social, sendo provável a procura de ajuda no estabelecimento de relações interpessoais que possam atender às suas necessidades. Ao utilizar as relações pessoais para substituir as redes formais de apoio social, as pessoas estão, de facto, a criar um sistema informal de serviços que provavelmente responde de melhor forma às suas necessidades. Além disso, devido à natureza pessoal dos relacionamentos nas comunidades rurais, os relacionamentos

baseados em trocas podem estender-se além das interações com os indivíduos para conectá-los com a família, grupos, organizações e comunidade (Daley & Avant, 2014).

Mas vejamos o seu terceiro princípio. Para os autores, a utilização de um modelo generalista de prática multissistémico e o foco nas relações sociais e nas trocas mútuas como conceitos centrais no Serviço Social rural levam-nos, de uma perspetiva de *deficit*, para uma perspetiva baseada nas forças. A prática generalista geralmente inclui a perspetiva das forças e muitas das relações de trocas sociais para as populações rurais refletem as suas forças e o uso de recursos (Daley & Avant, 2004). Trata-se, assim da mudança de uma perspetiva baseada nos *deficits* para uma perspetiva baseada nas forças. Os autores citam Saleebey (2006), que aponta que

“(...) in the strength’s perspective the person or family in front of you and the community around you possess assets, resources, wisdom, and knowledge that, at the outset you probably know nothing about. First and foremost, the strengths perspective is about discerning those resources, and respecting them and the potential they may have for reversing misfortune, countering illness, easing pain, and reaching goals” (Saleebey, 2006 cit. por Daley & Avant, 2014, pp. 12-13).

Isto é, de facto, o que Daley e Avant (2014) recomendam no contexto rural, uma vez que os Assistentes Sociais e outros profissionais frequentemente analisam o ambiente rural e a prática rural em termos, simplesmente, do que está em falta. Para os autores, no ambiente rural, as relações sociais, as trocas sociais e outras redes informais constituem recursos valiosos de ajuda para lidar com os desafios diários da vida e de resolução de problemas em meio rural.

Apesar de muitos autores destacarem os *deficits* das comunidades rurais, como as elevadas taxas de pobreza, habitação inadequada, difícil acesso a cuidados de saúde, escassez de recursos e de profissionais, subdesenvolvimento socioeconómico e distância física de serviços e de transportes, muitas forças das áreas rurais passam despercebidas (Daley & Avant, 2014), como o senso de comunidade, a ligação à terra, proximidade entre os residentes na comunidade, orientações para a autossuficiência, capacidade para desenvolver redes naturais de ajuda e abundância de espaço.

Os autores defendem que podemos olhar a prática rural como a que ocorre num contexto onde se verifica a escassez de transportes, cuidados de saúde, serviços formais e serviços sociais, ou a que podemos olhar pelos comportamentos positivos adaptativos que as populações rurais usam para desenvolver os recursos informais de modo a responder às suas necessidades. A perspetiva anterior é uma perspetiva baseada nos *deficits*, enquanto a última é uma perspetiva baseada nas forças. Pela utilização da perspetiva das forças, os Assistentes Sociais têm mais probabilidade de

identificar competências de resolução de problemas utilizadas pelas populações rurais e intervir num contexto no qual são culturalmente competentes (Daley & Avant, 2014).

Em suma, os autores sugerem um modelo da prática multifacetado que incorpora elementos da comunidade, a prática generalista e a perspetiva das forças. O método generalista adaptado neste modelo inclui o uso de múltiplos sistemas sociais, a perspetiva da 'pessoa-em-ambiente' e o modelo de resolução de problemas. Esta abordagem à prática tem em consideração os efeitos da comunidade rural no comportamento da pessoa (Daley, 2015).

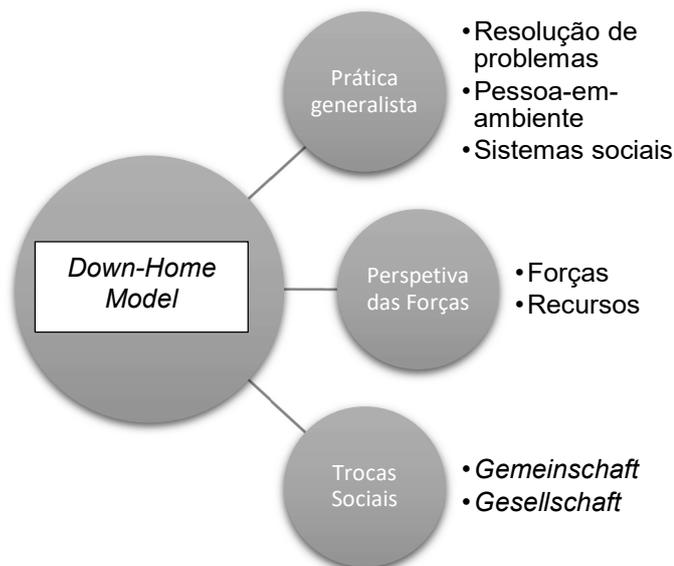


Ilustração 7¹⁸ - *Down-Home Model for Rural Social Work Practice* (Adaptado de Daley, 2015).

A ilustração descreve o *Down-Home Model* e adiciona detalhes, mostrando como os componentes da prática generalista, das trocas sociais e da perspetiva das forças contribuem para este modelo da prática do Serviço Social rural (Daley, 2015).

Em suma, desde que os Assistentes Sociais começaram a trabalhar com pessoas e comunidades rurais reconheceram que os modelos tradicionais da prática que aprendiam não se ajustavam inteiramente aos clientes com quem trabalhavam, aos problemas sociais a que respondiam e ao ambiente social em que exerciam (Daley, 2015). O *Down-Home Model* pode ser aplicado a outros contextos, mas é particularmente relevante para a prática rural (Daley, 2015).

3.4.3 O MODELO DE MARGARET ALSTON

Na perspectiva de Margaret Alston¹⁹, a Austrália rural está em crise. No entanto, a escala da crise não é facilmente compreendida para quem reside fora das comunidades rurais, devido em grande parte às circunstâncias isoladas das pessoas mais afetadas, apesar da ampla cobertura da comunicação social sobre a seca que atravessa o país. O que é menos compreendido são os efeitos nas pessoas e comunidades e os níveis crescentes de pobreza rural e exclusão social (Alston, 2005). Na Austrália, o resultado da seca tem sido o despovoamento, a perda de empregos e serviços e o declínio das infraestruturas, deixando as populações rurais envelhecerem com suporte mínimo relativamente à dimensão de mudança que estão a viver (Alston, 2005). Mesmo antes da seca, a população rural era mais propensa ao desemprego, a necessitar de apoio financeiro e a níveis de educação e remuneração mais baixos, saúde mais precária e morbidade e mortalidade mais elevadas do que o geral da população (Cheers, 1998; Cheers & Taylor, 2005; Hugo, 2005 cit. por Alston, 2005).

Na maioria das vezes, apesar do seu trabalho excepcional, os Assistentes Sociais não são o primeiro contato para as pessoas das pequenas comunidades rurais. Estas pessoas mais provavelmente irão procurar o seu médico local ou, se forem famílias de agricultores, os seus gestores financeiros rurais, para obter ajuda (Alston 1997; Alston & Kent 2004; Alston & Kent no prelo cit. por Alston, 2005). Apesar disso, Alston acredita que existe um papel para os Assistentes Sociais, mas que é necessário um novo modelo de prestação de serviços de base comunitária, para indivíduos e famílias nas pequenas comunidades rurais. A autora propõe um potencial modelo, baseado no trabalho de outros autores comprometidos com o Serviço Social rural, no qual defende um forte desenvolvimento comunitário e foco na *advocacy* (Briskman, 1999; Cheers, 1998; Cheers & Taylor 2005; Lynn 1999; Munn & Munn 2003 cit. por Alston, 2005).

De acordo com a autora, os profissionais comprometidos com as causas rurais reconhecem a necessidade urgente de reavaliar os modelos tradicionais de prestação de serviços sociais e o desenvolvimento de um modelo de prática de Serviço Social rural sustentável, sensível às tendências socioeconómicas e políticas e fundamentado nos valores locais rurais e culturais. Trata-se de uma cultura que desafia as ideias neoliberais que atualmente moldam a política de saúde e bem-estar social, que está a impor mais restrições sobre as infraestruturas e serviços rurais, isolando os Assistentes Sociais em comunidades rurais remotas (Alston, 2005).

O managerialismo e preocupações resultantes com eficiência e eficácia levou a um nível reduzido de serviços, com os Assistentes Sociais rurais em dificuldade para responder a extensas áreas geográficas e com voluntários a preencher as lacunas nas

¹⁹ Margaret Alston é Professora de Serviço Social e Serviços Humanos, Diretora do *Centre for Rural Social Research*, um programa do *Institute of Land, Water and Society* da *Charles Sturt University*, Austrália.

infraestruturas de serviços rurais em declínio (Alston 2002; Asthana *et al.*, 2003; Briskman, 1999 cit. por Alston, 2005). O Serviço Social tem uma visão universal de justiça social e *empowerment* que requer capacidade de negociar relações de poder e desenvolver 'projetos empreendedores' (Hough 1999 cit. por Alston, 2005).

O desafio para os Assistentes Sociais rurais é reformular a prática num sistema que prioriza objetivos económicos, para que os seus ideais profissionais de justiça social e direitos humanos possam levar à realização de objetivos sociais. Os Assistentes Sociais trabalham com grupos marginalizados da sociedade, atraindo a atenção dos legisladores de políticas para as condições rurais e defendendo o acesso e equidade na prestação de serviços sociais. Para Alston, é por isso que os Assistentes Sociais são necessários em áreas rurais, sendo imperativo conceber um novo modelo de Serviço Social rural, que maximize recursos escassos. Esse modelo deve ser incorporado na comunidade e desenhado sobre os seus pontos fortes, redes e infraestruturas existentes (Cheers & Taylor, 2005 cit. por Alston, 2005).

A autora imagina este modelo baseado num novo contexto de financiamento estabelecido pelo governo federal e governos estaduais, para assegurar financiamento para o desenvolvimento social nas comunidades rurais australianas. As comunidades poderiam então concorrer a esse financiamento para a prestação de serviços de apoio social. Alston considera a participação da comunidade local essencial, por via de convite a membros da comunidade para constituir um conselho social de desenvolvimento, que poderia em seguida concorrer ao financiamento para estabelecer serviços holísticos de desenvolvimento social rural local. Com recursos adequados, este serviço poderia contratar Assistentes Sociais para trabalhar com gestores de finanças rurais, por exemplo nas instalações do Departamento de Agricultura e prestar aconselhamento psicossocial. O Assistente Social também poderia ficar localizado na escola local, prestando trabalho comunitário junto da comunidade e em *networking* com departamentos de educação, família, serviços comunitários e de saúde, ou no hospital local, assumindo um papel de coordenação e desenvolvimento na saúde e bem-estar, ou co-localizado nas instalações de um governo local envolvido no planeamento social e trabalho comunitário (Alston, 2005).

O modelo exigiria que os governos federais e estaduais trabalhassem em articulação para a provisão de recursos, planear, desenvolver e apoiar os Assistentes Sociais e comunidades rurais no conselho social de desenvolvimento. Algumas organizações com capacidade para fornecer esse suporte incluem o Departamento de Transporte e Serviços Regionais e o Departamento de Educação, Ciência e Tecnologia. Para a autora, de modo a reter Assistentes Sociais rurais naqueles contextos, é importante promover a adequada supervisão e apoio profissional, fornecidos pela

organização promotora responsável por avaliar as aplicações dos conselhos sociais de desenvolvimento local, a utilização adequada de recursos e pela supervisão e *networking* dos trabalhadores.

Os conselhos sociais de desenvolvimento local teriam um papel contínuo no fornecimento de suporte e aconselhamento aos trabalhadores e na ligação com a organização promotora. Os Assistentes Sociais seriam fixados localmente, integrados na comunidade e comprometidos com o desenvolvimento comunitário, *advocacy*, *networking*, planeamento e suporte para as comunidades rurais (Alston, 2005).

Além disso, deveriam ter recursos adequados, ser devidamente planeados e coordenados, permitir a proteção da confidencialidade, deveriam ser flexíveis, atuar baseados na colaboração em vez de competição, ser transparentes, geridos e aplicados localmente, trabalhar para capacitar as populações locais e em parceria com outros serviços (Briskman, 1999; Collingridge, 1991; Stayner & Barclay 2002 cit. por Alston, 2005).

Em suma, Alston sugere um modelo de prática de Serviço Social rural, em que os Assistentes Sociais desempenham um papel fundamental na resposta a necessidades rurais locais, com base nas forças da população e comunidades rurais, prestando aconselhamento, desenvolvimento comunitário, *advocacy*, planeamento social e gestão de projetos.

3.4.4 O MODELO DE CARTER VANCE

Para Vance²⁰ (2017), é necessário desenvolver um modelo radical de Serviço Social nas comunidades rurais, combinando a prática do Serviço Social nas comunidades rurais e as suas populações. Para o autor, o primeiro passo no entendimento da natureza radical da prática rural é afastarmo-nos da noção, muitas vezes implícita, de que as áreas rurais são definidas pelos seus *deficits* em termos de serviços, quando a ênfase deveria ser colocada nas suas capacidades. Na prática, as soluções para as comunidades rurais devem ser desenvolvidas ao nível da comunidade e devem emergir dos seus valores, para sustentar a sua legitimidade (Vance, 2017). A capacidade de estar conectado à ação política e política da comunidade também pode ajudar no *empowerment* das pessoas no envolvimento, no *design* e na prestação de serviços nas suas comunidades, conscientizando-as das coligações da comunidade.

²⁰ Carter Vance cresceu numa comunidade urbana em Ohio, mas sua família tinha origens rurais e, por esse motivo, com frequência visitava os seus familiares no Kentucky, que influenciaram fortemente a sua socialização (Daley, 2021).

Esse tipo de trabalho pode constituir uma opção da prática para o Assistente Social urbano, mas é essencial para o Assistente Social rural (Mellow, 2005 cit. por Vance, 2017). Além disso, dado que muitos dos problemas tratados pelos Assistentes Sociais nas comunidades rurais estão relacionados com as elevadas taxas de pobreza e desemprego, é necessária uma conscientização da economia política específica da comunidade (principais empregadores, tendências históricas, ciclos sazonais, etc.) e o desenvolvimento de projetos para o desenvolvimento económico sustentável (Talbot & McMillin, 2014 cit. por Vance, 2017).

O autor refere que seria errado assumir que as comunidades rurais não possuem capacidades para resolver problemas, sendo mais preciso afirmar que carecem de recursos concretos para executar plenamente essas capacidades e que é importante estabelecer essa distinção (Vance, 2017). O reconhecimento de capacidade pode ser designado por uma abordagem baseada nas forças comunitárias, em que o Assistente Social procura e reconhece os serviços e conexões existentes, formais ou informais, desenvolvendo estratégias para conectar as pessoas com esses serviços, fortalecendo-os através de novos recursos ou programas (Vance, 2017).

Em conclusão, o autor refere que as intervenções existentes dos Assistentes Sociais nas áreas rurais poderiam ser mais bem descritas como um modelo misto da prática. Para Carter Vance (2017), uma compreensão do trabalho social rural radical toma como características subjacentes uma abordagem de colaboração baseada nas forças, tanto em relação às pessoas individuais quanto ao trabalho de desenvolvimento comunitário, o que está particularmente ligado ao reconhecimento das capacidades únicas das comunidades rurais e à utilização efetiva dos recursos informais, bem como à navegação na dinâmica da comunidade e na combinação de papéis profissionais.

O modelo de Vance é um modelo que se preocupa, acima de tudo, com o *empowerment* das comunidades e indivíduos nos seus próprios termos. O papel do Assistente Social consiste em destacar caminhos para os recursos e ajudar como membro da comunidade; nada menos, mas nada mais (Vance, 2017).

3.5 OPORTUNIDADES E VANTAGENS DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Ser Assistente Social numa comunidade rural pode ser uma experiência bastante gratificante e uma boa opção de carreira. Mas a prática rural não é para toda a gente. Parece claro que muitos Assistentes Sociais nas comunidades rurais já têm antecedentes rurais (Mackie, 2007, 2012 cit. por Daley, 2015), por proveniência ou por terem experiência profissional em comunidades rurais. Esses Assistentes Sociais têm vantagem por terem já alguma compreensão do ambiente e terem demonstrado

capacidade de adaptação a esse ambiente – como resultado, provavelmente, estarão mais confortáveis a trabalhar em e com comunidades rurais. Assim, estes Assistentes Sociais estão também mais aptos a permanecer a longo prazo em áreas rurais (Daley, 2015). Mas quais são as potenciais recompensas de ser um Assistente Social rural? Ginsberg (1998, 2005 cit. por Daley, 2015) identifica cinco aspectos positivos do Serviço Social rural: 1) autonomia e independência; 2) oportunidades de promoção; 3) a possibilidade de observar os resultados da intervenção; 4) recompensas pessoais e 5); reconhecimento. A esta lista pode juntar-se qualidade de vida e de ambiente de trabalho. Cada um destes benefícios oferece uma potencial oportunidade de atração para os Assistentes Sociais (Daley, 2015).

Os Serviços Sociais rurais atuam numa escala mais pequena do que normalmente acontece nos centros urbanos. As estruturas mais pequenas e mais simples das organizações rurais, possibilitam ao Assistente Social um maior nível de independência e de autonomia do que em muitos outros contextos (Ginsberg, 2005; Riebschleger, 2007 cit. por Daley, 2015). As organizações sociais rurais tendem a ter menos distância e formalidade entre os administradores e trabalhadores. Assim, o ambiente rural leva ao aumento de oportunidades para demonstrar iniciativa e para atuar autonomamente (Daley, 2015). Todos estes aspectos proporcionam um ambiente de trabalho no qual o Assistente Social rural tem mais visibilidade, pelo que lhe poderá ser atribuída maior responsabilidade mais rapidamente, pois pode não existir mais ninguém preparado para o exercício dessas funções (Daley, 2015).

A pequena dimensão das organizações e o maior envolvimento na comunidade levam muitas vezes a resultados mais visíveis e rápidos das intervenções (Ginsberg, 2005; Riebschleger, 2007 cit. por Daley, 2015). Nas comunidades rurais podem existir menos obstáculos ou burocracia que atrasam a implementação das intervenções. A proximidade das comunidades rurais pode facilitar no envolvimento dos indivíduos e serviços no processo de ajuda. Com poucos segredos e menos anonimato na comunidade rural, os resultados podem ser mais fáceis de observar, o que pode ser bastante recompensador para o Assistente Social (Daley, 2015).

Os Assistentes Sociais rurais normalmente estão mais próximos dos clientes e co-trabalhadores e mantêm ligações mais próximas com a comunidade mais ampla, do que os profissionais na cidade, o que pode proporcionar um forte sentido de recompensa pessoal, enquanto o Assistente Social pode observar o seu contributo para a comunidade. Trabalhar com populações rurais, muitas das quais muito resilientes, com fortes conexões familiares e que procuram ser auto-suficientes mesmo ao enfrentar adversidades, pode também ser inspirador (Daley, 2015). A posição que estes profissionais têm é habitualmente conhecida na comunidade rural e porque os

Assistentes Sociais são profissionais e ajudam a resolver problemas, os membros da comunidade tendem a conhecer e respeitar tanto a pessoa, como a posição do Assistente Social (Daley, 2015).

Sobre as vantagens do exercício profissional em meio rural, os Assistentes Sociais rurais inquiridos na investigação apontam a qualidade do ar e o contacto com a natureza; um ambiente saudável; o facto de as pessoas serem acolhedoras e estarem disponíveis; a possibilidade de estar presente na vida das pessoas; a capacidade de resolução célere; o trabalho com pessoas autónomas, independentes, permeáveis e puras; o envolvimento da rede de parceiros; a felicidade na receção ao Assistente Social; um nível de *stress* suportável pelo contacto com a natureza e o facto de se conhecer toda a gente, como seguidamente se exemplifica:

“Nem que seja para a gente apanhar um bocadinho de ar puro quando os visita, eu acho que sim, há sempre vantagens, não é? (...) as pessoas, como eu estava a dizer, acolhem-nos sempre de uma forma muito diferente do acolher aqui na cidade, nota-se essa diferença da disponibilidade das pessoas” - AS1.

“a vantagem consiste realmente em trabalharmos num espaço privilegiado de contacto com a natureza (...) num ambiente muito saudável” - AS2.

“em termos de qualidade de vida (...) conseguimos estar muito mais presentes na vida das pessoas. A nossa intervenção é muito mais presente (...) Nós sabemos em cada área onde é que nós podemos bater à porta (...) A vantagem de sermos poucos é uma vantagem. Há também a vantagem de nós conseguirmos de uma forma mais célere resolver as situações (...) esta questão do conhecimento da realidade, sermos menos, conhecermos as estruturas existentes, conhecermos os serviços existentes, conhecermos os colegas em diversas áreas facilita muito o nosso trabalho” - AS3.

“Eu acho que uma vantagem das pessoas em meio rural é o facto de serem muito autónomas e independentes (...) não é propriamente uma vantagem, é uma característica. As pessoas são mais permeáveis (...) as pessoas são mais puras (...) se calhar até um pouco ingénuas... mas depois, isso também as torna mais resistentes...” - AS4.

“(...) relação muito próxima, até porque ficam tão contentes com a nossa visita (...) acabamos por conhecer muito melhor a dinâmica e a realidade daquelas comunidades” - AS6.

“Eu acho que as pessoas têm uma grande abertura para nos receber e para nos ouvir” - AS7.

“De envolvimento dos parceiros” - AS7.2.

“(...) ao nível da proximidade, do conhecimento (...) Facilitar aqui a resolução de certas coisas, indo às vezes mais ao coração (...) é um fator facilitador e é uma vantagem claramente” - AS8.

“(...) nós claro que temos algum stress associado à nossa profissão (...) mas por norma é um sítio tranquilo, é um sítio calmo, envolto na natureza e não há aquele stress e aquela agitação de estarmos no meio da cidade, não ter estacionamento” - AS17.

“o facto de conhecermos toda a gente, inclusive os vários atores sociais, é importante (...) agilizamos aqui rapidamente uma situação para resolver a problemática” - AS18.

“Mas as vantagens são sempre mais do que as desvantagens” - AS19.

“(...) ver uma paisagem verde muito bonita e animais (...) Toda a gente se conhece e nós conhecemos toda a gente (...) conhecemos os técnicos, os colegas, estamos a falar com eles ao telefone e sabemos quem eles são (...) a população com quem trabalhamos (...) conhecemos, sabemos quem são (...) acabamos por conhecer as situações (...) muitas vezes já houve outras intervenções anteriores e todos nós já intervimos um bocadinho naquela situação e já conhecemos e já sabemos do que se trata. Isso é bom” - AS20.

Verifica-se, assim, que os Assistentes Sociais rurais entrevistados indentificaram vantagens também apontadas na literatura internacional, mais especificamente alguns dos aspetos positivos do Serviço Social rural enunciados por Ginsberg (1998), como a autonomia e independência das populações rurais, a possibilidade de acompanhar e observar os resultados da intervenção, a qualidade de vida do meio rural e o bom ambiente de trabalho. Também indo de encontro à perspetiva de Daley (2015; 2021), é referida como vantagem a proximidade e informalidade entre os Assistentes Sociais das várias organizações e setores de intervenção, a proximidade com as comunidades rurais, a menor burocracia na resolução dos problemas e o respeito das populações pelo Assistente Social. Na mesma linha, alguns estudos internacionais consultados registam vários benefícios no estilo de vida das áreas rurais, desde as ‘refeições caseiras’, ‘menos trânsito’, a ‘habitação razoável’ e ‘qualidade de vida’, ‘mais independência’, ‘mais autonomia’ e a possibilidade de ‘observar o progresso dos clientes’ (Riebschleger, 2007).

Porém, não se registou, na narrativa dos Assistentes Sociais rurais auscultados nesta investigação, qualquer referência a vantagens também identificadas na literatura internacional utilizada, concretamente as oportunidades de promoção profissional, recompensas pessoais e reconhecimento profissional, aspetos identificados como vantagens no exercício rural também por Leon Ginsberg (1998).

3.6 DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Apesar das recompensas, os Assistentes Sociais rurais enfrentam alguns desafios na prática profissional, incluindo o isolamento profissional, a dificuldade em obter supervisão, poucas oportunidades de desenvolvimento profissional e dificuldades nos transportes. Responder a esses desafios requer adaptabilidade e criatividade

(Daley, 2015). Os Assistentes Sociais podem por vezes sentir-se menosprezados ao perceberem que é dada mais atenção, estatuto e recursos às áreas urbanas (Daley, 2015). A escassez de profissionais nas comunidades rurais pode tender a isolar o Assistente Social (Ginsberg, 2005; Riebschleger, 2007 cit. por Daley, 2015). Em algumas áreas, os Assistentes Sociais rurais podem descobrir que não têm nenhum colega por muitos quilómetros e a ajuda dos pares não está disponível 'no corredor ou num rápido almoço fora'.

Estes desafios podem levar ao sentimento de solidão ou de que ninguém entende, conhece ou se preocupa com o que o Assistente Social está a fazer. O isolamento profissional pode levar a *burnout* profissional (Daley, 2015). A falta de supervisão apropriada pode ser problemática, pois os Assistentes Sociais podem enfrentar situações que estejam para além da sua experiência ou conhecimento (Daley, 2015). O desenvolvimento profissional contínuo é essencial para qualquer Assistente Social, mas a possibilidade de fazer formação contínua nem sempre existe nas comunidades rurais (Daley, 2015).

O Assistente Social deve pesar os benefícios e desafios de trabalhar numa comunidade rural para avaliar se o Serviço Social rural é a melhor opção. Se a independência e autonomia, o reconhecimento na comunidade, observação de resultados e se viver e trabalhar com populações rurais são apelativos, então o Serviço Social rural pode ser uma boa opção para o Assistente Social. Se ser requisitado para ter criatividade profissional, ter menos contato com pares e supervisores, enfrentar mais desafios para o desenvolvimento profissional, viver e trabalhar numa pequena comunidade, desenvolver recursos e lidar com a carência de transportes não parece interessante, então o Serviço Social rural pode não ser a melhor escolha (Daley, 2015).

Os Assistentes Sociais rurais com frequência vivem e trabalham na comunidade que servem e, como resultado, as suas vidas podem estar sujeitas a mais observação e menos privacidade do que a dos Assistentes Sociais urbanos (Munn & Munn, 2003 cit. por Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017). Alguns aspetos únicos do Serviço Social rural são o isolamento profissional, bem como o recrutamento e retenção destes profissionais qualificados (Templeman & Mitchel, 2002 cit. por Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017).

Munn e Munn (2003), citados por Talabreza-May, Jensen e Shay (2017), sugerem que devido ao isolamento profissional, a supervisão é essencial para todos os trabalhadores em comunidades rurais, principalmente para recém-licenciados e para aqueles que trabalham de forma solitária. O que é diferente é que os clientes e profissionais em áreas rurais enfrentam desafios únicos que as populações nas áreas urbanas podem não enfrentar, pelo que, devido aos aspetos únicos da prática do

Serviço Social em áreas rurais, é importante conceptualizar as forças e desafios de ser um Assistente Social rural (Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017). Também Munn e Munn (2003), citados pelos mesmos autores, identificam vários desafios que os Assistentes Sociais rurais enfrentam como a tomada de decisão centralizada, viver e trabalhar na comunidade, identidade, distância e oferta competitiva.

Relativamente aos desafios do Serviço Social rural, os Assistentes Sociais inquiridos destacam:

a questão da distância aos meios dispersos e a dificuldade na manutenção da proximidade aos mesmos; a distância dos serviços e respostas relativamente às populações rurais; a falta de tempo para intervir;

“É um desafio na questão da proximidade (...) É um desafio porque nem sempre estamos tão próximos (...) acho que estamos um pouco mais distantes, não é? (...) pronto, não vamos negar porque a questão rural são meios, as pessoas estão mais dispersas (...) As coisas, em meio rural, as coisas estão mais distantes e ficam também mais distantes” - AS1.

“(.) Se eu for a uma intervenção em meio rural, eu posso ter três situações, mas eu só vou a uma, por tudo: pela parte da acessibilidade, 10 km em meio rural equivalem quase a 50 em meio urbano, logo faz com que tenhamos que dedicar muito mais tempo só para a parte logística, de chegar até à pessoa. Logo, isto é um desafio (...) Precisamos de mais tempo para intervir com estas pessoas” - AS4.

“(.) a distância muitas vezes, o envelhecimento da população também, a escassez de respostas a todos os níveis (...) Transportes. Saúde mental, sim” - AS8.

“(.) também a questão das deslocações” - AS18.

o despovoamento e desertificação dos territórios; a dificuldade na promoção da sustentabilidade financeira e empresarial em meios despovoados; a necessidade de políticas impulsionadoras de mudanças estruturais e comunitárias;

“Eu acho que o principal desafio é o facto de haver cada vez menos pessoas aqui e, nesse sentido, o principal desafio é garantir a sustentabilidade financeira da instituição com a atual redução da procura do serviço de apoio ao domicílio, porque havendo menos pessoas, é natural que haja menos pessoas a procurar estas respostas sociais (...)” - AS2.

*“(.) Nós no dia a dia notamos as comunidades cada vez mais pequenas, menos gente
“(.) As instituições de pequena dimensão ou se unem ou vão ter muita dificuldade em se manter (...) isso vai fazer com que as comunidades continuem a diminuir e vamos chegar a uma situação de frustração comunitária” - AS3.*

“(.) partindo de uma perspetiva macro, é termos políticas impulsionadoras de mudanças estruturais. Eu quando digo estruturais são comunitárias (...) Mas ainda há muitas instituições sociais que não estão a fazer esta relação com a comunidade, com o exterior” - AS5.

a dificuldade no acesso à saúde; a falta de informação; a falta de vagas e respostas sociais; o problema da saúde mental e ausência de apoio; o envelhecimento da população; o alcoolismo; a falta de meios e de recursos e a falta de emprego e habitação:

“Eu estou sempre muito preocupada com as questões do acesso à saúde (...) e com as questões da informação (...) Se nós defendemos muito a autodeterminação dos utentes, a capacidade de decisão deles (...) eles não podem tomar decisões de forma consciente se não forem detentores de toda a informação” - AS6.

“É a falta de respostas sociais, em lar, falta de vagas em lar, em ERPI” - AS7.

“Principalmente escassez [de respostas ou serviços]²¹ ao nível da (...) questão da saúde mental e o apoio” - AS7.2.

“O maior desafio também é não encontrar logo respostas sociais, também não... não só para o alcoolismo, como a tal questão da doença mental” - E1.

“(...) a falta de meios às vezes, para podermos ser mais úteis ainda (...) a ausência de de um centro de saúde (...) não haver um centro de saúde ou em a articulação não poder ser feita através da instituição” - AS17.

“Muita falta de meios, muita falta de recursos. Queremos apoiar e queremos ajudar e não sabemos para onde é que os havemos de orientar. Principalmente a nível habitacional não é fácil (...) o distanciamento, é sempre a falta de acessibilidades, não é fácil. E falta de emprego também” - AS20.

Destacamos, de entre as narrativas dos inquiridos, a perspetiva de um dos Assistentes Sociais, de reconhecimento da importância da prática política dos Assistentes Sociais, pelo envolvimento no desenho das políticas sociais:

“(...) temos que ter uma perspetiva ou uma intervenção mais política, no âmbito do desenvolvimento de políticas sociais. Eu acho que nós deveríamos, sim, fazer um investimento (...) nós, Assistentes Sociais do terreno, temos que perceber e dizer assim: “OK, tudo bem, nós temos estas problemáticas. Então o que é que podemos nós fazer em função disto? O que é que falta aqui? Por que não ir para a comunidade? Por que não tentar fazer esta gente ser ouvida?” - E3.

Verifica-se, numa análise conjunta às entrevistas dos Assistentes Sociais rurais, que os mesmos identificam alguns desafios do Serviço Social rural também identificados pelos autores internacionais estudados, mais especificamente a dificuldade relacionada com a ausência de meios de transportes públicos (Daley, 2015; 2021), a ausência de recursos ou respostas bastante limitadas (Riebschleger, 2007); a distância geográfica das respostas (Daley, 2015; 2021) e o elevado volume de trabalho. Não obstante, não

²¹ Esclarecimento da autora.

são referidos pelos entrevistados outros desafios identificados na literatura internacional, como o isolamento profissional, a dificuldade em obter supervisão profissional e as fracas oportunidades de desenvolvimento profissional (Daley, 2015; 2021); o sentimento de menosprezo na comparação com os profissionais que exercem em meio urbano, por terem melhor estatuto e mais acesso a recursos diversos nas áreas urbanas e viver e trabalhar na mesma comunidade (Daley, 2015; 2021; Munn & Munn, 2003).

No seguimento, auscultámos os Assistentes Sociais rurais sobre as desvantagens ou constrangimentos do Serviço Social rural. Embora, por vezes, com repetições relativamente a desafios previamente identificados, destacam-se os problemas da fraca rede de telemóvel; a falta de reconhecimento de quem está fora relativamente a quem ficou no interior; a dependência, como o alcoolismo; a distância e dispersão; o acesso aos serviços e falta de resposta; o facto de ter de se ser vários profissionais num só, acabando por resolver diferentes problemas, de diferentes áreas; e o peso de não querer falhar, porque toda a gente conhece toda a gente:

“As desvantagens realmente é muito difícil, às vezes, em termos de telefone, contactar com algumas pessoas nalgumas freguesias, não são todas, porque a rede de telefone, às vezes, não consigo falar com algumas famílias que eu tenho” - AS1.

“(...) muitas vezes os que estão fora parecem ter muito mais valor do que aqueles que estão cá e que ficam cá (...) quem dá o corpo às balas, aos problemas do dia a dia, à resolução do problema das pessoas muitas vezes não tem esse reconhecimento (...) Às vezes... eu já tenho dito “tenho de começar a abrir aqui um gabinete de apoio”, porque a minha porta... raramente é o dia da semana em que não tenho pessoas à porta [do domicílio pessoal]²² a perguntarem-me como é que hão de fazer isto, como é que hão de fazer aquilo (...)” - AS3.

“efetivamente ao nível da dependência, ao nível das condições habitacionais, isso não é um problema (...) O álcool é o mais comum, mas não é assim tão significativo” - AS4.

“(...) a distância, a dispersão (...) ir para resolver uma situação e trazer as três, não é? Das vizinhas todas” - AS6.

“Do acesso aos serviços, as respostas que são criadas são sempre criadas onde há mais pessoas (...)” - AS7.2.

“(...) é o peso de não falhar, de não querer falhar, porque toda a gente me conhece” - AS18.

“(...) temos menos mediação familiar, temos menos psicólogas, temos menos respostas na saúde mental e acabamos por ficar limitadas nas ajudas que podemos dar às pessoas conhecendo-as melhor” - E4.

²² Explicitação da autora.

Destacamos, seguidamente, um trecho em que um dos Assistentes Sociais entrevistados identifica como constrangimento uma das questões abordadas no enquadramento teórico, concretamente as relações sobrepostas/múltiplas:

“não vivo aqui, mas faço as compras aqui. Não me podem ver! (...) Isso é um bocadinho complicado, pronto, saberem quem nós somos e onde nós estamos” - AS20.

Verifica-se, na expressão ‘não me podem ver’, a sobreposição no tempo que devia ser pessoal, como por exemplo na realização de compras pessoais, em que as pessoas convocam o cidadão/Assistente Social para o exercício profissional, mesmo em tempo/espaço que deveria ser privado, o que demonstra grande permeabilidade entre a esfera privada e a esfera profissional no trabalho em meios rurais.

4. ÉTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL RURAL

4.1 ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

Um dos mais frequentes aspetos discutidos no Serviço Social rural prende-se com a aplicação do Código de Ética profissional à prática (Daley, 2015). Nos EUA, o início dos anos 90 foi um tempo de intenso diálogo no Serviço Social sobre a *interface* entre o Serviço Social rural e o Código de Ética profissional da NASW (2012). Em 1993, a NASW adotou uma versão modificada do Código que incluiu normas sobre relações sobrepostas/múltiplas de natureza não-sexual, que criou grande controvérsia entre os Assistentes Sociais rurais (Miller, 1998, 2011 cit. por Daley, 2015). Estes Assistentes Sociais estavam preocupados porque os novos princípios efetivamente proibiam as relações sobrepostas/múltiplas entre Assistentes Sociais e clientes. Muitos acreditavam, especialmente nas comunidades mais pequenas, que seria quase impossível evitar todo o tipo de relações sobrepostas/múltiplas e que fazê-lo, tornaria o Serviço Social rural incrivelmente difícil. A disposição sobre relacionamentos sobrepostos/múltiplos aumentou a potencial vulnerabilidade a violações éticas para os Assistentes Sociais rurais. Essas preocupações geraram muita ansiedade e os Assistentes Sociais rurais organizaram e mobilizaram o *National Rural Social Work Caucus*, para promover mudanças no Código (Daley, 2015). Assim, em 1996, a secção sobre relacionamentos sobrepostos/múltiplos no Código de Ética foi modificada para permitir esses relacionamentos se inevitáveis e se os clientes estivessem protegidos contra possíveis prejuízos. Durante o desenvolvimento da discussão sobre relacionamentos sobrepostos/múltiplos, outros aspetos do Código de Ética foram igualmente discutidos, como a necessidade de adaptar a prática ao ambiente rural (Daley, 2015).

Também a Associação Canadense de Assistentes Sociais (CASW) articula os seus valores e princípios fundamentais no seu Código de Ética. O Código de Ética da CASW (2005), bem como as Diretrizes para a Prática Ética da CASW (2005), estrutura o exercício ético do Serviço Social, mas não um conjunto de regras que prescrevem como os Assistentes Sociais devem agir em todas as situações (Código de Ética CASW, 2005, cit. por Halverson *et al.*, 2009). Situações pessoais e contextuais podem, e afetam, a interpretação e prática do comportamento ético (Halverson *et al.*, 2009). O contexto rural e do Norte do Canadá, é um ambiente caracterizado por: a) grandes distâncias entre comunidades, incluindo o extremo norte onde cerca de 250 pequenas comunidades estão localizadas numa massa de terra com a dimensão da europa; b) falta de profissionais e serviços sociais, com alta dependência de sistemas de ajuda informais; c) menor convivência com laços familiares e comunitários próximos; d)

exigência de elevada lealdade e conformidade nos comportamentos sociais; e) governo geralmente administrado por estruturas de poder local, altamente influenciado pelos meios do sul/urbanos (Halverson *et al.*, 2009). Todas essas características desempenham um papel inter-relacionado no estabelecimento das realidades da prática rural e do Norte do Canadá - realidades que apresentam questões éticas para os profissionais de Serviço Social. Os dilemas éticos de aplicação, de interpretação e de contexto não são exclusivos da prática do Serviço Social rural e do Norte do Canadá, mas representam as questões éticas mais significativas associadas à prática do Serviço Social nos contextos rurais e do Norte. Estes incluem: a) dilemas de aplicação – como questões decorrentes da prática além da competência profissional; da dificuldade em acompanhar a literatura e das limitadas oportunidades de formação; b) dilemas de interpretação – como questões decorrentes de supervisão limitada e *feedback* acadêmico limitado; c) dilemas de contexto – como questões decorrentes de relacionamentos sobrepostos/múltiplos; do acesso a muita informação; da adaptação à comunidade; da opressão, exploração e desvantagem e de trabalhar em comunidade quando se sabe que não se vai permanecer (Halverson *et al.*, 2009). O reconhecimento e respeito por essas diferenças permitem que os Assistentes Sociais entrem neste contexto da prática tanto com consciência do contexto quanto com sensibilidade face ao mesmo (Halverson *et al.*, 2009).

Em Portugal, o Código Deontológico dos Assistentes Sociais (CDAS), elaborado pela Associação dos Profissionais de Serviço Social e aprovado na sua Assembleia Geral de 25 de outubro de 2018, orienta eticamente a intervenção destes profissionais. Assim, no seu ponto 8, o CDAS enuncia os princípios éticos, mais especificamente o “princípio do primado dos Direitos Humanos, responsabilidade coletiva, integridade profissional, confidencialidade profissional e sustentabilidade do ambiente e da comunidade” (CDAS, 2018, p. 10). Na alínea i) do ponto 9.1, no “respeito por si próprio”, o CDAS identifica como normas de conduta para os Assistentes Sociais “tomar decisões eticamente informadas” (APSS-CDAS, 2018, p. 13). Não obstante, não são encontradas referências explícitas ao exercício em meio rural, embora implicitamente se refira, no âmbito do princípio do primado dos Direitos Humanos, o respeito incondicional por cada pessoa e o reconhecimento pela diversidade e especificidade cultural. O CDAS (2018) enuncia também o dever de contribuir para o bem-estar de todas as pessoas, considerando para tal os seus contextos familiares, comunitários e sociais. Não se verificam no nosso código, porém, referências a um dos principais dilemas éticos do exercício em meio rural: os relacionamentos sobrepostos/múltiplos.

4.1.1 O 'AQUÁRIO RURAL' COMO CONTEXTO PARA UMA PRÁTICA ÉTICA

Nas comunidades rurais as pessoas tendem a saber muito uns sobre os outros, sobre as suas vidas, comportamentos e situação económica. Com poucas pessoas, todas elas são facilmente reconhecidas, pelo que o que as pessoas dizem e fazem é mais conhecido nas áreas rurais do que numa cidade. De certo modo, as populações rurais estão sempre sujeitas a observação. Este tipo de ambiente foi referido como viver e trabalhar num 'aquário' (Daley & Doughty, 2006 cit. por Daley, 2015): 'goste-se ou não, mais pessoas conhecem os teus problemas num meio rural'. Este tipo de conhecimento e de interações pessoais são funcionais num ambiente rural, mas para os Assistentes Sociais, este conhecimento generalizado pode apresentar alguns desafios éticos. Como Schott observou (1980 cit. por Daley, 2015), "*nobody hides in a small town and everyone knows who is on welfare*".

Os Assistentes Sociais também podem descobrir que as observações sobre o seu comportamento pessoal são consideradas na avaliação da comunidade relativamente às suas competências profissionais (Daley, 2015). Assim, o conhecimento sobre os outros numa pequena comunidade pode ser uma vantagem também para os Assistentes Sociais, mas, a potencial desvantagem é que pode ser difícil manter a confidencialidade (Daley, 2015). Várias potenciais questões éticas em Serviço Social rural foram identificadas na literatura. Muitas parecem estar diretamente relacionadas com a proximidade proporcionada pelo estilo de vida rural. Os principais desafios éticos que foram identificados na literatura são a dificuldade em manter a confidencialidade, o facto de não haver profissionais especializados, a dificuldade em obter supervisão profissional, o facto de os Assistentes Sociais serem bem conhecidos na comunidade e a dificuldade de evitar relacionamentos sobrepostos/múltiplos (Burkemper, 2005; Daley & Avant, 1999; Daley & Hickman, 2011; Ginsberg, 1998, 2005; Green, 2003; Gumpert & Black, 2005; Miller, 1998; NASW, 2006 cit. por Daley, 2015).

4.1.2 TOMADA DE DECISÃO ÉTICA

As diretrizes contidas num código ético fornecem aos profissionais orientações gerais para as suas atividades. Como a ética do Serviço Social se aplica a todos os Assistentes Sociais em diferentes tipos de trabalho numa ampla variedade de contextos, falamos necessariamente de princípios amplos de atuação. Esses princípios aplicam-se a Assistentes Sociais rurais e urbanos, profissionais na intervenção direta e indireta e supervisores. Nos EUA, nos últimos anos, tem sido discutido se o contexto da prática rural é suficientemente diferente para merecer um código de ética distinto. De facto,

existem algumas seções dos códigos de ética de Serviço Social nos EUA e no Canadá que são mais desafiadoras para os Assistentes Sociais rurais, mas a maioria das pessoas concorda que os códigos existentes podem lidar com questões específicas do mundo rural e que, portanto, não há necessidade de um código ético específico para o Serviço Social rural (Boisen & Bosh, 2005; Daley & Doughty, 2006 cit. por Daley, 2015).

Porém, o conhecimento de um código de ética não é suficiente para os Assistentes Sociais rurais. Modelos de Tomada de Decisão Ética podem ajudar os Assistentes Sociais a avaliar condições relevantes em termos de código ético e a desenvolver uma prudente intervenção (Strom-Gottfried, 2007 cit. por Daley, 2015). Existem vários Modelos de Tomada de Decisão Ética, sendo aconselhável que os Assistentes Sociais recorram a estes instrumentos, pois muitas vezes não é o conhecimento do código que está em questão, mas sim a aplicação desse conhecimento a situações da vida real rural (Daley, 2015).

O modelo de tomada de decisão ética que de seguida se apresenta, foi desenvolvido por Strom-Gottfried (2007). Este inclui seis perguntas a serem consideradas pelos Assistentes Sociais na orientação da prática ética e abrange as principais considerações na abordagem da prática a partir de uma perspectiva ética: a) Quem será útil? b) Quais são as minhas escolhas? c) Quando enfrentei um dilema semelhante? d) Onde me levam as orientações éticas e clínicas? e) Porque estou a selecionar um caminho de intervenção em particular? f) Como devo aprovar a minha decisão? (Daley, 2015).

Muitas opções éticas têm poucas alternativas completamente claras ou positivas, e pode haver risco de causar algum dano, independentemente da alternativa escolhida pelo Assistente Social. Como muitas considerações éticas na prática rural se concentram em danos a clientes ou possíveis danos a clientes, é prudente usar o princípio do menor dano como regra de tomada de decisão (Dolgoft, Loewenberg & Harrington, 2005 cit. por Daley, 2015), particularmente ao tomar as decisões mais difíceis, isto é, um caminho de intervenção com o menor potencial de consequências negativas para o cliente (Daley, 2015).

4.1.3 RELAÇÕES SOBREPOSTAS/MÚLTIPLAS

Algumas das primeiras discussões sobre a prática rural ética foram especificamente sobre como lidar com as relações sobrepostas/múltiplas de Assistentes Sociais e clientes (Miller, 1998 cit. por Daley, 2015). Como as comunidades rurais tendem a ser pequenas e porque as pessoas têm conexões pessoais com muitas outras na comunidade, muitas vezes é difícil para os Assistentes Sociais evitarem

relacionamentos não profissionais com os clientes e suas famílias. Se os Assistentes Sociais desenvolverem relacionamentos profissionais e não profissionais com os clientes, isso poderá constituir um conflito de interesses. Devido à natureza das relações de ajuda profissional e à potencial vulnerabilidade dos clientes, é necessário que os Assistentes Sociais mantenham limites profissionais claros para reduzir a possibilidade de danos aos clientes. Um potencial de dano surge porque existe o risco de o cliente ser explorado ou interpretar mal a natureza do relacionamento com o Assistente Social (Daley, 2015).

Questões éticas decorrentes de relacionamentos sobrepostos/múltiplos e questões semelhantes enquadram-se numa ampla categoria de comportamentos do Assistente Social denominada 'violações de limites', que reflete falta de clareza no relacionamento entre os Assistentes Sociais e clientes (Strom-Gottfried, 2000 cit. por Daley, 2015). Nem o Código de Ética da NASW nem o da CASW, proíbem completamente as relações sobrepostas/múltiplas. Em ocasiões em que estas relações são inevitáveis, o código da NASW (2012 cit. por Daley, 2015) sugere que os Assistentes Sociais devem tomar medidas para proteger os clientes e que são responsáveis por estabelecer limites claros, apropriados e culturalmente sensíveis.

Daley e Doughty (2006 cit. por Daley, 2015) examinaram violações éticas reportadas a uma agência estadual, constatando que nas áreas rurais as violações de limites eram o segundo tipo mais frequente de reclamação ética. Dessas alegadas violações éticas, quase 20% das reclamações foram arquivadas. Pouco mais de metade, 52% das violações de limites relatadas, eram sobre relacionamentos sobrepostos/múltiplos não sexuais. No entanto, uma descoberta interessante desta pesquisa, foi que a percentagem relatada de violações de limites para Assistentes Sociais rurais foi um pouco menor do que para os Assistentes Sociais urbanos. Isso sugere que os Assistentes Sociais rurais podem ter encontrado maneiras de gerir com mais sucesso ou até de evitar os relacionamentos sobrepostos/múltiplos (Daley, 2015). Se as relações sobrepostas/múltiplas e os potenciais conflitos de interesses são inevitáveis, como muitas vezes são no exercício rural, o Assistente Social deve considerar como gerir o relacionamento e proteger o cliente. É importante avaliar o potencial de dano, pois todas as opções disponíveis podem envolver algum grau de risco. Mas, quanto maior o potencial dano, mais fortes devem ser as salvaguardas. Ao selecionar de entre alternativas, mais questões do Modelo de Tomada de Decisão Ética devem ser abordadas, incluindo: a) se o curso de ação adotado se baseia numa avaliação de risco, se é culturalmente sensível, se se baseia na preferência do cliente e se é razoável; b) se uma situação semelhante foi enfrentada antes; c) orientações das diretrizes de boas práticas (Daley, 2015).

4.1.4 CONFIDENCIALIDADE

Nas comunidades rurais é comum que as pessoas mantenham relacionamentos próximos, trocas frequentes e até conheçam os hábitos de outros membros da comunidade. Como resultado, é difícil ocultar informações, especialmente problemas sociais, económicos e pessoais. Esses são os tipos de questões que as populações rurais tendem a perceber e discutir. Geralmente, as pessoas falam porque existe um senso geral de preocupação com os membros da comunidade. Dado que as informações confidenciais já são amplamente conhecidas antes que os Assistentes Sociais se envolvam, questões pessoais como problemas conjugais, questões financeiras, morte na família ou alguém com problemas com álcool ou drogas (Ginsberg, 1998 cit. por Daley, 2015), podem já fazer parte da conversa da comunidade (Daley, 2015).

Não é de surpreender, que neste tipo de ambiente a confidencialidade do cliente tenha sido identificada como um possível problema ético. O mesmo estudo sobre reclamações éticas contra Assistentes Sociais concluiu que os relatos de violações de confidencialidade eram semelhantes para os trabalhadores rurais e urbanos, ambos com apenas cerca de 10% (Daley & Doughty, 2006 cit. por Daley, 2015). Burkemper (2005) e Strom-Gottfried (2005), apoiam a ideia de usar o consentimento informado como uma ferramenta eficaz, para diminuir o risco de violações da confidencialidade na prática rural (Daley, 2015). Refira-se ainda os quatro aspetos que os Assistentes Sociais rurais consideram como possíveis ameaças à confidencialidade do cliente: a) o primeiro é o conhecimento comum; o segundo é que 'os olhos estão em toda parte'; o terceiro é o fator família - a família de um cliente é uma importante fonte de apoio numa comunidade rural, mas a família também pode ser uma fonte de informações sobre o cliente para outras pessoas na comunidade; o quarto aspeto que os Assistentes Sociais devem considerar é que outras organizações já têm conhecimento da situação, principalmente se o cliente já tiver tido acompanhamento (Daley, 2015).

4.1.5 COMPETÊNCIA E ADEQUAÇÃO DA PRÁTICA

Outro dos dilemas éticos mais desconcertantes que os Assistentes Sociais rurais enfrentam são os pedidos de ajuda em áreas nas quais não têm uma sólida formação profissional. Nenhum Assistente Social é igualmente competente em todas as áreas da prática, mas, na maioria dos casos, os Assistentes Sociais ajudam os clientes da melhor maneira possível (Daley, 2015). No entanto, surge um dilema quando o Assistente Social não possui formação profissional para prestar algum serviço, mesmo que ainda

assim seja a pessoa mais qualificada para lidar com a situação. O que deve fazer o Assistente Social: ignorar o pedido de ajuda? Então o conflito ético passa a ser a competência profissional *versus* a necessidade de responder às necessidades do cliente (Daley, 2015).

A correspondência, ou a falta dela, entre a competência do trabalhador rural e a necessidade do cliente foi identificada como 'prática pobre' e / ou incompetência do Serviço Social na literatura profissional sobre ética (Burkemper, 2005; Croxton, Jayaratne & Mattison, 2002; Daley & Doughty, 2006; Strom-Gottfried, 2005 cit. por Daley, 2015). A 'prática pobre' é uma área especialmente desafiadora para os Assistentes Sociais rurais, porque tendem a ser autônomos na sua prática, assumem elevadas responsabilidades e enfrentam desafios ao trabalhar com supervisores e colegas distantes. Os Assistentes Sociais rurais são mais propensos a estar em situações que exigem competências avançadas e / ou para as quais podem não estar adequadamente preparados. Para agravar a situação, a supervisão apropriada pode não estar disponível (Daley & Doughty, 2006 cit. por Daley, 2015).

O dilema ético que os Assistentes Sociais rurais enfrentam em tais condições é se devem prestar o serviço que conseguem, ou não prestar qualquer serviço. Nessas circunstâncias, o que podem os Assistentes Sociais rurais fazer para exercer a profissão eticamente? Os Assistentes Sociais podem enfrentar os desafios da distância, isolamento e recursos disponíveis com recurso a planeamento avançado e cuidadoso. Daley apresenta sugestões que podem ser úteis nesse sentido: conhecer as próprias limitações, criar fortes redes profissionais e conhecer os recursos disponíveis (Daley, 2015).

4.1.6 PRÁTICA RURAL ÉTICA

Entre os Assistentes Sociais rurais existe consenso de que o ambiente rural apresenta os seus próprios riscos éticos para os profissionais, que são importantes de gerir. Muitos desses riscos parecem vinculados à natureza íntima e pessoal dos relacionamentos, ao ambiente de 'aquário' e a vários relacionamentos sobrepostos que são mais prováveis de ocorrer numa comunidade rural. Assim, é importante considerar estratégias para gerir esses riscos e promover a prática ética (Daley, 2015).

A melhor abordagem para potenciais questões éticas na prática rural é quase sempre evitá-las, se possível, mas tal pode não ser uma opção em todas as ocasiões. Quando surgem preocupações éticas, é responsabilidade do Assistente Social proteger os clientes, a comunidade e a profissão, estabelecendo limites claros e adequados (NASW, 2012). Isso pode ser feito apenas com base num bom entendimento do código

de ética profissional, da comunidade rural e do Serviço Social rural (Boisen & Bosch, 2005; Burkemper, 2005; Daley & Avant, 2004; Daley & Hickman, 2011; Ginsberg, 2005; Gumpert & Black, 2005; Martinez-Brawley, 2000 cit. por Daley, 2015). Algumas sugestões práticas da literatura para promover a prática ética podem ser úteis para adaptar a prática ética aos ambientes rurais. Embora não necessariamente exclusivas do trabalho rural, representam estratégias práticas em geral (Daley, 2015), como seguidamente se apresentam:

- **IDENTIFICAR POSSÍVEIS PROBLEMAS ÉTICOS E CONFLITOS**

Todos os Assistentes Sociais devem avaliar os casos e situações com os quais lidam, e parte dessa avaliação deve incluir a análise de problemas éticos que possam surgir. Potenciais questões éticas devem primeiro ser identificadas para serem efetivamente tratadas, para que não se tornem problemas reais (Burkemper, 2005; Reamer, 2006 cit. por Daley, 2015). Um pré-requisito para a avaliação ética de um Assistente Social é um bom conhecimento prático do código de ética (Gumpert & Black, 2005, idem, ibidem). Se os profissionais têm alguma dúvida sobre se alguma situação constitui um problema ético, é preciso observar mais profundamente e talvez promover discussões com colegas ou supervisores. Como já se referiu, o recurso a um Modelo de Tomada de Decisão Ética também pode ser muito útil (Daley, 2015).

- **CONSULTAR COLEGAS OU SUPERVISORES**

Colegas e supervisores profissionais são um recurso importante para avaliar riscos e sugerir estratégias para gerir riscos éticos (Boisen & Bosch, 2005; Daley & Doughty, 2006; Dolgoff *et al.*, 2005; Galbreath, 2005; Reamer, 2006; Strom-Gottfried, 2005 cit. por Daley, 2015).

- **UTILIZAR O CONSENTIMENTO INFORMADO**

O uso do consentimento informado para esclarecer as respectivas funções do cliente e do Assistente Social é uma boa maneira de evitar mal-entendidos que possam levar a problemas éticos (Burkemper, 2005; Galambos *et al.*, 2005; Gumpert & Black, 2005; NASW, 2012; Strom-Gottfried, 2005 cit. por Daley, 2015). As discussões sobre o consentimento informado também são uma maneira efetiva de introduzir e esclarecer a confidencialidade e explicar as suas limitações e a forma como as informações serão utilizadas, bem como as circunstâncias nas quais a divulgação pode ocorrer. Durante essas discussões, deve ser prestada atenção à visibilidade dos indivíduos numa

comunidade rural e às redes informais de comunicação, a fim de preparar os clientes para a possibilidade de que as pessoas suponham aspetos que não foram divulgados (Daley, 2015).

- **DOCUMENTAÇÃO**

Os Assistentes Sociais devem manter bons registos do seu trabalho, o que é uma boa prática profissional. A documentação pode até proteger os Assistentes Sociais de acusações de improbidade (Reamer, 2006 Cit. por Daley, 2015). Registos atuais, precisos e detalhados podem mostrar decisões profissionais, métodos de prática utilizados e discussões e divulgações com os clientes, além de reduzir a dependência da memória relativamente a acontecimentos do passado (Daley, 2015).

Os desafios e dilemas éticos mais frequentes no exercício em meio rural devem, como se pode verificar, assumir primordial destaque na formação de base em Serviço Social, o que atualmente não se verifica na grande maioria das licenciaturas em Serviço Social a nível nacional, mas também internacional.

4.1.7 DILEMAS ÉTICOS EM CONTEXTO RURAL PORTUGUÊS

Quando questionados sobre os dilemas éticos na sua intervenção rural e apesar de alguns Assistentes Sociais rurais não identificarem qualquer dilema ético, talvez por não se recordarem no momento da entrevista, a maioria dos Assistentes Sociais rurais entrevistados apontou algum aspeto. Enunciamos, de seguida, os desafios éticos identificados, iniciando por aqueles que foram também apontados na literatura internacional consultada, mais concretamente:

o cumprimento do sigilo profissional;

“(...) todos nós estamos obrigados ao chamado sigilo profissional, não é? (...) eu às vezes falo um bocadinho desta questão dos dilemas éticos como os dilemas dos padres (...) Mas há situações que não podem ficar (...)” - AS3.

“(...) é preciso também ter aqui algum tato e algum cuidado quando vamos perguntar alguma informação sobre aquele vizinho, não é? (...) pode haver um mal-entendido, a dizer que a Assistente Social (...) quer saber da vida dos outros, isto aqui é um campo muito, muito perigoso, não é? (...)” - E1.

“(...) A parte ética é mais difícil no meio rural (...) É mais fácil saberem uns dos outros e depois vem a vizinha (...)” - E4.

“Portanto, eu estava impedida, pelo sigilo profissional, de dizer alguma coisa (...)” - E3.

o risco de envolvimento abusivo ou esquecimento da função – o confronto entre o ‘eu pessoal’ e o ‘eu profissional’ – e o querer fazer e não ter recursos/respostas ou a falta de autorização para a intervenção;

“(...) os grandes dilemas são o querer fazer e não ter como (...) Muitas vezes porque não querem ser apoiados” - AS20.

“(...) e muitas vezes fracos recursos e pouco tempo” – AS8.

“(...) não me esquecer que eu sou Assistente Social, porque, muitas vezes (...) para mim é um dilema ético o facto de não me poder envolver. (...) Eles têm aquela necessidade e eu não tenho nada ali (...) isso é um dilema ético enorme, de estar sempre aqui neste confronto entre o profissional e o humano (...)” - AS4.

o receio dos potenciais efeitos prejudiciais das denúncias de situações de violência – embora a alínea a) do ponto 8.2 do CDAS (2018) expressamente indique o dever de denunciar publicamente e junto das instâncias competentes orientações, medidas e práticas de carácter opressivo e outras que atentem contra os direitos das pessoas;

“(...) as questões da violência doméstica. Nós temos conhecimento, devemos denunciar, mas muitas vezes esta denúncia pode servir como um gatilho para o agressor e isto às vezes cria-nos aqui algum dilema, alguma preocupação sobre que atitude tomar” - AS7.

“(...) Dilemas éticos são diários e a toda a hora. Entre apresento queixa, não apresento queixa, sinalizo, medidas de segurança (...)” - AS8.

os relacionamentos sobrepostos/múltiplos;

“Em termos éticos, aqui o problema... lá está, aquilo que é muito bom, todos nos conhecermos, em termos depois de casos é muito mau, não é? (...) ainda há poucos meses me chegou uma situação de violência doméstica de uma colega minha de trabalho (...), portanto, quando chegam este tipo de coisas é complicado de gerir, não é? Eu própria me afastei, porque sou colega de trabalho [da vítima]²³ (...) esta questão ética para não deixar desconfortável o outro, nem nos deixar a nós desconfortável” - AS7.2.

“(...) eu tinha uma relação de amizade com esta pessoa. E foi muito difícil para mim, porque ter que separar o profissional, o sigilo profissional, de uma relação de amizade e de cumplicidade com alguém que confiava inteiramente em mim, digo-vos que foi das coisas piores que me aconteceu (...)” - E3.

“Os contextos rurais exatamente potenciam muito isto, em que nós todos conhecemos todos e todos somos primos e tios. E eu que sou de cá efetivamente sinto muito essa... uma coisa é eu conhecer de vista. Isso não impede que eu tenha uma relação profissional com aquela pessoa. Outra coisa é eu ter outro tipo de relação com aquela pessoa ou que seja uma pessoa que eu lido no dia a dia, ou que tenha uma relação de

²³ Explicitação da autora.

amizade, ou... isso claramente é um impeditivo para que nós possamos desempenhar a nossa função em pleno, não é? (...) e se eu efetivamente as conheço, normalmente... normalmente não, nunca as atendo eu, não é? Passo sempre a algum membro da equipa” – AS8.

e, embora implicitamente, a referência ao ‘aquário rural’:

“(...) Portanto, aqui, pronto, facilita a comunicação, mas ao mesmo tempo também mistura-se aqui as esferas – não é? – a nossa esfera privada com o profissional” – AS8.

“(...) mas como é que eu vivo [aqui]²⁴ se eu vou dizer às pessoas que devem fazer isto, aquilo e o outro e depois vou sair com os amigos, bebo um copo, faço isto, faço aquilo, os outros não me levam a sério”. E de facto, na nossa profissão, nós estamos muito expostas quando estamos a tratar de coisas da esfera privada do outro e é normal que olhem para a nossa esfera privada e nos critiquem ou não, não é? (...) Mas a verdade é que ficamos mal na fotografia para depois vir falar da vida dos outros – entre aspas – porque é assim que o outro nos vê” – AS7.2.

Numa leitura conjunta, verifica-se que alguns dos principais desafios éticos rurais discutidos na literatura internacional consultada, foram igualmente identificados pelos Assistentes Sociais rurais entrevistados, como a referência implícita ao ‘aquário rural’. Assim, a referência ao ‘aquário rural’ remete para as circunstâncias de um contexto que se caracteriza pela baixa densidade demográfica, pelo que, com poucas pessoas, todas são facilmente reconhecidas, estando sempre sujeitas a observação, inclusivamente os comportamentos pessoais dos profissionais. Deste modo, o facto de os Assistentes Sociais rurais serem bem conhecidos na comunidade, origina desafios éticos resultantes desse conhecimento generalizado. Nas comunidades rurais as pessoas tendem a saber muito uns sobre os outros, sobre as suas vidas, comportamentos e situação económica. Efetivamente, não é de surpreender, que também a dificuldade em manter a confidencialidade tenha sido um dos dilemas apontados pelos Assistentes Sociais rurais auscultados. Refira-se, porém, que o CDAS (2018) enuncia expressamente nos seus princípios éticos, o dever de abdicar do princípio da confidencialidade sempre que a pessoa não possa ser responsabilizada ou em que outros possam ser colocados em risco bem como o dever de informar as pessoas, organizações e outros profissionais sobre as condições e os limites à confidencialidade profissional a que o Assistente Social está sujeito.

Um dos principais dilemas éticos do contexto rural mais apontados pelos entrevistados prende-se com a dificuldade em evitar relacionamentos sobrepostos/múltiplos. Como se verificou, como as comunidades rurais tendem a ser pequenas e porque as pessoas têm conexões pessoais com muitas outras na

²⁴ Omissão intencional do local pela autora.

comunidade, muitas vezes é difícil para os Assistentes Sociais rurais evitarem relacionamentos não profissionais com os clientes e as suas famílias.

À semelhança de outros códigos de ética de Serviço Social, também o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal não proíbe os relacionamentos sobrepostos/múltiplos nem, aliás, os entrevistados apontaram qualquer omissão no CDAS, nem referiram a possibilidade ou necessidade de incluir neste importante instrumento qualquer referência ao contexto particular do meio rural ou os dilemas éticos mais frequentes em contexto rural, isto é, 'dilemas de contexto' na ótica de Halverson *et al.* (2009). Assim, não foi sugerida pelos Assistentes Sociais entrevistados a importância de o CDAS refletir a realidade da prática rural. O referido Código Deontológico Português não apresenta orientações éticas sobre relacionamentos sobrepostos/múltiplos, aliás, incita mesmo ao desenvolvimento, embora de forma consciente, de uma relação de proximidade com a pessoa e com a situação que a mesma vivencia, salvaguardando, naturalmente, a delimitação da devida distância relacional entre o profissional e a pessoa, o que não reflete a situação retratada quer na literatura internacional, quer nas narrativas dos Assistentes Sociais auscultados. Não obstante, retomamos estudos da literatura internacional, que sugeriram que os Assistentes Sociais devem compreender que quase tudo está conectado, o que implica gerir papéis que se cruzam, utilizar conexões de relacionamentos para afetar a mudança e abranger as desconexões de distâncias geográficas e isolamento profissional (Riebschleger, 2007), sugerindo-se que o CDAS possa, numa futura revisão, introduzir orientações para a atuação naqueles que são os dilemas éticos mais frequentes dos Assistentes Sociais rurais, mais especificamente o dilema bastante discutido na literatura internacional e fortemente apontado pelos entrevistados – os relacionamentos sobrepostos/múltiplos.

Dos principais desafios éticos que foram identificados por Burkemper (2005), Daley e Avant (1999), Daley e Hickman (2011), Ginsberg (1998, 2005), Green (2003), Gumpert e Black (2005), Miller (1998), NASW (2006) e Daley (2015, 2021) não foram apontados pelos Assistentes Sociais rurais entrevistados o facto de nem sempre haver profissionais especializados e a dificuldade em obter supervisão profissional. Relativamente à inexistência de profissionais especializados, essa dificuldade é apontada relativamente a outras áreas do conhecimento científico, como a pedopsiquiatria, mas não especificamente ao Serviço Social, o que pode talvez dever-se à formação generalista do Serviço Social em Portugal. Da mesma forma, não foi também apontada qualquer referência a dilemas inerentes à competência e adequação da prática – dilema ético do pedido de ajuda em áreas nas quais não se tem uma sólida formação profissional. A referir que este princípio ético se encontra enunciado no CDAS

(2018), que expressamente refere que o Assistente Social deve abster-se de exercer funções para as quais não tenha recebido formação adequada. Não foi igualmente apresentada qualquer referência à supervisão profissional, mais especificamente à dificuldade no acesso à mesma, talvez porque em Portugal a supervisão em Serviço Social se encontra ainda em consolidação.

Como se verificou na discussão teórica, para Daley e Doughty (2006), Daley e Hickman (2011), Daley e Pierce (2011), Galbreath (2005), Ginsberg (2005), Martinez-Brawley (2000), NASW (2006) e Daley (2015, 2021) existe, entre os Assistentes Sociais rurais, o consenso de que o ambiente rural apresenta os seus próprios riscos éticos para os profissionais, que são importantes de gerir. Muitos desses riscos parecem vinculados à natureza íntima e pessoal dos relacionamentos, ao ambiente de 'aquário' e a vários relacionamentos sobrepostos que são mais prováveis de ocorrer numa comunidade rural. Assim, é importante considerar estratégias gerais para gerir esses riscos e promover a prática ética (Daley, 2015) como: Identificar possíveis problemas éticos; Procurar a consulta de colegas ou supervisores; Utilizar o consentimento informado; O recurso à documentação – Os Assistentes Sociais devem manter bons registos do seu trabalho, o que é uma boa prática profissional e foi especialmente mencionado por um dos Assistentes Sociais inquiridos:

“Nós temos que nos defender muito. A questão de termos tudo por escrito, a questão de termos tudo bem documentado, porque às vezes nesta azáfama de fazer e tentar resolver, nós protegemos todos menos a nós. E acho que aí este facilitismo aqui da comunicação fácil, da resolução fácil, ao mesmo tempo que ajuda as pessoas, desprotege-nos a nós, põe-nos a nós em causa” - AS7.2.

4.2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL RURAL

O Serviço Social rural é um campo da prática profissional que responde a uma significativa e, por vezes, esquecida minoria. Aliás, devido às raízes urbanas do Serviço Social, o Serviço Social rural e os Assistentes Sociais rurais foram esquecidos pela formação em Serviço Social. Para Ginsberg (2011), deve ser claro que trabalhar em áreas rurais é diferente para os Assistentes Sociais – diferente, talvez, daquilo que foi ensinado na formação em Serviço Social. Para este autor, as competências e conhecimentos especiais necessárias para o Serviço Social em comunidades rurais têm implicações no sucesso da intervenção.

A prática do Serviço Social rural baseia-se no pressuposto de que os Assistentes Sociais utilizarão a teoria para guiar a sua prática. É sabido que, para o exercício profissional, é necessário um corpo de conhecimento organizado numa estrutura

consistente de teorias. Para Avant (2014), uma importante competência profissional é a aplicação da teoria à prática. O Assistente Social deve fazer a pergunta: 'De que maneira a aplicação da teoria realça a prática do Serviço Social?' A teoria fornece uma lente através da qual o profissional pode obter uma melhor perspectiva e compreensão de uma situação prática (Avant, 2014). Se pudermos entender melhor uma situação, então é mais provável que encontremos a melhor solução. De facto, as teorias também ajudam os Assistentes Sociais a prever e entender os efeitos e as respostas às intervenções. Como resultado, é imperativo que os Assistentes Sociais entendam as teorias associadas ao comportamento humano e aos ambientes sociais (Avant, 2014). Segundo o mesmo autor, a base de conhecimento de um Assistente Social rural deve incluir teorias relacionadas com recursos ou capacitação, principalmente porque essa abordagem teórica oferece maiores oportunidades para alcançar e sustentar mudanças. Para o autor, para se ser um bom profissional no Serviço Social rural, devemos questionar: 'Até que ponto as nossas estratégias fundamentais de avaliação e intervenção incorporam o conhecimento e competências relacionadas com o comportamento humano e o ambiente rural?' Avant (2014) reitera que é tempo para o Serviço Social ir além do modelo de *déficit* convencional na prática do Serviço Social rural e avançar em direção a um novo paradigma e a um novo entendimento das pessoas e ambientes rurais, que inclua a construção de recursos e a abordagem baseada nas forças.

A maioria dos textos sobre Serviço Social rural sustenta que são necessárias ou, pelo menos, desejáveis, alguma formação e prática específicas antes do início do exercício profissional em meio rural. No entanto, as evidências para a preparação pré-prática e formação contínua não são, na generalidade, animadoras. No Reino Unido, por exemplo, não existem programas de qualificação especializados em Serviço Social rural, nem formação especializada de pós-graduação e, na maioria das universidades, é provável que se verifiquem poucas ou nenhuma contribuições específicas sobre a prática rural (Pugh & Cheers, 2010). Os autores referem-se ao estudo de Green (2003) que incluiu 20 bacharelados australianos em Serviço Social, concluindo que apenas 10 programas de Serviço Social se referiam a questões rurais e, em geral, apenas superficialmente. Este resultado parece ser amplamente consistente com o estudo de Lonne (2002), citado pelos mesmos autores, no qual 54% da sua amostra de 194 Assistentes Sociais qualificados relataram não ter recebido formação sobre questões ou práticas rurais ao longo dos quatro anos de curso, 18% receberam um mínimo (menos de 10 horas) de preparação e apenas 9% da amostra recebeu mais de 40 horas de preparação para o exercício rural (Pugh & Cheers, 2010).

Embora importando alertar para a fuga a generalizações injustificadas de um contexto nacional para outro, ou mesmo de um lugar para outro num país em particular, algumas considerações gerais podem ser tecidas. Segundo Pugh e Cheers (2010), em países onde existe pouca pesquisa, o conhecimento existente proveniente de outros lugares pode ser considerado em termos da sua potencial aplicação, fornecendo um importante estímulo para a pesquisa e desenvolvimento.

Estudantes e profissionais de Serviço Social necessitam de conhecimentos do âmbito de outras disciplinas, como a sociologia rural e comunitária. O acesso a revistas científicas relevantes, como o *Rural Society* ou *Rural Social Work and Community Practice*, melhorará a disseminação do conhecimento existente e promoverá uma apreciação mais ampla da prática rural e dos seus desafios (Pugh & Cheers, 2010). Daley e Pierce (2011) consideram que se deve fortalecer os temas rurais no plano de estudos de Serviço Social e apoiar no desenvolvimento profissional dos Assistentes Sociais, que serão assim mais aptos a responder às necessidades dos seus clientes rurais e às comunidades rurais.

Também na literatura canadense encontramos referências à formação rural. Halverson *et al.* (2009) reiteram que os Assistentes Sociais do Norte do Canadá poderiam ser melhor preparados nas escolas de Serviço Social para as realidades da prática no Norte do país, por exemplo pela realização de mais estágios no Norte, recurso a exercícios de simulação realistas, a oradores convidados com experiência naquele contexto e na melhoria das competências dos alunos em Modelos de Tomada de Decisão Ética (Halverson *et al.*, 2009).

Muitos profissionais de Serviço Social entram no mercado de trabalho com pouca preparação para a prática rural, apesar de eventualmente virem a exercer a profissão em comunidades rurais. Pugh e Cheers (2010) referem quatro razões principais pelas quais os Assistentes Sociais necessitam de preparação específica para a prática rural, nos seus programas de formação profissional inicial e contínua:

1) Tendo crescido e sido educados em ambientes urbanos, muitos Assistentes Sociais que exercem em áreas rurais não estão familiarizados com a cultura e muitas vezes sentem-se desconfortáveis em contextos rurais, logo, provavelmente, sentirão dificuldades de adaptação na mudança para contextos rurais;

2) Uma preparação inadequada antes da prática rural pode contribuir para o *stress* e *burnout* dos trabalhadores, ambos relacionados à alta rotatividade;

3) É provável que a preparação para trabalhar com grupos étnicos e culturais, indígenas e minoritários que vivem em comunidades rurais tenha sido negligenciada na formação e nos estágios;

4) Alguns métodos de prática que são especialmente úteis na prática rural, como a criação de redes, a formação de parcerias com as comunidades e organizações, o envolvimento da comunidade e a avaliação dos recursos da comunidade, geralmente não são incluídos ou podem ter merecido pouca ênfase na formação e nos estágios (Pugh & Cheers, 2010).

De acordo com Hickman (2014), existem duas razões adicionais para incluir o conteúdo de questões rurais nos currículos de formação em Serviço Social: as populações rurais têm uma longa história de mudança para centros urbanos e suburbanos, na procura de empregos de melhor remuneração e, estes grupos rurais reúnem-se em bairros distintos, onde a assimilação da sua nova cultura é lenta. Em outras ocasiões dispersaram-se, isolando-se inteiramente dos seus sistemas de apoio social. De qualquer forma, o Assistente Social urbano e suburbano com conhecimento de culturas rurais estará mais bem preparado para trabalhar efetivamente com populações rurais deslocadas (Hickman, 2014).

Deste modo, os autores do Serviço Social rural sugerem que as comunidades rurais seriam mais bem apoiadas se a formação em Serviço Social adicionasse mais conteúdo rural e estendesse os programas de formação às áreas rurais (Daley & Avant, 1999; Mackie, 2007; NASW, 2012 cit. por Daley, 2015). Assim, o conteúdo da prática rural pode ser integrado na formação de base e também por meio de oportunidades de colocações de estágios em meio rural.

Na perspetiva de Pugh e Cheers (2010), os estudantes devem ser ajudados a desenvolver competências e conhecimentos para trabalhar com comunidades rurais, remotas, indígenas, étnicas e / ou culturais que lhes permitam manter uma vida pessoal / profissional equilibrada em condições de grande visibilidade social. Claramente, as populações rurais são um importante potencial da força de trabalho rural e são mais propensas a entender os contextos rurais, a permanecer mais tempo nas suas posições e a comprometerem-se pessoalmente com a prática rural (Pugh & Cheers, 2010). É vital que as escolas de Serviço Social desenvolvam programas profissionais flexíveis e culturalmente relevantes para desenvolver a potencial força de trabalho rural.

Os estudantes devem estar conscientes da dinâmica social de viver e trabalhar no mesmo local, incluindo as relações sobrepostas/múltiplas, devem ter conhecimento de questões relativas a povos indígenas e de minorias étnicas e outras origens culturais, concentrando-se especialmente nas diferentes maneiras de conhecer e ajudar (Pugh & Cheers, 2010). Por fim, as escolas de Serviço Social devem desenvolver cursos de pós-graduação rural, investigação e outras opções de formação profissional contínua, como *workshops* e cursos de curta duração promovidos com flexibilidade para facilitar a frequência de profissionais que se encontram mais distantes (Pugh & Cheers, 2010).

Muitos programas de formação em Serviço Social localizam-se em comunidades rurais, o que significa que muitos locais de estágio se encontram também em áreas rurais, sugerindo que os alunos, bem como os docentes de supervisão, necessitam de compreender a vida em comunidade rural para otimizar a experiência prática (Ginsberg, 2011).

É especialmente relevante para os Assistentes Sociais que trabalham em ambientes rurais ou com pessoas com estilo de vida rural, entender como aplicar conhecimentos e competências num contexto rural. Para Avant (2014) os Assistentes Sociais geralmente não estão preparados para trabalhar em ambientes rurais e baseiam a sua prática em preconceitos urbanos ou na deturpação da realidade da vida rural.

O Serviço Social rural é um campo da prática único que requer formação baseada no contexto em competência cultural, em cultura rural, em diversidade, ética e competências práticas (NASW, 2009 cit. por Daley & Pierce, 2011). Embora a literatura incentive a formação em Serviço Social a tomar medidas, verifica-se pouca orientação além de uma lista de tópicos importantes em relação às melhores formas de incorporar conteúdo rural no plano de estudos da formação inicial. Como resultado, os planos de estudos debatem-se com frequência com as dificuldades de integrar a definição de comunidade rural e como enquadrar conteúdo como a prática generalista, ética em Serviço Social e cultura rural para melhor preparar os profissionais para a prática rural (Daley & Pierce, 2011).

Segundo Daley e Pierce (2011), nos EUA a formação em Serviço Social ocorre tipicamente em escolas localizadas em áreas rurais. Porém, mesmo as escolas de Serviço Social em meio urbano podem servir as comunidades rurais. Os docentes em Serviço Social devem questionar: Os residentes na área pensam em si mesmo como rurais e possuem características e comportamentos rurais? A comunidade tem características rurais? Se a resposta for sim, então o plano de estudos da formação em Serviço Social deve considerar a incorporação da ruralidade na sua missão e conteúdo rural de forma significativa (Daley & Pierce, 2011). A declaração de política sobre Serviço Social rural aprovada pela Assembleia da NASW de 2011, incentiva todos os programas de formação em Serviço Social – sejam rurais, suburbanos ou urbanos – a capacitar os estudantes relativamente às características únicas da prática de Serviço Social junto das populações rurais, como uma questão de competência cultural no Serviço Social que exige que os Assistentes Sociais trabalhem efetivamente com indivíduos, famílias, grupos e comunidades de diferentes origens culturais (Hickman, 2014).

Também a literatura canadense refere que existe necessidade de Assistentes Sociais que tenham a habilidade de adaptar os seus conhecimentos e práticas ao

contexto único e particular da comunidade. De acordo com Mckee *et al.* (2009), uma formação em Serviço Social que valorize explicitamente o conhecimento técnico-científico e '*context-free*' como a única base de conhecimento adequada para a prática profissional, pode facilmente conduzir os alunos a um conjunto de atitudes não reflexivas e a competências para a prática que podem ser prejudiciais à visão da prática de Assistentes Sociais que tentam construir um conhecimento sensível ao contexto das comunidades rurais. Além disso, os autores consideram que é necessária uma abordagem crítica e intencionalmente reflexiva da prática se quisermos construir um conhecimento contextualmente sensível para a prática (Mckee *et al.*, 2009). Assim, questionam: o que está em falta na nossa formação académica? Para os mesmos autores, a insistência numa metáfora orientadora de objetividade e neutralidade na nossa procura de uma base de conhecimento para o Serviço Social, pode ter-nos trazido o conhecimento objetivo, abstrato e '*context-free*' que desejávamos, mas não produziu o conhecimento que o Serviço Social mais exige: a compreensão profunda e rica do local, da pessoa, situação ou comunidade, todas elas únicas. Ao deslegitimar a maneira criativa, intuitiva e orientada para valores como construímos o nosso conhecimento para a prática, isso torna-se um impedimento para a prática não opressiva e culturalmente sensível que devemos alcançar (Mckee *et al.*, 2009). O desafio da formação em Serviço Social é preparar Assistentes Sociais com os conhecimentos, habilidades e orientação para os valores de que necessitarão para fazer a diferença nas comunidades onde exercem a profissão (Mckee *et al.*, 2009).

No contexto português, a formação em Serviço Social rural parece ser muito reduzida. Nas atuais 17 escolas que formam Assistentes Sociais, não encontramos referência explícita aos meios e populações rurais nos planos de estudos das licenciaturas em Serviço Social. Como veremos, esta situação reflete-se na narrativa dos Assistentes Sociais rurais participantes na investigação pois, a grande maioria, não recebeu qualquer formação ou sensibilização para o exercício profissional em meio rural, quer ao nível do 1.º ciclo de formação, quer nos seguintes.

4.2.1 A FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS RURAIS EM CONTEXTO PORTUGUÊS

Relativamente à formação em Serviço Social rural, questionados os Assistentes Sociais rurais entrevistados sobre se, na sua formação de base (1.º ciclo) em Serviço Social, receberam algum tipo de formação/sensibilização para a intervenção com populações rurais, a grande maioria dos entrevistados refere que não teve qualquer formação ou sensibilização para o exercício profissional em meio rural. Refira-se, não obstante, a referência de dois dos entrevistados à frequência do GEP de

desenvolvimento rural no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e a referência, na licenciatura em Trabalho Social da UTAD, à UC 'Território e Ruralidade'.

“Sim. Tive mesmo uma cadeira que se chamava Território e Ruralidade (...) falamos sobre as especificidades dos meios rurais, os contextos, também um pouco sobre o seu enquadramento e a sua evolução ao longo dos tempos, porque o meio rural no Norte é completamente diferente, em termos de cultura, em termos de organização comunitária, a todos os níveis, é muito diferente das pessoas do Alentejo” - AS7.

Assim, os Assistentes Sociais rurais entrevistados, na sua grande maioria não recebeu qualquer formação/sensibilização em Serviço Social rural antes do início do exercício em meio rural, o que vai ao encontro dos resultados de estudos identificados na literatura internacional consultada, como por exemplo aos resultados dos estudos de Green (2003) e de Lonne (2002).

Quando questionados sobre a pertinência da integração desta formação, desde o 1.º ciclo de formação em Serviço Social, a posição dos entrevistados acaba por se dividir de forma muito equilibrada, sendo que para alguns dos Assistentes Sociais rurais entrevistados essa formação seria bastante importante a nível da formação de 1.º ciclo ou de formação pós-graduada;

“Eu acho que é sempre importante nós Assistentes Sociais nas licenciaturas, não é, abrangermos todas as áreas onde possamos trabalhar e realmente o Serviço Social rural poderá estar nesse caminho, não é?” - AS1.

“Eu acho que sim. Eu acho que, tanto formação, como por exemplo uma pós-graduação nesta área (...) neste caso em meio rural, tem uma dimensão hoje em dia que permitiria haver um aperfeiçoamento profissional dos Assistentes Sociais e só teríamos a ganhar” - AS3.

“(...) faz sentido num terceiro ano, ali já muito perto de um término de licenciatura, e faz-me sentido com o contacto com a prática” - AS4.

“Sim, eu acho muito importante, acho (...) a linguagem utilizada não é, muitas vezes, interpretada pelas pessoas. Ou seja, falamos com termos muito técnicos e a pessoa sai de lá sem perceber o que é que tem que fazer” - AS17.

“Podia-se, eventualmente, falar numa das cadeiras sobre o assunto, até para as pessoas poderem escolher” - AS18.

“Sim, sim. Não só as medidas nem as políticas, nem as medidas da comunidade europeia (...) Eu acho que eles precisavam de perceber (...) que a intervenção, de certa forma, tem que ser diferente (...) A população é diferente e sente os problemas e vive os problemas de forma diferente, eu acho que é isso” - AS20.

enquanto para outros Assistentes Sociais rurais entrevistados, essa formação não será de grande pertinência, pois consideram que se deveria existir uma especialização sobre o meio rural, também deveria existir uma especialização sobre o meio urbano:

“Mas isso assim vinha trazer se calhar o contrário também e também porque não urbano? Porquê o rural e não o urbano, não é?” - AS7.2.

“Não, eu julgo que a formação inicial tem que ser uma formação comum. Ou seja, é difícil dizer que nos primeiros anos da formação dos Assistentes Sociais eu... tem que ser uma formação comum. Não me parece. Tem é que depois na formação, na fase final, no 3.º ano, ou até meio do 2.º ano, a meio do processo formativo, permitir que as motivações dos alunos, ou seja, que a formação seja orientada para as motivações e interesses dos alunos, de acordo com aquilo que nós consideramos que são as necessidades” - AS5.

“Sim, eu acho que devia-se incluir a par de outras especificidades da nossa intervenção, não é? A par do meio urbano também e aqui até de outro tipo de especificidades que nós, enquanto Assistentes Sociais, deveremos estar alerta e não estamos” - AS8.

“(...) haver aqui algo mais específico para a população rural? Na minha opinião penso que não. Não sei” - E1.

“(...) Não sei se fará muito sentido (...) Se há o Serviço Social rural, tinha que haver o Serviço Social urbano!” - E3.

“Aqui no meu contexto específico, um lar de idosos, quer no meio urbano quer no meio rural, é um lar de idosos (...)” - AS2.

Porém, quando questionados sobre os aspetos que consideram de maior importância em futuras formações de curta duração em Serviço Social rural, a maioria dos entrevistados apontam sugestões, com destaque para a metodologia e modelos, a exploração do próprio conceito, os tipos de intervenção, as políticas sociais locais/municipais e as especificidades das populações e culturas rurais:

“A questão da metodologia e dos modelos (...) Descobrir também realmente e explorar um bocadinho este conceito de Serviço Social rural era sem dúvida aquilo que eu procuraria num curso (...) que tipos de intervenção, se havia alguma especificidade que pudesse explorar e para trabalhar (...)” - AS1.

“Sim, eu julgo que é pertinente a questão de trabalhar o desenvolvimento de competências associados à procura de solução de problemas, associado, por exemplo, agora trazendo o conceito de inovação social e de... parece-me extremamente relevante. Novamente a questão do desenvolvimento comunitário como fundamental na lógica de construir redes (...)” - AS5.

“A questão da iliteracia; Iliteracia e saúde (...) o apoio ao cuidador informal” - AS7.

“Políticas. Políticas sociais locais” - AS7.2.

“Especificidades da população, fatores de risco, fatores de proteção, metodologias de intervenção” - AS8.

Da análise global efetuada, devemos referir que no geral todos os Assistentes Sociais rurais entrevistados reconhecem a importância da formação profissional. No entanto, nenhum dos entrevistados – ao se referirem à dicotomia rural/urbano – refere as raízes urbanas do Serviço Social, nem a aplicação da teoria à sua prática. Das sugestões apresentadas à formação em Serviço Social rural, não foram referidas pelos entrevistados a preparação educacional baseada no contexto em competência cultural, a cultura rural – embora uma entrevistada se refira especificamente ao reconhecimento da diferença das pessoas e dos ambientes rurais – diversidade e ética e competências práticas como na literatura autores como a NASW (2009) e Daley e Pierce (2011), sugerem. Do mesmo modo, não foram apresentados pelos entrevistados a necessidade de formação relacionada com as competências necessárias à construção de recursos da comunidade. Os autores Daley e Pierce (2011) consideram que o fortalecimento dos temas rurais nos planos de estudos de Serviço Social ajuda os profissionais a estar mais aptos a responder às necessidades das populações e comunidades rurais, tal como foi também ilustrado pelos entrevistados. Os Assistentes Sociais rurais entrevistados não referem, porém, algumas necessidades da formação em Serviço Social rural identificadas por Pugh e Cheers (2010), como por exemplo a metodologia de criação de redes, a formação de parcerias com as comunidades e suas organizações. Ginsberg (2011) considera que os Assistentes Sociais rurais necessitam de competências especiais para trabalhar com as comunidades e problemas rurais, como a ausência de transportes e de cuidados de saúde, etc. e de desenvolver conhecimentos para trabalhar com comunidades rurais e, simultaneamente, manter uma vida pessoal e profissional equilibrada em condições de grande visibilidade social, como o exercício profissional em meio rural e o ambiente de ‘aquário’, assim o exige. O mesmo autor aponta ainda a importância de que também os docentes supervisores necessitam de compreender a vida em comunidade rural para otimizar a experiência de formação prática. A referir ainda que os entrevistados não referem concretamente a necessidade de formação teórica em Serviço Social rural, mais especificamente a sólida compreensão de teorias que explicam o comportamento humano no ambiente rural, conforme enunciado por Avant (2014), que afirma mesmo que os Assistentes Sociais rurais, atendendo à falta de preparação para o exercício em ambientes rurais, baseiam a sua prática em preconceitos urbanos ou na deturpação da realidade da vida rural.

Apesar de a literatura ser clara sobre a necessidade dos Assistentes Sociais serem culturalmente competentes em relação às populações rurais e aos seus contextos, a formação em Serviço Social muitas vezes entende o Serviço Social rural como simplesmente outro ramo da prática. A abordagem das competências culturais dá aos estudantes uma perspetiva geral de que a ruralidade é uma componente importante

de todos os sistemas sociais e não é limitada à comunidade. Os temas da pobreza rural, das forças rurais e os valores e ética poderiam perder-se, enquanto as populações rurais se transformam em mais um grupo diverso sobre o qual os estudantes devem aprender (Daley & Pierce, 2011).

Daley e Pierce (2011) referem importantes áreas de competências rurais:

1) compreender o ritmo da mudança nas comunidades rurais e conseguir aceitação (Nooe & Bolitho, 1982);

2) compreender que as comunidades rurais são resistentes à mudança e desconfiados daqueles considerados 'de fora';

3) utilização das redes informais (Gumpert, Saltman & Sauer-Jones, 2000; Hovestadt, Fennel & Canfield, 2002) - com frequência, os recursos formais necessários para responder aos problemas dos clientes e comunidade não estão presentes e as competências para desenvolver recursos são fundamentais;

4) preparação para a avaliação comunitária contínua (Reibschleger, 2007) – os Assistentes Sociais rurais devem ser sensíveis às necessidades e normas da comunidade para prestar e desenvolver serviços apropriados;

5) envolvimento em práticas culturalmente responsivas (Allen, 2005; Daley & Avant, 2004; Lohmann & Lohmann, 2005; NASW (2009) – 'O mesmo tamanho não serve a todos', até para as comunidades rurais, sendo importante compreender as normas culturais e tradições que afetam o comportamento;

6) compreender as questões da justiça social, especialmente as questões de pobreza rural (Blakely & Locke, 2005; NASW, 2009) – as taxas de pobreza são elevadas e a economia é menos diversificada do que nas áreas urbanas, o que pode resultar em dificuldade económica generalizada, ao *stress* individual e à perturbação da comunidade;

7) negociar questões da prática profissional, como o acesso à supervisão, relacionamento com os colegas e gerir papéis sobrepostos na comunidade (Ginsberg, 1998; Reibschleger, 2007).

Refira-se que todos os autores em estudo, independentemente da sua nacionalidade (norte-americana, canadense, australiana ou britânica), reconhecem a importância da formação em Serviço Social rural, especialmente nos locais onde a formação de 1.º ciclo é desenvolvida em meio rural, tal como o são os respetivos estágios pré-profissionais e que todos os Assistentes Sociais rurais reconhecem do mesmo modo a importância da formação profissional, pelo que se sugere que a formação em Serviço Social rural em Portugal, especialmente aquela desenvolvida em meio rural ou a que proporciona aos alunos estágios pré-profissionais em meio rural, inclua elementos-chave, conforme sugerido por Daley e Avant (2004), Ginsberg (2005),

Olavson *et al.* (2004) e Daley (2015; 2021) como a definição de ruralidades, ética do Serviço Social no exercício rural, política social rural, cultura rural, redes informais, entre outros.

Sobre este tópico em particular, menciona-se a experiência pessoal e formação académica da autora. Conforme referimos na introdução, a autora é natural de uma aldeia rural do concelho de Portalegre, no Alto Alentejo. Na sua intervenção profissional em meios rurais com populações rurais, o conhecimento prévio dos meios e da cultura rural contribuíram para a intervenção que desenvolveu, marcada pelo acompanhamento de pessoas e famílias que residiam em meios de isolamento geográfico e social extremo e, por vezes, pela inexistência de transportes públicos e por carências de bens essenciais como eletricidade. Da sua formação de base, a licenciatura em Política Social pelo ISCSP/UTL (2000-2004), destaca-se a UC “Extensão rural”, apesar da orientação para o desenvolvimento de comunidades ou desenvolvimento local, por considerarmos que a mesma possa ter contribuído, especialmente para os alunos provenientes dos grandes centros urbanos, para o despertar para as ruralidades – realidade desconhecida de muitos – e para a sensibilização para a cultura rural.

CONCLUSÃO

Esta obra assumiu como objeto de estudo o conhecimento das práticas profissionais dos Assistentes Sociais rurais em territórios de baixa densidade demográfica, um dos múltiplos campos de atuação desde os primórdios da profissão. Visa a aproximação entre os profissionais e a academia, apresentando algumas abordagens teóricas, conceptuais e metodológicas, com enfoque nos territórios profundamente rurais, envelhecidos e isolados, evidenciando uma realidade ainda desconhecida de muitos profissionais, mas, simultaneamente, tão frequente neste Portugal que continua a existir a várias velocidades, porém, marcadamente rural.

Procura-se contribuir para o destaque, valorização da profissão e promoção da autoestima dos profissionais, em particular dos Assistentes Sociais rurais, cujo trabalho de promoção dos direitos das populações e comunidades rurais implica diversas competências que vão desde a criatividade, aos conhecimentos teóricos, técnico-operativos, à reflexividade ética, gestão de respostas e equipamentos e humanização dos cuidados e serviços sociais. O trabalho desenvolvido diariamente pelos Assistentes Sociais rurais contribui para a atenuação das desigualdades sociais pela intervenção nas problemáticas que afetam os territórios rurais, frequentemente envelhecidos e despovoados, proporcionando uma maior visibilidade da invisível questão rural.

Os profissionais entrevistados na investigação apresentam um perfil sociodemográfico maioritariamente de sexo feminino, licenciados em Serviço Social e de origens rurais. Optaram pelo exercício em meio rural por várias e distintas justificações e encontram-se satisfeitos com a sua situação profissional atual, não pretendendo exercer a profissão em meios urbanos. Ainda que claramente assumindo desconhecimento relativamente ao conceito de Serviço Social rural, os Assistentes Sociais rurais com facilidade apresentaram a sua própria conceção do termo, ao nível do acompanhamento num contexto específico, numa perspetiva menor no que respeita ao número de habitantes, de pequenos aglomerados populacionais, mais rurais, no interior, no campo, na agricultura, com uma população mais envelhecida, pobre, isolada e solitária; com um maior distanciamento para os serviços, porém marcado por um serviço de proximidade e de trabalho em rede. A destacar que alguns dos Assistentes Sociais auscultados claramente reconheceram a cultura rural como uma cultura distinta, sendo que a maioria reconhece que a ruralidade é um conceito multidimensional que envolve uma combinação de aspetos sociais, demográficos, económicos e / ou culturais.

Quanto à discussão sobre o entendimento do Serviço Social rural como um campo específico do Serviço Social, não foi obtido consenso junto dos Assistentes

Sociais rurais entrevistados. Não obstante, embora sem consenso e com algumas resistências, a maioria dos entrevistados reconheceu durante a reflexão sobre a questão colocada, que tanto o rural tem especificidades, como o urbano, pelo que se pode afirmar o reconhecimento implícito do Serviço Social rural como campo específico do Serviço Social.

Apesar de se verificarem problemáticas que são comuns aos meios rurais e urbanos, quase todos os entrevistados assumem que existem claras diferenças entre a prática rural e prática urbana. No meio rural, aponta-se para uma população mais acolhedora e participativa, ainda que distante geograficamente, com menos população e mais envelhecida; apontam-se ausência de oportunidades, de apoios e recursos e necessidades e problemas profundos e distintos; reformas baixas; fracas respostas sociais e fraca rede de transportes. Porém, e apesar destas lacunas, os Assistentes Sociais rurais, numa lógica de análise implícita das forças destes contextos, conseguem recorrer a estruturas e entidades de suporte, bem como às redes de suporte familiar e de vizinhança, verificando-se um sentido de união, de proximidade e de solidariedade.

Os principais problemas identificados nos meios rurais pelos entrevistados, ou aqueles que mereceram maior destaque como problemas em meio rural, foram o difícil acesso a serviços com especial ênfase nos serviços ou cuidados de saúde, a ausência de recursos, as desigualdades sociais e a falta de oportunidades; a fraca rede de transportes públicos; os baixos rendimentos salariais, baixas reformas, desemprego e conseqüente pobreza, com destaque para situações de pobreza envergonhada; o isolamento geográfico e social que implica custos nas deslocações e menor acesso à informação devido por exemplo à fraca rede de *internet* e telecomunicações; o envelhecimento populacional resultante do êxodo da população ativa para os grandes centros; o estigma e estereótipos sociais; os comportamentos aditivos, com grande ênfase no alcoolismo, considerado culturalmente tolerado; machismo, violência e desvalorização da formação académica.

As amplas respostas obtidas na questão relativa às metodologias do Serviço Social mais frequentemente utilizadas pelos Assistentes Sociais rurais na intervenção, englobaram metodologias, modelos de intervenção, técnicas, instrumentos do Serviço Social e, inclusivamente, competências específicas da profissão. Não obstante, as respostas mais apontadas passam pela sinalização; estabelecimento de contactos; acompanhamento de casos; conhecimento das famílias; intervenção em rede; Serviço Social de grupos; diagnóstico social; partilha, responsabilidade, solidariedade horizontal, entre pares; negociação; trabalho sistémico e em parceria, com o envolvimento de todos para a resolução da situação e mediação interinstitucional. As respostas obtidas, embora sem referência explícita à utilização de múltiplas

metodologias e à abordagem multissistémica, identificam o método generalista como o mais adequado à prática rural e à intervenção multissistémica – incluindo indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades.

Embora não tenham sido identificadas pelos Assistentes Sociais rurais auscultados características ou competências específicas para o exercício profissional em meio rural, indubitavelmente são necessárias competências como criatividade, flexibilidade, adaptabilidade, capacidade para trabalhar autonomamente, capacidade para desenvolver e criar serviços inexistentes e encontrar recursos, capacidade de pensar criticamente e criatividade na identificação de possibilidades de ajuda.

Os modelos de intervenção mais utilizados na prática dos profissionais auscultados remetem para o modelo sistémico; modelo psicossocial; modelo de intervenção em crise; modelo ecológico; modelo biopsicossocial; modelo centrado nos problemas; e modelo de modificação de comportamento. Porém, os Assistentes Sociais rurais afirmaram que nenhum dos modelos tem em particular atenção o contexto ou a cultura rural.

Os principais desafios identificados pelos Assistentes Sociais rurais auscultados foram a distância aos meios dispersos e a dificuldade na manutenção da proximidade aos mesmos; a distância dos serviços e respostas relativamente às populações rurais; a falta de tempo para intervir; o despovoamento e desertificação dos territórios; a dificuldade na promoção da sustentabilidade financeira e empresarial em meios despovoados; a necessidade de políticas impulsionadoras de mudanças estruturais e comunitárias; a dificuldade no acesso à saúde; a questão da falta de informação; a falta de vagas e respostas sociais; o problema da saúde mental e ausência de apoio; o envelhecimento da população; o alcoolismo; a falta de meios e de recursos e a falta de emprego e habitação.

Os Assistentes Sociais rurais enunciaram como desvantagens ou constrangimentos, embora, por vezes, com repetições relativamente ao entendimento sobre os desafios anteriormente identificados, a fraca rede de telemóvel; a falta de reconhecimento de quem está fora relativamente a quem ficou no interior; a dependência, como o alcoolismo; a distância e dispersão; a dificuldade no acesso aos serviços e falta de respostas; o facto de ter de se ser vários profissionais num só, acabando por resolver diferentes problemas, de diferentes áreas do conhecimento; e a pressão “por não se querer falhar”.

As vantagens do exercício profissional em meio rural apontadas pelos Assistentes Sociais rurais foram a qualidade do ar e o contacto com a natureza; um ambiente saudável; o facto das pessoas serem acolhedoras e estarem disponíveis; a possibilidade de estar presente na vida das pessoas; a capacidade de resolução célere;

o trabalho com pessoas autónomas, independentes, permeáveis, puras e ingénuas; o envolvimento da rede de parceiros; a felicidade na receção ao Assistente Social; um nível de stress suportável pelo contacto com a natureza e o facto de se conhecer toda a gente.

Relativamente à *social advocacy*, alguns entrevistados apontaram a questão do questionário individual em jeito de diagnóstico das necessidades, bem como a recolha de opiniões e soluções propostas, primando sempre pela escuta ativa. Embora com diversos exemplos de *social advocacy* apresentados no seu exercício profissional, foram poucos os exemplos apresentados de macro práticas, de *cause advocacy* e de prática política, o que evidencia fraca consciência no que respeita às competências políticas dos profissionais no terreno.

Procurámos identificar experiências do Assistente Social rural como agente de desenvolvimento dos recursos das comunidades rurais e compreender em que medida os Assistentes Sociais rurais contribuem para o desenvolvimento das comunidades rurais onde exercem a profissão e, com frequência, simultaneamente residem. Assim, questionámos os participantes sobre o seu contributo para o bem-estar das populações rurais e se efetivamente consideram que conseguem responder às problemáticas e necessidades destas populações. As respostas foram consensuais e positivas. Na sequência, os Assistentes Sociais auscultados identificaram alguns projetos de desenvolvimento em que participaram, como exemplos de contributos para o desenvolvimento dos recursos e das comunidades rurais.

Na discussão sobre os principais desafios éticos sentidos no exercício profissional em meio rural, apesar de alguns Assistentes Sociais rurais não identificarem qualquer dilema ético, a maioria dos Assistentes Sociais entrevistados apontou algum aspeto. Como exemplo, refere-se o cumprimento do sigilo profissional; o risco de envolvimento abusivo ou esquecimento da função e o “querer fazer” e não ter recursos/respostas ou a falta de autorização para a intervenção; o receio dos potenciais efeitos prejudiciais das denúncias de situações de violência; os relacionamentos sobrepostos/múltiplos e, embora implicitamente, a referência ao ‘aquário rural’, que remete para as circunstâncias de um contexto que se caracteriza pela baixa densidade demográfica, pelo que, com poucas pessoas, todas são facilmente reconhecidas, estando sempre sujeitas a observação, inclusivamente os comportamentos pessoais dos profissionais. Deste modo, o facto de os Assistentes Sociais rurais serem bem conhecidos na comunidade, origina desafios éticos resultantes desse conhecimento generalizado.

Outro dos principais desafios éticos do contexto rural mais apontados pelos entrevistados prende-se com a dificuldade em evitar relacionamentos

sobrepostos/múltiplos. À semelhança de outros códigos de ética de Serviço Social, também o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal não proíbe os relacionamentos sobrepostos/múltiplos nem, aliás, os entrevistados apontaram qualquer omissão no CDAS, nem referiram a possibilidade ou necessidade de incluir neste documento qualquer referência ao contexto particular do meio rural ou os dilemas éticos mais frequentes em contexto rural, isto é, 'dilemas de contexto'. Assim, não foi sugerida pelos Assistentes Sociais entrevistados a importância de o CDAS refletir a realidade da prática rural. Não foram apontados pelos Assistentes Sociais rurais entrevistados o facto de nem sempre haver profissionais especializados e a dificuldade em obter supervisão profissional. Relativamente à inexistência de profissionais especializados, essa dificuldade é apontada relativamente a outras áreas do conhecimento científico, como a pedopsiquiatria, mas não especificamente ao Serviço Social, o que pode talvez dever-se à ampla formação do Serviço Social em Portugal. Da mesma forma, não foi também apontada qualquer referência a dilemas inerentes à competência e adequação da prática – dilema ético do pedido de ajuda em áreas nas quais não se tem uma sólida formação profissional. A referir que este princípio ético se encontra enunciado no CDAS (APSS, 2018), que expressamente refere que o Assistente Social deve abster-se de exercer funções para as quais não tenha recebido formação adequada.

Relativamente à formação em Serviço Social rural, questionados os Assistentes Sociais rurais entrevistados sobre se, na sua formação de base (1.º ciclo) em Serviço Social, receberam algum tipo de formação/sensibilização para a intervenção com populações rurais, a grande maioria dos entrevistados refere que não teve qualquer formação ou sensibilização para o exercício profissional em meio rural. Quando questionados sobre a pertinência da integração desta formação, desde o 1.º ciclo de formação em Serviço Social, a posição dos entrevistados acaba por se dividir, sendo que para alguns dos Assistentes Sociais rurais entrevistados essa formação seria bastante importante a nível da formação de 1.º ciclo ou de formação pós-graduada; enquanto que para outros Assistentes Sociais rurais auscultados, essa formação não será de grande pertinência, pois consideram que se deveria existir uma especialização sobre o meio rural, também deveria existir uma especialização sobre o meio urbano. Porém, quando questionados sobre os aspetos que consideram de maior importância em futuras formações de curta duração em Serviço Social rural, a maioria dos entrevistados apontam sugestões, com destaque para a metodologia e modelos, a exploração do próprio conceito, os tipos de intervenção, as políticas sociais locais/municipais e as especificidades das populações e culturas rurais. Da análise

global efetuada, devemos referir que, no geral, todos os Assistentes Sociais rurais auscultados reconhecem a importância da formação profissional.

A reflexão produzida, a partir dos resultados da recolha inédita mediante a auscultação a Assistentes Sociais rurais e da revisão de literatura, suscitou a necessidade de sistematizar um conjunto de recomendações, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com as quais se pretende contribuir para o reforço de um exercício do Serviço Social rural norteado pelos princípios e valores do Projeto Ético-Político da profissão e orientado para o futuro:

- A) Constituição de um núcleo de desenvolvimento de Serviço Social rural em Portugal, com o envolvimento de vários Assistentes Sociais do mundo rural português;
- B) Produção de conhecimento científico e disseminação em revistas de especialidade, eventos científicos e fóruns de reflexão sobre Serviço Social rural;
- C) Promoção de ações de formação de curta duração para os Assistentes Sociais rurais, em especial para os profissionais atualmente no terreno;
- D) Atualização das competências profissionais específicas dos Assistentes Sociais, enunciadas no Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (APSS, 2018), em particular a integração da competência da 'sensibilidade cultural', com destaque para a importância do contexto cultural rural;
- E) Desenvolvimento e disseminação de modelos de intervenção especificamente orientados para o exercício em meio rural, que compreendam a perspectiva das forças e que conduzam ao abandono da perspectiva dos *deficits* sobre os meios rurais e à adoção de uma ótica mais positiva, conectada à ação política e potenciadora de desenvolvimento de recursos nos meios rurais;
- F) Ativismo político e representação dos Assistentes Sociais rurais, enquanto defensores e Porta-Vozes das populações rurais, nas estruturas de tomada de decisão política, para promoção dos interesses destas populações e defesa dos seus direitos, influência nas políticas sociais nos diferentes níveis de decisão política para aumentar o acesso a recursos dos grupos e populações rurais;
- G) Capacitação destes profissionais no desenvolvimento de atividades políticas como função integrante da profissão, em diferentes campos, desde a apresentação de sugestões de alterações nas políticas existentes, à implementação de novas políticas no plano local, nacional

ou internacional, de acordo com os valores do Serviço Social e as necessidades e interesses das populações rurais;

- H) Reforço das teorias e perspectivas que permitem compreender o Serviço Social rural e as populações rurais, a par da adoção da abordagem multimetodológica-generalista e da preparação profissional para o exercício culturalmente competente, desde a formação de base em Serviço Social, proporcionando maior amplitude nas possibilidades de intervenção em contexto rural;
- I) Constituição da Rede de Assistentes Sociais rurais Agentes de Desenvolvimento.

Apesar das limitações a que esteve sujeita a investigação subjacente a esta obra – como a falta de recursos, situação comum a pesquisas de doutoramento não financiadas; o constrangimento temporal imposto pelo processo Bolonha; a falta de disponibilidade para participar, por parte de alguns dos profissionais contactados, a que não terá sido alheia a sobrecarga provocada pela pandemia de COVID-19; ao nível das opções metodológicas, a impossibilidade de realizar observação participante de práticas profissionais, face às regras de confinamento e de distanciamento social impostas pela referida pandemia –, sublinhamos o carácter pioneiro desta investigação, no âmbito nacional. As referências internacionais, oriundas de países como os Estados Unidos da América, Austrália, Canadá e Reino Unido, embora de grande relevância para a ancoragem da reflexão aqui produzida, não respondem, naturalmente, às especificidades do contexto português.

Sendo certo que esta obra não esgota o tema do Serviço Social rural em Portugal, consideramos que sistematiza um conjunto de questões pertinentes sobre o tema e oferece pistas para o seu aprofundamento, quer a partir de uma maior amplitude das questões exploradas, quer através da abordagem de outras dimensões do bem-estar que possam estar envolvidas nestes contextos.

Por outro lado, acreditamos que a presente obra poderá ser útil na disseminação do conhecimento em Serviço Social rural, junto das atuais e das futuras gerações de Assistentes Sociais, e que poderá constituir-se como alavanca instigadora de reflexão sobre as práticas e de novos roteiros de pesquisa que permitam levar mais longe a reflexão aqui iniciada.

BIBLIOGRAFIA

ANMP (2021) – **Municípios de baixa densidade: Critérios aprovados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses**. Acedido a 08/08/2021. Disponível em <https://www.anmp.pt/wp-content/uploads/2019/11/CriteriosFINAISAPROVADOS.pdf>.

AGOSTINI, J. P. - **Critérios de avaliação para projetos empreendedores sociais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (Engenharia de Produção), 2001. Dissertação de Mestrado.

ALSTON, Margaret – Forging a New Paradigm for Australian Rural Social Work Practice. **Rural Society**. ISSN: 2204-0536. 15: 3 (2005), 277-284. DOI: 10.5172/rsj.351.15.3.277.

ALVES, J. E.; MARTINS, A. C. & MILHEIRO, E. - Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local e Inovação Educativa – Uma experiência no Alto Alentejo, Portugal. Berlim: Novas Edições Acadêmicas, 2018. ISBN 978-620-2-03290-2.

AMARO, M. I. - Um admirável mundo novo? Tecnologia e intervenção na contemporaneidade. In CARVALHO, M. I. & Pinto, C. (coord) - **Serviço Social: Teorias e Práticas**. 1.^a edição. Lisboa: Pactor, 2014. ISBN 978-989-693-040-0. Pp 97-111.

AMARO, M. I. - **Urgências e Emergências do Serviço Social**. 2.^a edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015. ISBN 9789725404706.

APSS - Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal, 2018. Acedido em 19 de julho de 2019. Disponível em https://www.apss.pt/wpcontent/uploads/2018/12/CD_AS_APSS_Final_APSS_Assemb_Geral25-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-C%C3%B3pia.pdf.

AVANT, F. L. – Human Behavior and Rural Environments. In SCALES, T. L.; STREETER, C. L.; COOPER, H. Stephen - **Rural Social Work – Building and Sustaining Community Capacity**. 2.^a Edição. New Jersey: Wiley, 2014. ISBN 978-1-118-44516-7. Pp. 57-58.

BAFFOUR, T. D. – Addressing Health and Social Disparities through Community-Based Participatory Research in Rural Communities: Challenges and Opportunities for Social Work. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 3 (2011) 1-13.

BATISTA, P. & FIGUEIREDO, E. - Caminhos possíveis do rural em Portugal: As prioridades do novo programa de desenvolvimento rural. In **Livro de Actas – IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros**. 1.^a edição. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Consultado a 01/09/2021. Pp. 665-684. Disponível em https://sper.pt/oldsite/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf.

BAUMAN, Z. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003. ISBN 85-7110-699-1.

BAUMAN, Z. **Ética Pós-Moderna**. São Paulo: Paulus, 1993. ISBN 85-349-0904-0.

BERNARD, H. R. & RYAN, G. W. – **Analyzing qualitative data: Systematic approaches**. SAGE Publications, Inc., 2010. 451 p. ISBN 978-076-192-490-6.

BIGOT, F. & RIVARD, T. - Os universos de referência específicos. In CHOPART, J-N., **Os novos desafios do Trabalho Social. Dinâmicas de um campo profissional**. 1.^a edição. Porto: Porto Editora Lda., 2003. ISBN 2 10 004410 9. Pp. 237-254.

BITTENCOURT, B. & RONCONI, L. - Experimentação de política de inovação social e desenvolvimento do território. In SEABRA, F. & SANTOS, M. - **Inovação Social e Desenvolvimento – Reflexões e estudos de caso**. 1.^a edição. Lisboa: Editora RH 2015. ISBN 978-972-8871-53-6. Pp. 171-191.

BLAIKIE, N. – **Designing Social Research**. 2.^a edição. Cambridge: Polity Press, 2000. ISBN 978-0-7456-4338-0.

BLUE, E. T.; KUTZLER, A. M. & MACRON-FULLER, S. - Ethical Guidelines for Social Work Supervisors in Rural Settings. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 6 (2014) 1-15.

BOGDAN, R. & BILKEN, S. - **Investigação Qualitativa em Educação**. 1.^a edição. Porto: Porto Editora, 1994. ISBN 0-205-13266-9.

BOUTINET, J. P. - **Antropologia do projeto**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. ISBN 978-972-8329-35-8.

BRANCO, F. - A investigação em Serviço Social em Portugal: trajetórias e perspetivas. **Locus Soci@l**. Lisboa. N.º 1 (2008) 48 - 63.

BRANCO, F. Assistentes Sociais e Profissões Sociais em Portugal: notas sobre um itinerário de pesquisa. **Locus Soci@l**. Lisboa. N.º 2 (2009) 7 - 19.

BROWN, A. R.; WALTERS, J.; JONES, A. & AKINSOLA, O. - Rural Social Work: Recruitment, Job Satisfaction, Burnout, and Turnover. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 9 (2017) 1-23.

BROWN, D. L.; SCHAFFT, K. A. - **Rural People and Communities in the 21st Century – Resilience and Transformation**. 1.^a edição. Cambridge: Polity Press, 2011. ISBN 13: 978-0-7456-4127-0.

BRUTO DA COSTA, A. - **Exclusões Sociais**. 2.^a edição. Lisboa: Gradiva, 2001. ISBN 978-972-662-1.

CAEIRO, J. C. - **Estado Social, Políticas Públicas e Política Social**. 1.^a edição. Lisboa: ISCSP, 2015. ISBN 978-989-646-699-0.

CAETANO, D. M. C. - **Incubadoras de Empresas e Modelos de Incubação em Portugal: Incubadoras Regionais vs. Universitárias. Algarve**. Algarve: Universidade do Algarve, 2011. Dissertação de Mestrado.

CAPARRÓS, M. J. E. - **Manual de Trabajo Social: Modelos de práctica profesional**. Alicante: Editorial Aguacalra, 1998. ISBN 84-8018-144-3.

CAPUCHA, L. - **Desafios da Pobreza**. 1.^a edição. Oeiras: Celta editora, 2005. ISBN 978-972-774-215-8.

CAPUCHA, L. - **Planeamento e avaliação de projetos sociais – Guião prático**. Lisboa: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2008. ISBN 978-972-742-285-2.

CAPUCHA, L.; ALMEIDA, J. F.; PEDROSO, P. & SILVA, J. A. V. - Metodologias de avaliação: O Estado da Arte em Portugal. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa.

CARDOSO, J. - Ética e mínimos sociais – Sujeito de direito e rendimento social de inserção. **Lusíada. Intervenção Social**. Lisboa. ISSN. N. ° 37 (2011) 41-57.

CARDOSO, P. & ALMEIDA, H. N. - Empreendedorismo Social, Mediação e Cidadania Ativa: Complementaridades e Significados. **Construir a paz: Visões interdisciplinares e internacionais sobre conhecimentos e práticas**. Lisboa. ISBN 978-989-643-105-1. N. ° 3 (s/d) 441-445.

CARLTON-LANEY, I.; BURWELL, N. Y.; WHITE, C. - Rural Community Practice – Organizing, Planning and Development. In WEIL, M.; REISCH, M.; OHMER, M. L. - **The Handbook of Community Practice**. 2.ª edição. Califórnia: SAGE, 2013. ISBN 978-1-4129-8785-1. Pp. 461-478.

CARLTON-LANEY, I.; BURWELL, Y. - Historical Treasures of Rural Communities: *Special Characteristics of Rural Places*. In GINSBERG, L. - **Social Work in Rural Communities**. 5.ª edição. Virginia: CSWE Press, 2011. ISBN 978-0-87293-146-6. Pp. 21-37.

CARLTON-LANEY, I.; MURTY, S. & MORRIS, L. C. - Rural Community Practice, Organizing, Planning and Development. In WEIL, M.; REISCH, M. & OHMER, M. L. - **The Handbook of Community Practice**. 1.ª edição. Califórnia: Sage, 2005. ISBN 978-1-4129-8785-1. Pp. 402-417.

CARMO, H. - **A atualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social**. 1.ª Conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental. Lisboa: ISPA, 2001.

CARMO, H. - **Desenvolvimento Comunitário**. 1.ª edição. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. ISBN 972-674-281-1.

CARMO, H. - **Problemas Sociais contemporâneos**. 1.ª edição. Lisboa: Universidade Aberta, 2001. ISBN.

CARMO, H. & ESGAIO, A. - Ética, Responsabilidade Social e Serviço Social: Um imperativo de educação para a cidadania. **Lusíada. Intervenção Social**. Lisboa. ISSN 0874-1611. N. ° 47/48 (2016) 163-184. <https://doi.org/10.34628/f78s-sd19>

CARMO, H. (coord.) - **Desenvolvimento Comunitário**. 2.ª edição. Lisboa: ISCSP, 2015. ISBN 978-989-646-092-1.

CARVALHO, M. I. - A pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. **Textos e Contextos**. Porto Alegre. ISSN 1677-9509. N.º 2: Vol. 13 (2014) 325-336. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321532943010>.

CARVALHO, M. I. - **Ética aplicada ao serviço social – Dilemas e práticas profissionais**. 1.ª edição. Lisboa: Pactor, 2016. ISBN 978-989-693-049-3.

CHAPIN, R. K.; BACA, B. A.; LEEDAHL, S. N.; RACHLIN, R. & WEDEL, X. - The Service Use Index: A Tool for Examining Rural/Urban Differences. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N. ° 1: Vol. 4 (2012) 1-13. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsww/vol4/iss1/5>.

CHEERS, B.; DARRACOTT, R.; LONNE, B. - Domains of Rural Social Work Practice. **Rural Society**. ISSN: 2204-0536. N. °15: Vol. 3 (2005) 234-251. DOI: 10.5172/rsj.351.15.3.234.

CHIECHELSKI, P. C. S. - Avaliação de programas sociais: abordagens quantitativas e suas limitações. **Revista virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre. N.º 4 (2005) 1-12. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/1006>.

CIC (2021) – **Deliberação n.º 23/2015: Classificação de municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios**. Acedido a 08/08/2021. Disponível em https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/legislacao/deliberacoes_cic/deliberacao_cic_23_2015.pdf.

CMA - **Site do Município de Arronches**. Acedido a 05 de setembro de 2021. Disponível em <https://cm-arronches.pt/>.

CMCB - **Site do Município de Castelo Branco**. Acedido a 05 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.cm-castelobranco.pt/>.

CMIN - **Site do Município de Idanha-a-Nova**. Acedido a 05 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.cm-idanhanova.pt/>.

CMP - **Site do Município de Portalegre**. Acedido a 05 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.cm-portalegre.pt/pt/>.

CMVVR - **Site do Município de Vila Velha de Rodão**. Acedido a 05 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.cm-vvrodao.pt/>.

COLLIER, K. - **Social Work Wiyh Rural Peoples**. 3.ª edição. Vancouver: New Star Bppks, 2006. ISBN I-55420-020-2.

COMUNIDADES EUROPEIAS [CE] - **A abordagem Leader: Um guia básico**. 1.ª edição. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. Consultado a 01/09/2021. Disponível em https://www.rederural.gov.pt/images/A_abordagem_LEADER.pdf. ISBN 92-79-02056-0.

CORTÈS, F. & LLOBET, M. - La acción comunitária desde el trabajo social. In ÚCAR, X. & LLENA, A. (coord) - **Miradas y diálogos en torno a la acción comunitária**. 1.ª edição. Barcelona: Graó, 2006. ISBN 84-7827-447-2. PP. 131-156.

COTTA, T. C. - Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**. Brasil. N.º 2 (1998) 103-124. Disponível em <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i2.368>.

COUTINHO, C. - **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 1.ª edição. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-405-137-6.

DALEY, M. R. - A Conceptual Model for Rural Social Work. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol.2 (2010) 1-7. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol2/iss1/2>.

DALEY, M. R. – **Rural Social Work in the 21st Century**. Chicago, Illinois: Lyceum Books, Inc., 2015. ISBN 978-1-935871-61-3.

DALEY, M. R. – **Rural Social Work in the 21st Century. Serving Individuals, Families, and Communities in the Countryside**. 2.ª edição. New York: Oxford University Press, 2021. 361 p. ISBN 9780190937690.

DALEY, M. R.; AVANT, F. L. - Down-Home Social Work: A Strengths-Based Model for Rural Practice. In SCALES, T. L.; STREETER, C. L.; COOPER, H. S. - **Rural Social**

Work – Building and Sustaining Community Capacity. 2.^a edição. New Jersey: Wiley, 2014. ISBN 978-1-118-44516-7. Pp. 5-16.

DALEY, M. R.; O. DOUGHTY, M. - Ethics Complaints in Social Work Practice: A Rural-Urban Comparison. **Journal of Social Work Values and Ethics.** N.º 2: Vol. 3 (2006) 1-10. Disponível em <https://jswve.org/download/2006-1/JSWVE-Spring-2006-Complete.pdf>.

DALEY, M. R.; PIERCE, B. - Educating for Rural Competence: Curriculum Concepts, Models, and Course Content. In GINSBERG, L. - **Social Work in Rural Communities.** 5.^a edição. Virginia: CSWE Press, 2011. ISBN 978-0-87293-146-6. Pp. 125-140.

DAMASIO, A. - O projeto social como resposta à questão social: *80 anos de Serviço Social. Tendências e Desafios.* S/n.º, pp. 1-14. (s/d). Consultado em 03/08/2019. Disponível em https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ff/ff4abc60-cd6e-430b-abe1cc5c5e7120dc.pdf?fbclid=IwAR0VXGXWeE0QWUfZ9vhM1NKDZNe4mG_y18tpALeso cjaU8fd1vFZSf1qZ0M.

DELANEY, R. & BROWNLEE, K. - Understanding Ethics in Rural and Northern Practice. In DELANEY, R. & BROWNLEE, K. - **Northern and Rural Social Work Practice: A Canadian Perspective.** Ontario: Centre for Northern Studies Lakehead University, 2009. ISBN 978-1-895939-31-6. Pp.109-129.

DELANEY, R.; BROWNLEE, K. - **Northern and Rural Social Work Practice: A Canadian Perspective.** Ontario, Lakehead University, 2009. ISBN 978-1-895939-31-6.

DELLEMAIN, J.; WARBURTON, J. - Case Management in Rural Australia: Arguments for Improved Practice Understandings. **Australian Social Work.** ISSN: 1447-0748. N.º 66: Vol. 2 (2013) 297-310. DOI: 10.1080/0312407X.2012.675345.

DIOGO, F. (Coord.) - **Faces da Pobreza em Portugal.** 1.^a edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021. ISBN 978-989-9064-31-7. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol9/iss1/12>

EAPN (2021) – **O que é a pobreza?** Acedido a 22/08/2021. Disponível em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>.

ESGAIO, A. - A intervenção comunitária na prática do Serviço Social: Um imperativo na conjuntura socioeconómica atual? In CARVALHO, M. I. & PINTO, C. - **Serviço Social: Teorias e Práticas.** 1.^a edição. Lisboa: Pactor, 2014. ISBN 978-989-693-040-0. Pp. 205-223.

ESTIVALETE, V.; FERREIRA, J. & ANDRADE, T. - Iniciativas de Inovação Social: Descrevendo os estágios de desenvolvimento. In SEABRA, F. & SANTOS, M. - **Inovação Social e Desenvolvimento – Reflexões e estudos de caso.** 1.^a edição. Lisboa: Editora RH., 2015. ISBN 978-972-8871-53-6. Pp. 61-82.

FALEIROS, V. P. - **Estratégias em Serviço Social.** 2.^a edição. São Paulo: Cortez, 1999. ISBN 978-852-490-667-1.

FERNANDES, A. R. M. - **Centro de Mediação Comunitário: Uma resposta social inovadora e participativa.** Coimbra: Universidade de Coimbra (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo), 2013. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, J. M. L. - Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais. **Cuadernos de Trabajo Social.** ISSN 0214-0314. N.º 27: Vol. 2 (2014) 329-341. https://doi.org/10.5209/rev_CUTS.2014.v27.n2.44782.

FIALHO, J.; SILVA, C.A. & SARAGOÇA, J. - **Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos**. 1.^a edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2015. ISBN 978-972-618-837-7.

FLICK, U. - **Métodos Qualitativos na Investigação Científica**. 1.^a edição. Lisboa: Monitor, 2005. ISBN 978-972-941-367-4.

FMT - Federação Minha Terra. **LEADER 2020**. Consultado a 01/09/2021. Disponível em <http://leader2020.minhaterra.pt/leader-pdr2020.php>.

FORDE, C.; LYNCH, D. - **Social Work and Community Development**. 1.^a edição. UK: Palgrave, 2015. ISBN 978-1-137-30838-2. DOI 10.1007/978-1-137-30839-9.

FORTIN, M. F; COTÉ, J. & VISSANDJÉE, B. - A investigação científica. In FORTIN, M. F - **O processo de investigação: Da concepção à realização**. 2.^a edição. Loures: Lusociência, 2000. ISBN 972-8383-10-X.

FRAGA, C. K. - A atitude investigativa no trabalho do Assistente Social. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo. N.º 101 (2010) 40-64. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100004>.

FRAGOSO, F. - O diagnóstico social nas instituições do terceiro setor – Experiências e registos da intervenção social. In FIALHO, J.; SILVA, C. A. & SARAGOÇA, J. - **Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos práticos**. 1.^a edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2015. ISBN 978-972-618-837-7. Pp. 257-281.

FRANCIS, D.; HENDERSON, P. - **Working with rural communities**. 1.^a edição. Inglaterra: The Macmillan Press LTD., 1992. ISBN 978-0-333-55146-2. DOI 10.1007/978-1-349-21967-4.

GAL, J. & WEISS-GAL, I. - **Social Workers affecting Social Policy – an international perspective on policy practice**. 1.^a edição. UK: British Library, 2014. ISBN 978-184-742-974-2.

GARCÍA, F. T. - **Trabajo Social con casos**. 1.^a edição. Madrid: Alianza Editorial, 2012. ISBN 978-842-064-858-3.

GARCÍA, F. T. (Coord.) - **Fundamentos del Trabajo Social**. Madrid: Alianza Editorial, 2009. ISBN 978-84-206-9133-6.

GINSBERG, L. - **Social Work in Rural Communities**. 5.^a edição. Virginia: CSWE Press, 2011. ISBN 978-0-87293-146-6.

GLASER, B. G. & STRAUSS, A. L. – **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter, 2006.

GONDIM, S. - Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Paidéia**. Local. ISSN. N.º 12: Vol. 24 (2003) 149-161.

GRANJA, B. - **Assistente Social: Identidade e Saber**. Porto: Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento em Serviço Social.

GRANJA, B. - Contributos para a análise das formas identitárias dos Assistentes Sociais. In CARVALHO, M. I. & Pinto, C. (coord) - **Serviço Social: Teorias e Práticas**. 1.^a edição. Lisboa: Pactor, 2014. ISBN 978-989-693-040-0. Pp. 57-83.

GRANJA, B. & CARVALHO, M. - Quels sont les connaissances, les stratégies et les défis pour le travail social communautaire. In **Association Internationale pour la**

Formation, la Recherche et L'intervention Sociale. S/n.º (2013) 1-13. Acedido em 20 de junho de 2019. Disponível em https://aifris.eu/03upload/uplolo/cv2385_27.pdf.

GREEN, R. - Social work in rural areas: a personal and professional challenge. **Australian Social Work.** ISSN 1447-0748. N.º 56: Vol. 3 (2003) 209-219. DOI: 10.1046/j.0312-407x.2003.00082.x.

GUERRA, I. C. - **Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais.** 2.ª edição. Cascais: Principia, 2000. ISBN 972-8500-85-8.

GUERRA, I. C. – **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso.** 1.ª edição. Cascais: Principia, 2006. ISBN 978-972-8818-66-1.

HALVERSON, G.; BROWNLEE, K. & DELANEY, R. - Ethical Considerations for Northern Practice. In DELANEY, R. & BROWNLEE, K. - **Northern and Rural Social Work Practice: A Canadian Perspective.** 1.ª edição. Ontario: Centre for Northern Studies Lakehead University, 2009. ISBN 978-1-895939-31-6. Pp. 130-146.

HASH, K. M.; CHASE, P. A. & RISHEL, C. W. - The Community Assessment: Students Discovering Strengths and Needs in Small Towns and Rural Areas. **Contemporary Rural Social Work Journal.** N.º 1: Vol. 4 (2012) 1-11. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsww/vol4/iss1/4>.

HEALY, K. - **Social Work Methods and Skills. The Essential Foundations of Practice.** 1.ª edição. New York: Palgrave Macmillan, 2012. ISBN 978-0-230-57517-2. DOI 10.1007/978-0-230-36199-7.

HENRIQUES, M. A. A. – Presente e futuro do desenvolvimento rural – territorial: Novas formas de governação na programação 2007-2013. In **Livro de Actas – IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros.** 1.ª edição. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Consultado a 01/09/2021. Pp. 735-747. Disponível em https://sper.pt/oldsite/4cer/LivroActasFinal_corrigido.pdf.

HICKMAN, S. A. - Rural is Real: History of the National Rural Social Work Caucus and the NASW Professional Policy Statement on Rural Social Work. In SCALES, T. L., STREETER, C. L.; COOPER, H. S. - **Rural Social Work – Building and Sustaining Community Capacity.** 2.ª Edição. New Jersey: Wiley, 2014. ISBN 978-1-118-44516-7. Pp. 19-27.

HOLDCROFT, L. - The rise and fall of Community Development in Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography. **MSU Rural Development.** East Lansing. Michigan. N.º 2 (1978). DOI: 10.22004/ag.econ.11123.

HUMBLE, M. N.; LEWIS, M. L.; SCOTT, D. L.; HERZOG, J. R. - Challenges in Rural Social Work Practice: When support groups contain your neighbors, church members, and the PTA. **Social Work With Groups.** Londres. ISSN 1540-9481. N.º 36: Vol. 2-3 (2013) 249-258. DOI: 10.1080/01609513.2012.753807.

HURSLEY, V. - **Impacts of Providing Rural Social Work.** Ontario: Laurentian University, 2018. Dissertação de Mestrado.

IAMAMOTO, M. V. - As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In Mota, A. E. et al. (Orgs.) - **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social & Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. Acedido em 28/08/2019. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf.

IDAÑEZ, M., & ANDER-EGG, E. - **Diagnóstico social: Conceitos e metodologia**. 3.^a edição. Porto: Reapn, 2007. ISBN 978-989-95487-8-7.

IES SBS - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social – MIES, 2015. Acedido em 09 de agosto de 2018. Disponível em <http://www.mies.pt/index.php/pt/>.

INE, IP. - **Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de Rendimento declarado no IRS - 2018**. Lisboa: INE, IP., 2020. ISSN 2184-7177. ISBN – 978-989-25-0573-2.

INE, IP. - População residente por local de residência, sexo e tipologia de áreas urbanas, 2019. In **Portal do INE**. Acedido em 29 de dezembro de 2019. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008856&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt. ISSN 2182-7907. N. °22 (1996) 9-27.

INE, IP. – **Censos 2021: Resultados priliminares**. Acedido a 08/08/2021. Disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.

INE, IP. - **Intensidade laboral per capita muito reduzida**. Acedido a 22/08/2021. Disponível em https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006270&lingua=PT.

ISS.IP. - **Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS 4G**. Consultado em 04 setembro de 2021. Disponível em <HTTPS://WWW.SEG-SOCIAL.PT/CONTRATOS-LOCAIS-DE-DESENVOLVIMENTO-SOCIAL-4G-CLDS-4G-#>.

JANSSON, B. S.; HEIDEMANN, G.; MCCROSKEY, J.; FERTIG, R. D. - Eight Models of Policy Practice. In WEIL, M.; REISCH, M.; OHMER, M. L. - **The Handbook of Community Practice**. 2.^a edição. Califórnia: SAGE, 2013. ISBN 978-1-4129-8785-1. Pp. 403-420.

KISNERMAN, N. - **Ética para o Serviço Social**. 2.^a edição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978.

KRIPPENDORFF, K. – **Content Analysis: An introduction to its methodology**. 2.^a edição. Londres: SAGE, 2004. ISBN 978-1-4129-8315-0.

LAPERRIÈRE, A. - A observação directa. In GAUTHIER, B. – **A investigação social: Da problemática à colheita de dados**. 3.^a edição. Loures: Lusociência, 2003. ISBN 972-8383-55-X. Pp. 257-278.

LEE, M. - Social Workers' Evidence-Based Practice Use and Challenges in Rural Environments: A Systematic Review. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N. ° 1: Vol. 9 (2017) 1-13. Disponível em: <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol9/iss1/14>.

LEE, M.; CARLSON, K. & SENTFEN, S. H. - Impact of Providers' Cultural Competence on Clients' Satisfaction and Hopefulness in Rural Family Services: A Pilot Study. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N. ° 1: Vol. 6 (2014) 1-14. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol6/iss1/5>.

LEI N. °22/2012 – **Diário da República, Série I**. N.° 105/2012 (30 de maio), 2826-2836.

LESSARD-HERBERT, M.; GOYETTE, G. & BOUTIN, G. – **Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

LOCKE, B. L. - The National Rural Social Work Caucus: 32 Years of Achievement. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 1 (2009) 1-7. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol1/iss1/2>.

LOEFFLER, D. N.; MILLER, J. J. & PACHNER, T. M. - Self-Care Among Social Workers Employed in Rural Settings: A Cross-Sectional Investigation. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 10 (2018) 1-20. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol10/iss1/8>.

LONNE, B.; CHEERS, B. - Rural social workers and their jobs: An empirical study. **Australian Social Work**. Austrália. ISSN: 1447-0748. N.º 53: Vol. 1 (2000) 21-28. DOI: 10.1080/03124070008415553.

MACKIE, P. F. E. - Social Work in a Very Rural Place: A Study of Practitioners in the Upper Peninsula of Michigan. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 4 (2012) 1-28. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol4/iss1/6>.

MACKIE, P. F. E.; ZAMMIT, K.; ALVAREZ, M. - **Practicing Rural Social Work**. 1.ª edição. Nova York: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-061632-8.

MARQUES, A. S. - Ética e desenvolvimento. **Revista Jus Navigandi**. N.º 2096 (2009). Acedido em 13 de julho de 2019. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/12539>.

MARTINS, A. - Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo. Paradoxos e Desafios. **Locus Soci@l**. N.º 1 (2008) 32-47. <https://doi.org/10.34632/locussocial.2008.10143>.

MASCAREÑAS, L. M. N. - **La práctica y la teoría del Desarrollo Comunitário: Descripción de un Modelo**. Madrid: Narcea Ediciones, 1996. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS9797110312A/8336>.

MASON, R. - Confronting Uncertainty: Lessons from Rural Social Work. **Australian Social Work**. ISSN: 1447-0748. N.º 64: Vol. 3 (2011) 377-394. DOI: 10.1080/0312407X.2011.574144.

MAUREL, É. - Da observação à tipologia dos trabalhos sociais. In CHOPART, J.-N. - **Os novos desafios do Trabalho Social. Dinâmicas de um campo profissional**. 1.ª edição. Porto: Porto Editora Lda., 2003. ISBN 2 10 004410 9. Pp. 35-65.

MAURITTI, R. (Coord.); CRAVEIRO, D.; CABRITA, L.; BOTELHO, M.C.; NUNES, N. & SILVA, S.F. – **Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022. ISBN 978 989 9118 06 5.

MAYER, A. G. K. - Rural social work: The perceptions and experiences of five remote practitioners. **Australian Social Work**. Austrália. ISSN 1447-0748. N.º 54: Vol. 1 (2001) 91-102. DOI: 10.1080/03124070108415267.

MAYORGA COY, A. – Debates contemporáneos sobre la pobreza: Entre causas, representaciones y programas sociales. **Trabajo Social**. Bogotá. ISSN 2256-5493. Vol. 20: N.º 1 (2018) 163-193.

MCKEE, M.; DELANEY, R. & BROWNLEE, K. - Reflective Practice: The Key to Context-Sensitive Practice in Northern Communities. In DELANEY, R. & BROWNLEE, K. - **Northern and Rural Social Work Practice: A Canadian Perspective**. Ontario: Centre for Northern Studies Lakehead University, 2009. ISBN 978-1-895939-31-6. Pp. 192-208.

MESQUITA, J. - **Cultura de avaliação no setor da cooperação para o desenvolvimento em Portugal**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2015. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

MIDGLEY, J. & CONLEY, A. - **Social Work and Social Development. Theories and Skills for Developmental Social Work**. 1.^a edição. New York: Oxford University Press, Inc., 2010. ISBN 978-019-973-232-6.

MIDGLEY, J. & LIVERMORE, M. - Development Theory and Community Practice. In WEIL, M.; REISCH, M. & OHMER, M. L. - **The Handbook of Community Practice**. 1.^a edição. Califórnia: Sage, 2005. ISBN 978-1-4129-8785-1. Pp. 153-167.

MONTEIRO, A. - A avaliação nos projetos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. **Sociologia – Problemas e práticas**. Lisboa. ISSN 0873-6529. N.º 22 (1996) 137-154. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/834>.

MOORE, M. A. & WALTON, B. A. - Improving the Mental Health Functioning of Youth in Rural Communities. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 5 (2013) 1-19. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol5/iss1/6>.

MOORE, W. R.; PEARSON, F.; RIFE, J. C.; POOLE, K. J. & MOORE, L. S. – Reinventing Social Work Education and Service Delivery in Rural Areas: An Interdisciplinary Model for Serving Vulnerable Populations. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 2: Vol. 8 (2016) 1-14. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol5/iss1/6>.

MOURO, H. - Teoria e Teorizar em Serviço Social. In CARVALHO, M. I. & PINTO, C. - **Serviço Social – Teorias e Práticas**. 1.^a edição. Lisboa: Pactor, 2014. ISBN 978-989-693-040-0. Pp. 27-56.

MUNN, P.; MUNN, T. - Rural Social Work: Moving Forward. **Rural Society**. ISSN: 2204-0536. N.º 13: Vol. 1 (2003) 22-34. DOI: 10.5172/rsj.351.13.1.22.

NETTO, J. P. - O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. **Lusíada. Intervenção Social**. Lisboa. N.º 42-45 (2015) 229-242.

NEVES, A. O. - A avaliação ex-ante do impacte de grandes projetos sobre o desenvolvimento local: um contributo metodológico a propósito do projeto Ford/Vw. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Lisboa. ISSN 0873-6529. N.º 22 (1996) 43-59.

NÚNCIO, M. J. - **Introdução ao Serviço Social, História, Teoria e Métodos**. 2.^a edição. Lisboa: ISCSP, 2015. ISBN 978-989-646-095-2.

ONLCP - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza - **Pobreza e exclusão social em Portugal: Análise dos dados do ICOR/EU – SILC 2018**. Porto: EAPN, 2019. Disponível em <https://on.eapn.pt/produto/pobreza-e-exclusao-social-em-portugal-analise-dos-dados-do-icor-eu-silc-2018/>.

OLIVEIRA, L. - **Sociologia da Inovação. A construção Social das Técnicas e dos Mercados**. 1.^a edição. Lisboa: Celta Editora, 2008.

ONU - **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Acedido em 19 de julho de 2019. Disponível em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

ONU – Resolução 41/128 da Assembleia Geral, de 4 de dezembro de 1986. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Acedido em 19 de julho de 2019. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtodesenvolvimento.pdf>.

PACHECO, A. & SANTOS, M. - Inovação social: Proposição de um modelo de análise. In SEABRA, F. & SANTOS, M. - **Inovação Social e Desenvolvimento – Reflexões e estudos de caso**. 1.ª edição. Lisboa: Editora RH., 2015. ISBN 978-972-8871-56-6. Pp. 7-38.

PASSARINHO, I. - Assistente Social: Percursos e Construção Identitária. **Sísifo/Revista de Ciências da Educação**. Lisboa. ISSN 1646-4990. N.º 6 (2008) 21-34.

PATACHO, P. - Paradigmas de Investigação em Ciências Sociais. **Mulemba**. N.º 6 (2013) 13-28. Disponível em https://www.academia.edu/28281661/Paradigmas_de_investiga%C3%A7%C3%A3o_em_Ci%C3%A7ncias_Sociais.

PAYNE, M. - **Teoria do Trabalho Social Moderno**. 1.ª edição. Coimbra: Quarteto, 2002. ISBN 978-972-871-746-9.

PERALTA, S., CARVALHO., B. P. & ESTEVES, M. - **Portugal, Balanço Social 2020: Um retrato do país e dos efeitos da pandemia**. Lisboa: Nova School of Business & Economics, 2021. DOI – 1.34619/LLCR – OTR2.

PEREIRA, L. G. J. - **Centros Sociais e Intervenção Comunitária: Um reatar de laços do passado?** Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga, 2012. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

PDR - **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020. Decisão C(2020) 9374 de 16 de dezembro**. Consultado em 01/09/2021. Disponível em <http://www.pdr-2020.pt/O-PDR2020>.

PHILLIPS, A.; QUINN, A. & HEITKAMP, T. - Who Wants to Do Rural Social Work? Student Perceptions of Rural Social Work Practice. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 2 (2010) 1-15. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsww/vol2/iss1/7>.

PICHÉ, T.; BROWNLEE, K. & HALVERSON, G. - The Development of Dual and Multiple Relationships for Social Workers in Rural Communities. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 2: Vol. 7 (2015) 1-14. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsww/vol7/iss2/5>.

POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RABAUT, P. – **Histórias de vida: Teoria e prática**. Oeiras: Celta, 1999.

PORDATA (2021) – **O que são NUTS?** Acedido a 22/08/2021. Disponível em <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.

PREO INTERNATIONAL RESEARCH CONFERENCE, Filipinas, 2001 - **A Case for Integration of the North American Rural Social Work Education – Model for Philippine Praxis**. Filipinas: KUTSCHERA, P.C.; TESORO, E. C.; LEGAMIA J. R., Benigno P.; TALAMERA-SANDICO, M. G..

PRODER, 2012 - **Perfil do Proder**. Consultado em 04 de setembro de 2021. Disponível em <http://www.proder.pt/conteudo1c51.html?menuid=329&eid=263>

PUGH, R.; CHEERS, B. - **Rural social work: An international perspective**. 1.ª edição. Bristol: Policy Press, 2010. ISBN 978-1-86134-720-6.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. – **Manual de investigação em ciências sociais: Trajectos**. 1.ª edição. Lisboa: Gradiva, 1992. ISBN 978-972-662-275-8.

RAMBAREE, K. - A Case study of Empowerment Interventions for the Eradication of Absolute Poverty in Southeast Rural Coastal Villages of Mauritius. In GINSBERG, L. - **Social Work in Rural Communities**. 5.^a edição. Virginia: CSWE Press, 2011. ISBN 978-0-87293-146-6. Pp. 125-140.

RANDLE, E. N. - Social Work Leadership: Emotional Intelligence in a Rural BSW Program. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 2: Vol. 8 (2016) 1-9. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol8/iss2/6>.

RCM N.º 72/2016 - Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT). **Diário da República**, 1.^a série. N.º 226 (24 de novembro de 2016) 4154 - 4190.

RESTREPO, O. - **Reconfigurando el Trabajo Social. Perspectivas y tendencias contemporâneas**. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2003.

RHODES, B. E. - Rural Domestic Violence: An Interdisciplinary Model for Rural Practice. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 4 (2012) 1-9. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol4/iss1/8>.

RIEBSCHLEGER, J. - Social Workers' Suggestions for Effective Rural Practice. **Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services**. (2007) 203-213. DOI: 10.1606/1044-3894.3618.

RIEBSCHLEGER, J.; NORRIS, D.; PIERCE, B.; POND, D. L. & CUMMINGS, C. - Preparing Social Work Students for Rural Child Welfare Practice: Emerging Curriculum Competencies. **Journal of Social Work Education**. ISSN 2163-5811. N.º 51: Vol. 2 (2015) 209-224. DOI: 10.1080/10437797.2015.1072422.

ROBERTIS, C. - **Metodología de la Intervención en Trabajo Social**. Barcelona: El Ateneo, 1992. ISBN 978-972-0-34860-9.

ROCHA, H. - Ética e Serviço Social: Tendências filosóficas e políticas. **Lusíada. Intervenção Social**. Lisboa. ISSN 0874-1611. N.º 37 (2011) 25-40. Disponível em: <https://doi.org/10.34628/1dff-kj58>.

SANTOS, C. - Grupos Focais: uma reflexão metodológica. **CIES**. N.º 211 (2017) 1-19.

SANTOS, F., SALVADOR, J.C., CARVALHO, I.L. & AZEVDEO, C. - **Manual para transformar o mundo: Da visão inspiradora ao sucesso da iniciativa de impacto**. 1.^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015. ISBN 9-789898-380258.

SANTOS, L; SANTOS, L & SILVA, R. - A prática do Assistente Social e a importância dos instrumentos técnico-operativos. **Educação e Contemporaneidade**. Brasil. S/n.º. (2012) 1-14. Acedido a 03/08/2019. Disponível em http://educonse.com.br/2012/eixo_19/PDF/33.pdf.

SANTOS, M. O. G. - **Impactes Sociais: Questões Introdutórias**. Évora: Universidade de Évora, 2008.

SCAMA - **O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma agenda para o futuro**. 1.^a edição. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2017. ISBN 978-972-8285-94-4.

SCHERCH, J. - Rural Community Transition and Resilience: What Now for Social Work? **Contemporary Rural Social Work Journal**. N.º 1: Vol. 7 (2015) 1-15. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol7/iss1/7>.

SCHIEFER, U. *et al.* - **Manual de Planeamento e avaliação de projetos: Método aplicado de planeamento e avaliação**. Cascais: Principia Editora, 2006. ISBN 978-972-8818-58-6.

SCHMIDT, G. - Supervision in Remote Settings. In DELANEY, R. & BROWNLEE, K. - **Northern and Rural Social Work Practice: A Canadian Perspective**. Ontario: Centre for Northern Studies Lakehead University, 2009. ISBN 978-1-895939-31-6. Pp. 275-283.

SERRANO, G. P. - **Elaboração de Projetos Sociais: Casos práticos**. 2.^a edição. Porto: Editora, 2008. ISBN 978-972-0-34857-9.

SILVA, C.; SANTOS, M.; BALTAZAR, M. & SARAGOÇA, J. - Avaliação de projetos de intervenção social: Uma reflexão sobre as experiências em projetos nacionais, regionais e da bacia do Mediterrâneo. **Desenvolvimento e Sociedade**. ISSN 2183-9220. N. °2 (2017) 103-111. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/22038>.

SILVA, T.P.G.R. – **A primeira escola de Serviço Social em Portugal: O projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)**. Lisboa: Universidade Lusíada, 2016. Tese de doutoramento em Serviço Social.

SOUSA, M. I. J. – **Serviço Social e Democracia Local – Desafios do quotidiano dos Assistentes Sociais**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2015. 334 p. Tese de doutoramento para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social.

TALABREZA-MAY, J. W.; JENSEN, R.; SHAY, N. - An Assessment of the Strengths and Needs of Rural Social Workers in the Northwestern United States. **Contemporary Rural Social Work Journal**. N. ° 1: Vol. 9 (2017) 1-11. Disponível em <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsww/vol9/iss1/1>.

UMVI - Unidade de Missão para a Valorização do Interior - **O interior em números – Bases para um diagnóstico/PNCT**. Portugal: República Portuguesa, 2016.

VANCE, C. - Toward a Radical Model of Social Work in Rural Communities. **Journal of Progressive Human Services**. N. ° 28: Vol. 1 (2017) 2-5. DOI: 10.1018/10428232.2017.1249245.

VINCI, C. F. R. G. - A problematização e as pesquisas educacionais: sobre um gesto analítico foucaultiano. **Filosofia e Educação**. N.º 2: Vol. 7 (2015) 195-219.

VIS, J. A.; TRANTER, D.; BROWNLEE, K. & SHALAY, N. - A Therapeutic Mediation Case Conference Model for Rural and Northern Communities. In DELANEY, R. &

BROWNLEE, K. - **Northern and Rural Social Work Practice: A Canadian Perspective**. Ontario: Centre for Northern Studies Lakehead University, 2009. ISBN 978-1-895939-31-6. Pp. 93-106.

VISCARRET, J. J. - **Modelos y métodos de intervención social**. Madrid: Alianza Editorial, 2007. ISBN 978-84-206-4814-9.

WALTERS, J. E.; JONES, A. E.; BROWN, A. R. - Work Experiences of Rural Social Workers in the United States. **Journal of Social Service Research**. ISSN: 1540-7314. N. °46: Vol. 6 (2020) 770-788. DOI: 10.1080/01488376.2019.1658030.

ZIMBELMAN, J. - Lack of Services in Rural Social Work: Ethical Issues and the Impact on Parenting. Sophia: St. Catherine University, 2018. Tese de doutoramento.



Marisa de Jesus

Candeias é doutorada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social da Universidade Lusíada de Lisboa; especialista em Serviço Social no âmbito do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto; mestre em Sociologia – Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Évora; pós-graduada em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco e em Gestão de

Instituições e Associações da Economia Social; licenciada em Política Social pelo ISCSP-UTL. Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Castelo Branco, na licenciatura em Serviço Social e no mestrado em Gerontologia Social. Investigadora Integrada da Unidade de Investigação AGE.COMM – Unidade de Investigação Interdisciplinar / Comunidades Envelhecidas Funcionais e Investigadora Colaboradora do CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social.